

# 20 anos

Um olhar...  
para o futuro



## TERRAS QUENTES

CADERNO TERRAS QUENTES **19**



2023



Ἰφ



τφ



**Caderno**

**TERRAS QUENTES**

**N.º 19**

**Maió 2023**

## **Ficha Técnica**

### **Editor e propriedade**

Revista da Associação de Defesa do Património Arqueológico do  
Concelho de Macedo de Cavaleiros «Terras Quentes»

Rua D. Maria Mascarenhas, apartado 110

5340-326 Macedo de Cavaleiros

Tel. 278098548 — 936761011

E-mail: administração@terrasquentes.pt

Site : www.terrasquentes.pt

### **Director**

Carlos Alberto Santos Mendes

### **Conselho de Redação**

Carlos Alberto Santos Mendes

Henrique Costa Ferreira

Manuel Cardoso

Miguel Sanches Baêna

Pedro Gomes Barbosa

### **Colaboradores deste número**

Augusto Ferreira do Amaral

Carlos Alberto Santos Mendes

Frederico Reis Morais

Henrique da Costa Ferreira

Manuel Cardoso

Miguel Sanches Baêna

Miriam Arranz Gozalo

### **Agradecimentos**

Ana Maria Canelas Sanches de Baêna

David Tibor Posh

Aparas de Madeiras/Ilha do Corvo

Fernando Oliveira Santos

Maria Belmira Mendes

Maria Lua Sanches de Baêna

### **Na Capa**

1 - Logotipo da Associação Terras Quentes

2 - Simbólica da Ordem dos Hospitalários de Rodes e de Malta

3 - Simbólica da Ordem do Templários - Igreja de Pitões das Júnias

### **Na Contracapa**

1 - Chapas em prata existentes na Catedral da Aarken

2 - Saucepan com cara

3 - Chave Romana de Terronha de Pinhovel

4 - Modelo de fechadura fabricada pelo artesão "David Posh" da Ilha do Corvo

5 - Saucepan com nasal

### **Design e Composição Gráfica**

Carlos Mendes

José Rocha - Graficifra

### **Impressão e Acabamento**

Alêtheia Editores

### **Depósito Legal**

Nº 212756/23

### **Edição**

Caderno Terras Quentes Nº 19, maio 2023

## Índice

Editorial .....	5
O Concelho de Macedo de Cavaleiros e os seus desafios demográficos.....	8
La Moneda de la Caetra.....	42
A Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão e a Ordem do Hospital de São João Batista de Jerusalém no concelho, hoje, Macedo de Cavaleiros .....	52
D. Nuno Martins de Chacim – Uma grande figura de Macedo de Cavaleiros na história medieval portuguesa .....	108
Armamento Medieval em Portugal – Defesa de Cabeça .....	139
Uma Espora para a História de Portugal .....	176
Chave à procura de Fechadura ou a Fechadura que perdeu a Chave .....	192
Vinte Anos da Associação Terras Quentes .....	220
Testemunhos de Associados e Amigos sobre os 20 anos da Associação Terras Quentes.....	232
Aditamento ao artigo do Caderno 17 da ATQ – Operação Viragem histórica (25 abril 1974), publicado no Caderno Terras Quentes nº 17.....	262



## Editorial

Um caderno simbólico pelos vinte anos de trabalhos contínuos da Terras Quentes na investigação da História, na recuperação, descoberta e esclarecimento de dados e documentos, pela preservação de património e realização da sua divulgação para o público em exposições, jornadas, publicação de cadernos, manutenção dum site e concepção e abertura de museus. A Terras Quentes tem sido um factor de desenvolvimento e fá-lo de forma desempoeirada, apesar de lidar com escavações, arquivos e velhos sítios!

Não podemos deixar de assinalar o desaparecimento recente dum companheiro de causas, Alexandre Patrício Gouveia. Esteve presente em vários momentos e possibilitou que, ao cumprir o desígnio de António Champalimaud na criação e desenvolvimento da Fundação Batalha de Aljubarrota, o nome de Macedo de Cavaleiros aparecesse, justamente, inscrito no Centro de Interpretação da Batalha e tivesse para connosco uma atenção especial, nem sempre correspondida por incapacidade nossa. Fica esta vénia como nosso penhor impagável, em memória deste grande Português e Amigo.

O recheio de artigos deste Caderno 19 prossegue a linha de números anteriores em que a ciência e a novidade, mesmo ao tratar-se a coisa do Passado, estão lado a lado, quer numa óptica perspectiva quer prospectiva.

Henrique Ferreira e a sua visão caleidoscópica é bem o exemplo do que acabamos de dizer: no seu artigo “O Concelho de Macedo de Cavaleiros e os seus Desafios Demográficos”, artigo que pode bem ler-se em passeios pelas aldeias ou num dos cafés da cidade, ficando-se, então, a respirar o ambiente com a visão com que o autor o escreveu.

O artigo de Miriam Arranz Gozalo transporta-nos imediatamente para o Cramanchão, para o tempo do Império e de Augusto e incute-nos a vontade de passarmos a usar, no dia a dia, os quase-mágicos sestércios do tempo da conquista romana do noroeste peninsular, em vez de prosaicos euros! “La Moneda de la Cætra” é um surpreendente aqui e agora que vem convocar-nos para a necessidade e o imperativo de prosseguirmos com as escavações arqueológicas no concelho de Macedo de Cavaleiros. Cremos que o melhor de tudo (e já foi tão bom o feito até hoje) estará ainda por vir e por descobrir.

Os artigos de Carlos Mendes e de Miguel Sanches de Baêna, subscritos individualmente ou in solidum, têm a marca indelével de quem idealizou, levou à prática e prossegue obstinadamente no afã de que estes vinte anos sobrevivam muito para lá do que são as nossas vidas e fiquem a ser mais do que um testemunho: uma afirmação inapagável de que as terras que têm um grande passado só terão um grande futuro se os homens estiverem à sua altura. Assim, nesta constelação de cavaleiros, armas medievais, fechaduras milenares, reconstituição experimental da arqueologia e homenagens às figuras conhecidas e anónimas do nosso passado, há uma essência de um profundo amor ao trabalho de historiador, arqueólogo e divulgador de conhecimento, de Carlos Mendes. Para o que concorre, com um impressionante empenho pessoal de colecionador de artefactos e peças historicamente importantes, conservador de memórias e amigo, altruísta de conhecimento e elemento sine qua non dificilmente teríamos connosco o Museu Martim Gonçalves de Macedo nem o futuro Museu dos Templários: Miguel Sanches de Baêna. Os artigos “A Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo”, “Armamento Medieval em Portugal”, “Uma espora para a História de Portugal”, “Chave à procura de fechadura ou a fechadura que perdeu a chave” e “Vinte Anos da Associação Terras Quentes”, todos com denominadores comuns e um mesmo propósito: manter acesa a chama da curiosidade e do saber histórico.

Tudo o que fica dito, bastaria para justificar-se a edição do Caderno 19 da Terras Quentes. Mas há um muito mais. Um artigo de Augusto Ferreira do Amaral que, por si só, bastaria para que fosse editado este Caderno 19 da Terras Quentes. “D. NUNO MARTINS DE CHACIM – Uma grande figura de Macedo de Cavaleiros na história medieval portuguesa “. Um clarão que permite ficar com uma ideia diferente, lúcida e mais próxima da verdade do que e quem foi este homem tão importante da política medieval trasmontana e nacional. Há uma frase lapidar no artigo “Perdera-se há muito a memória dos primeiros dois séculos do reino de Portugal e do decisivo protagonismo que neles havia tido Trás-os-Montes” que, com toda a propriedade, resume a razão de ser duma leitura atenta que este artigo mais do que merece. E, embora não seja da competência do editorialista dos cadernos, seria muito pertinente prever desde já a sua edição em livro ou separata.

Parabéns, muitos parabéns pelos vinte anos da Terras Quentes!

*Manuel Cardoso*

τφ



O Concelho  
de Macedo de  
Cavaleiros  
e os seus desafios  
demográficos

# O Concelho de Macedo de Cavaleiros e os seus desafios demográficos

\*Henrique da Costa Ferreira

## Sumário

No presente artigo, procuramos evidenciar a importância estratégica do Concelho de Macedo de Cavaleiros para o desenvolvimento regional, as dificuldades/obstáculos a este desenvolvimento (ponto1); identificar os momentos mais importantes na estruturação geográfica e demográfica do Concelho (ponto 2) e descrever a evolução demográfica do Concelho, da cidade e das suas comunidades rurais considerando as principais categorias de análise demográfica (**ponto 3**).

## Abstract

On this article, we underline strategic role of Macedo de Cavaleiros Local Administration and difficulties considering the regional development (point 1); we describe the main important moments on the geographic and demographic constitution of this Local Administration (point 2); and we describe the major characteristics of its demographic evolution, differentiating urban population and rural population, both based on major categories of demographic analysis (**point 3**).

\* Licenciado em Filosofia, Mestre em Ciências da Educação, especialidade em Administração Escolar e Doutoramento em Educação, especialidade de Organização e Administração Escolar, pela Universidade do Minho, Presidente do Conselho Fiscal da Associação Terras Quentes desde o ano de 2002.

## 1. O território



### 1.1. Características gerais: localização, clima e riqueza natural

O território atual do Concelho de Macedo de Cavaleiros insere-se no centro do espaço geográfico da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes<sup>1</sup>, englobando nove

<sup>1</sup> Segundo o sítio da Comunidade, «A Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM) é um agrupamento de municípios, constituída por nove concelhos da NUT III de Alto Trás-os-Montes, nomeadamente Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais.

É uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial, constituída ao abrigo da **Lei nº 75/2013 de 12 de setembro** e resultou da cisão da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes. Foi criada em setembro de 2013 e tem como principal missão a concretização dos interesses comuns aos municípios que a integram, maximizando sinergias, reforçando a cooperação intermunicipal e promovendo o desenvolvimento sustentado e integrado do território, alicerçado numa estratégia supramunicipal. Assumindo como linha orientadora esta nova abordagem ao desenvolvimento territorial, a CIM-TTM tem vindo a trabalhar no sentido de potenciar os valores económicos, sociais, ambientais e culturais da região, de forma a fazer deste território uma eco região de excelência, reconhecida nacional e internacionalmente, utilizando os valores naturais e produtos de excelência como principal alavanca. Uma estratégia que passa pela valorização dos traços identificativos do território, afirmando-o como um local que oferece uma qualidade de vida diferenciada, para residentes e turistas.

municípios, comunidade localizada no extremo Nordeste de Portugal, coincidente com o Nordeste da antiga província de Trás-os-Montes e Alto Douro e com o Norte do suspenso (desde 2011) Distrito de Bragança, e que sucedeu à Comunidade Intermunicipal Alto Trás-os-Montes, com 15 municípios, abrangendo o Norte da Província de Trás-os-Montes e Alto Douro, e instituída em 2004, em resposta ao referendo à Regionalização e instituição em concreto da Região com este último mesmo nome, no qual tal região não teve adesão popular.

O Concelho tem 67 agregados populacionais, associados, desde a reorganização de 2013, em 30 unidades administrativas territoriais (UAT) sendo oito delas uniões de freguesia<sup>2</sup> e tem uma população total de 14.251 habitantes (INE, 2021), tendo atingido o máximo de 26.199 habitantes, em 1960 (INE, 1963).

O Concelho foi criado em 31 de dezembro de 1853, mas o seu território constitutivo só ficou fechado em 13-01-1898 com a saída das freguesias de Agrobom, Gebelim; Saldonha, Sambade; Soeima, Vale Pereiro; e Vales, para o recém-restaurado Concelho de Alfândega da Fé<sup>3</sup>.

O Concelho é geográfica e climaticamente muito diverso para um território com apenas 699,21 Km<sup>2</sup> que abraça a Serra de Monte de Mel (Bornes), a sul, e beija a de Nogueira, a Norte. A Leste, toca a Terra Quente de Izeda e Mogadouro, e a Sul e Sudoeste, a terra quente de Mirandela e de Torre Dona Chama. Incorpora a paisagem de alta montanha e clima frio, a Norte e Noroeste, e a paisagem da terra quente a Sul, Sudoeste e Leste.

O Concelho situa-se num planalto delimitado pelas serras de Nogueira, a Norte, e de Bornes (Monte de Mel), a Sul, e pelas depressões dos rios Sabor, Tuela e Tua. Tem como altitudes máximas 1268 metros, em Cabanas, nas fraldas da Serra de Nogueira e 1179, no alto da Serra de Bornes, a Sul. E tem como altitude mais baixa 214 metros, na foz do

---

Neste sentido, a CIM-TTM assume como principais objetivos:

- Promoção do território de forma sustentada;
- Aumento da competitividade, através da valorização dos produtos endógenos diferenciadores, da qualificação e da internacionalização;
- Promoção do empreendedorismo;
- Modernizar a administração local e praticar uma administração mais próxima das populações;
- Promover o combate ao insucesso escolar.» (cf. [cm-ttm.pt/pages/439](http://cm-ttm.pt/pages/439)).

2 Anteriormente, eram 38 freguesias, numa média de 1,763 agregados. Desde 2013, ficaram 30, numa média de 2,233 agregados. A particularidade desta reorganização territorial de 2013 é que as freguesias agregadas mantêm a sua identidade territorial e a sua personalidade jurídica tendo apenas delegado transitoriamente o poder decisório nos órgãos da União de Freguesias. Porém, face à pequenez dos agregados unidos, parece improvável qualquer regresso à situação anterior ainda que ele tenha sido possibilitado, em algumas situações que não abrangeram o Concelho de Macedo, tal regresso.

3 Adiante, veremos quais os concelhos que foram suprimidos com a criação do de Macedo de Cavaleiros e a «dança» das freguesias e localidades entre concelhos.

Rio Azibo, na Freguesia de Peredo. No entanto, a altitude média do Planalto macedense é de 600 metros, característica da Meseta Ibérica portuguesa.

O Concelho é banhado por um pequeno rio, o Rio Azibo, que nasce nas fraldas da Serra de Nogueira, junto a Pombares, e desagua no Rio Sabor, próximo das freguesias de Talhas, Lagoa e Peredo. Este rio dá origem à Barragem do Azibo. Por conseguinte, do Concelho, só aquelas três freguesias fazem fronteira com o Rio Sabor (com origem na expressão francesa *Sable D'Or*, o que justifica a pronúncia do «a» aberto), a Leste, fazendo as localidades de Fornos de Ledra e Vila Nova da Rainha, da Freguesia de Lamalonga, fronteira com o Rio Tuela. Há outros pequenos cursos de água a «viver» no Concelho, entre os quais, a Ribeira de Balsemão, a de Bornes, a de Burga, a de Carrapatinha, a de Vale de Prados, a das Carvalhas, a de Ferreira, a de Montestal e a de Vale dos Moinhos. Tais linhas aquáticas conferem ao concelho boa aptidão agrícola.

O concelho de Macedo de Cavaleiros confina com os concelhos de: **Vinhais**, a Norte; Bragança, a Nordeste; **Vimioso**, a Leste; **Mogadouro**, a Sudeste; **Alfândega da Fé**, a Sudoeste; e **Mirandela**, a Oeste.

Em termos de coordenadas geográficas, enquadra-se no espaço compreendido nos extremos de Longitude W 7º 07'36'', de Fornos de Ledra e de Vila Nova da Rainha, a Oeste, e 6º 39'30', de Talhas, a Leste, com reentrâncias a Oeste até 7º 02'36'', na Burga, e 6º 54'15'', a Leste (Podence);' e nos extremos de Latitude N 41º 25'14'', de Burga, Peredo e Lagoa, a Sul; e 41º 41'55'', de Fornos de Ledra, a Norte, com reentrância para Sul, em Podence, para 41º 35'31''. (Google Earth, 2023). Consabendo-se que, em média, cada minuto geográfico (') corresponde, em linha reta, a 1000 metros na Latitude e a cerca de 750 metros na Longitude (no caso de Macedo de Cavaleiros)<sup>4</sup> teremos uma noção aproximada da extensão do território. Em consequência, a distância, por estrada, entre os extremos é bastante grande e maior, situando-se em 66,6 kms no sentido Oeste-Leste, de Fornos de Ledra a Talhas, e em 45,9 kms, no sentido Norte-Sul, entre Cabanas e Burga.

---

<sup>4</sup> Tenha-se em conta que enquanto que a distância entre paralelos é constante, a distância entre meridianos vai diminuindo entre o paralelo equatorial e os paralelos mais a Norte e mais a Sul numa relação mais ou menos simétrica entre hemisférios.

Em termos climatéricos, Macedo de Cavaleiros é um concelho de típico clima mediterrânico, situando-se na transição entre a Terra Fria Transmontana, a Norte, e a Terra Quente Transmontana, a Sul. Tem características de ambas se nos movemos de Norte para Sul e de Oeste para Leste. As temperaturas médias rondam os 6º, nos meses de Inverno, e os 29º nos meses de Verão (Meteoclube, 2023)<sup>5</sup>. Nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, as mínimas podem chegar, esporadicamente, aos -4º, e, nos meses de julho e agosto, as máximas podem, também esporadicamente, chegar aos 40º.

Em termos pluviométricos, a pluviosidade média, desde 1960, foi de 540 mm/m<sup>2</sup> por ano, com metade da precipitação a ocorrer nos meses de outubro a janeiro (Meteoclube, 2023).

Quanto aos produtos autóctones da região, em termos tradicionais, tínhamos: a batata, o centeio/trigo/aveia, o milho, árvores de fruto variadas (oliveiras, sobretudo, nogueiras, castanheiros, pereiras, macieiras, ameixeiras, figueiras, cerejeiras), o azeite, a castanha, o vinho, a cortiça, o linho (já quase inexistente) e a lã (também já quase não tratada) e, mais recentemente, produtos novos como a amêndoa, o mel, o mirtilo, o kiwi, a avelã. A par destes, havia a cultura da carne de porco transformada (enchidos, presuntos, carne salgada, etc.), base da alimentação local, sobretudo no Inverno, e de que ainda se mantêm algumas produções, e a criação de gado ovino, caprino e bovino.

Hoje, alguma industrialização no domínio da metalo-mecânica, da agro-pecuária e da construção civil, a criação intensiva de gado bovino e os serviços de banca, comércio, seguros, informática e de projetos vários, designadamente agrícolas, para além dos de educação e acolhimento e proteção social, complementam a economia da região cuja população no sector primário ainda rondará os 20%<sup>6</sup> porque constituída essencialmente por proprietários por conta própria, de idade avançada, ao passo que os trabalhadores por conta de outrem não passarão de 1650 em 4.600 pessoas da população ativa. Em contrapartida, o sector secundário pesará 18% da atividade económica e o sector terciário 60%.

---

5 [https://www.meteoblue.com/pt/tempo/historyclimate/climatemodelled/macedo-de-cavaleiros\\_portugal\\_2738082](https://www.meteoblue.com/pt/tempo/historyclimate/climatemodelled/macedo-de-cavaleiros_portugal_2738082), 2022-11-05, 18h00.

6 [https://www.cmmacedodecavaleiros.pt/cmmacedocavaleiros/uploads/writer\\_file/document/3584/agricultura.pdf](https://www.cmmacedodecavaleiros.pt/cmmacedocavaleiros/uploads/writer_file/document/3584/agricultura.pdf)

Também o turismo, de natureza, patrimonial e cultural, despertou em Macedo, no final dos anos 90 do Século passado, o primeiro a partir da Barragem do Azibo e o segundo pela dinamização cultural lançada pela Associação Terras Quentes, desde 2002, em parceria e com o apoio dos executivos municipais. Ambos apoiados na modernização das estruturas de restauração e hotelaria, complementada com estruturas de turismo de habitação e alojamento local.

No entanto, as empresas do sector privado são quase todas de pequena dimensão, com até 10 trabalhadores. Para uma melhor caracterização da vida económica do Concelho veja-se <https://www.gee.gov.pt/pt/docs/doc-o-gee-2/estatisticasregionais/distritos-concelhos/braganca/macedo-de-cavaleiros/3041-macedo-de-cavaleiros/file> .

## 2. A organização administrativo-territorial

O Concelho será habitado, segundo a investigação da Associação Terras Quentes, desde há 5.500 anos, demonstrados pelas diferentes escavações arqueológicas documentadas nos Cadernos Terras Quentes e no Museu Arqueológico (Cadernos Terras Quentes 14, maio de 2017).

Porém, em termos de organização demográfica e administrativa do território, não temos informações anteriores à fundação de Portugal. Os estudos disponíveis, inseridos em publicações nos Cadernos Terras Quentes (Gradíssimo, C12, 2015: 57-187; Carlos A. Santos Mendes, Miguel Sanchez Baena e Pedro Gomes Barbosa, C16, 2021: 9-166); Augusto Ferreira do Amaral, Carlos A. Santos Mendes e Miguel Sanchez Baena, C17, 2022: 9-84) permitem-nos formular uma ideia sobre a população da região e sua distribuição, com um aumento rápido na segunda metade do Século XIX, em consequência da chegada do sabão e da melhoria das condições gerais de vida<sup>7</sup>.

Pelo estudo de Amaral, Mendes e Baena (2022: 10-16), verificamos já ser a região do atual Concelho de Macedo de Cavaleiros, dividida entre Terras de Ledra e Terras de Lampaças, razoavelmente povoada, ao tempo das Inquirições de 1258/1288, com uma aldeia por cada 8 kms<sup>2</sup>.

---

<sup>7</sup> A crer em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_de\\_Portugal\(1834%E2%80%931910\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_de_Portugal(1834%E2%80%931910)), «A variação do número de Portugueses entre 1801 a 1851 terá sido de apenas 23,4%, contra os cerca de 42% registados entre essa última data e 1900», em consequência da chegada do sabão, descoberto em Inglaterra, em 1848

Nesse tempo, existiriam 56 povoados (aldeias) dos quais 23 desapareceram, entretanto. Aquelas Inquirições indicam-nos haver gente em 38 povoados: Ala, Amendoeira, Bagueixe, Balsemão, Banreses, Bornes, Burga, Carrapatas, Castro Roupa, Cernadela, Chacim, Comunhas, Cortiços, Crastelos, Edroso, Espadanedo, Ferreira, Gradíssimo, Gralhós, Grijó, Lamas, Malta, Moymenta, Morais, Murçós, Nozelos, Paixão, Pinho Velho, Podence, Vilar de Prado Redondo, Salselas, Santa Combinha, Sezulfe, Talhas, Talhinhas, Vale Bem Feito, Vale da Porca e Vinhas.

Isto significa que, segundo os autores que vimos citando (p. 17), o espaço do Concelho de Macedo de Cavaleiros estava bastante povoado em consequência das necessidades de defesa do território. Necessidades que justificavam que Bragança, em 1527, fosse a quarta maior cidade do país.

Ao tempo do numeramento de Dom Manuel II, em 1527, Cortiços já teria 118 habitantes, Sezulfe, 37, Chacim, 124 e Nozelos, 112.

Embora, por enquanto, os estudos sobre a demografia do Concelho não abundem, os censos demográficos nacionais iniciados em 1864 indicam-nos que, neste ano, o recém-criado concelho já tinha 16.633 habitantes e a sua sede, 727.

Assim, os censos demográficos, a partir de 1864, posteriores à criação do Concelho, permitem-nos conhecer e apreciar as características demográficas do mesmo.

## **2.1. Do ventre da mulher-mãe, ao aconchego do «suserano» e da Igreja Católica e ao ventre da mãe-terra**

O povoamento do território de Macedo de Cavaleiros obedeceu a lógicas de defesa do território face aos inimigos externos (Galiza, Leão e Castela) e a lógicas de capacidade do território para alimentar os filhos gerados pelas mulheres-mães.

Assim, a população associou-se e agregou-se aos fidalgos agraciados com terras e forais em consequência dos seus feitos militares, por razões de defesa e sobrevivência, até ao fim das guerras peninsulares, por volta de 1700, e espalhou-se depois pelo território em busca das bênçãos naturais da mãe-terra, fontes da alimentação e riqueza.

Este movimento aparentemente contraditório de associação e de autonomia fez com que fossem constituídas, ao longo dos oito séculos da nacionalidade, 67 localidades, organizadas diferentemente, ao longo dos tempos, conforme as reformas administrativas e os movimentos autonomistas e de busca de bem-estar das populações.

O território do Concelho de Macedo de Cavaleiros esteve em quase permanente reorganização – como, de resto, o de quase todos os concelhos do país, desde os alvares do Estado, em 1143, bafejado pela intensificação da fixação de pessoas no Interior, por necessidades de defesa ainda que menos que os concelhos de fronteira (Chaves, Vinhais, Bragança, Miranda do Douro, Vimioso e Mogadouro).

Porém, a centralidade de Macedo haveria de dar-lhe, com o «cabralismo» e o «fontismo», a partir do primeiro terço do Século XIX, uma dinâmica que tornou a localidade em centro geográfico do ex-Distrito de Bragança, centro perdido em consequência da concentração de serviços administrativos do Estado Central e do Estado Social, a partir dos anos 60 do Século XX, em Mirandela e em Bragança, em submissão a uma lógica de clientela demográfica e não de promoção de desenvolvimento estratégico da região.

A mesma lógica conduziu à desclassificação da Estrada Nacional 216, em 1986, entre Macedo e Mogadouro, para estrada municipal, ainda que recuperada em 1999 para Regional, retirando importância a este eixo, a propósito do Plano Rodoviário de 1986, depois sucessivamente revisto e plasmado na versão de 2000.

É neste ano que a revisão daquele Plano induz as ligações entre Vila Real e Mogadouro – Miranda do Douro pelo Sul do Distrito, através dos concelhos de Carraceda de Ansiães, Alijó e Alfândega da Fé, a pretexto do desencravamento e necessidade de compensação das populações daqueles concelhos em relação à consolidação do IP4 (hoje, A4), entre Vila Real, Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Bragança, descurando-se assim as ligações horizontais entre as populações de um território com 100 kms na vertical e 70 kms na horizontal, de Bragança a Carraceda de Ansiães e de Freixo de Espada-à-Cinta a Miranda do Douro, território em que pelo menos as vias entre Macedo de Cavaleiros e Mogadouro e Macedo de Cavaleiros e Vimioso se afiguram imprescindíveis para além da melhoria das ligações para Norte, designadamente, para Vinhais e A Gudña. Afigurando-se justíssimo o desencravamento do Sul do ex-provisoriamente Distrito, conclui-se por inadequado e desfavorecedor o abandono da parte medular do mesmo.

## 2.2. A constituição do Concelho de Macedo de Cavaleiros

Tanto a criação como a reorganização municipal, ao longo dos primeiros sete séculos da nacionalidade, obedeceu a lógicas de alianças entre os reis e os nobres que se notabilizaram na defesa do Reino e ainda ao agraciamento por parte dos monarcas de dinâmicas autonómicas para as gentes locais na forma de forais e de privilégios administrativos.

As reformas de 1834 e 1836 são os momentos fundadores de lógicas territoriais de natureza estratégica, baseadas na igualdade de tratamento administrativo, própria da centralização liberal que consideraram não já os privilégios de linhagens, individuais ou familiares, mas sim a dimensão dos aglomerados populacionais, a sua localização estratégica face à administração do território e a sua importância na defesa do mesmo. Esta centralização administrativa precisava de vias de comunicação (estradas e caminhos de ferro) e, de aí, o seu incremento na segunda metade do Século XIX.

As reorganizações administrativo-territoriais promovidas pelos governos liberais a partir de 1832, e com particular força entre 1834 e 1836 e anos posteriores limitaram os concelhos de 788 a 382 (1842) e a 295 (1878), agregando-os em 18 distritos no Continente (Luís Silveira, 1997: 157) (cf. <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/594204/fullscreen> 1 e Ana Tomás e Nuno Valério (2019: 256-259) 2 [https://www.iseg.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?method=getFile&fileId=1291668&request\\_checksum\\_=3cfab2f929a47e78dbd06c65024198ccb9549da2](https://www.iseg.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?method=getFile&fileId=1291668&request_checksum_=3cfab2f929a47e78dbd06c65024198ccb9549da2))

O Concelho de Macedo de Cavaleiros, criado em 31 de dezembro de 1853, é fruto desta lenta reorganização (ao longo de 66 anos), conjugada com a conceção da rede viária do «fontismo», a qual conferia à então ainda localidade de Macedo dos Cavalleiros uma nova centralidade entre o Norte e o Sul do Distrito e o Oeste e o Leste do mesmo.

Pela Reforma de 1836 (Decreto de 6 de novembro), as freguesias e agregados populacionais do Concelho estavam distribuídos por sete concelhos-outros:

- Bragança (1 localidade – Santa Combinha);
- Chacim (oito freguesias);
- Cortiços (18, entre elas Macedo dos Cavalleiros);
- Izeda (12);
- Torre de Dona Chama (8);
- Vinhais (1);
- Mirandela (1).

que, por sua vez, já provinham de concelhos anteriores: Algosó, Castro Vicente, Chacim, Cortiços, Bragança, Vale de Prados o Grande, Pinho Velho, Sezulfé, Izedá, Vinhaes, Torre de Dona Chama e Mirandela.

Vejamos agora o processo de constituição do Concelho de Macedo de Cavaleiros (seguimos Ana Tomás e Nuno Valério (2019: 256-259), criado, como se disse, em 31 de dezembro de 1853, por extinção dos concelhos de Chacim e Cortiços, e transferência de outras três freguesias dos concelhos de Bragança, Izedá Torre Dona Chama, e integrando, ao tempo, 33 freguesias:

- «Santa Combinha – do concelho de Bragança;
- Castelãos; Chacim; Edroso; Gebelim; Lombo; Olmos; Peredo; Saldonha; Soeima; Vale da Porca; e Vilar do Monte – do concelho de Chacim, então extinto;
- Amendoeira; Bornes de Monte Mel; Burga; Caravelas; Carrapatas; Cernadela; Cortiços; Corujas; Grijó de Vale Benfeito; Lamas de Podence; Macedo de Cavaleiros; Pinho Velho e Gradíssimo; Romeu; Sezulfé; Vale Benfeito; Vale de Asnes; e Vale de Prados – do concelho de Cortiços, então extinto;
- Podence, do concelho de Izedá;
- Ala e Brinço, do concelho de Torre de Dona Chama.

Por Decreto de 24 de outubro de 1855, o Concelho de Macedo passou a ter 53 freguesias, pois:

- Foi extinto o concelho de Izeda, sendo 7 das freguesias que o compunham – Bagueixe; Lagoa; Morais; Salselas; Talhas; Talhinhas; e Vinhas – integradas no concelho de Macedo de Cavaleiros;
- Foi extinto o concelho de Torre de Dona Chama, sendo 8 das freguesias que o compunham – Arcas; Espadanedo; Ferreira; Fornos de Ledra; Lamalonga; Meles; Vilarinho de Agrochão; e Vilarinho do Monte – integradas no concelho de Macedo de Cavaleiros;
- Foi transferida para o concelho de Macedo de Cavaleiros 1 freguesia – Murçós – do concelho de Vinhais;
- Foram transferidas 3 freguesias – Gebelim; Saldonha; e Soeima – do concelho de Macedo de Cavaleiros para o concelho de Alfândega da Fé;
- Foi transferida 1 freguesia – Santa Combinha – do concelho de Macedo de Cavaleiros para o concelho de Bragança;
- Foi transferida 1 freguesia – Caravelas – do concelho de Macedo de Cavaleiros para o concelho de Mirandela.

Entre 1855 e 1864:

- A freguesia de Brinço foi integrada na freguesia de Ala;
- A freguesia de Cernadela foi integrada na freguesia de Cortiços;
- A freguesia de Fornos de Ledra foi integrada na freguesia de Lamalonga;
- A freguesia de Meles foi integrada na freguesia de Ala;
- As freguesias de Pinho Velho e Gradíssimo foram integradas na freguesia de Amendoeira.

Por Decreto de 15 de novembro de 1871, foi transferida 1 freguesia – Vale de Asnes – do concelho de Macedo de Cavaleiros para o concelho de Mirandela.

Entre 1864 e 1878, a freguesia de Soutelo Mourisco foi separada da freguesia de Espadanedo.

Por Decreto de 23 de abril de 1884, foi transferida a freguesia de Romeu – do concelho de Macedo de Cavaleiros para o concelho de Mirandela.

Por Decreto de 14 de agosto de 1895, foi transferida para o concelho de Macedo de Cavaleiros 1 freguesia – Santa Combinha – do concelho de Bragança; e foi extinto o concelho de Alfândega da Fé, sendo 7 das freguesias que o compunham – Agrobom; Gebelim; Saldonha; Sambade; Soeima; Vale Pereiro; e Vales - integradas no concelho de Macedo de Cavaleiros.

Por Decreto de 13 de janeiro de 1898, foi restaurado o concelho de Alfândega da Fé, englobando 7 freguesias – Agrobom; Gebelim; Saldonha; Sambade; Soeima; Vale Pereiro; e Vales – separadas do concelho de Macedo de Cavaleiros, e terminando assim o processo de integração de freguesias e povoados no Concelho

Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936, o concelho de Macedo de Cavaleiros passou a fazer parte da província de Trás-os-Montes e Alto Douro, então criada.

O Decreto-Lei n.º 42536 de 28 de setembro de 1959 extinguiu as províncias do Continente.

Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Macedo de Cavaleiros passou a fazer parte da região do Norte sub-região Interior.

Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Macedo de Cavaleiros passou a fazer parte da região do Norte.

Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Macedo de Cavaleiros passou a fazer parte da sub-região de Alto Trás-os-Montes.

Pela Lei n.º 55/2003 de 22 de agosto de 2003, a freguesia de Lamas de Podence passou a denominar-se Lamas. Na realidade, já assim aparecia designada a partir do Censo de 1878.

Pela Lei n.º 56/2003 de 22 de agosto de 2003, a freguesia de Grijó de Vale Benfeito passou a denominar-se Grijó. Na realidade, já assim aparecia designada a partir do Censo de 1878.

No início de 2013, o concelho de Macedo de Cavaleiros englobava as mesmas 38 freguesias de 1898: Ala; Amendoeira; Arcas; Bagueixe; Bornes; Burga; Carrapatas; Castelãos; Chacim; Cortiços; Corujas; Edroso; Espadanedo; Ferreira; Grijó; Lagoa; Lamalonga; Lamas; Lombo; Macedo de Cavaleiros; Morais; Murçós; Olmos; Peredo; Podence; Salselas; Santa Combinha; Sezulfe; Soutelo Mourisco; Talhas; Talhinhãs; Vale Benfeito; Vale da Porca; Vale de Prados; Vilar do Monte; Vilarinho de Agrochão; Vilarinho do Monte; e Vinhas.

Pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, foram integradas 14 das 38 freguesias desta forma: União das Freguesias de Ala e Vilarinho do Monte; União das Freguesias de Bornes e Burga; União das Freguesias de Castelãos e Vilar do Monte; União das Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco; União das Freguesias de Podence e Santa Combinha; e União das Freguesias de Talhinhãs e Bagueixe mantendo-se as restantes autónomas.

Em consequência, o conceito de freguesia tornou-se inadequado para exprimir as novas realidades subsequentes à Lei de 2013, requerendo para elas o nome de unidades administrativas territoriais, pessoas coletivas de população e território, englobando freguesias e uniões de freguesias.

Pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, o concelho de Macedo de Cavaleiros passou a fazer parte da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.»

A partir de janeiro de 1898, o Concelho de Macedo de Cavaleiros ficou fechado na sua constituição de povoados e freguesias, pelo menos até aos dias de hoje. Contabilizavam-se e contabilizam-se 38 freguesias que, a partir de 2013, passaram a funcionar como se fossem 30 (24 freguesias e 6 uniões de freguesia associando diferentemente 14 freguesias) para efeitos de administração, mas criando problemas diferenciados de administração territorial já que as uniões de freguesia herdaram territórios maiores e populações mais dispersas. Além disso, no caso de uma delas – Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco – resultaram nove povoações embora poucos habitantes (358 em 2021) mas um território com 64 kms<sup>2</sup> numa zona montanhosa.

Desde 1898, nenhum povoado mudou de freguesia pelo que a pertença dos 67 povoados em relação às freguesias é a constante do QUADRO I. Ressalvamos que, infelizmente, não temos dados por povoado a não ser para 1940 e 1991, o que é uma perda enorme para o conhecimento das comunidades, mas, que saibamos, tais dados não existem a partir de 1991 e, a partir do Censo de 2021, nem sequer os dados existem para a individualidade das freguesias agrupadas.

**QUADRO I**  
Freguesias e seus povoados, até 2013

<b>Freguesias</b>	<b>Povoações</b>
<b>Ala</b>	Ala
	Brinço
	Carrapatinha
	Meles
<b>Amendoeira</b>	Amendoeira
	Gradíssimo
	Latães
	Pinhovelo
<b>Arcas</b>	Arcas
	Mogrão
	Nozelos
	Isolados
<b>Bagueixe</b>	Bagueixe
<b>Bornes</b>	Bornes
	Isolados
<b>Burga</b>	Burga
	Isolados
<b>Carrapatas</b>	Carrapatas
<b>Castelãos</b>	Castelãos
	Isolados
<b>Chacim</b>	Chacim
	Isolados
<b>Cortiços</b>	Cortiços
	Cernadela
	Isolados
<b>Corujas</b>	Corujas
<b>Edroso</b>	Edroso
	Isolados
<b>Espadanedo</b>	Bousende
	Espadanedo
	Valongo
<b>Ferreira</b>	Comunhas
	Ferreira
<b>Grijó</b>	Grijó
	Isolados
<b>Lagoa</b>	Lagoa

<b>Lamalonga</b>	Argana
	Fornos de Ledra
	Lamalonga
	Vila Nova da Rainha
<b>Lamas</b>	Lamas
	Isolados
<b>Lombo</b>	Lombo
<b>Macedo de Cavaleiros</b>	Macedo
	Travanca
	Nogueirinha
	Isolados
<b>Morais</b>	Morais
	Paradinha de Besteiros
	Sobreda
	Isolados
<b>Murçós</b>	Murçós
<b>Olmos</b>	Malta
	Olmos
<b>Peredo</b>	Peredo
	Isolados
<b>Podence</b>	Azibeiro
	Podence
<b>Salselas</b>	Limãos
	Salselas
	Valdrez
<b>Santa Combinha</b>	Santa Combinha
	Isolados
<b>Sezulfes</b>	Sesulfes
	Vale Pradinhos
	Isolados
<b>Soutelo Mourisco</b>	Cabanas
	Soutelo Mourisco
	Vilar Douro
<b>Talhas</b>	Talhas
<b>Talhinhas</b>	Gralhós
	Talhinhas
<b>Vale Benfeito</b>	Vale Benfeito
	Isolados
<b>Vale da Porca</b>	Banreses
	Vale da Porca
<b>Vale de Prados</b>	Arrifana
	Vale de Prados
<b>Vilar do Monte</b>	Vilar do Monte
<b>Vilarinho de Agrochão</b>	Vilarinho de Agrochão
	Isolados
<b>Vilarinho do Monte</b>	Vilarinho do Monte
<b>Vinhas</b>	Castro Roupal
	Vinhas
	Isolados

### 3. Estrutura e dinâmica demográfica

A evolução demográfica do Concelho de Macedo de Cavaleiros retrata-se no QUADRO II (síntese evolutiva em termos de percentagens de crescimento ou decréscimo relativamente aos períodos mais significativos) e no QUADRO III (habitantes das unidades administrativas territoriais - freguesias e uniões de freguesia) presentes nos diferentes censos da habitação. No QUADRO IV, fornecemos dados de habitantes para as pequenas comunidades integradas nas freguesias. Só temos dados para 1940 e para 1991, ou porque não os conseguimos obter ou porque eles não existam.

No QUADRO III, inserimos ainda a população das novas freguesias agregadas em 2013 e obtemos, para 2021, a população de cada uma delas, por cálculo, face à sua evolução na década de 10 do Século XXI.

A união de freguesias em 2013 coloca dificuldades estatísticas demográficas sérias porque o INE já não desgrega dados inferiores aos da unidade Freguesia. Então, somámos a população das freguesias unidas, considerando o Censo de 2011, obtivemos a percentagem de evolução em relação a 2021 e aplicámo-la a cada uma das freguesias unidas, obtendo assim, por cálculo, um número previsivelmente aproximado de população. Todos estes dados estão sintetizados no **QUADRO III**.

**Da agregação de oito freguesias, em 2013**, resultaram as 30 unidades administrativas territoriais (UTA) constantes do QUADRO III. Verifica-se da análise que a população do Concelho de Macedo de Cavaleiros evoluiu de acordo com as condições económicas, sociais, políticas (nacionais e internacionais) e de saúde da população do território.

Em síntese, esta evolução entre os grandes períodos foi a que se retrata no Quadro II.

**QUADRO II**  
**Evolução demográfica do Concelho e freguesias do Concelho de Macedo de Cavaleiros,**  
**entre 1864 e 2021, nos seus momentos mais significativos**

	1864-1910	1910-1920	1920-1960	1960-2021	2011-2021
<b>Concelho</b>	25,76	-13,76	42,72	-45,4	-11,1
<b>Cidade</b>	144,84	-9,84	97,32	92,78	-3,54
<b>Freguesias ou UAT</b>	20,31	-12,5	37,5	-64,8	-15

**Analisando os dados do QUADRO II, verificamos:**

- Um crescimento moderado ao longo da segunda metade do Século XIX;
- Um decréscimo acentuado na primeira década do Século XX em consequência da gripe pneumónica, da I Guerra Mundial, das guerras em África e da emigração para o Brasil;
- Um crescimento rápido até à década de 60 em consequência: da proibição da emigração, da II Grande Guerra, da valorização pelo Estado Novo da vida e economia campestres apesar de uma grande emigração para o Brasil nas décadas de 40 e 50;
- E um decréscimo acentuado a partir do início da década de 60 do Século XX, em consequência da industrialização do país; da migração para Lisboa, Porto, Braga e outras cidades do Continente, e ainda para Angola, Moçambique e Guiné; da emigração para o estrangeiro; e dos acordos da Organização do Comércio criando dificuldades de exportação dos produtos agrícolas aos agricultores.

**QUADRO Nº III**  
**População do Concelho de Macedo de Cavaleiros e suas freguesias, de acordo com os Censos de Portugal. Agregadas**

	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2021
Concelho	16633	17891	18825	19200	20917	18356	19781	22765	25204	26199	21380	21608	18071	17449	15844	14251
Cidade	727	1054	1234	1126	1780	1605	1914	2314	2706	3167	3237	4373	4867	6087	6297	6137
Freguesias	15906	16837	17591	18074	19137	16751	17867	20451	22498	23032	18143	17235	13204	11362	9547	8116
Ala	830	792	839	849	982	889	813	959	1047	1036	924	839	582	497	420	356 a
Amendoeira	521	553	600	431	650	593	634	739	786	702	689	666	467	490	427	400
Arcas	770	588	819	571	570	521	506	583	673	710	552	571	427	389	262	215
Bagueixe	620	294	352	347	363	297	332	409	433	427	443	332	256	190	153	122 f
Bornes	288	251	278	284	284	238	265	336	326	324	222	196	117	88	54	39 b
Burça	247	261	273	266	247	205	258	302	302	322	249	342	296	225	200	153
Carrapatas	444	496	805	526	560	503	549	501	594	590	561	532	509	395	445	370 c
Castelões	621	637	655	749	807	694	811	908	928	1012	699	583	558	341	265	227
Chacim	523	509	559	707	690	628	772	878	878	873	575	641	464	417	304	237
Comfos	206	223	206	264	281	243	284	302	298	337	303	284	240	213	168	143
Conjujas	203	224	263	241	242	205	203	197	229	249	231	166	146	131	95	76 d)
Edroso	495	322	357	311	350	304	317	375	487	549	437	262	254	194	188	150 d)
Espadanedo	369	356	363	389	423	375	393	480	606	617	437	328	328	222	194	192
Ferreira	324	425	364	373	498	402	519	638	719	739	680	512	471	471	369	351
Grijó	579	585	644	543	675	602	701	840	888	960	1007	741	484	475	403	339
Lagoa	769	856	997	980	971	1025	928	956	1122	1204	1077	681	412	432	314	271
Lamalanga	367	414	616	558	402	309	329	488	459	444	391	415	330	287	278	238
Lamas	359	335	443	443	431	383	472	542	529	510	380	395	305	379	345	304
Lombo	727	1054	1234	1126	1780	1605	1914	2314	2706	3167	3237	4373	4867	6087	6297	6137
M. Cavaleiros	673	720	733	830	831	634	751	963	1041	1037	978	1044	798	704	655	530
Merais	315	377	353	346	382	338	314	396	540	695	522	431	280	206	134	107 d)
Murços	392	468	787	454	544	525	546	611	609	513	414	349	276	247	208	149
Olhos	504	519	538	566	570	500	552	588	614	570	388	442	334	366	258	191
Paredo	507	526	592	337	576	505	478	523	598	580	494	424	393	357	250	208 e)
Podence	660	684	739	866	861	704	835	916	1052	1049	704	735	560	480	387	284
Salselas	155	178	191	152	161	137	137	157	172	178	129	104	89	72	56	48 e)
Santa Combinha	415	457	437	523	457	407	471	519	522	562	356	384	323	184	263	271
Seculle	211	245	283	283	221	201	236	264	294	323	208	172	113	60	31	25 d)
Soutelo Mourisco	585	539	657	715	691	577	681	746	834	917	775	764	464	417	316	256
Talhas	388	442	479	482	525	454	447	516	587	655	468	417	296	244	175	140 f)
Talhinhos	509	554	590	646	619	463	486	570	602	553	421	423	302	231	182	159
Vale Benfeito	368	357	405	411	491	501	494	501	580	526	370	526	344	349	285	239
Vale da Porca	465	477	457	438	441	375	399	542	595	645	503	453	155	142	107	96 c)
Vale de Prados	268	269	338	180	272	214	235	264	266	289	214	229	155	142	107	96 c)
Vilar do Monte	352	348	338	354	373	373	357	429	449	503	421	393	346	269	234	216
Vilarrinho de Agrochão	243	202	243	202	209	196	212	200	272	206	145	168	105	72	67	55 a
Vilarrinho do Monte	565	647	639	768	782	614	669	789	882	801	595	550	371	293	236	160
Vinhas																
a) Ala e Vilarrinho do Monte																487
b) Bornes e Burça																445
c) Castelões e Vilar do Monte																342
d) Espadanedo, Edroso, Murços, Soutelo Mourisco																552
e) Podence e Santa Combinha																448
f) Talhinhos e Bagueixe																306
																258
																328
																262

Legenda:

- a) Ala e Vilarinho do Monte: 487/412. Perda de 15,5%
- b) Bornes e Burga: 342/445
- c) Castelãos e Vilar do Monte: 457/552\_17,2%
- d) Espadanedo 358/448= 20%
- e) Podence e Santa Combinha\_ 258/306=17%
- f) Talhinhos e Bagueixe 262/328\_ 20,1%

Os QUADROS II e III revelam-nos que a vila (entre 1863 e 1999) /cidade (a partir de 1999) e as comunidades rurais têm uma evolução diferenciada.

Observa-se que a atual cidade (desde 1999) continua à procura do seu máximo de população apesar de um pequeno decréscimo na década de 10 do Século XXI, (mesmo assim inferior ao da maioria dos concelhos do país, tanto do Interior como do Litoral) e que as aldeias continuam, desde 1960, à procura do seu mínimo.

As aldeias, tal como o concelho, atingiram o seu máximo de habitantes em 1960. O Concelho, 26.199, e as aldeias 23.032. Hoje, o Concelho tem 14.251 e as aldeias, 8.116. A cidade tem tido, ao longo dos quase 160 anos em análise, um quase constante acréscimo de população, excetuando-se a década de 10 do Século XX em que teve um decréscimo inferior (9,84%) ao das aldeias, de 12,5%.

Apesar de o período 1960-2021 ser de um decréscimo populacional contínuo, não o é, de todo, para a cidade, com um crescimento contínuo até 2011. E, mesmo para o Concelho, a década de 1980, com algum retorno de nacionais das ex-colónias de Angola e Moçambique, é uma década de menor decréscimo, o que se confirma também na década de 90 com a instalação do Instituto Piaget Nordeste, atraindo população estudantil e dinâmica económica à cidade. Do mesmo modo, a renovação da dinâmica turística e da agricultura foram sustentáculos para uma menor perda demográfica da cidade na década de 10 do Século XXI em consequência do revigoração dos serviços e do turismo.

No QUADRO IV, descrevemos a população das localidades do Concelho, tomando também por localidade a sede da unidade administrativa territorial. Fazemo-lo para as freguesias anteriores ao agrupamento de 2013.

Verificamos que, em 1940, período de expansão demográfica:

- Só havia duas localidades com mais de 900 habitantes, Chacim, com 908 e Macedo, com 1.859;
- Três com mais de 800 (Lagoa, com 840) e as duas anteriores;
- Quatro com mais de 700 (Talhas, com 746) mais as três anteriores;
- Seis com mais de 600 (Bornes, 693 e Grijó, 638) mais as quatro anteriores, e
- 11 com mais de 500 (Castelãos, 502, Lombo, 542, Vale Benfeito, 570, Vale da Porca, 501, e Vinhas, 564, mais as seis anteriores.

De onde se conclui não ter, nem ao tempo nem agora, uma malha demográfica atrativa do ponto de vista seja da indústria seja dos serviços, até pela dispersão da malha demográfica.

Infelizmente, não temos dados da população das localidades menores para os censos posteriores a 1991. De qualquer forma, o decréscimo populacional verificado e a população das unidades administrativas territoriais (freguesias) permitem-nos supor que o Concelho já não terá nenhuma localidade, à exceção da localidade da sede da freguesia de Vale Prados (405?) e da freguesia da sede do Concelho (6.137), com a sinergia proporcionada por 400 habitantes.

**QUADRO IV**  
Freguesias, até 2013, seus povoados e respetiva população em 1940 e 1991

Freguesias	Povoações	População em 1940	População em 1991
<b>Ala</b>	Ala	299	215
	Brinço	303	148
	Carrapatinha	77	34
	Meles	282	185
<b>Amendoeira</b>	Amendoeira	321	208
	Gradíssimo	244	135
	Latães	101	82
	Pinhovelo	72	82
<b>Arcas</b>	Arcas	383	277
	Mogrão	107	94
	Nozelos	93	56
	Isolados	5	0
<b>Bagueixe</b>	Bagueixe	409	256
<b>Bornes</b>	Bornes	693	593
	Isolados		12
<b>Burga</b>	Burga	336	117
	Isolados		
<b>Carrapatas</b>	Carrapatas	289	296

<b>Castelãos</b>	Castelãos	502	441
	Isolados		68
<b>Chacim</b>	Chacim	908	558
	Isolados		55
<b>Cortiços</b>	Cortiços	509	253
	Cernadela	246	201
	Isolados		68
<b>Corujas</b>	Corujas	302	240
<b>Edroso</b>	Edroso	197	146
	Isolados		
<b>Espadanedo</b>	Bousende	90	45
	Espadanedo	218	150
	Valongo	67	59
<b>Ferreira</b>	Comunhas	141	79
	Ferreira	339	249
<b>Grijó</b>	Grijó	638	450
	Isolados		52
<b>Lagoa</b>	Lagoa	840	412
<b>Lamalonga</b>	Argana	111	43
	Fornos de Ledra	285	154
	Lamalonga	376	197
	Vila Nova da Rainha	184	90
<b>Lamas</b>	Lamas	438	297
	Isolados		33
<b>Lombo</b>	Lombo	542	305
<b>Macedo de Cavaleiros</b>	Macedo	1859	4390
	Travanca	327	280
	Nogueirinha	142	101
	Isolados	10	86
<b>Morais</b>	Morais	839	422
	Paradinha de Besteiros	48	43
	Sobreda	79	74
	Isolados		259
<b>Murçós</b>	Murçós	396	280
<b>Olmos</b>	Malta	132	52
	Olmos	475	224
<b>Peredo</b>	Peredo	593	327
	Isolados		7
<b>Podence</b>	Azibeiro	44	38
	Podence	479	355
<b>Salselas</b>	Limãos	363	210
	Salselas	368	228
	Valdrez	187	122
<b>Santa Combinha</b>	Santa Combinha	157	89
	Isolados		1

<b>Sezulfe</b>	Sesulfe	277	138
	Vale Pradinhos	241	141
	Isolados		44
<b>Soutelo Mourisco</b>	Cabanas	68	34
	Soutelo Mourisco	121	49
	Vilar Douro	75	30
<b>Talhas</b>	Talhas	746	464
<b>Talhinhas</b>	Gralhós	295	198
	Talhinhas	221	98
<b>Vale Benfeito</b>	Vale Benfeito	570	302
	Isolados		4
<b>Vale da Porca</b>	Banreses		
	Vale da Porca	501	344
<b>Vale de Prados</b>	Arrifana	122	33
	Vale de Prados	420	352
<b>Vilar do Monte</b>	Vilar do Monte	264	155
<b>Vilarinho de Agrochão</b>	Vilarinho de Agrochão	430	321
	Isolados		25
<b>Vilarinho do Monte</b>	Vilarinho do Monte	200	105
<b>Vinhas</b>	Castro Roupal	226	86
	Vinhas	564	285
	Isolados		0

### 3.1. Composição populacional e indicadores demográficos

Analisemos agora a composição da população do Concelho.

Segundo o Censo de 2021, o Concelho tem 14.251 habitantes, sendo 6.773 pessoas do sexo masculino e 7.478 pessoas do sexo feminino, números (47,52% de homens) que o colocam dentro da média nacional de repartição homens/ mulheres (47,55% de homens).

Habitavam na cidade 6.137 pessoas (43%) e nas comunidades rurais 8.114 (57%), numa repartição bastante próxima entre cidade e campo, ao contrário da capital do ex-Distrito (Bragança), onde habita um terço da população no campo, e ao contrário dos restantes concelhos do ex-Distrito onde a grande maioria da população habita no campo. Sinal de que o nível de desenvolvimento dos serviços nas sedes de concelho não é grande.

Registava-se mais 705 indivíduos do sexo feminino do que do sexo masculino, mas esta diferença verifica-se essencialmente dos 60 anos para cima (614) e dos 80 para cima (320).

A **repartição da população do Concelho por grupos etários** revela uma população em ritmo acelerado de envelhecimento (QUADRO V e VI), incapaz de se auto-sustentar por ausência de capacidade reprodutiva quer por envelhecimento quer pela inexistência de mulheres suficientes (apenas 2.209 entre os 0 e os 39 anos, ou seja, 15,5% da população total e 29,5% da população feminina)

Com efeito, o **índice de envelhecimento e o índice de juvenilização** agravaram-se, ao longo dos últimos 60 anos do período em análise, constante e exponencialmente. O primeiro, de 5,44% para 384,22% e o segundo de 540% para 26,27%, em 2021.

**QUADRO V**  
**Distribuição etária da população do Concelho de Macedo de Cavaleiros**  
**por classes decenais (INE, 2021)**

Classes etárias	Habitantes	%	Homens	Mulheres
0 - 9 anos	786	5,515	397	389
10 - 19 anos	1101	7,725	551	550
20 - 29 anos	1180	8,280	588	592
30 - 39 anos	1298	9,108	620	678
40 - 49 anos	1638	11,494	795	843
50 - 59 anos	2096	14,707	1052	1044
60 - 69 anos	2458	17,248	1184	1274
70 - 79 anos	2108	14,791	953	1155
80 - 89 anos	1313	9,213	544	769
90 - 99 anos	266	1,866	87	179
100 ou mais anos	7	0,0491	2	5
<b>Total</b>	<b>14251</b>	<b>99,99</b>	<b>6773</b>	<b>7778</b>

**QUADRO VI**  
**Estrutura etária da população por grupos etários convencionais**  
**(1960 e 2021) (PORDATA, 2023)**

Classes etárias	1960	%	2021	%
<b>0 a 14</b>	9145	34,90	1286	9,02
<b>15 a 64</b>	15362	58,63	8025	56,31
<b>≥ 65</b>	1692	6,46	4941	34,67
<b>Somas de controlo</b>	<b>26199</b>	<b>99,99</b>	<b>14251</b>	<b>100,00</b>

No Concelho de Macedo de Cavaleiros, havia registadas, em 2021, 1887 pessoas abaixo dos 20 anos (13,24% do total da população) e 6.152 pessoas com 60 ou mais anos (43,16% do total da população).

Em 2021, nas comunidades rurais só estão registadas 704 **crianças e jovens dos 0 aos 19 anos**, estando 1.104 na cidade. O primeiro número corresponde a apenas 8,67% da população rural e o segundo a 17,98% da população da cidade, ambas muito abaixo de 36% desejáveis.

O problema da subrepresentação da população mais jovem é mais grave no caso do sexo feminino pois espera-se que elas sejam em número suficiente para garantir o futuro demográfico. O QUADRO VII fornece-nos os dados de uma catástrofe anunciada, sobretudo nas comunidades rurais onde a população feminina é ainda menor, em termos de percentagem, do que a população geral embora com taxas muito próximas (30,63% para a geral e 29,54% para a feminina. De resto, só na cidade (40,04%), em Arcas e Vilarinho do Monte (35,51%), em Amendoeira (30,73%) e em Vale Benfeito (30,38%) se ultrapassa os 30% em desejáveis 60%.

Este problema é ainda mais preocupante quando observamos a percentagem da população em idade fértil (0-39 anos) face ao todo da população. Verificamos que só na cidade ela atinge 40% em desejáveis 60% e nas comunidades rurais fica-se pelos 23%. Comparadas as representações desta população em termos de masculino/feminino, temos menos 157 indivíduos do sexo masculino, na cidade, mais 204 deste sexo nas comunidades rurais e menos 53, no Concelho. Inversamente, o sexo feminino tem mais 54 no Concelho, mais 157 na cidade e menos 204 nas comunidades rurais. As distorções são significativas em várias comunidades rurais por:

- Arcas (29 masculino, 38 feminino);
- Bornes e Burga, 26-38;
- Castelãos e Vilar do Monte, 58-69;
- Corujas, 21-13;
- Grijó, 58-36;
- Lagoa, 32-19;
- Lamalonga, 47-38;
- Lombo, 30-21;
- Macedo de Cavaleiros, 1146-1303;
- Salselas, 23-42;
- Vale prados, 76-67.

De qualquer forma, o drama de Vinhas é incomparavelmente superior a qualquer outro pois já só há 5 seres humanos do sexo masculino e 7 do sexo feminino.

Em contrapartida, o número de pessoas acima dos 60 anos é de 6.152 pessoas no Concelho (43,17% da população). É ainda de 1.871 na cidade, onde corresponde a 30,487% da população e de 4.181 nas zonas rurais (51,1%).

As comunidades rurais com mais pessoas para lá dos 60 anos dividem-se em três grupos:

- Acima dos 60%: Vinhas, 75,52%; Talhas, 69,53%; Salselas, 64,78; Lagoa, 61,62%; Lombo, 61,51%;
- Acima dos 50% e abaixo dos 60%: Arcas, 59,53%; Cortiços, 59,07%; Chacim, 58,14%; Ferreira, 54,61%; Sezulfe, 54,16%; Corujas, 51,04%; Vilarinho de Agrochão, 50,92%;
- Acima dos 40% e abaixo dos 50%: Vale Benfeito, 49,68%; Grijó, 49,28%; Lamalonga, 48,08%; Lamas, 47,89%; Peredo, 46,07%; Vale da Porca, 46,03%; Olmos, 44,29%; Vale de Prados, 44,07%; Carrapatas, 43,79;
- e abaixo dos 40%: Amendoeira, 36,5%; Macedo de Cavaleiros, 30,48%; Morais, 27,35%; categoria em que só existem três unidades territoriais, todas muito para lá do desejável de 15%.



**QUADRO VIII**

Descrição demográfica do Concelho de Macedo de Cavaleiros segundo o Censo de 2021  
(considerando população total, masculina e feminina, e população total, dos 0 aos 39 anos, e decenal, de 40 a mais de 100 anos)

	População Total				População Total dos 0 aos 39 anos										População total, de 40 a 59 anos			População total dos 60 a >100 anos						
	Total	Homens			Mulheres			0-9	10 a 19	20 a 29	30-39	Soma	%	40-49	50-59	60 a 79	80-89	90-99	≥100	60 a >100	%			
		2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	17/02					
Concelho	14251	6773	7478	786	1101	1180	1298	4365	30,63	1638	2096	4566	1313	266	7	6152	43,17							
Cidade	6137	2883	3254	473	631	643	702	2449	39,91	887	930	1501	309	59	2	1871	30,49							
Comunidade rurais	8114	3890	4224	313	470	537	596	1916	23,61	751	1166	3065	1004	207	5	4281	52,76							
Ala e Vila Monte	412	199	213	15	20	30	26	91	22,09	41	60	168	47	5	0	220	53,40							
Amendoeira	400	195	205	17	31	32	40	120	30,00	62	72	103	39	4	0	146	36,50							
Arcas	215	108	107	12	7	11	18	48	22,33	9	30	101	24	3	0	128	59,53							
Bornes e Burga	342	156	186	13	16	15	20	64	18,71	38	51	140	44	5	0	189	55,26							
Carrapatas	153	72	81	9	9	8	11	37	24,18	22	27	67	44	3	0	114	74,51							
Castel Vila Monte	457	199	258	30	34	31	32	127	27,79	41	65	134	66	23	1	224	49,02							
Chacim	227	117	110	4	9	10	16	39	17,18	18	38	103	29	2	0	134	59,03							
Cortiços	237	117	120	3	14	14	12	43	18,14	14	40	110	23	7	0	140	59,07							
Corujas	143	74	69	4	7	13	10	34	23,78	15	21	45	25	3	0	73	51,05							
Espadanedo, Edroso, Murços e Soutelo Mourisco	386	187	199	15	22	30	30	97	25,13	34	36	168	43	8	0	219	56,74							
Ferreira	192	93	99	13	18	13	19	63	32,81	14	11	79	23	2	0	104	54,17							
Grijó	351	171	180	6	24	33	31	94	26,78	36	48	123	39	11	0	173	49,29							
Lagoa	271	138	133	7	15	16	13	51	18,82	16	37	110	47	10	0	167	61,62							
Lamalonga	339	172	167	15	27	23	20	85	25,07	42	49	126	35	2	0	163	48,08							
Lamas	238	120	118	9	8	18	22	57	23,95	32	35	90	22	2	0	114	47,90							
Lombo	304	136	168	4	12	16	19	51	16,78	21	45	110	54	22	1	187	61,51							
Mac. Cavaleiros	6137	2833	3304	473	631	643	702	2449	39,91	887	930	1501	309	59	2	1871	30,49							
Morais	530	264	266	28	36	38	52	154	29,06	46	85	182	51	11	1	245	46,23							
Olmos	149	76	73	5	6	10	13	34	22,82	11	28	64	12	0	0	76	51,01							
Peredo	191	99	92	10	10	17	17	54	28,27	16	33	65	20	3	0	88	46,07							
Podem S. Comba	258	121	137	9	17	15	15	56	21,71	23	35	98	41	5	0	144	55,81							
Salselas	284	139	145	5	13	11	13	42	14,79	21	37	126	47	10	1	184	64,79							
Sesufie	271	119	152	11	15	14	27	67	24,72	32	24	94	45	9	0	148	54,61							
Talhas	256	129	127	2	3	15	9	29	11,33	14	35	132	39	7	0	178	69,53							
Talhi Bagueixe	262	134	128	10	17	12	12	51	19,47	34	32	116	28	1	0	145	55,34							
Vale Benfeito	159	80	79	9	7	14	15	45	28,30	15	20	56	18	5	0	79	49,69							
Vale da Porca	239	115	124	10	22	23	16	71	29,71	20	38	84	20	5	1	110	46,03							
Vale de Prados	472	224	248	25	35	41	42	143	30,30	41	81	130	47	29	0	206	43,64							
Vilae Agrochão	216	106	110	12	15	10	20	57	26,39	16	33	77	26	7	0	110	50,93							
Vinhas	160	80	80	1	1	4	6	12	7,50	7	20	86	32	3	0	121	75,63							

As **comunidades rurais mais esperançosas no futuro** porque com mais crianças e jovens até aos 19 anos, são Morais (64), Vale de Prados (60), Amendoeira (48), Lamalonga (42), Vale da Porca (32), Ferreira (31) e Grijó (30). As que têm menos crianças e jovens são Lagoa (22), Peredo (20), Salselas (18), Lamas (17), Cortiços (17), Lombo (16), Vale Benfeito (16), Podence e Santa Combinha (16), Chacim (13), Olmos (11), Corujas (11), Talhas (5) e Vinhas (2). Para este efeito, não se equacionou as unidades administrativas agregadas embora se admita que Castelãos e Vilarinho do Monte, com 64 pessoas abaixo dos 20 anos, possam estar aqui representadas (ver Quadros VII e VIII).

Porém, analisada esta esperança do ponto de vista da distribuição de uma população normal olhando para o percentil da população jovem (0 a 39 anos) face à população total, verificamos que ela não atinge, em nenhuma unidade territorial, os normais 60%, atingindo o máximo de 39,91% na cidade de Macedo de Cavaleiros, de 32,81% em Ferreira, de 30,63% no Concelho, de 30,3% em Vale de Prados. A situação é mesmo muito preocupante em Vinhas, 7,5%; em Talhas, 11,33%; em Salselas, 14,79%, no Lombo, 16,78%; em Chacim, 17,18%; em Cortiços, 18,14%, e em Talhinhos e Bagueixe, 19,47% (ver QUADROS VII e VIII).

Uma última nota para o **saldo natural da população**. Em 1981, nasceram no Concelho de Macedo de Cavaleiros, 354 nados-vivos: 154 meninos e 200 meninas; em 2021, 84: 42 meninos e 42 meninas. Em 1960, morreram no Concelho de Macedo de Cavaleiros, 355 pessoas; em 2021, 226<sup>8</sup>. O saldo natural, em 2021, foi de -146 pessoas (diferença entre mortos e nascidos). Assim se vai perdendo população, ao ritmo de 1460 pessoas por década<sup>29</sup>.

E, por fim, a título meramente informativo, um quadro comparativo sobre a distribuição da população nos concelhos do Distrito de Bragança segundo o Censo de 2021 (QUADRO IX).

8 <https://www.pordata.pt/municipios/obitos+de+residentes+em+portugal+total+e+por+sexo-111Em%201960,%20morreram%20no%20Concelho%20de%20Macedo%20de%20Cavaleiros,%20355%20pessoas;%20em%202021,%20226>

9 <https://www.pordata.pt/municipios/saldos+populacionais+anuais+saldo+total++sado+natural+e+saldo+migratorio-376>

**QUADRO IX**  
**Distribuição da população dos concelhos do Distrito de Bragança por Concelho**  
**e por grandes grupos etários segundo o Censo 2021**

1	2	3	4	5	6	7	8
	<b>Pop Total</b>	<b>0-14</b>	<b>% 3/2</b>	<b>15-64</b>	<b>% 5/2</b>	<b>≥ 65</b>	<b>% 7/2</b>
	<b>122826</b>	<b>10100</b>	9,41	<b>60925</b>	56,78	<b>36268</b>	33,80
Alfândega da Fé	4324	353	8,16	2333	53,95	1638	37,88
Bragança	34589	3744	10,82	21093	60,98	9752	28,19
Carrazeda de Ansiães	5491	490	8,92	2954	53,80	2047	37,28
Freixo Espada Cinta	3216	322	10,01	1694	52,67	1200	37,31
Macedo de Cavaleiros	14252	1286	9,02	8025	56,31	4941	34,67
Miranda do Douro	6464	561	8,68	3395	52,52	2508	38,80
Mirandela	21394	2159	10,09	12364	57,79	6871	32,12
Mogadouro	8301	667	8,04	4492	54,11	3142	37,85
Torre de Moncorvo	6826	541	7,93	3508	51,39	2777	40,68
Vila Flor	6052	536	8,86	3369	55,67	2147	35,48
Vimioso	4149	296	7,13	2034	49,02	1819	43,84
Vinhais	7768	498	6,41	3820	49,18	3450	44,41

## 4. Conclusão

É tempo de fazer a síntese sobre a resposta às questões que nos conduziram nas análises precedentes. Duas conclusões mais se impõem:

1. O Concelho de Macedo de Cavaleiros tem enormes potencialidades paisagísticas, agrícolas, turísticas, patrimoniais e climáticas;
2. O Concelho tem enormes dificuldades em recrutar e manter mão-de-obra jovem, qualificada e não qualificada, em consequência do envelhecimento da sua população.

As potencialidades agrícolas poderão gerar processos de transformação dos produtos agrícolas e assim criar cadeias de transformação e comercialização.

O turismo de natureza, patrimonial e arqueológico são também forças que podem constituir oportunidades de desenvolvimento económico, social e cultural.

O envelhecimento da população e a ausência de serviços ou estruturas industriais de média e grande escala são sérios obstáculos ao desenvolvimento futuro que urge combater com medidas de apoio ao rejuvenescimento da população e procura de estruturas empregadoras em permanência.

Também se afigura necessária a revitalização das vias de comunicação intrarregionais como estruturas imprescindíveis à dinamização comercial e sinérgica do território.

Do mesmo modo, a receção e acolhimento de populações-outras que demandam novas condições de vida podem constituir oportunidades para o rejuvenescimento demográfico.

Afigura-se ainda como necessário o incremento de atividades culturais e de convívio entre as populações rurais, a fim de promover o intercâmbio de culturas e de saberes.

Estas são, a nosso ver, as principais ideias resultantes da análise *SWOT* ou FOFA, em Português, (*Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (ameaças).

## Referências e outras fontes documentais e bibliográfica

- Amaral, Augusto Ferreira do, Carlos A. Santos Mendes e Miguel Sánchez Baêna.** A formação da Identidade Nacional – o Contributo Nordestino. Associação Terras Quentes, C17, 2022: 9-84). Disponível também em <http://www.terrasquentes.pt/wp-content/uploads/2023/01/Caderno-17-ATQ.pdf>
- Associação Terras Quentes (2017), Cadernos 14 – 50 séculos de história de Macedo de Cavaleiros. Macedo de Cavaleiros: Associação Terras Quentes. Disponível também em <http://www.terrasquentes.pt/wpcontent/uploads/2018/01/Caderno-14-ATQ.pdf>
- Associação Terras Quentes (2017), Cadernos 14 – 50 séculos de história de Macedo de Cavaleiros. Macedo de Cavaleiros: Associação Terras Quentes. Disponível também em <http://www.terrasquentes.pt/wp-content/uploads/2018/01/Caderno-14-ATQ.pdf>
- Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. Documentação relativa à atividade económica. [https://www.cm-macedodecavaleiros.pt/cmmacedocavaleiros/uploads/writer\\_file/document/3584/agricultura.pdf](https://www.cm-macedodecavaleiros.pt/cmmacedocavaleiros/uploads/writer_file/document/3584/agricultura.pdf)
- Câmara Municipal do Porto (2023). Decreto de 6 de novembro de 1836. Em <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-ofdescription/documents/594204/fullscreen> e
- Capela, José Viriato** (2005). Os municípios no Portugal Moderno. London: CIDEHUS, Open Books Edition
- Gradíssimo, António Elias.** Macedo de Cavaleiros na Idade Média: a Região, as Famílias e os Homens (Séc. XIII a 1325), C12, 2015: 57-187. Disponível também em <http://www.terrasquentes.pt/wp-content/uploads/2018/01/Caderno-12-ATQ.pdf>
- Ferreira, Henrique.** Censo2021: Catástrofe e Castigo. <https://agencia.ecclesia.pt/portal/censo-2021-catastrofe-e-castigo/>, em 23-08-2022, 10h40
- Mendes, Carlos A. Santos, Miguel Sanchez Baena e Pedro Gomes Barbosa.** A Ordem dos Cavaleiros do Templo no Nordeste Português. Associação Terras Quentes, C16, 2021: 9-166). Disponível também em <http://www.terrasquentes.pt/wp-content/uploads/2021/05/Caderno-16-ATQ.pdf>
- Meteoblue (2023). [https://www.meteoblue.com/pt/tempo/historyclimate/climatemodelled/macedo-de-cavaleiros\\_portugal\\_2738082](https://www.meteoblue.com/pt/tempo/historyclimate/climatemodelled/macedo-de-cavaleiros_portugal_2738082)
- Portugal – Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS). PORDATA. Nascimentos em Portugal, por município, em 2021. Em <https://www.pordata.pt/municipios/saldos+populacionais+anuais+saldo+total++sado+natural+e+saldo+migratorio-376>
- Portugal – FFMS. PORDATA. Óbitos em Portugal, por município, em 2021. <https://www.pordata.pt/municipios/obitos+de+residentes+em+portugal+total+e+por+sexo-111>
- Portugal. Governo de Portugal. Estatísticas regionais e distritais. <https://www.gee.gov.pt/pt/docs/doc-o-gee-2/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/braganca/macedo-de-cavaleiros/3041-macedo-de-cavaleiros/file>
- Portugal. INE (16-12-2021) Resultados provisórios dos Censos 2021. [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=526271534&DESTAQUESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=526271534&DESTAQUESmodo=2) . 16-12-2021. Acedido em 18-12-2021 Documentos excel e pdf
- Portugal. INE. Dados provisórios da população residente no Censo 2021. [https://www.ine.pt/scripts/db\\_censos\\_2021.html-28/7/2021](https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html-28/7/2021). Acedido 30-07-2021. Plataforma interactiva
- Portugal. INE. Maria Joannis Baganha e José Carlos Marques. Estatísticas históricas Portuguesas. Lisboa: INE. Coordenação de Nuno Valério. Acedível também em [https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine\\_censos\\_publicacao\\_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub\\_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554](https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554)
- Portugal. Instituto Nacional de Estatística (1960). 10º Recenseamento da População e da Habitação – 1º Volume. Lisboa. Documento em papel
- Portugal. Instituto Nacional de Estatística (1970). 11º Recenseamento da População – Estimativa a 20% – 1º Volume. Lisboa. Documento em papel
- Portugal. Instituto Nacional de Estatística (1981). 12º Recenseamento da População – Resultados. Lisboa. Documento em PDF
- Portugal. Instituto Nacional de Estatística (1996). 13º Recenseamento da População (1991) – Resultados definitivos. Lisboa. Documento em PDF

Portugal. Instituto Nacional de Estatística (2002). 14º Recenseamento da População/ IV da Habitação (2001) – Resultados definitivos. Lisboa. Documento em papel e em PDF.

Portugal. Instituto Nacional de Estatística (2011). 15º Recenseamento da População/ V da Habitação (2001) – Resultados definitivos. Lisboa. Documento em papel e em PDF. Acedível em [https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine\\_censos\\_publicacao\\_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub\\_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554](https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554)

Portugal. Instituto Nacional de Estatística (2015). As novas unidades Territoriais para fins Estatísticos. Em: I INE\_NUTS2013\_(1).pdf

Portugal. Jornal Público (29-07-21). Dados da população residente no Censo 2021. Em <https://www.publico.pt/2021/07/29/sociedade/noticia/populacao-concelho-freguesia-subiu-desceu-ultima-decada-1972283> Plataforma interativa dos dados por Concelho e freguesia. Acedido em 29-07-2021.

Portugal. FFMS. PORDATA (2012). Nados-vivos e óbitos em Portugal (1960-1911).

Em <https://www.pordata.pt/Portugal/Nados+vivos+de+m%C3%A3es+residentes+em+Portugal+total+e+por+n%C3%advel+de+escolaridade+completo+mais+elevado+da+m%C3%A3e-2513>

Portugal. FFMS. PORDATA (2021). População dos municípios portugueses. <https://www.pordata.pt/Municipios>

Portugal. FFMS. PORDATA Nados-Vivos por sexo e por município.

<https://www.pordata.pt/Municipios/Nados+vivos+de+m%C3%A3es+residentes+em+Portugal+total+e+por+sexo-103>. 21-07-2021

Portugal. FFMS. PORDATA. Óbitos em Portugal, por Município (1960-2020). <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela>

Portugal. FFMS PORDATA. Óbitos em Portugal. Total e no primeiro ano de vida – País (1960-2020) <https://www.pordata.pt>

Portugal/[/C3%93bitos+de+residentes+em+Portugal+total+e+no+primeiro+ano+de+vida-15](https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela). Inserido 2021\_04-27.

Portugal. FFMS. PORDATA. População por NUT pós-2013, de 1960 a 2021, por grandes grupos etários.

<https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+segundo+os+Censos+total+e+por+grandes+grupos+et%C3%A1rios-22> e <https://www.pordata.pt/DB/Municipios/Ambiente+de+Consulta/Tabela> Inserido em 18-12-2020, acedido em 22-01-2022.

Portugal. FFMS. PORDATA. Saldos total, natural e migratório em Portugal (1960-2020).

Em <https://www.pordata.pt/Portugal/Saldos+populacionais+anuais+total++natural+e+migrat%C3%B3rio-657> 2021-10-07.

Portugal. FFMS. PORDATA. Saldos total, natural e migratório em Portugal por municípios (1960-2020) <https://www.pordata.pt/Municipios/Saldos+populacionais+anuais+total++natural+e+migrat%C3%B3rio-376>. Acedido em 21-07-2021.

**Serra, J. B.** (1988). As Reformas da Administração Local de 1872 a 1910. *Análise Social*, Vol. XXIV (103-104), (4ª e 5ª), 1037-1066.

**Silveira, Luís** (1997). *Território e Poder – Nas origens do Estado Contemporâneo*. Lisboa: Patrimónia Histórica.

Em [LuisSilveira\\_Territorio\\_e\\_Poder.pdf](#)

**Subtil, José.** El Estado Liberal e el Poder Local - Portugal, entre el pombalismo y la reforma de Passos Manuel, 1772-1836. Conferência no encontro El Origen de las Diputaciones Provinciales en el siglo XIX: dos siglos fomentando la prosperidad, Jornadas Internacionales conmemorativas del bicentenario de la Diputación Provincial de Ourense: 1822-2022. Ourense, 26-27 mayo 2022. Centro cultural Marcos Valcárcel. 1-31.

Em file:///C:/Users/Henrique%20Ferreira/Download /O\_ESTADO\_LIBERAL\_E\_O\_PODE\_LOCAL\_OURENSE24522.pdf

**Tomás, Ana e Nuno Valério** (2019). Autarquias locais e divisões administrativas em Portugal (1836-2013) Em [https://www.iseg.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?method=getFile&fileId=1291668&\\_request\\_checksum\\_=3cfab2f929a47e78dbd06c65024198ccb9549da2](https://www.iseg.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?method=getFile&fileId=1291668&_request_checksum_=3cfab2f929a47e78dbd06c65024198ccb9549da2), accedido em 30-10-2022, 21h00

τφ



# La Moneda de la Caetra

# La Moneda de la Caetra

\* A. Miriam Arranz Gozalo

## Resumen

El descubrimiento de una moneda romana de la época de Augusto se convirtió en la agradable sorpresa de la campaña de excavación del Povoado do Cramanchão en el año 2005. Su hallazgo, su relevancia, su exposición o su simbolismo plantean una necesaria reflexión sobre su futuro propio y el del lugar donde fue descubierta y, actualmente, se encuentra musealizada.

## Abstrac

The discovery of a Roman coin from the Augustan era became the most surprising find during the excavation campaign in *Povoado do Cramanchão* in 2005. Its finding, its exposition or its symbolism pose a dilemma on the future of the coin itself, as well as the place where it was found and is currently presented in a museum setting.

\*\*\*\*\*

Las tierras que abarcan el *Concelho de Macedo de Cavaleiros* albergan un rico Patrimonio Arqueológico que, desde el inicio de la primera década de este siglo, ha ido estudiándose en profundidad gracias a las diferentes excavaciones arqueológicas desarrolladas en su territorio a través de la *Associação de Defesa do Património Arqueológico do Concelho de Macedo de Cavaleiros "Terras Quentes"*. Esta agrupación comenzó su andadura en el año 2000 vinculada a la comunicación de unos hallazgos arqueológicos en la *Freguesia dos Cortiços*, concretamente en el *Povoado do Cramanchão* por lo que este enclave se convirtió desde el inicio en un lugar simbólico dentro de *"Terras Quentes"*.

\*Licenciada en Historia y Máster en Patrimonio Cultural por la Universidad de Valladolid.

El *Povoado do Cramanchão* está localizado en la *Freguesía dos Cortiços* y se corresponde con una pequeña elevación del terreno en las proximidades de la *ribeira do Carvalhal*. En período pre-romano la zona que actualmente abarca la región de *Trás-os-Montes* estaba ocupada por una serie de redes de poblados fortificados que contaban como base de subsistencia con una economía agro-pastoril en la que la producción del lino se destinaba a la confección de vestuario. Curiosamente este yacimiento se localiza en una *freguesía* denominada *Cortiços*, palabra que nos hace recordar al recipiente llamado "*cortiço*", elaborado de "*cortiça*", presente en el proceso de obtención del lino. Igualmente, acudiendo a la fuente clásica de Estrabón, se puede comprobar que la economía de los zoelaes (pueblo pre-romano asentado en el nordeste trasmontano y en el occidente de la provincia española de Zamora) estaba relacionada con la cultura del lino.

Toda esta vinculación del *Povoado do Cramanchão* con la tradición de este material queda también corroborada con las diferentes intervenciones arqueológicas desarrolladas en su ubicación por lo que se puede aludir a la producción y tejido del lino desarrollado en este núcleo poblacional.



Povoado do Cramanchão. Sector C. Campaña 2005

En los años 2005 y 2006 estuve al frente de las excavaciones arqueológicas del *Povoado do Cramanchão* junto con el arqueólogo e impulsor de “*Terras Quentes*” Carlos Mendes en lo que fueron la tercera y la cuarta campañas desarrolladas en este lugar. En ellas se obtuvo un material de alto valor que venía a ratificar esa relación del poblado con la ya mencionada cultura del lino.

No obstante, dentro de todo ese material arqueológico hallado se produjo un descubrimiento muy significativo en el verano del 2005, concretamente dentro de la mitad Norte del Sector A. En un principio no fuimos conscientes de lo que se trataba debido al mal estado de conservación pero, después de un proceso exhaustivo de limpieza y restauración, ese objeto metálico indefinido pasó a convertirse en el hallazgo sorpresa de esa campaña.

Se trataba de una moneda de bronce de Augusto (27-23 a.C.) en cuyo anverso posee el busto descubierto del emperador mirando hacia la izquierda con una palma delante y un caduceo detrás, mientras que en el reverso aparece, sin leyenda, una caetra, símbolo correspondiente a un escudo redondo atribuido a los pueblos indígenas del Norte de Hispania desde la Edad del Bronce.

Concretamente la caetra era un escudo redondo, generalmente de pequeñas dimensiones, elaborado en madera o cuero al que forraban de piel y, posteriormente, reforzaban su estructura con metales. Estas características y su forma de sostenerlo, empuñándolo con la mano, le proporcionaban un uso polivalente, resultando ser muy efectivo en las luchas de guerrilla y en los combates cuerpo a cuerpo tanto a caballo como a pie.



Moneda de la caetra encontrada en el *Povoado do Cramanchão* en detalle

Existe una serie monetaria muy completa con el tipo de reverso de caetra en la que aparecen sestercios, dupondios y ases. En ellos, en la medida de que su valor sea más elevado poseen complementos junto al dibujo del escudo. De esta forma, el sestercio presenta la caetra con umbo central y en su contorno se aprecia un dibujo geométrico dividido en cuatro sectores con arcos de semicircunferencias. Por su parte, el dupondio contiene a mayores una serie de armas repartidas de forma simétrica (falcata y puñal de hoja ancha a los lados con un soliferreum en el centro). Por último, los ases poseen un escudo central con círculos rellenos de radios con un dibujo geométrico dividido en cuatro sectores estructurados por arcos de circunferencia.

Estas monedas fueron acuñadas para pagar a las tropas que estaban haciendo efectiva la conquista del noroeste de la Península Ibérica. En cuanto al origen de la ceca existe discusión al respecto habiéndose señalado diferentes lugares como Carthago Nova, Cnosos, Sagunto, Emérita, Colonia Patricia y, más recientemente, Lugo. Todo ello asumiendo que también existiría una ceca itinerante para la acuñación más grosera.

El bronce surgió como valor esencial en las zonas beligerantes. Augusto utilizó este metal bruto para acuñar moneda imperial. En un primer momento de la guerra (27-23 a.C.) Augusto tuvo que emitir *Moneta imperatorum*, al gusto tardorrepblicano, sin topónimos ni magistrados. Tan solo su nombre de *imperator Augustus divi filius*, títulos los dos primeros que acababa de recibir del Senado. La moneda imperial de la caetra usa el patrón metrológico augústeo con anterioridad a la reforma monetaria del año 23 y, como se ha podido constatar, es frecuente en el noroeste peninsular.

El *Povoado do Cramanchão* cuenta con el hallazgo de una de estas monedas de caetra entre sus materiales. Concretamente se trata de un sestercio que viene a corroborar la relevancia de este núcleo habitacional y sus conexiones externas dentro de las redes poblacionales de esta zona del noroeste de la Península Ibérica.

Actualmente, esta moneda de caetra localizada en el *Povoado do Cramanchão* se encuentra expuesta en el Museo Municipal de Arqueología “*Coronel Albino Pereira Lopo*” de Macedo de Cavaleiros, concretamente en la sala dedicada a la época romana y medieval.

Su muestra al público en general se ha desarrollado a través de una ingeniosa idea (fruto de Carlos Mendes) por la que la moneda queda expuesta mostrándose su anverso pero, en la parte trasera, se ha ubicado un espejo que posibilita también la visualización del reverso, de forma que la moneda puede apreciarse en su totalidad en la vitrina de la exposición.



Exposición de la moneda de la caetra en el Museo Municipal de Arqueología  
"Coronel Albino Pereira Lopo"

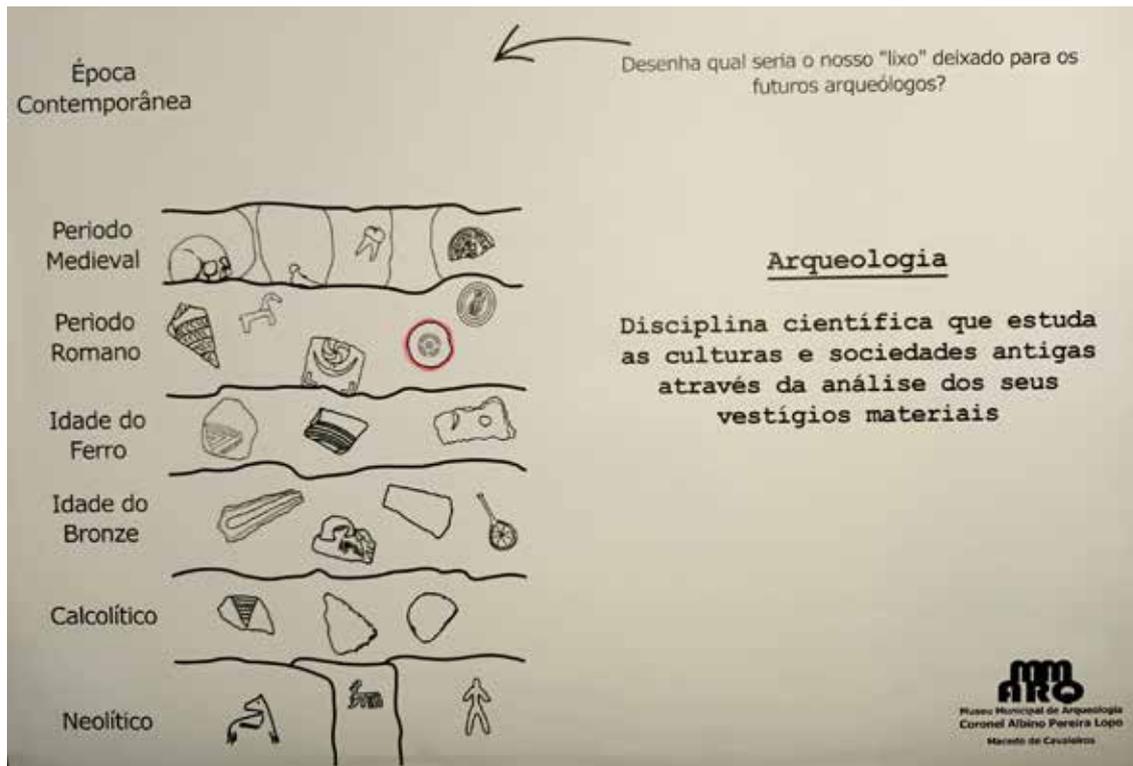
Una moneda romana que homenajeaba a los valientes guerreros del norte de la Península Ibérica se puede visitar en el museo arqueológico propio de la zona en donde fue encontrada y puede convertirse en una especie de "objeto reclamo" de este espacio.

En lo que se refiere a mi región de origen, Castilla y León, existen algunos ejemplos de restos arqueológicos que se han transformado en auténticos "reclamos" para los turistas que se acercan a esas zonas. En este sentido, la ciudad de Burgos ha convertido su Museo de la Evolución Humana en uno de los epicentros del turismo de toda su provincia. En este espacio, además de profundizar en todo lo relativo a la evolución, se pueden observar piezas halladas en las famosas excavaciones de Atapuerca entre las cuales se encuentra el popular cráneo nº 5 de *Homo Heidelbergensis* conocido cariñosamente como "Miguelón". En la zona en la que se encuentra expuesto al público se producen

verdaderas concentraciones de personas esperando para poder sacar una fotografía a este famoso resto que se ha popularizado entre la población. Otro caso recurrente se localiza al norte de la provincia de Palencia en la conocida Villa Romana de la Olmeda, enclave en el que se ha creado un museo propio y una zona de divulgación que ha aumentado considerablemente el número de visitantes en las últimas décadas. Todos ellos esperan pacientemente para poder disfrutar del famoso mosaico del *Oecus* de la villa que se ha erigido como uno de los reclamos más destacados de todo el territorio palentino. Por último, quiero terminar con un ejemplo de mi propia ciudad ya que en Valladolid, al visitar el Museo Arqueológico, es una parada obligatoria disfrutar de los conocidos como “tesorillos” aparecidos en el *Oppidum* vacceo de Pintia, ubicado en la cercana población actual de Padilla de Duero.

Obviamente con estas líneas no se pretende equiparar restos ni tampoco realidades ya que, efectivamente, las leyes patrimoniales vigentes en mi comunidad autónoma son diferentes a las que rigen, ya no en otra región, si no en otro país como es el caso de Portugal. La idea es, simplemente, abrir un debate y crear una conciencia de cómo un objeto arqueológico se puede convertir en un reclamo para el turista que visita una zona y en un referente del Patrimonio Cultural del que pueda “presumir” un territorio.

En este sentido considero que la aparición de una moneda tan simbólica como la caetra en uno de los yacimientos arqueológicos de Macedo de Cavaleiros puede y, a mi juicio debe, convertirse en un elemento reclamo de las visitas a este lugar de *Trás-os-Montes*. El hecho de que el museo arqueológico que se ha habilitado contenga piezas originales (y no solo una sucesión de réplicas como acontece en muchos museos de municipios alejados de las grandes ciudades) es ya un elemento diferenciador que debería explotarse para atraer a más personas foráneas a conocer cómo fue el pasado de esta tierra a través de ese recorrido orientativo con los restos hallados. Y en esas visitas se podría popularizar una serie de piezas entre las cuales, sin lugar a dudas, estaría esta famosa caetra, la cual al igual que en su origen sirvió para homenajear a esos guerreros del norte peninsular en la actualidad nos puede servir de símbolo de orgullo de todos los avances conseguidos en materia de recuperación del Patrimonio realizados en Macedo de Cavaleiros. Todo esto sin olvidar, obviamente, que con la difusión de ese famoso escudo estaremos contribuyendo en esa idea originaria de rendir tributo a esos antepasados que fueron merecedores de una acuñación específica.



Exposición de la moneda de la caetra en el Museo Municipal de Arqueología "Coronel Albino Pereira Lopo"

Una moneda que nos vincula con un territorio. Un territorio orgulloso del descubrimiento de una moneda. Una moneda convertida en un reclamo de un museo local. Un museo local en crecimiento que puede aumentar su atractivo. Un atractivo que puede verse incrementado con la llegada de nuevas piezas. Unas nuevas piezas que puede hallarse en futuras intervenciones arqueológicas. Unas futuras intervenciones arqueológicas que podrían producirse en el *Povoado do Cramanchão*. Un *Povoado do Cramanchão* símbolo de la *Associação de Defesa do Património Arqueológico "Terras Quentes"* en donde se encontró la moneda de la caetra. Una caetra encumbrada como un elemento vertebrador del turismo patrimonial de la zona y como, ojalá, un emblema de empuje para continuar con las excavaciones arqueológicas en este territorio que permitan seguir aumentando nuestro conocimiento sobre el pasado del actual *Concelho* de Macedo de Cavaleiros.

## Bibliografía

**Alarcão, J.** (1998) – *O domínio Romano em Portugal*. Lisboa: Mem Martins. Europa América (Fórum História). 1988.

**Alarcão, J.** (1990) – *A Conquista do Território* In Alarcão, J. de Coord. Portugal das origens á romanização. Nova História de Portugal, I. Lisboa.

**Guerra, Amílcar** (1995)- *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*, Edições Colibri, Lisboa.

**Lemos, F. S.** (1993) – *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*. Vol. II-III. Universidade do Minho, Braga. 1993.

**García y Bellido, A.** (1993) – *España y los españoles hace 1000 años según la “Geografía” de Estrabón*. Espasa Calpe.

**Montenegro A., Blázquez J. M<sup>a</sup>. y Solana J. M<sup>a</sup>.** (1986) – *España Romana*. Editorial Gredos.

**Pérez-González, C. y Illarregui, E.** (2005) – *Arqueología militar romana en Europa* (actas). Junta de Castilla y León, Conserjería de Cultura y Turismo.

**Redentor, Armando** (2002) – *Epigrafia romana da região de Bragança*. Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.

**Barandiarán, I., Martí, B., Rincón, M<sup>a</sup> A. y Maya, J. L.** (2007) – *La Prehistoria de la Península Ibérica*. Ariel.



τφ



A Ordem dos Pobres Cavaleiros de  
Cristo e do Templo de Salomão e  
a Ordem do Hospital de São João  
Batista de Jerusalém no conelho,  
hoje, Macedo de Cavaleiros

# A Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão e a Ordem do Hospital de São João Batista de Jerusalém no concelho, hoje, Macedo de Cavaleiros

\*Carlos Santos Mendes

## Etapas da vida das Ordens do Templo de Salomão e dos Hospitalários

A Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão (em latim *Pauperes commilitones Christi Templique Salomonici*) a qual em França era conhecida por *Ordre du Temple* ou *Templiers*, terá sido gizada no ano de 1096 nas cinzas da primeira cruzada em Jerusalém. Teve o seu reconhecimento oficial no concílio de Troyes em 13 de janeiro do ano de 1129 e, com agnição, por bula, emitida pelo Papa Inocêncio II no dia 29 de março de 1139.

\* ORCID -0000-0002-1248-6461 – Mestre em História Regional e Local pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a classificação de Muito Bom. – Licenciado em História variante de Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Membro da Uniarq (Unidade de Arqueologia da Universidade de Lisboa). Curso de PERT – Program Evolution Research Task. Curso de CPM – Programação e Controle de Custos, realizado na Cegoc. – PdG da empresa multinacional “Seforlu”. – Responsável pela arquitetura, montagem e gestão da sala-museu de arqueologia de Macedo de Cavaleiros. (Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros), 2003-2006 – Responsável pela arquitetura, montagem e gestão da sala-museu de arqueologia de Macedo de Cavaleiros Núcleo Central da PPAA. 2006-2011 – Responsável perante a tutela de todo o espólio arqueológico proveniente das campanhas arqueológicas do PNTA – Evolução crono-cultural do Concelho de Macedo de Cavaleiros “Terras Quentes” – Responsável pela arquitetura, e montagem do Museu Municipal de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros. – Responsável pela conceção da gestão dos fundos museológicos do Museu de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros. – Comissário Científico da Exposição “Arqueologia 2003” realizada entre dezembro de 2003 e maio de 2004 em Macedo de Cavaleiros. – Responsável pela equipa que realizou os pré-estudos museológicos para a implantação do museu Municipal de Arqueologia. Responsável pela equipa que realizou os pré-estudos museológicos para a implantação do Museu Martim Gonçalves de Macedo em Macedo de Cavaleiros. – Responsável pelo Museu Martim Gonçalves de Macedo inaugurado em 12 de dezembro de 2015. – Responsável pela Conceção e Montagem do Museu Municipal de Arqueologia “Coronel Albino Pereira Lopo” inaugurado no dia 3 de setembro 2016. – Responsável pela exposição de armamento medieval na sede da Associação Shotokai de Portugal, (Lisboa) visita do embaixador do Japão em 11 de maio de 2019.

A Ordem dos Templários foi criada pelo francês Hugo de Payens (acompanhado por oito cavaleiros, supõem-se que um deles era português, Arnaldo Rocha) durante a Idade Média, no ano de 1118, em Jerusalém (Autores há que afirmam que teria sido delineada no ano de 1096 no rescaldo da primeira cruzada). oficialmente, a Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão, teve o seu acto fundacional no concílio de Troyes, durante o século XII, e caracterizando-se, sobretudo, pelos seus objectivos religioso e militar, desde o início.

Em 22 de novembro de 1307, o Papa Clemente V emitiu a bula “Pastoralis Praeeminentiae”, onde solicitava a todos os monarcas cristãos que procedessem ao confisco dos bens e prisão dos membros da Ordem do Templo.

O Papa Clemente V, pela bula “Vox Clamantis” acabou por extinguir a Ordem do Templo em 22 de março de 1312. Por outro lado, através da bula “Ad providam” de 2 de maio de 1312, transfere todos os bens Templários para os Hospitalários, exceto os bens da Ordem em Portugal.

Contudo, o Papa Clemente V, nunca excomungou nenhum elemento da Ordem, pois no ano de 2007, descobriu-se nos arquivos do Vaticano o “pergaminho de Chinon” [Frale p10] onde se declara que o Papa Clemente V, pretendia absolver a ordem das acusações de heresia de que tinha sido alvo. Pela importância do documento transcreve-se parcialmente a página 10 de obra de Barbara Frale – “L’Assoluzione - Nei settembre 2001 è stato ritrovato presso il fondo di Castel Sant’Angelo dell’Archivio Segreto Vaticano un documento original che la comunità scientifica credeva perduto da molto tempo; si tratta di una pergamena contenente l’assoluzione concessa per autorità di papa Clemente V a Jacques de Molay e ai maggiori dignitari del Templo detenuti dal re di Francia nelle segrete del suo fortifizio di Chinon.

*Il documento è parte integrante dell’inchiesta pontificia avvenuta a Poitiers nell’estate del 1308, della quale costituisce una sorta di sessione speciale istituita in separata sede per cause di forza maggiore: in questa pubblicazione viene edito per la prima volta reinserendolo all’interno del contesto cui appartiene.*

*Che Clemente V avesse fatto assolvere i capi templari dalla scomunica era noto da fonti indiretas, riguardo alle quali tuttavia glistorici hanno sempre mostrato una lodo de diffidensa: l'assenza dell' originale, unta alle sucessivbe vicende dello scioglimento e del rogo dell'último Gran Maestro, guistamente spingevano a dubitare che un simile documento fosse maio stato scritto”.*

## **Tradução livre**

### **A absolvição**

Em setembro de 2001, foi encontrado nos fundos do Castelo de Sant'Angelo do Arquivo Secreto do Vaticano um documento original que a comunidade científica considerou perdido há muito tempo; é um pergaminho que contém a absolvição concedida pela autoridade do Papa Clemente V, a Jacques de Molay e aos principais dignitários da Ordem do Templo, mantidos pelo rei de França nas masmorras de sua fortaleza em Chinon. O documento é parte integrante do inquérito papal ocorrido em Poitiers no verão de 1308, do qual constitui uma espécie de sessão especial instituída separadamente por motivos de força maior: nesta publicação é publicado pela primeira vez por reinserindo-o no contexto ao qual pertence.

Soube-se por fontes indiretas que Clemente V mandou absolver os dirigentes templários da excomunhão, em relação ao que, no entanto, os historiadores sempre se mostraram desconfiados: a ausência do original, combinada com os eventos posteriores da dissolução e queima de o último Grão-Mestre, corretamente levaram a duvidar que tal documento jamais tivesse sido escrito.

### **O Castelo de Chinon**

Jaques de Molay (1243-1314) que foi o último Grão-Mestre da Ordem dos Templários foi aprisionado no palácio real de Chinon também deixou pichações (insculturas) nas paredes onde foi preso. Está protegido por uma placa de vidro para preservá-lo.



<https://www.france-travel-info.com/frenchcastles-chateau-de-chinon>

“Terá sido a pressão do Rei Filipe “O Belo” que “obrigou” Clemente V a tomar decisão de extinguir à Ordem do Templo. Tudo se resumiria à enorme dívida que o Rei Francês tinha para com a Ordem dos Templários, não tendo meios de a liquidar (Ferreira; p748). Liquidando a Ordem o problema estava resolvido.

– Transcrevemos o teor da informação fornecida na sua obra Memórias celebres da Ordem dos Templários de Alexandre Ferreira, em excertos das páginas 697 a 700:

P697/698- *“Não só em França era grande a opulência dos Templários, e na mesma Cidade de Paris, em que era mais sensível, porque era mais á Vila, mas em todos os Reinos Católicos por muitas Terras, Fortalezas, Súbditos, e Vassalos se fazia provável, que Filippe IV quisesse a soberania daquele Principado, ou a sua ruína. Para segurança do próprio Trono. Dificuldade tinha o primeiro intento, por se acharem em outros Soberanos muitos desses Dominiosa. Não teria tanto o segundo, sendo Clemente V criatura sua, flexível nas impressões, e Filippe vivíssimo em as persuadir”.*

P699- *“Pôs El-Rei Filippe IV uma grande imposição, ou tributo sobre os bens da Religião. O Gram Mestre se queixava fortemente de estar a violarem tao claramente os seus*

*privilégios, com notória violência da sua intenção, e impunidade: tomou com grande vigor a defesa das prerrogativas da Ordem, que, descuidando-se, de que era vassalo, se opôs declaradamente á deliberação del Rey Filippe IV, como igual”.*

P700- *“...em 13 de outubro do ano de 1308. foram o Gram Mestre, e sessenta Cavaleiros dos de mayor autoridade, metidos em prisões indignas, e escuras e seriam muitos mais se avistados do perigo não metessem terra, e mar em meio. Entrarão logo os Ministros Reaes a sequestrar-lhes os tesouros, as rendas, as joias, as alfaias, as escrituras, e finalmente tudo quanto tinham em suas casas; porque a gravidade dos delitos arguidos necessitava a esta demonstração, e segurança, se he que não havia recomendação especial, ou inclinação particular”.*

Pelas palavras do articulista, era evidente que o Tesouro Real Francês passava por momentos delicados, tendo solicitado grandes empréstimos à Ordem dos Templários, o que terá levado ao desfecho que se acabou de narrar.

Evelyn Lord, na sua obra editada em março de 2023, na página 158, corrobora; ... *“Não há dúvida de que Filipe IV esperava avidamente receber a sua recompensa e colocar fim aos seus problemas financeiros. Filipe de França não queria apenas as receitas dos Templários, como também as suas terras. Isto dar-lhe-ia maior controlo político sobre vastas parcelas de terra, tanto no Sul como no sudoeste do País, na Normandia e por todo o lado, e torná-lo-ia de longe no maior proprietário em França”.*

## **A Ordem dos Templários em Portugal**

Em Portugal, considerámos somente a sua extinção na data, 14 de março do ano de 1319, data em que o Papa João XXII, pela bula “Ad ea exquibus”, funda a Ordem de Cavalaria Nosso Senhor Jesus Cristo (Portuguesa), Ordem que será a legitima herdeira da maioria dos bens da Ordem dos Templários.

A criação da Ordem dos Templários no século XII causou uma enorme novidade porque, como se diz hoje, era pensar “fora da caixa”. Então a igreja (os membros dela) ia pegar em armas (mesmo na luta contra os infiéis) quando o catolicismo professava a paz!? Foi esta questão que veio outorgar à Ordem dos Templários (a chamada *miles Christi*) um perfil singular.

O primeiro registo da presença na terra que hoje se chama Portugal, é do dia 31 de maio do ano de 1122, data em que Dona Eieva Aires e seus filhos vendem à Ordem do Templo uma herança (propriedade) em Braga, junto ao poço do Hospital. Conforme; I.A.N./TT, Ordem de Cristo/Convento de Tomar, Cód. 233, fls 190-190v. (1- p233).

Em Portugal damos conta da existência da Ordem dos Templários mais cedo, pois, formalizou-se “oficialmente” pela mão da rainha D. Teresa, com as doações que esta lhes fez em março do ano de 1128 mormente o Castelo de Soure. Isso aconteceu meses antes da Ordem dos Templários ter o reconhecimento Papal no concílio de Troyes em 13 de janeiro de 1129.

Mas, *“estariam os Templários interessados em dar a conhecer e a escrever a sua história?!”* como interroga e muito bem, Pinto Costa a p37 da sua obra, dedicando um capítulo completo a este tema.

### **A Ordem do Hospital de São João Batista de Jerusalém**

Esta Ordem foi fundada no dia 15 de julho do ano de 1099, tendo sido reconhecida oficialmente pela Bula do Papa Pascoal II *“Piae Postulatio Voluntatis”* a 15 de fevereiro ou 15 das calendas de março do ano de 1112; cuja data pelo *“expresso da Encarnação”* (até 25 de março) é já no ano de 1113 da Era Cristã”. (Figueiredo: p2).

Era objetivo da sua criação a assistência aos peregrinos que chegavam à Terra Santa, sendo o seu lema: *“Tutio Fidei Tuitio fidei et obsequium pauperum”* (Defesa da Fé, serviço aos pobres, aos doentes e aos que mais necessitam). O Papa Inocêncio II, em 1137, acrescenta à Ordem a função militar.

No ano de 1291 vê-se obrigada a abandonar a Terra Santa e estabelece-se na Ilha de Chipre onde fica até ao ano de 1310, seguindo depois para Rodes. Prosseguimos com a informação recolhida na obra de [Pinho, nas páginas 23 a 27]:

*“Com a queda de Constantinopla (29 de maio de 1453) e do Império Romano do Oriente, sucederam-se os cercos a Rodes, e foi em 1522, em vésperas do Natal, que Solimão o “Magnífico” conseguiu a rendição dos Cavaleiros de Rodes. Os cavaleiros partiram desta ilha a 1 de janeiro de 1523.*

*Depois de uma Itinerância de sete anos, por diversos lugares, nomeadamente pela cidade de Viterbo (1524, abandonada por causa da peste), Nice (1527 a 1529) e Siracusa (1530), a Ordem estabeleceu-se, finalmente, na Ilha de Malta, com benefício da soberania sobre as ilhas de Malta, Gozzo e Comino, doação que lhe fez, em 24 de março de 1530, o Imperador Carlos V.*

*A partir de então, a Ordem dos Hospitalários, tomou o título de Malta, que acrescentou à nomenclatura que vinha de trás, de Hospitalários de São João de Jerusalém de Rodes e Malta, ficando até hoje abreviadamente conhecida por “Ordem de Malta”. Na Ilha de Malta, a Ordem permaneceu por um período de 268 anos entre 1530 a 1798. No entanto, depois de tão grande surgimento, dá-se, nas últimas décadas do século XVIII a queda política e militar da Ordem de Malta.*

*França e Inglaterra, cada um por seu lado, iniciaram diligências políticas para a tomada da ilha de Malta e em 1798 a esquadra de Napoleão no seu caminho para o Egito toma a Ilha de Malta.*

*– O Grão-Mestre Hompesch retirou-se para Trieste (sob o domínio Austríaco) demitindo-se depois do cargo em 1799, por pressão do Imperador Francisco II, conexo ao Czar da Rússia, e veio a fixar-se em Montpellier, onde veio a falecer em 1811.*

*O Czar Paulo I faleceu em 1801 e ascendeu seu filho, Alexandre I que imediatamente depositou nas mãos do Sumo Pontífice o poder da Ordem de Malta. O Papa nomeou Bailio, (do francês bailli; governador com funções administrativas e judiciais; homem de confiança) Tommasi como Grão-Mestre tendo iniciado por fixar a sua residência em Messina e depois em Catânia (Sicília). Após a sua morte em 1805, a Santa Sé deliberou que a Ordem de Malta passasse a ser presidida por um cavaleiro com o título de “lugar tenente”, uma vez que já não dispunha de território, por outro lado era necessário redefinir a sua finalidade, agora desprovida de componente militar.*

*Em 1834, a Ordem de Malta estabeleceu-se em Roma (Vaticano) e o seu “território” passou a ser constituído por dois palácios, na Via dei Condotti, no centro da cidade, e a Villa Magistral, no Aventino, (que gozam de extraterritorialidade), reconhecida pelo Estado Italiano. A maioria dos Priorados, no entanto, já não existia e os monges erravam sem orientação. Podia considerar-se dissolvida de facto. No entanto, ao longo de meio século, alguns priorados foram sendo recriados”.*

## **A Ordem dos Hospitalários em Portugal**

Da análise e interpretação dos documentos históricos, pensamos que a Ordem dos Hospitalários tenha chegado a terras Portuguesas durante a regência de D. Teresa, 1112-1128, que lhe terá concedido o Mosteiro de Leça do Balio, estabelecendo aí a sua sede, permanecendo alguma dúvida (Pinho, pág 33, nota 16): *“A organização dos Freires do Hospital em Ordem de Cavalaria e por forma a constituir um corpo militar de importância para as lutas da reconquista só é manifestada entre nós no último quartel do século XII”*, já na “regência” do Rei D. Sancho I, quando seu pai (D. Afonso Henriques) estava impossibilitado fisicamente em “Alafões” (Lafões), em consequência da queda do cavalo que teve em Badajoz.

Em maio de 1834, por decreto de Joaquim António de Aguiar e assinado pelo Rei D. Pedro IV, se decretou a extinção das Ordens religiosas em Portugal. Há, posteriormente, de facto, um hiato de 68 anos em que deixou de existir em Portugal a Ordem de Malta (e outras Ordens), tendo-se reanimado no nosso país, no ano de 1899. Pensamos, contudo, que de uma forma mais ou menos clandestina foi subsistindo, administrando alguns bens por terras Trasmontanas.

Com a Ordem de Cristo a história foi um pouco, diferente. A Rainha D. Maria II, nesse mesmo ano de 1834, decidiu mantê-la, não como Ordem Monástica, mas enquanto Ordem Honorífica.

Actualmente, a Ordem de Malta denomina-se Ordem Soberana, Militar e Hospitalária de São João, de Rodes e de Malta e é uma Monarquia Constitucional. A versão em vigor foi aprovada pelo seu Soberano Conselho e promulgada em 27 de junho de 1961, tendo sido reformada no Capítulo Geral Extraordinário de 28-30 de abril de 1977.

## **A simbólica identitária usada pelas duas Ordens**

Foram encontrados quatro marcos epigrafados com a simbólica de Ordens (marcador de limite de propriedade), até hoje, em todo o perímetro do concelho de Macedo de Cavaleiros. A quem pertencem?

À Ordem dos Hospitalários, que, mais tarde, em 1530, passou a chamar-se Ordem de Malta, nome que terá sido adoptado no ano de 1853 pela aldeia de Malta (antiga S. Cristóvão), ou são relativos à Ordem dos Templários?

É dos tais enigmas históricos que, somente, com o “provavelmente” podemos avançar uma proposta honesta, ou será que poderemos ter alguma probabilidade mais plausível do que outra!?

Começemos pela identificação visual dos símbolos identitários utilizados pelas Ordens.

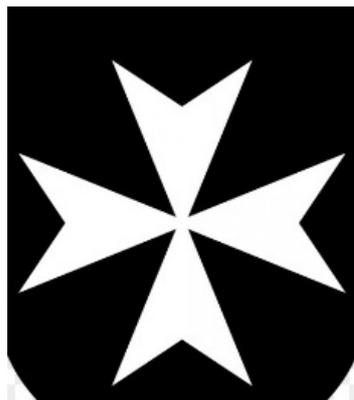
### Símbolos identificativo de cada uma das Ordens

#### Ordem dos Hospitalários

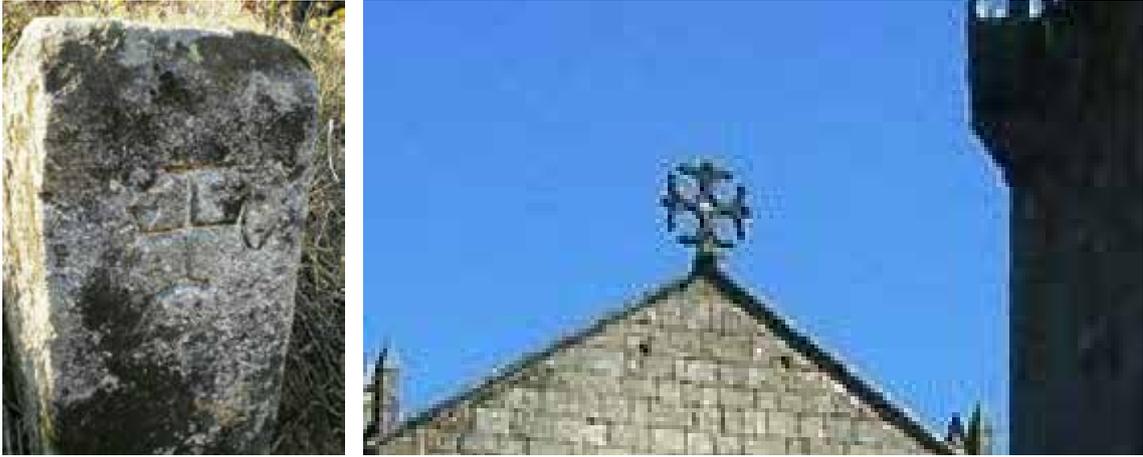


Símbolo da Ordem de Malta no óculo da fachada da Igreja de S. Bráz, século XVII em Lisboa, pertencente à Ordem de Malta

46                      N O V A M A L T A  
da sepultura de Fr. D. Lourenço Gil, Commendador de S. Bráz, em a Igreja deste titulo, ou de Santa Luzia em Lisboa, depois do n. 69. do Liv. II. da *Malta Portug.* p. 273; na qual sendo os angulos mais largos do que nas modernas, são com tudo agudos para dentro. Mas he tambem certo, que (ainda precin-

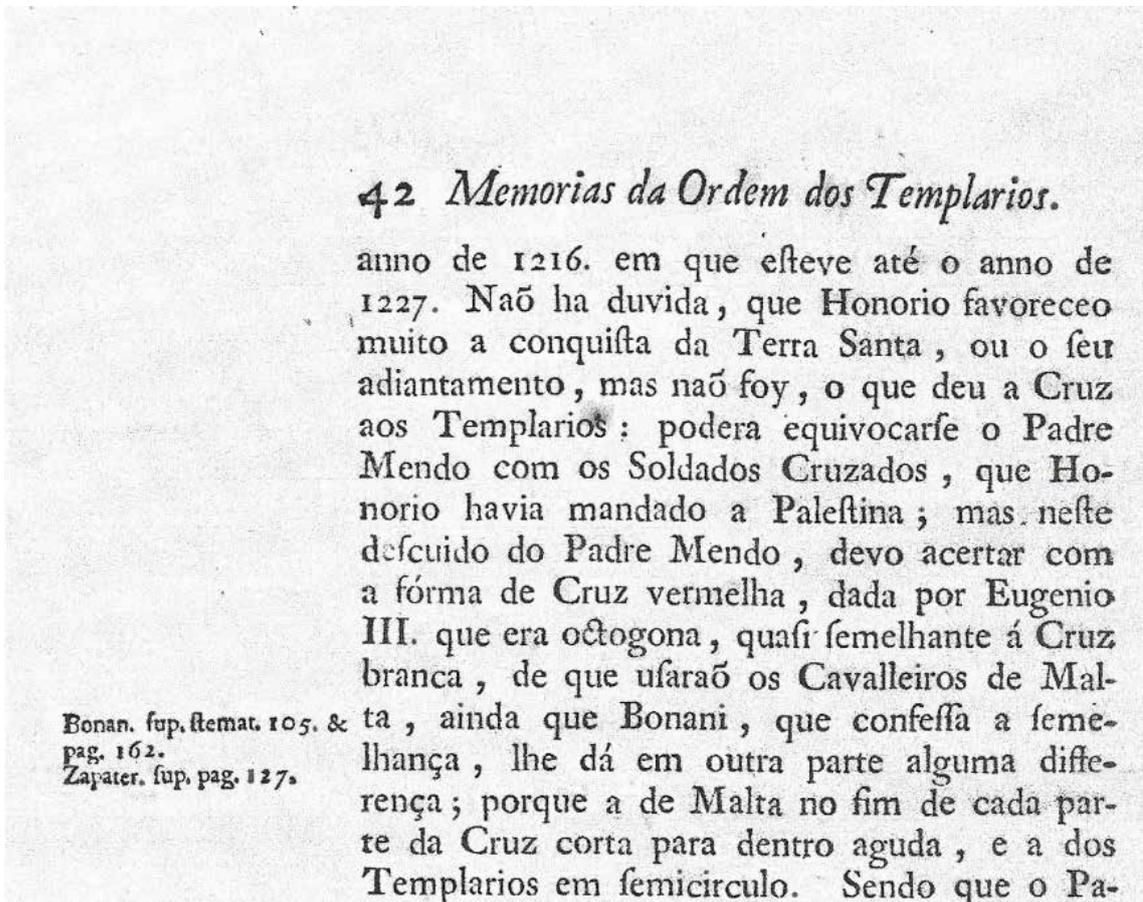


Of the Sovereign Military Hospitaller Order of St. John of Jerusalém of Rhodes and of Malta



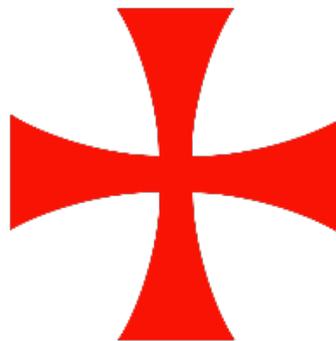
Marco existente no lugar de Vilar de Maçada e cruz cimeira da Igreja Velha de Leça do Bailio

Assim definiria António Brandão Pinho: na página 10 da sua obra – O Símbolo da Ordem dos Hospitalários e da Ordem de Malta; – É uma cruz octógona evocativa das oito bem-aventuranças que devem estar sempre presentes na vivência espiritual. – Também conhecida pela cruz dos oito bicos. Há uma cruz parecida, a cor verde, que é relativa à Ordem de S. Lázaro, mas que sai fora do propósito deste estudo, tendo sido também fundada por cavaleiros da Ordem de São João de Jerusalém



Na página 42 da obra “Nova História da Militar Ordem de Malta” o Papa Eugénio III outorga uma cruz à Ordem dos Templários que suscitou alguma confusão com a cruz da ordem de Malta. Assim; diz-se: ... a forma de Cruz vermelha dada por Eugénio III, era octógona, quási semelhante à Cruz Branca de que usam os Cavaleiros de Malta, ainda que Bonani, que confessa a semelhança, lhe dá, em outra parte, alguma diferença; porque a de Malta no fim de cada parte corta para dentro aguda, e a dos Templários em semicírculo. Pelo oposto, “Cruz Orbicular”, como lhe chama [Cruz;22, citando Saul Gomes, 2009 pp130-131], como encontramos no óculo da igreja de Pitões das Júnias, exactamente o contrário nos terminais das pétalas.

Usavam o símbolo:



Terá havido momentos em que se estabeleceu alguma confusão entre os símbolos das duas ordens:

Vejamos:



Cruz templária do Papa Eugénio III, que tinha alguma similitude com a Cruz de Malta

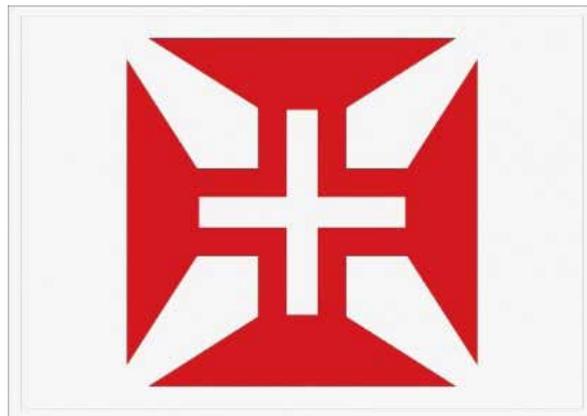


Cruz na Igreja de Pitões das Júnias

Notícia igual é dada também na obra *Ordem dos Templários Tomo I*, Cap. 1 parágrafo 4, p441.

Como já atrás nos referimos, a Ordem do Templo foi extinta a “pedido” do Rei Francês Filipe o “Belo”, pelo Papa Clemente V no ano de 1312, todavia no ano de 1308 já tinham começado as perseguições em França aos seus membros, tendo muitos deles sido queimados publicamente.

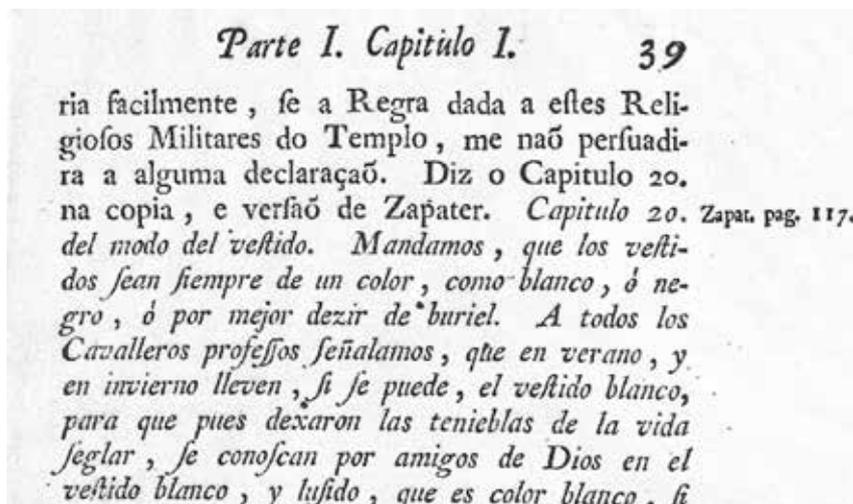
Contudo, o nosso Rei D. Dinis só dissolveu a Ordem dos Templários em 14 de março de 1319, melhor dizendo, alterou-lhe o nome para Ordem de Cristo, como atrás referimos, transferindo-se para esta quase todos os bens e mordomias, tendo assumido uma grande similitude no símbolo, com as diferenças: um vazamento central e sem o abaulamento no terminal das pétalas, cruz que iremos ver nas velas das naus que partiram para os descobrimentos a partir de 1415.



Cruz, adoptada, para a Ordem de Cristo pelo rei D. Dinis.  
– Igual à simbólica dos Templários, rasgada ao centro

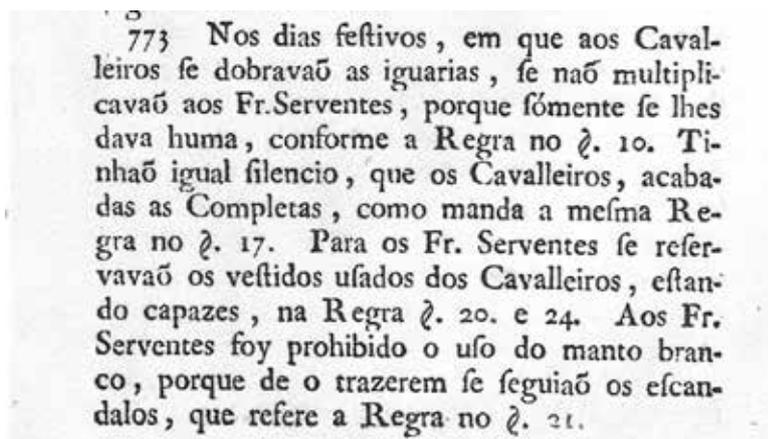
## Os hábitos

Quanto aos hábitos usados pelos cavaleiros das duas Ordens, também logo de início se prestavam a alguma confusão. Na parte I, Capítulo 1, na página 39 da obra MOM, Ordem dos Templários, diz:



Capítulo 20; “modelo de manto. Mandamos que o manto seja sempre de uma cor, como branco ou negro, ou melhor de burel. A todos os cavaleiros professos aconselhamos que no verão e no inverno levem se puderem a indumentária branca...”

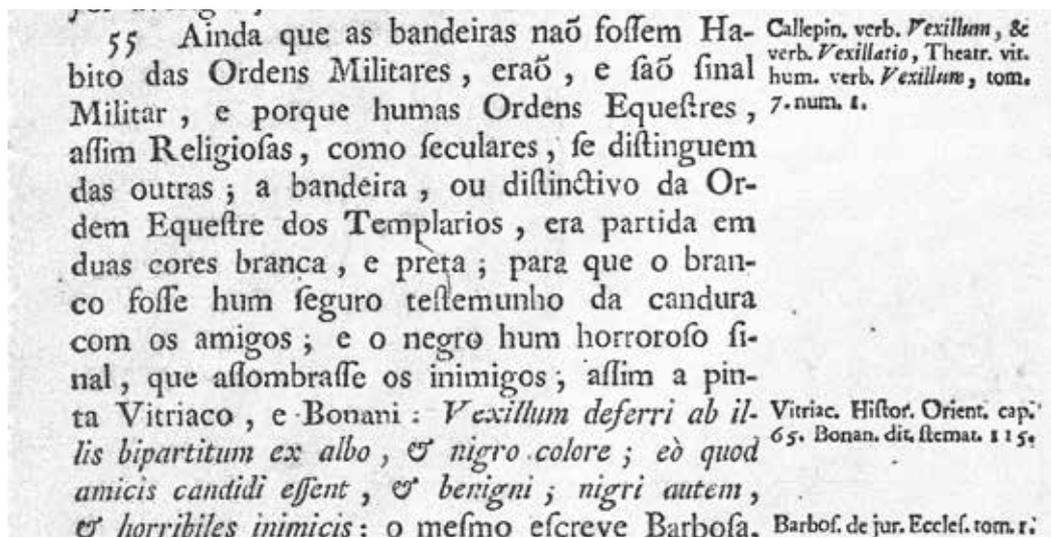
Mas havia uma exceção para os sargentos templários:



Segundo a regra 20, era proibido aos sargentos o uso do manto branco, porque se o trouxessem, seguiam os escândalos que refere a regra 21. Todavia, na mesma informação reparamos que poderiam usar o manto branco “já usados” e se estivessem ainda em condições. Presume-se que o seu (sargentos) manto era negro, como uma das versões usadas pela Ordem dos Hospitalários.

No concílio de Troyes em 1128 o Papa Honório III ao referir-se ao hábito da ordem dos Templários, a usar “didit Ordini Militum Templariorum, & Habitum álbum (hábito branco), o articulista acrescenta: e parece muito congruente, como os religiosos da Ordem de Cister e Claraval, donde saía a regra que lhes dava (Ordem do Templo) o mesmo concílio.

Uma nota sobre a bandeira utilizada pelos cavaleiros Templários quando em marcha de batalha:



Como se lê; a bandeira utilizada pelos cavaleiros da Ordem dos Templários, era dividida em duas cores; branca e preta, simbolizando, o branco, um seguro testemunho da candura com os amigos e, o negro, um horroroso sinal que assombrasse os inimigos.

Mais do mesmo, ou quase, recomendava o Rei D. Dinis para os Cavaleiros da Ordem de Cristo.

(28) O mesmo nosso Duarte Nunes do Lião na *Chron. del Rei D. Diniz* para o fim f. 132. escreveu: „ Quis el Rei q o habito da noua orde de Chri-  
 „ sto fosse quasi o mesmo que o do templo que era habito branco com Cruz  
 „ vermelha da feição da branca, que tragem os de Sam João senão quanto  
 „ 25

Costa, na sua obra; A Ordem Militar do Hospital em Portugal, na pág 59, diz-nos como era o hábito dos freires Hospitalários: “o hábito dos freires Hospitalários consistia numa veste ou capa negra comprida de mangas largas, sobre a qual e do lado esquerdo era colocada uma cruz branca de oito pontas. O cordão que dele fazia parte era trabalhado em seda preta e branca no qual seriam bordados os mistérios da Paixão; (a Flagelação,

a Coroação de Espinhos, Carregando a Cruz, a Crucificação e Morte de Jesus. Esses mistérios revelam o amor de Deus e o sentido do homem). *Esta indumentária de traços simples ia de encontro ao voto de “sine proprio vivere”. professado por todos os que se consagrassem à vida religiosa. O carácter humilde deste hábito. que parecia responder aos requisitos impostos pela aspiração à santidade. impedia que os freires usassem tecidos ricos e vistosos. como fustão e peles.*

*O uso regular do hábito era imposto a todos os freires sem excepção. No entanto, algumas variações foram consideradas ao longo dos tempos. Assim, o Grão-Mestre Nicolás Lorgne no séc. XIII, determinou que durante o exercício das armas os freires deviam usar sobrevistas vermelhas igualmente com cruz branca. Já no séc. XV. o Grão-Mestre Pedro Raimundo Zacosta abriu algumas excepções quanto ao uso do vestido comprido. ordenando que uma vestimenta mais curta poderia ser usada quando os freires se encontrassem “... por caminho ...” nas galés ou outros navios e nas guardas ou sentinelas dos castelos da Religião. Caso os freires se encontrassem no convento ou castelo de Rodes teriam que obter autorização expressa do Mestre ou do Marechal para que pudessem usar roupa mais curta.*

*A questão das cores permitidas no hábito também foi objecto de regulamentação. O negro e o cinzento eram os tons autorizados para a confecção das capas, mantéus ou calças, gorras e gibões. As “cajadas” e as capas seriam negras, violetas, cinzentas ou azuis escuras, não se podendo colocar a cruz sobre os tons de violeta ou azul, se não fosse chamalote escuro. Quem não respeitasse estas normas ficaria sem a roupa que, por sua vez, reverteria para o tesouro da instituição, ou seria privado de uma parte dos seus rendimentos”.*

### **As relações entre as Ordens o poder Político e Eclesiástico**

As relações entre a Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão, e a Ordem do Hospital de São João Batista de Jerusalém, e os outros poderes estabelecidos, nem sempre foram as melhores, porventura, por questões de poder e privilégios. Sobretudo após o reinado de D. Sancho I, em que a Ordem dos Hospitalários exerceu algum ascendente sobre o Monarca já que, durante o reinado de D. Afonso Henriques, “Rei Templário” (poderá parecer uma afirmação polémica, mas; [Costa p157 e 158] confirma:

## DOCUMENTO IV.

*Confirmação da Doação de Soure, que tinha  
feito a Rainha D. Tereza, pello Senhor  
Rey D. Affonso Henriques sendo In-  
fante, ou Principe de Portugal.*

Coimbra agoas vertentes ao Mondego. Douvos, e  
concedo-vos o tal Castello com todos seus foros que  
saõ, e forem para que vos os tenhais firmemente, e  
todos vossos successores para sempre, e esta doação  
faço não por mandado, ou persuasão de alguém, mas  
por amor de Deos, e por remedio de minha alma  
e de meus Pais, e pello cordeal amor que vos tenho,  
e porque em a vossa Irmandade e em todas vossas  
boas obras sou Irmão. E se algum homem affirm dos

Eu o Infante D. Affonso com minha propria  
maõ roboro esta Carta.

Os que foraõ presentes em Guimarẽs.

Bernardo Bispo de Coimbra	Conf.
Ermigio Monis	Conf.
Egas Monis	Conf.
Mendo Monis	Conf.
Lourenço Alferice.	Conf.
Raimundo Garcia	Conf.
Pedro Pais	Conf.

Documento é datado do dia 13 de março da Era de Mil Cento e Sessenta e Sete, ou seja, 13 de março de 1129, (calendário Gregoriano) isto é, precisamente um ano depois de D. Teresa ter feito esta doação o Infante Afonso confirma-a. Já tínhamos passado pela batalha de S. Mamede, 1 de julho de 1128.

**Mas...Clarificando o português:** Este documento confirma a doação do Castelo de Soure ao “Templi Salomonis” (como sempre lhe chamou o Infante Afonso e mesmo depois de se o nosso primeiro Rei; D. Afonso Henriques), confirmação do que sua mãe D. Teresa já tinha doado no ano de 1128.

Frei Bernardo da Costa, apresenta na sua obra a transcrição do original em Latim, que se encontra neste momento na Torre do Tombo, em Lisboa, mas ajuda-nos fazendo a tradução para o português do século XVIII:

Assim, traduz: – “... filho do Conde D. Enrique e da Rainha D. Tereja e pela mizericória de Deos Príncipe dos Portugueses; em honra de Nosso Senhor Jesu Christo, dou a vos Soldados do Templo de Salamaõ o antigo Castello que se chama Soure o qual esta situado na Extremadura em o território de Coimbra águas vertentes ao Mondego. Dou-vos e

*concedo-vos o tal castelo com todos os seus foros que são e forem para vós os tenhais firmemente, e todos vossos sucessores para sempre e esta doação faço não por mando ou presunção de alguém, mas por amor de Deos, e por remedio de minha alma e de meus Pais, e pelo cordial amor que vos tenho, e porque em a vossa Irmandade e em todas vossas boas obras sou Irmão...*

*Eu o Infante D. Affonso com minha própria mão roboro esta Carta.*

*Os que foraõ presentes em Guimarães:*

*Bernardo, Bispo de Coimbra; Ermigio Monis; Egas Monis; Mendo Monis; Lourenso Alserice; Raimundo Garcia; Pedro Pais etc.”*

Pensamos que só esta narrativa que se encontrou na carta de doação do Castelo de Soure do Infante D. Afonso à Ordem de Salomaõ (Templária) acabando por se intitular “Irmão” (sabemos bem o significado desta palavra dentro de uma organização religiosa ou iniciática, monástica ou outra).

Prosseguindo:

Não encontrámos motivos de fricção entre as Ordens, sendo que, no período reinante do nosso primeiro rei, uma era essencialmente militar e a outra assistencial (até ao último quartel do século XII em que a Ordem dos Hospitalários se militarizou). Todavia, pensamos que, sempre terão encontrado o caminho da concórdia.

48      . . . . . N O V A . M A L T A . . . . .  
de Cruz para a Ordem de Malta a extinção da dos Templários, em odio della, e dos mesmos; e para então, depois de estabelecidos os Hospitalarios em Rhodes, a fim de mais se não confundirem as Cruzes, mudarem esta a figura da sua, nos termos, em que veio a ficar; ainda que pelo tempo se polisse, e estreitasse mais as suas pontas ( como não destróe a da sepultura de S. Braz por posterior, pois Fr. D. Lourenço Gil morreu em 21 de Dezembro do anno de 1346 ); deveria ficar mui-

Na página 48 da obra a “Nova Malta” escrita por, José Anastácio Figueiredo, membro da Ordem de Cristo e datada de 1753, encontramos a palavra “ódio”

[Costa (pp48/49) esta autora dá-nos uma visão mais alargada sobre as questões, que, como diz, levaram ao pergaminho no relacionamento entre Ordens o poder político e eclesiástico. Assim, afirma; *“A Ordem do Hospital não constituiu uma excepção no quadro de conflitos em que, por um lado, se situavam as autoridades diocesanas e, por outro, os vários polos eclesiásticos localizados nas suas delimitações. São, pois, frequentes os momentos em que estas questões passaram para o pergaminho, permitindo-nos analisar quais eram de facto os motivos da hostilidade que se vivia entre os bispos e esta Ordem Religiosa e Militar. Estes momentos coincidiam sobretudo com episódios de controvérsias sobre o exercício de determinadas prerrogativas e pagamento de direitos episcopais, mas também, em alguns casos, com a altura em que a Ordem, a títulos diversos, passou a usufruir de idênticos direitos”*.

Nas páginas 148 e 149 a mesma autora afirma: *“Já no séc. XVI e em virtude do sínodo que se celebrou na cidade de Évora em 9 de junho de 1534, o cardeal infante D. Henrique (lembremo-nos que era Grão-Mestre da Ordem de Cristo) fez emitir uma provisão, na qual constam as atribuições dos priores e vigários deste bispado, com o objectivo de se “ ... evitar grandes ódios diferencias e escândalos que avia muitas vezes ... , sendo, por isso, necessário definir ... o que pertencia a huns e ho que pertencia a outros e mandar que cada huns entendessem no que a seu officio pertencesse e nom usurpassem ho que pertencia aos outros ... “. Neste documento é feita menção às ordens de Santiago e de Avis, como estando isentas da jurisdição ordinária, excepto no que toca à cura de almas, sacramentos e regimento das igrejas. Apesar de não ter sido feita referência aos Hospitalários.*

*D. Sancho I, familiarizado com os litígios entre diversos senhores eclesiásticos, devidos ao reconhecimento jurisdicional, consubstanciado no pagamento de diversos direitos, obrigou os Hospitalários e Templários de Silves a pagar o dízimo ao Ordinário local e impediu-os de aí construírem igrejas. Esta atitude do monarca espelha a sua acção política, na medida em que pretendia reforçar financeiramente a diocese de Silves”*.

Na página 432 da obra citada “Nova Ordem” retirámos várias passagens sobre contendidas entre as duas Ordens. Assim, por exemplo no capítulo CCXLV, diz:

§ CCXLV.

Memoria de todos os pontos, em que concordaram logo.  
**A** Lêm do que fica visto : apparece como passou a fazer-se huma *Memoria de rebus que inter domũ Templi & Hospitalis ex iiij<sup>o</sup> die januarij sub E<sup>a</sup> M<sup>a</sup> CC<sup>a</sup> Lx<sup>a</sup> viiiij<sup>a</sup> quando Prior & Comendator & fratres utriusque partis apud Colimbriam conueuerũt . flarim sunt penitus terminate* ( e não terminande<sup>(164)</sup> ); como lêram de leitura nova ), de todas as cousas , que logo foram , ou ficáram decididas , e terminadas entre a Ordem do Templo , e aquella de Malta , desde o referido dia 3 de Janeiro do anno de 1231,

Pelo que se pode ler, parece-nos que no dia 3 de janeiro do ano de 1231, (iiij die januarij sub E<sup>a</sup> M<sup>a</sup> CC<sup>a</sup> Lx<sup>a</sup> viiiij – 1269-38=1231- todas as questões existentes entre a Ordem dos Hospitalários e da Ordem do Templo ficaram resolvidas.

*Tradução livre:* A memória das coisas que aconteceram entre a casa do Templo e do Hospital, dada quando o Prior e o Comendador e os irmãos da comitiva se encontraram em Coimbra, é imediatamente resolvida.

No seguimento da mesma obra, mas, na página 433 e, continuando o Capítulo CCXLV refere-se a um assunto referente às terras do, hoje, concelho de Macedo de Cavaleiros, no mesmo dia 3 de janeiro do ano de 1231.

*ipso fructu.* 3<sup>o</sup> Que Fr. Fernão Nunes Pinaça, e Fr. Pedro Ourigues, ou Henriques deveriam, com outros Adjunctos, dividir, e demarcar Villa Chãa, e Atenôr, e os termos d'entre Ulgofo, e Penas-royas; e no caso de Paradella ficar em o termo de Ulgofo (hoje he fóra, e do termo de Miranda); que os Freires do Templo deveriam inteirar á Ordem de Malta todo o fructo, que dahi tivessem levado. 4<sup>o</sup> Que os ditos dous Freires deveriam indagar, e inquirir com boa fé a respeito dos dous Cazaes de Bagueyse ( *que fuerũt fratris fernãdi de...* ) que tinham sido de Fr. Fernando de tal, sobre a qual Ordem foram primeiramente dados, se á do Hospital, se á do Templo; e em posse de qual dellas estiveram primeiro. 5<sup>o</sup> Largáram, e renunciáram os Freires do Templo a metade da Igreja de Santiago de Alariz, pela parte de D. ( P. ) Poncio Affonso,

Começa por uma nova demarcação nos termos da Comenda de Algozo em que estaria em causa Villa Chã (à época, São Cristovão, o mesmo orago que a anexa dos Olmos tinha), em que os freires do Templo deviam inteirar (deve-se entender entregar) à Ordem dos Hospitalários todos os frutos que dali tivessem retirado.

Mais à frente no parágrafo 4º) os Freires Fernão Nunes Pinaça e Pedro Ouriques (ou Henriques) deveriam indagar e inquirir com boa fé a respeito de dois casais de Bagueixe que tinham sido de Fr. Fernando (?)... sobre, a qual Ordem foram primeiramente dados, se à do Hospital, se à do Templo e em posse de qual delas estiveram primeiro.

De facto estes contenciosos prespasm dezzenas de páginas das obras consultadas, todavia, só nos chegou contenciosos resolvidos a contento das ambas as partes, não contando claro, com as questões relacionadas com questões politicas ou eclesiásticas, porque essas normalmente resolviam-se pelo lado mais forte.

Na página 377 da obra História da Administração Publica em Portugal nos séculos XII a XV, tomo I, Henrique Gama Barros relata, com clareza, o porquê das disputas entre as Ordens Cavaleiros/Monásticas e também sobre a finalidade de existirem tantas doações de propriedades e bens. Assim:

377

gal-os, mas oppoz-se vivamente o mestre do Templo, Jacques Molay, o mesmo que afinal assistiu ao baquear da ordem e por ella morreu <sup>1</sup>.

Em Portugal as discordias entre o Templo e o Hospital deixaram vestigios na memoria de luctas sanguinolentas sobre a posse de bens e prerogativas senhoreaes, que ambas as ordens se arrogavam o direito de exercer <sup>2</sup>. E comquanto ás doações regias fosse devida principalmente a riqueza das ordens militares, outras fontes concorriam para lhes augmentar o patrimonio. Na tendencia geral da epocha a favorecer os institutos monasticos, encontravam ellas variados elementos de prosperidade. Todas tinham confrades ou familiares, homens e mulheres, de qualquer estado, que, a troco da universalidade de seus bens ou só de alguns d'elles, e ligados á ordem por um vinculo que n'alguns casos era indissolvel, participavam das orações e boas obras da corporação, podendo ao mesmo tempo contar com protecção efficaç, que os envolvia em privilegios importantes e os defendia por todos os modos <sup>3</sup>.

Se as discórdias entre as Ordens do Templo e os Hospitalários (como diz Gama Barros) deixaram vestigios na memória de luctas sanguinolentas sobre a posse de bens e prerogativas senhoriaes, que ambas as ordens se arrogavam o direito de exercer...

Mas, o porquê de constatarmos a entrega de tantas doações de propriedades e bens às Ordens religiosas? É um uso e costume que ainda hoje presiste (com as dádivas de heranças e propriedade a conventos e à Santa Casa da Misericórdia (locais). A razão que encontramos é que as ordens religiosas funcionavam, como funciona hoje o sistema de Segurança Social do País, entregamos uma percentagem do que recebemos no final de cada mês para depois termos direito a uma pensão e assistência médica, quando já não poderemos trabalhar. Naquela época, como diz Gama Barros – *“Todas tinham confrades ou familiares, homens e mulheres, de qualquer estado, que, a troco de universalidade de seus bens ou só de alguns d’elles e ligados à ordem por um vinculo que n’alguns casos era indissolúvel, participavam das orações e boas obras da corporação, podendo ao mesmo tempo contar com a protecção efficaz, que os envolvia em privilégios importantes e os defendia por todos os modos”*.

## Cartulário

### Aldeia de Malta – Templária ou Hospitalária, ou de ambas as Ordens?

Existem quatro localidades dos País como o nome de Malta, uma aldeia no concelho de Macedo de Cavaleiros, (carta militar 78) outra, perto de Pinhel (carta militar 182), outra, mais a Sul a norte de Miranda do Corvo (carta militar 251) e ainda outra localidade chamada Malta (Carta militar 97) que, com Canidelo, formam freguesia, e que pertence ao concelho de Vila do Conde, esta usando no seu brasão o símbolo da Ordem de Malta.

A CRUZ DA ORDEM DE MALTA NOS BRASÕES AUTÁRQUICOS PORTUGUESES



MALTA, VILA DO CONDE, PORTO

*Brasão: escudo de azul, duas setas abatidas de ouro, cruzadas em aspa e, em chefe, uma cruz da Ordem de S. João de Jerusalém, dita de Malta, de prata. Coroa mural de prata de três torres. Listel branco, com a legenda a negro, em maiúsculas: «MALTA»<sup>407</sup>.*

Pertencente ao Bailio de Leça

Já nas inquirições do Rei D. Afonso III, realizadas no ano de 1258, havia alguma confusão sobre a quem pertencia a Aldeia de S. Cristóvão, situada perto dos Olmos, hoje concelho de Macedo de Cavaleiros.

Na inquirição feita a um Johannes Menendi de Santo Chrestophono afirma esta terra teria pertencido ao Ospitali, por outro lado interrogado um Johannes Petri, também morador em Sancto Chrestophono afirma que a sua terra primeiramente teria pertencido à Ordem do Templo. Dizemos nós: provavelmente teriam os dois razões nas suas afirmações!

<p><i>Incipit parrochia Sancti Chrestophani et non noluit inde venire abbas dicere testimonium.</i></p> <p>Johannes Menendi de Santo Chrestophono; juratus et interrogatus de jure patronatus dixit quod nichil ibi habet donnus Rex; interrogatus cujus est dixit quod villa et ecclesia sunt de Ospitali; interrogatus unde habuit eas dixit quod nesciebat; interrogatus ex quo tempore habet eas dixit quod ex tempore Regis donni Sancii veteris; interrogatus pro aliis iuribus Regis dixit quod nihil inde sciebat.</p>
<p>Johannes Petri de Sancto Chrestophono; juratus et interrogatus dixit quod audivit dicere hominibus qui sciebant quod ipsa villa et ipsa ecclesia fuerunt donni Regis et quod Regina vetera dedit eas Ordini Templi; interrogatus qualis fuit illa Regina vel in quo tempore dedit eas Ospitali dixit quod nesciebat.</p>

Mas, regressemos à nossa linha de argumentação:

A Aldeia (Igreja de S. Cristóvão, com oráculo ao Divino Espírito Santo) de Malta, antes de 1530, tinha, como vimos nas inquirições de 1258, o nome de São Christofano (Cristóvão) e eventualmente estaria com apresentação à Abadia de Guide, não havendo, contudo, nenhum documento seguro que o comprove.

Analisando:

Paula Pinto Costa

TABELA 11 — Contencioso em torno dos direitos senhoriais

DATA	OPOSITOR	LOCAL	OBJECTO	DECISÃO
1231.01.03 <sup>183</sup>	Templários	Vila Chã Barceosa e Atenor	secular e eclesiástico	1/3 e 1/2, nos dois locais, respectivamente
1290.10.07 <sup>184</sup>	D. Dinis	Aldeia de Santo Estevão do Mato	frutos, rendas e senhorio da aldeia	o rei mandou restituir à Ordem

Na tabela 11 – Contencioso em torno dos direitos senhoriais, apresentada na obra de Paula Costa, na pág 167 com informação datada de 3 de janeiro de 1231 apresenta um

contencioso em que era opositora a Ordem dos Templários, que com a decisão ficou com 1/3 da Vila Chã da Barçiosa à data São Cristóvão.

No volume I da obra, citada “Nova Ordem de Malta” na página 430 diz-nos;

430 NOVA MALTA  
referidos, e Sueyro Gomes, com Fernão Nunes Pinaça, Freires do Templo (dos quaes o segundo apparece na mesma Era, que estava sendo *Pretor in Tomar*); e Lourenço Nunes, com P. Payo, ou Pedro Ourigues (*horiquiz*) Freires do Hospital, Juizes constituidos; aquelles primeiros por Fr. Estevam de Belmonte <sup>(162)</sup>, Mestre da Ordem do Templo *in tribus regnis yspañie*, que a cada passo se acham expressamente declarados Portugal, Leão, e Castella (achando-se, por exemplo, deste mesmo *Magister militie Templi in Portugalia Legione & Castella* em a Era de 1268); e estes pelo referido Prior: *per iudiciũ & sententialiter definiunt*, e determinaram, que de Villa Chã de Barçosa tivesse a Ordem, ou Casa do Templo duas partes *in ecclesiastico & laicali*, e a de Malta tivesse a outra terça parte no Ecclesiastico, e Secular. Mas da Villa, ou Povoação de Atenôr tivesse a Ordem do

E segue; página 431,

PORTUGUEZA. PARTE I. 431  
do Templo a metade, e a dita de Malta a outra meia parte, tanto no Ecclesiastico, como no Secular, ou leigo: estando as mesmas Villas em o Julgado de Ulgofo, e na Terra de Miranda. Julgaram mais tambem, que a Ordem de Malta tivesse, ou conservasse a Casa, e Almoinha, ou Orta (*almoindã*) de Trancofo, que foram, ou tinham sido de Martim Egas. Porém julgaram, que o Prior do Hospital repuzesse a Cruz da Ordem do Templo no Casal de Villa Nova *Orrace egée*, d'onde elle mesmo a tinha derribado; e pelo juizo dos mesmos, o referido Prior renunciou, e dimitio de si logo então o mencionado Casal. Além disto fizeram entre si hum cambio, ou troca, que ficasse tendo força, e as vezes de *Causa julgada*, pela qual o Prior, e Freires do Hospital deram ao Cômendador, e Freires do Templo, o Casal de Monte-redondo; e o Cômendador, e Freires do Templo largaram para a Ordem de Malta o Casal de Taboço: cujos Cazaes o Mestre da Ordem do Templo, D. Pedro Alvites <sup>(163)</sup> & di-

Datado do ano de 1268; Sueyro Gomes e Fernão Nunes Pinaça, em representação do Mestre Templário Fr. Estevão de Belmonte (Mestre dos três Reinos; Portugal, Leão e Castela) por um lado e Lourenço Nunes e P. Payo (ou Pedro Ourigues, Freires da Ordem do Hospital, determinaram que Vila Chã de Braceosa (S. Cristóvão) tivesse a Ordem ou Casa do Templo duas partes e a Ordem do Hospital a outra terça.

§ CCXXXVII

Para a Comenda de Ulgofo, ou Algofo; na terra de Miranda, A 6, 7, e 10 de Dezembro, em que se tirou a Inquirição nos Julgados de Mogadouro, Penas-Royas, e Ulgofo, se achou tambem em a da freguezia de S. Christovam de Barceofa (no Julgado de Ulgofo) saberem, que *medietas ipsius Ecclesie* era *Ospitalis*, e a outra metade era do Mosteiro de Moreyolla já em o Reino de Leão; e terem ouvido a homens, que o sabiam, que lhas tinha dado D. Fernão Fernandes Braganção: o qual por ser neto de D. Pedro Fernandes Braganção, o velho, faz poder se fixar este facto ainda no presente Reinado. Assim como nelle deve ficar a outra declaração, que immediatamente se segue, pelo saberem, de que a *Villa de Carteon*, no mesmo Julgado de Ulgofo (que *est in terra de miranda*) fôra d'ElRei, &

No capítulo CCXXXVII da nova história da Ordem de Malta, com informação tirada das Inquirições efectuadas em dezembro de 1268, por Afonso III, refere-se que S. Christovam de Braciosa se trata de uma localidade assim denominada, hoje pertencente ao concelho de Miranda do Douro e que à data se chamava “São Christovam”. Estará aqui um equívoco, de se querer aglutinar a Malta do Concelho de Macedo de Cavaleiros na Comenda de Algofo, nesta data.

A mesma autora, na mesma obra, na página 162 na tabela 98 – Igrejas do Padroado da Ordem do Hospital (séculos XIII-XVI), dá-nos a informação que a Abadia de Guide no ano de 1258, pertencia em 2/3 a D. Garcia Pires, portanto, com a titularidade partilhada, informação Publicada no Livro dos forais, vol. 1, doc. 16, pp. 37-39. Também confirmado no Vol. 1 Pars II fasc. VIII, Inquiritiones da Portugal Monumenta Histórica na página 1269.

A Ordem Militar do Hospital em Portugal

TABELA 8 — Igrejas do Padroado da Ordem do Hospital (sécs. XIII-XVI)

DATA	OUTORG.	IGREJA	TITULARIDADE
1220 <sup>12</sup>	—	St. <sup>a</sup> Estevão de Boulousa, terra de Penela	<i>in solidum</i>
1220 <sup>13</sup>	—	St. <sup>a</sup> M. <sup>a</sup> de Aborn, terra da Nóbrega	<i>in solidum</i>
1220 <sup>14</sup>	—	S. Miguel de Poiaras, terra de Panóias	<i>in solidum</i>
1220 <sup>15</sup>	—	S. Mamede de Paradela, terra de St. <sup>a</sup> Estevão de Riba Lima	partilhada
1220 <sup>16</sup>	—	S. Verissimo de Amarante, terra de Celorico	partilhada
1224 <sup>17</sup>	—	S. João de Chavão	<i>in solidum</i>
1224 <sup>18</sup>	—	S. Mamede de Arcozele	<i>in solidum</i>
1224 <sup>19</sup>	D. Teresa	S. João de Queijada (coto da Ordem)	<i>in solidum</i>
1224 <sup>20</sup>	—	St. <sup>a</sup> Estevão de Boulousa (coto da Ordem)	<i>in solidum</i>
1224 <sup>21</sup>	—	S. Paio do Carvalho (coto de Pereiro, pertencente à Ordem)	<i>in solidum</i>
1240.08.06 <sup>22</sup>	—	St. <sup>a</sup> Senhorinha de Basto	<i>in solidum</i>
1258 <sup>23</sup>	—	St. <sup>a</sup> M. <sup>a</sup> de Freixiel	<i>in solidum</i>
1258 <sup>24</sup>	D. Garcia Pires	2/3 de St. <sup>a</sup> M. <sup>a</sup> de Guide	partilhada
1258 <sup>25</sup>	D. Pedro Fernandes Braganção	S. Pedro Velho	<i>in solidum</i>

Mas, lembremo-nos das palavras de Alexandre Herculano acerca das Inquirições: *“Entretanto, o estudo destes monumentos capitais (Inquirições), não é fácil pela sua obscuridade e extensão, e muito menos enquanto jazerem inéditos no fundo dos arquivos públicos. Um dos primeiros cuidados dos homens encarregados de promover em geral o progresso literário e em particular o da história deve ser a publicação desses preciosos diplomas e registos em que, por assim dizer, a antiga organização da sociedade revela na sua parte mais importante e ao mesmo tempo mais obscura”.*

## **Sobre as Comendas**

Comecemos pelas comendas da Ordem de Cristo:

Diz o Abade Baçal:

### **“COMENDAS DA ORDEM DE CRISTO”**

*“Como em várias partes desta obra nos referimos às comendas, e no tomo I, pág. 385, damos a lista das existentes no distrito de Bragança e seu rendimento, julgamos oportuno acrescentar algo ao assunto. Em 1514 concedeu o papa Leão X a el-rei D. Manuel que se tirassem vinte mil cruzados de renda nos frutos das igrejas e mosteiros de Portugal para delas se fazerem comendas da Ordem de Cristo reservando-se ainda aos párocos cômgrua sustentação. No bispado de Bragança as igrejas em que então se constituíram comendas foram:*

*Ansiães (São Salvador). Ansiães (São João). Castanheira (São João, concelho de Chaves, hoje bispado de Vila Real). Miranda (Santa Maria). Mirandela (Santa Maria) (1500). Moncorvo (Santa Maria). Vimioso (São Vicente) (1501).*

*Depois, o mesmo papa, por bula de 1517 mandada executar pelo bispo de Targa, isentou os mosteiros da contribuição, e, na sua falta, meteu mais várias igrejas que, no bispado de Bragança, foram:*

*Adeganha (São Tiago). Ala (Santa Eugénia). Bragança (Santa Maria). Colnelas (Conlelas, São Pedro Fins), «em terra de Bragança». Edral (São Romão). **Guide (São Mamede)**. Lamas, «em terra de Lampaças», hoje Lamas de Podence (Santa Maria) etc....”*

Mas a informação sobre a presença de Guide com comenda da Ordem de Cristo continua. Assim, lemos no Tomo I págs. 385 e 386;

## Comendas da Ordem de Cristo no actual Bispado de Bragança

Comendas novas e dos 20.000 cruzados que pagam meias anatas à casa de Ceuta e depois um quarto à Ordem. Não tem este bispado (o de Miranda, antes da circunscrição diocesana de 1882) comenda alguma velha, nem das cinquenta do padroado:

Comendas	Rendimento	Anos em que se fez a computação
Santa Maria de Bragança e Baçal .....	60\$000	1605
S. Miguel de Ifanes .....	500\$000	1590
S. Miguel de Linhares .....	260\$000	1615
S. Marnede de Guide .....	120\$000	—
<b>Comendas da apresentação do duque de Bragança que (por serem do padroado leigo e do real como donatário da Coroa) pagam os três quartos à ordem, como as cinquenta do padroado real</b>		
A comenda de Ansiães .....	80\$000	1608
S. Bartolomeu de Rabal .....	90\$000	1584
S. João da vila de S. Bartolomeu de Rabal .....	20\$000	—
Santa Olaia da vila de S. Bartolomeu de Rabal .....	20\$000	1619
S. Lourenço da Petisqueira .....	27\$000	1587
S. Vicente de Guadramil .....	20\$000	1611
S. Gens de Parada .....	50\$000	—
Santo António, dividida da de S. Gens de Parada .....	50\$000	—
Santa Maria Madalena, dividida da de S. Gens de Parada .....	40\$000	1611
S. Lourenço, dividida da de S. Gens de Parada .....	40\$000	1611
S. Tiago de Miranda, dividida da de S. Gens de Parada ..	56\$000	1582
Outra dividida da de S. Gens de Parada .....	50\$000	—
» » » » » » » .....	44\$000	—
A comenda dos meios frutos de S. Pedro de Babe .....	110\$000	1608
Santa Maria de Gimonde, que é a outra metade dos frutos de S. Pedro de Babe .....	130\$000	1619
A comenda de Carragosa .....	160\$000	—
A comenda de N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> de Deilão .....	20\$000	1619
A comenda de Vila Meão e França .....	80\$000	1603
S. Pedro de Macedo de Cavaleiros .....	540\$000	1615

Como se vê a comenda da Ordem de Cristo atribuída a S. Mamede de Guide, o Abade Baçal, todavia não nos indica a data, mas pensamos ser dos meados do século XVII, pagando 120\$000 réis.

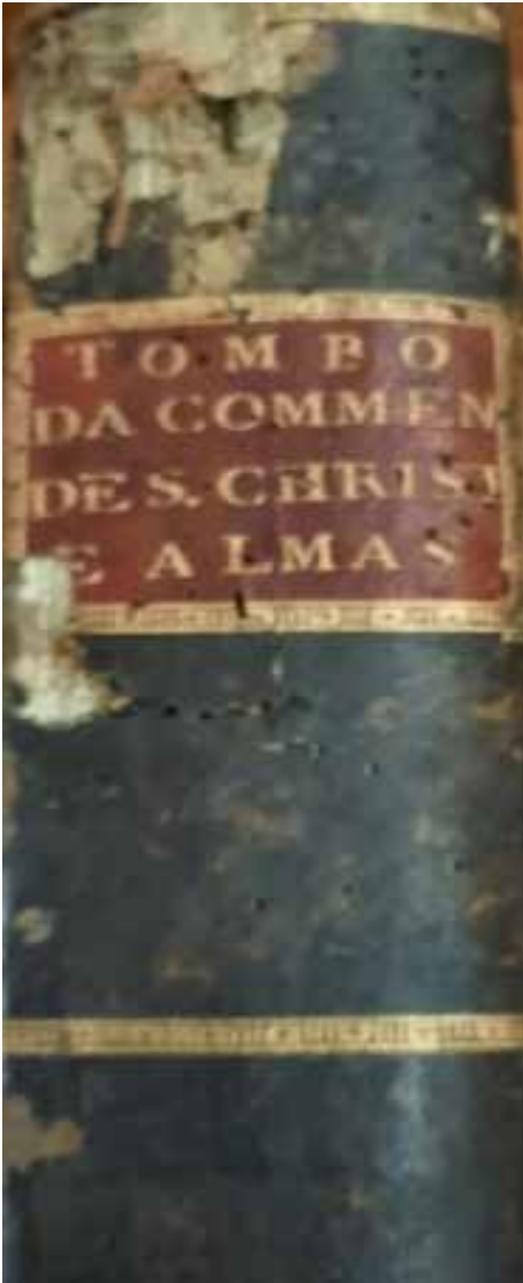
São Pedro de Macedo de Cavaleiros, pagava 540\$000, sendo que três quartos era para serem entregues à Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo.

### **Comendas da Ordem dos Hospitalários (Já Rodes, Já Malta)**

Tivemos oportunidade de analisar os livros de todas as comendas atribuídas à Ordem do Hospital que se encontram em Lisboa (15/jun./2022) na Torre do Tombo com a referência PT/TT/CI, comendas da Ordem de Malta Livros; 16; 119; 120 e 169.

Existe no tombo e autos de Algoso uma comenda denominada de “São Cristóvão e Almas”. Tivemos oportunidade de nos deslocarmos à Torre do Tombo e fotografar todo o tombo que lhe atribuem um ano de produção de **1805**, menos de 40 anos da extinção das Ordens Religiosas pela força das políticas liberais.

Começamos pelo nome da comenda, em que os serviços da Torre do Tombo se devem ter enganado ao chamar-lhe “Tombo commenda de S. Cristóvão e Almas” – ou, por outro lado, enganou-se José Anastácio de Figueiredo que, ao escrever a sua obra, Nova história, da Militar Ordem de Malta, por diversas vezes lhe chama – “Comenda de São Cristóvão e Almas”.



*S. Christovam* : Bens da Ordem nesta freguezia , para Chavão , com huma Encensoria em Oliveira , I. 315  
 — — e *Almos* , Cômenda Malteza , outra vez desunida em nossos dias da de Algoso : Como ainda se figura separada no tempo do Prior Pay do Condestavel , I. 151\* Estava por da Ordem a Terra , e Igreja de São Christovam já no Reinado 2.º; podendo , ou devendo ter entrado nas Doações da nossa primeira Rainha D. Thereza , 215. e seg. Bem como a de Lampaças , que entra na Concordia com os Arcebispos , e Cabido de Braga , então Ordinarios , 240 Como foi decretada , authorizada , e concluida a desmembração deste Ramo , ou freguezia , em Cabeça da nova Cômenda , com o Lugar dos Almos , onde tem alguns dizimos ; com

Vol III, pág 279, onde consta Lugar de Almos

**G E I**

nella o Ballio Fr. Luiz de Britto Mascarenhas , 138\* e seg.\* He expresso este Castello , com seu termo , na primeira Carta de Sentença geral sobre as Jurisdições , e Regalias seculares da Ordem , 161. Sendo ainda allí o Cômendador Alcaide mór , como foram por muitos tempos Capitães móres , e Padroeiros da Igreja , quando se concluiu a decretada desmembração da de *S. Christovam* , e *Almos* ( depois da qual só está rendendo a antiga Oito mil Cruzados ) , 216. e seg. Ficando tambem para esta o Ramo de Guide , com suas annexas , 241. e seg. ou 244 Depois de ter sido outra vez necessario tirar-se de todo para aquella da Cômenda d' Ala na Ordem de Christo ; a que tornava a estar pertencendo , 244. e 2 segg. Memorias avulsas de alguns outros Cômendadores della , 138. 399. e\* e seg.\*

Vol. III, pág 233 onde novamente se refere a Almos  
 (antiga localidade)

No tomo VII, na página 787, das Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança do Abade Baçal, encontrámos esta notícia:

*“Sentença a favor da comenda de S. Cristóvão e S. Sebastião de Algos e seu ramo de Guide, no bispado de Miranda deste reino de Portugal, que é da ordem e milícia da sagrada religião de S. João Baptista do Hospital de Jerusalém, proferida na mesa das ordens militares portuguesas, contra o seu procurador-geral o grão-mestre Fr. Manuel Pinto da Fonseca. Lisboa, 1742. 1 vol. in-fólio, raro”.*

O que não adianta muito na nossa apreciação. Mas refere-se a abadia de Guide, localidade no concelho de Mirandela. De facto, Guide é uma localidade muito antiga, provavelmente com povoamento antes do início da Nacionalidade, como diz o abade Baçal. Mas, se repararmos na composição da narrativa lemos: Sentença a favor da comenda de S. Cristóvão e S. Sebastião “e o seu ramo de Guide”. Pensamos que se esta abadia de Guide tivesse alguma coisa que ver com a aldeia de “Malta” a narrativa teria, eventualmente, ser diferente. Mas sobretudo é um documento datado de 1742.

Todavia, como poderia a Abadia de Guide estar ligada (nesta data) à Ordem dos Hospitalários se tinha Comenda da Ordem de Cristo desde o ano de 1517, treze anos antes da existência da Ordem de Malta, e ainda na vigência da Ordem hospitalária.

Mas, encontramos outra comenda, esta com o nome de “Comenda de São Cristóvão”.



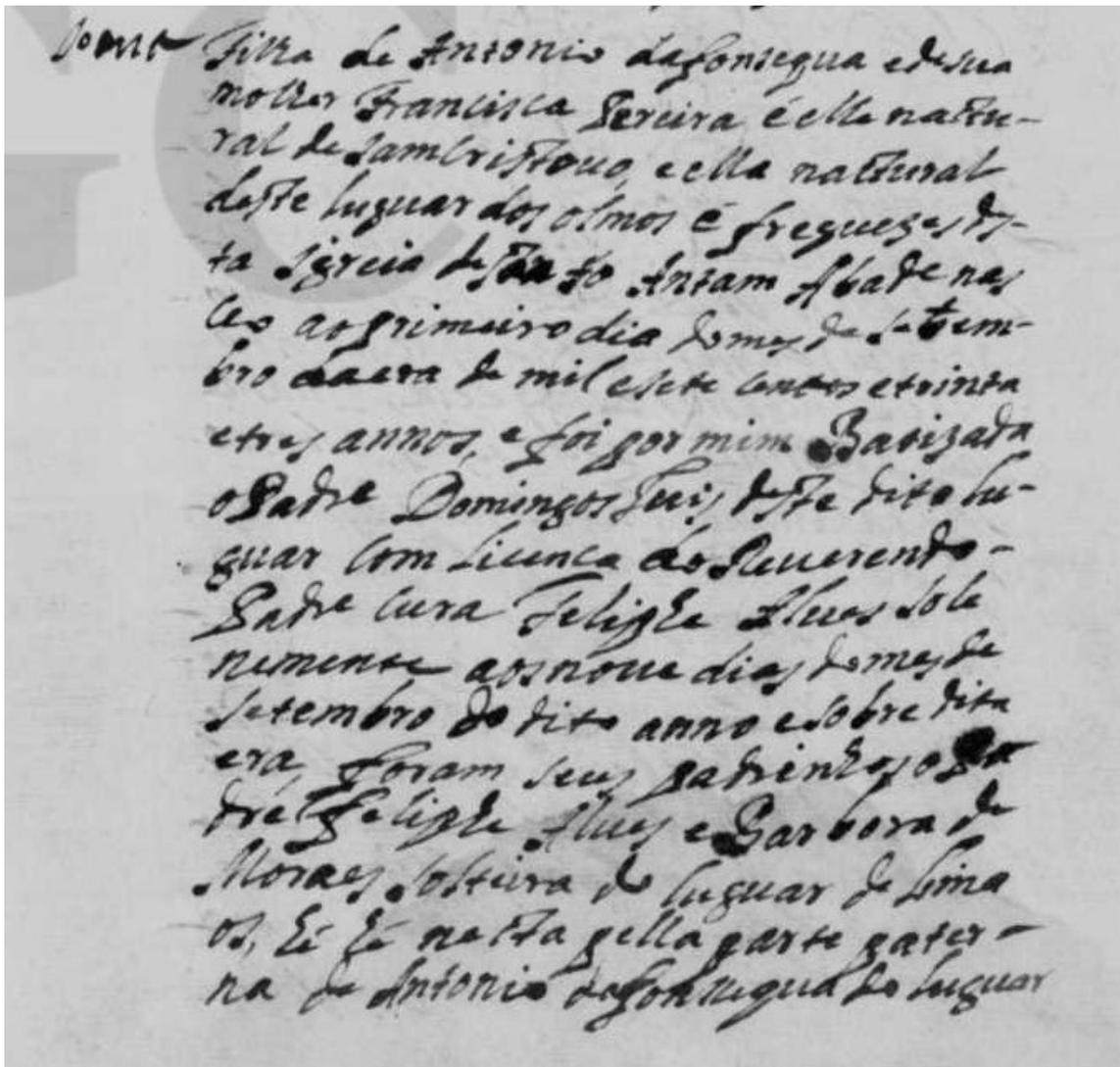
Lombada do Tombo da Comenda de São Christovão





**Mais algumas datas chave:** Antes de chegarmos às conclusões;

Consultados os assentos de batismo dos Olmos encontrámos o nascimento de Joana, filha de António e Francisca, ele natural de Sam Cristóforo, com data de 1 de setembro do ano de 1733.



Sendo tabelião António Fernandes da Vila de Algozo

O que condiz com os registos das memórias paroquiais, inquéritos efectuados no ano de 1758 no dia 6 de abril. São Cristóvão com apresentação ao abade de Chacim.

O que nos diz as Memórias Paroquiais:



## OLMOS

Curato

Apresentação/Padroado: Abade de Chacim

Bispado de Miranda do Douro

Vila de Chacim

Integra S. Cristóvão

Relação das cousas que o Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Cabido, *sede vacante*, manda averiguar na forma das perguntas do papel incluso, pello que

MEMÓRIAS PAROQUIAIS

426

aqui, Olmos, Abril 6 de 1758, o cura padre Joseph Maria da Rocha Ferrão.

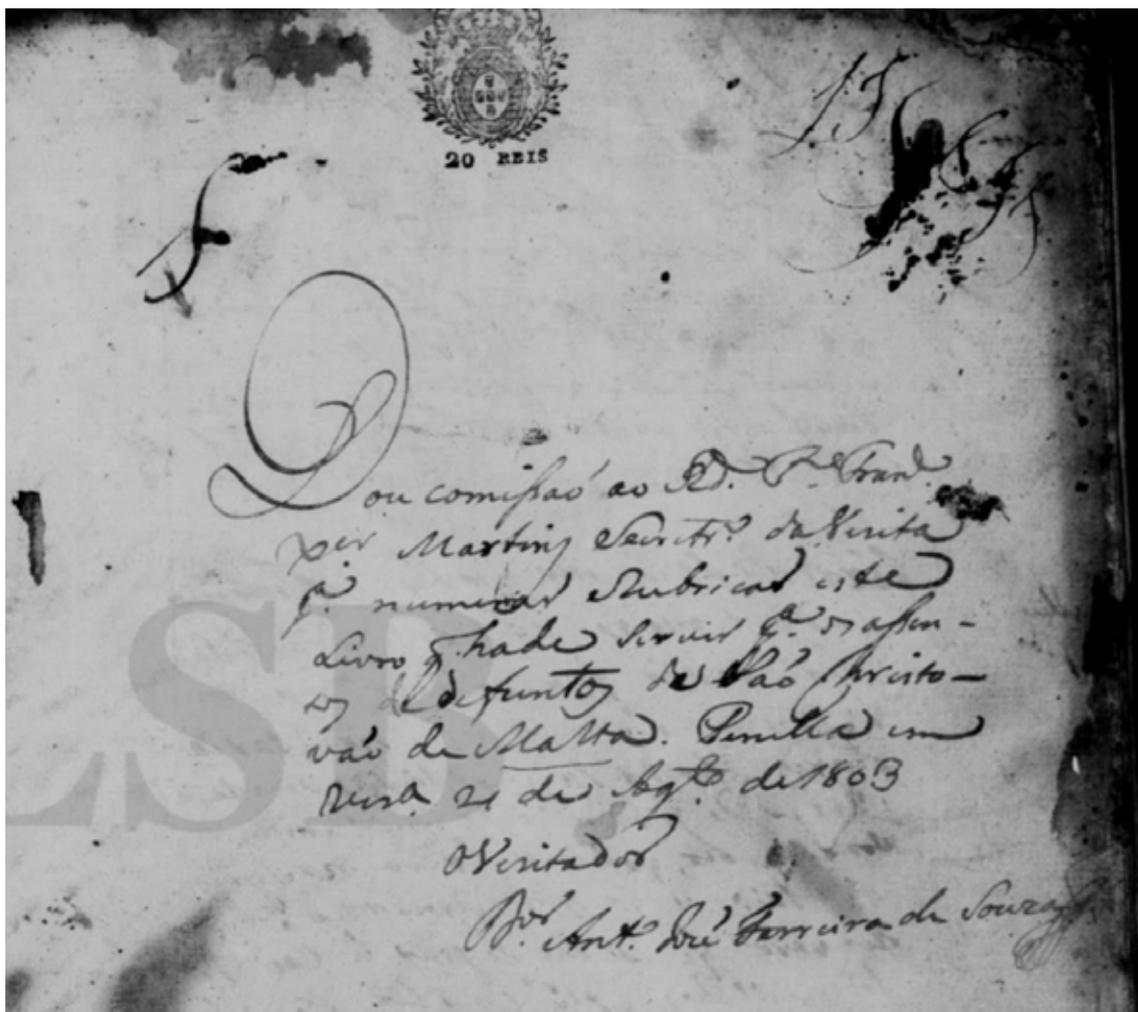
**Referências documentais:**

IAN/TT, *Memórias Paroquiais*, vol. 26, memória 30.

ADBGÇ, *Registo de Baptismos*: 1669-1767, 1802-1821, 1860-1904; *Registo de Casamentos*: 1669-1783, 1860-1878, 1880-1904; *Registo de Óbitos*: 1739-1802, 1860-1904.

IANIT, *Registo de Baptismos*: 1803-1859; *Registo de Casamentos*: 1806-1859; *Registo de Óbitos*: 1803-1859.

No ano de 1803 aparecem-nos os primeiros registos da localidade de S. Cristóvão. Do livro dos defuntos retirámos a nota de abertura do livro efectuada em (?) de Agosto de 1803 pelo Padre visitador António José Ferreira Souza.



Continuando a busca nos livros de baptismo, defuntos e casamentos, encontramos nos livros dos Olmos o registo do baptismo de António Joaquim, filho de Felizardo António e de Maria de Jesus, ambos de São Christovão, datado de 18 de maio do ano de 1846.

Ant. Joaquin Filho Legitimo de Se-  
 Ant. tezado Antonio, e Maria de Souza ambos  
 Joaquin do Lugar de São Christovão, e moradores  
 em este Lugar dos Olmos, Netto pela parte  
 Paterna de Antonio Luiz, e de sua Mulher  
 Joana Texeira deste Lugar, e pela Mater-  
 na de Bernardo Pires, e de sua Mulher So-  
 reza Luiza Soty do Lugar de São Chris-  
 tovão Concelho da Villa de Agozzo; Nasceu  
 dia dezoito de Maio de mil oitocentos, e  
 quatro Sij, foi Baptizado solemnemente  
 na Pia Baptismal desta Igreja de São  
 Antonio Abad no dia e em vinte e sete  
 do dito mez por mim o Padre Antonio  
 Manoel Virgilio Cura actual da mesma  
 Igreja pres. pelo Sr. Santos Elias, e João por  
 padrinhos Jose Joaquin, e Annad a filha  
 do Lugar de São Christovão, Tutumunda  
 presente Francisco Vicente, e Antonio Jose  
 ambos deste Lugar, e para constar fiz  
 yis

Portanto até ao dia de 18 de maio do ano de 1846 a aldeia era ainda conhecida por São Christovão, segundo os assentos da paróquia.

Por fim registamos o nascimento de Maria das Neves, filha de Joana da Assunção (solteira) e neta de António (?) dos Olmos e de Maria Agostinho de Malta.



anos (1853/1854) o que se acomoda com a informação do último registo de batismo apresentado, que a aldeia tenha passado de S. Cristóvão, para Malta (pois encontrámos esta denominação já no século XIX).

### **Os marcos**

A interrogação com que iniciámos este artigo mantém-se... manter-se-á? Deixámos o melhor para as conclusões:



Marco Negro nº 1 – no perímetro de Vilar do Monte

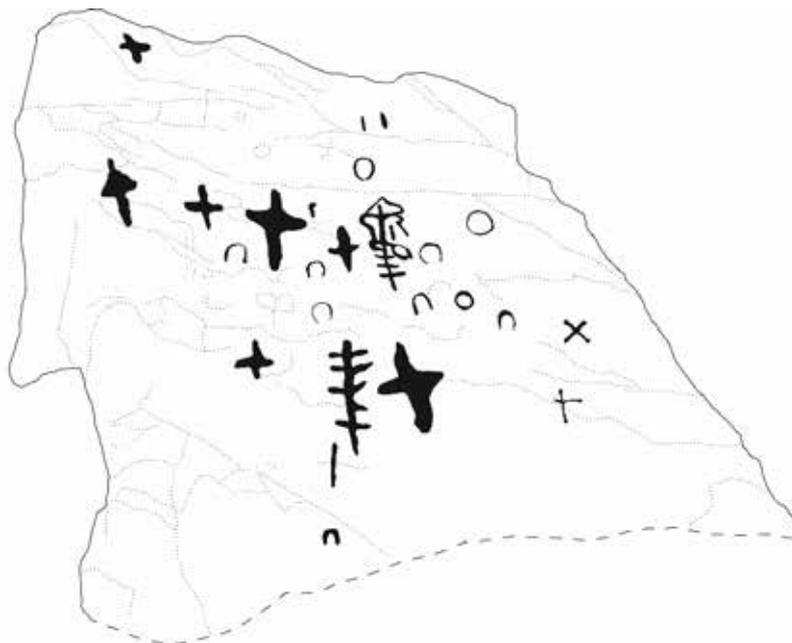
A quem pertenceriam estas quatro marcos existentes no concelho de Macedo de Cavaleiros (não contando com o marco do coíço (Vale) actualmente Jerusalém do Romeu e que pertenceu ao Concelho de Macedo de Cavaleiros; um está no museu Abade Baçal, outro no caminho da aldeia dos Olmos para a aldeia de Malta (estes analisados pelos arqueólogos da Terras Quentes) e, os outros dois, situados na serra de Bornes, na zona da aldeia de Vilar do Monte, aos quais lhe deram o nome de Marco Negro nº 1 e Marco Negro nº 2, encontrados pelo arqueólogo João Canina, aquando da prospeção às existências patrimoniais, onde seriam implantadas as torres eólicas na serra de Bornes.

Seria necessária uma observação in loco a todos os marcos, mas sobretudo uma peritagem à epigrafia e um exame petrográfico para alicerçar melhor a nossa argumentação, mas, atrevemo-nos desde já, e porque o grau de incerteza aumenta quanto mais nos debruçamos no assunto, a que nos oponhamos a que possam ser, por si só, designados de Marcos de Malta, apesar de termos provas datadas do século XIX que eram da Ordem de Malta.

Em boa verdade sem termos visto os Marcos Negros, sobretudo o Marco Negro nº 1, visto somente por fotografia e de uma só face, somos do parecer que teria sido pertencido à Ordem dos Templários ou à Ordem de Cristo, talvez vendo a outra face possamos ter outra leitura ou confirmação.

Da Ordem de Malta, provavelmente, não serão, pela análise cronológica que fizemos. Por outro lado, se forem, nada têm que ver com o período cronológico, que estamos focados (1128-1319) – a serem desse período, (o que não nos parece) poderão ser da Ordem dos Templários, ou não. Por haver tantas questiúnculas entre as Ordens, como atrás nos referimos, somos da opinião que haveria, já nesse período temporal, marcos a delimitar as propriedades.

Por outro lado, não cremos que possam ser simples marcos de limite de divisão de Concelho, não só porque os limites geográficos do mesmo nunca passaram pelos locais em que se encontram os que estão in situ, mas também porque como no exemplo da Fraga da Pegada, os limites, por tradição das divisões de concelho terão sido marcadas no século XIX com uma Cruz de Cristo, simples. De hastes direitas.



Levantamento dos registos gravados da fraga nº 1 da Fraga da Pegada.  
Cruzes da Divisão do Concelho de Macedo de Cavaleiros com o Concelho de Bragança (Séc. XIX)

Alguma informação pertinente fomos arregimentar à obra “Nova História, da Ordem Militar de Malta”: A notícia de que desde o ano de 1579, a comenda de Algosó se encontrava numa situação dúbia (aliás como vimos atrás) duas partes na Posse da Ordem do Templo e uma terça parte na posse da Ordem do Hospital. Todavia, também, refere que a Ordem estava incorporada na Ordem de S. João (Hospitalários) desde o reinado de D. Sancho I, mas o Papa Leão X, na publicação do grande Indulto das Comendas Novas, inclui a Comenda de Algosó na Ordem de Christo.

Em nota (73) retirada da página 199 do mesmo volume, a Infanta D. Mafalda, irmã da Infanta D. Sancha e da Infante D. Teresa, filhas do rei D. Sancho I, faz doação para a Ordem do Templo de tudo o que tinha em Britiande no mês de setembro do ano de 1230. Verifica-se, mesmo nesta data, o alinhamento das três irmãs à Ordem dos Templários, como aconteceu com a doação em 1213 com o Castelos de Balsemão e as Terras de Ledra e Lampaças.

(73) Naturalmente aquelle mesmo *Dñus Gonsalvus petri frazei Ordinis hospitalis*, que tambem foi presente, e confirmou em huma Carta de Doação, que a Rainha, ou Infanta D. Mafalda, filha do Sr. Rei D. Sancho I. fez à Ordem do Templo, de tudo o que tinha em Britiande; Bispaço de Lamego; no mez de Setembro da E. de 1268, A. de 1230: a qual se acha por Instrumento de 30 de Setembro da Era de 1356, a 12.<sup>a</sup> na Gav. viii. Maço xvi. N. 2., cop. no Liv. de *Mostrados* f. 26. v. e seg. Se o mesmo não foi antes tambem o Pretor, e Juiz, de que acima fica feita menção no § 105. E à vista do referido exemplo da presente Doação, parece ficar muito mais provavel parte do que ajuntei acima no § 34. desta mesma Parte II.

E prossegue o mesmo autor na página 233

A L. 233  
 tolico geral; e se compõe a Igreja de Braga sobre os Direitos em as edificadas pela Ordem na Terra de Miranda desde 1237, ou que se edificassem dahi por diante, 426. e seg. Quinhões da Ordem, a partir com a do Templo; em Villa-chã da Barceosa, e Arenór, 430. e seg. De cujo inteiramento; ou demarcação entre Ulgozo, e Penas-royas resultaria não ficar Paradella sendo da Ordem; nem do seu termo, porém dos Templarios, que aliás lhe deviam entregar quanto dalli tivessem levado, 433 (E he S. Pedro de Paradella não devida talvez apresentar pelo Prior de Mogadouro, tido na Ordem de Christo) Como se decidio a dúvida sobre os Cazaes de Baguexe, ib. e 435. com as 2 segg. Continuam as suas antigas pertenças, 484. e segg. até 488 (Onde se tire dos sumariaes a margem de 484 e 487, ou ao menos fique em dúvida pelo Registro de Leça, e incluirem mais Freixiel), e ainda 489. E se terminaram todas as Questões; malfeitorias, e desberras entre esta Comenda, e a dos Templarios em Mogadouro, e Penas-royas, 509. e 2 segg. Afora-

Como seria possível São Mamede de Guide ter comenda da Ordem de Cristo no ano de 1517 e a Ordem de São João de Jerusalém Rodes e Malta? Como é que podemos afirmar que aquelas marras que se situam no perímetro da Povoação de S. Cristóvão/ /Malta eram da Ordem de São João de Jerusalém Rodes e Malta?

Na Nova Ordem de Malta na página 244 e remetendo-nos para a obra do início do século XVIII, (1708) do Padre António Carvalho da Costa torna ainda mais confuso as apresentações de quê e a quem, referindo-se a Abadia de Guide: diz:

§ CXXXII.

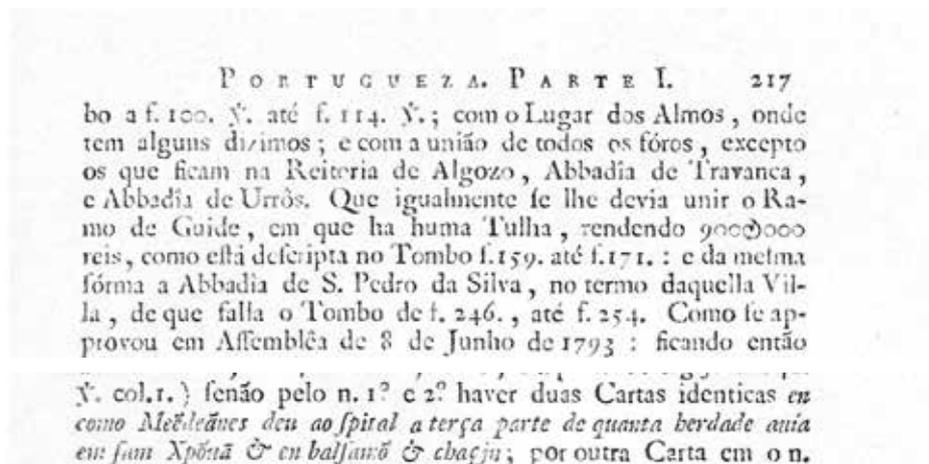
Applica-  
 ção jurídica  
 moderna ;  
 sobre Gui-  
 de, pertencen-  
 ça de Algo-  
 so, hoje  
 S. Christo-  
 vam.
 
**F**oi pelo menos em razão de quanto respectivamente fica nos §§ 129. e 130., que ainda o P. Antonio de Carvalho pôde escrever no principio deste Seculo, em o Tom. I. da sua *Corogr. Port.* Liv. II. Tract. I. Cap. xx. da *Villa da Torre de Dona Châmoa* p. 467. e 468., que os Dizimos, e fructos Ecclesiasticos desta Villa, e dos Lugares do seu termo pertenciam ao Abbade de Guide, Lugar do mesmo termo, e ao Cômendador do Lugar de Alla, termo de Mirandella (Cômenda da Ordem de Christo); mas *em parte de alguns Lugares em certa forma entrava* o Cômendador da Villa de Algofo, do Bispado, e Comarca de Miranda, da Religião de S. João do Hospital de Jerusalém: e que a Igreja daquella Villa he annexa, e da appresentação do dito Abbade de Guide; nomeando por Lugares, que pertenciam á Abbadia de Guide, então da Cômenda de Santa Eugenia de Alla, *Guide*, Ferradofa, Regadeiro com Igreja Parochial da appresentação do mesmo Abbade; *Val de Prados* tambem com Igreja Parochial da mesma appresentação; *S. Pedro velho* com 80 vizinhos, e Parochial da mesma; *Val-gouvinhas* da dita appresentação; *Villar douro*, Ervedeira, Argana, Lama-longa, Gandariças, *Val mayor*, Ribeirinha, Villa-nova, Fornos, Mosteiró, e Coiços. Assim como depois lembra os Lugares, que tocam á Cômenda, e Reitoria de Alla: e são Melles.

Começa por dizer na margem direita; Aplicação jurídica moderna; Guide é pertença de Algofo, hoje S. Christovã, são notícias do principio do século XVIII, a obra está datada do ano de 1708. E continua dizendo que os dízimos e frutos eclesiásticos da Vila da Torre de Dona Châmoa, assim como todos os lugares do seu termo pertenciam ao Abade de Guide, lugar do mesmo termo, e ao comendador do lugar de Ala, termo de Mirandela (Comenda da Ordem de Cristo).

Mas em parte de alguns lugares em certa forma entrava o Comendador da Vila de Algofo, do bispado e comarca de Miranda, da religião de S. João do Hospital de Jerusalém; e, que a igreja daquela Vila é anexa e da apresentação do dito Abade de Guide, então da Comenda de Santa Eugénia de Ala, Guide, Ferradosa, Regadeiro com igreja Paroquial da apresentação do mesmo Abade; S. Pedro Velho com 80 vizinhos e Paroquial da mesma; Vale Gouvinhas, da dita apresentação; Vilar Douro, Ervedeira, Aragana, Lama-Longa, Mosteiró e Coiços. Assim como depois lembra os lugares que também pertencem à Comenda, e Reitoria de Ala; e são, Meles, Vilares, Seixo, Mosteiró e Coiços. De facto, existe alguma confusão, não nos ajudando em nada identificarmos onde seria, nesta data, a apresentação de S. Cristóvão/Malta. A Obra do Padre António Carvalho Costa é datada de 1708 e a obra de José Anastácio Figueiredo; Nova História da Militar Ordem de Malta e dos Senhores Grão-Priores Della em Portugal apesar de ser refundida sobre a obra de 1793 é datada de 1800, será que neste ínterim, nada mudou?

Mas, ... não nos aparece nenhuma notícia sobre a aldeia de São Cristóvão/Malta? Sim, aparece:

Assim, na página 217 do Volume I na Nova História da Ordem de Malta datado de 8 de junho do ano de 1793 diz o seguinte:



ficamos a saber que: Meedeães deu ao Spital a terça parte de quanta herdade avia em Sam Xpõnã & en balsamõ & chacyn.

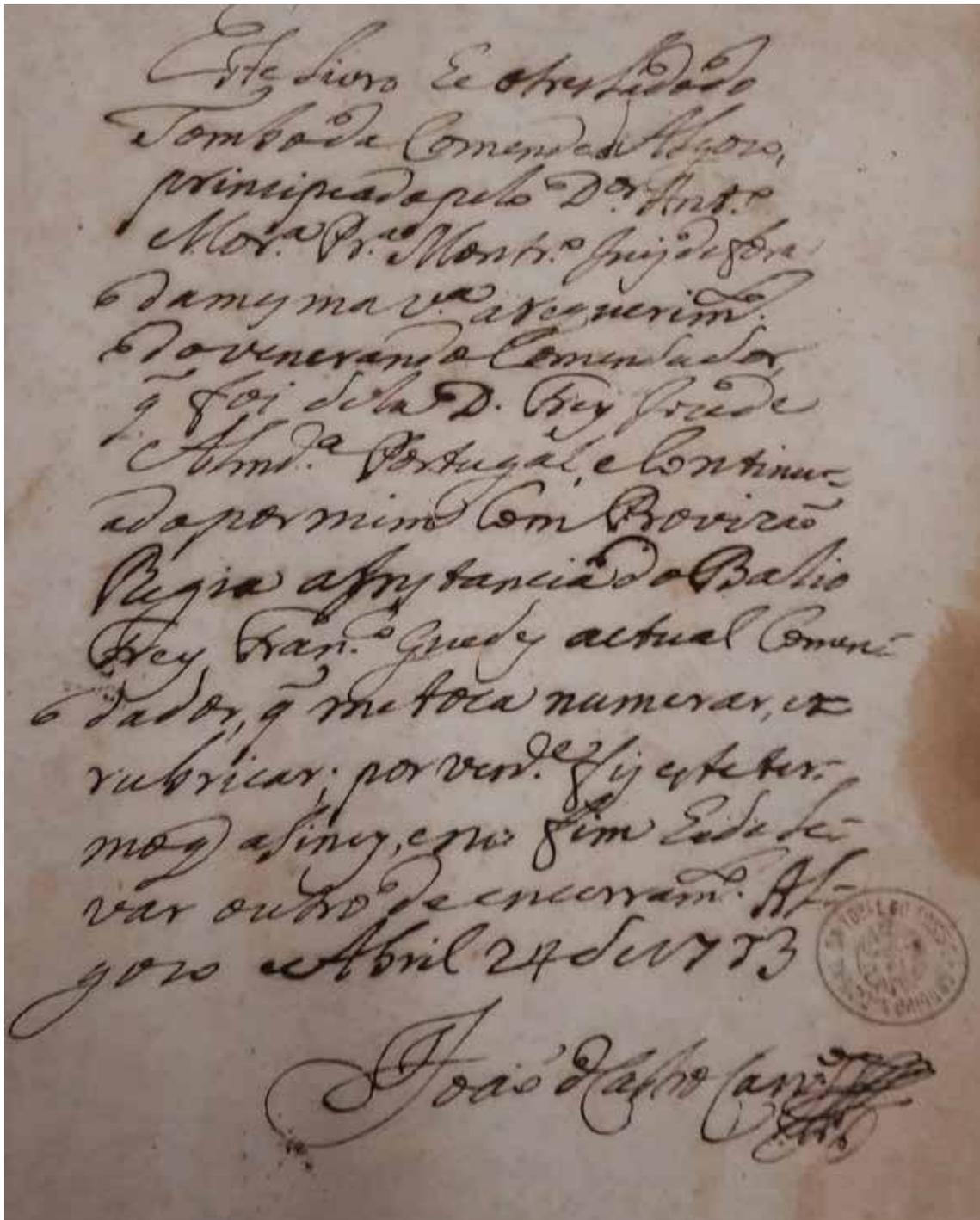
Em Português corrente, lemos: “*Mendes Anes deu à Ordem do Hospital a terça parte de todas as herdades que tinha em São Cristóvão em Balsemão e em Chacim*”. O Bom senso manda-nos admitir que este Sam Xpõnã se trata efectivamente de São Cristóvão/Malta, localidade perto da freguesia dos Olmos. Não seria muito plausível que este Mendes Anes tivesse propriedades em Balsemão, Chacim e que tivesse alguma propriedade no termo de Miranda do Douro, se bem que não fosse impossível.

Este é o primeiro documento que se encontrou com uma doação à Ordem dos Hospitalários, de terreno situado na aldeia de São Cristóvão, hoje Malta, no concelho de Macedo de Cavaleiros e que não nos merece grandes dúvidas, que assim seja.

Mas se por um lado nos vem trazer alguma luz ao assunto, por outro lado também nos levanta algumas questões!

Mas encontrámos, mais noticias, desta feita directamente na denominada “Commenda de São Cristovam”, à qual já nos referimos atrás.

A Comenda de S. Cristóvão, trata-se de um Tombo onde estão registadas todas as propriedades da Comenda de Algosó e tem no seu termo de abertura a data de: Algosó abril 24 do de 1773 e é assinado por João (Carvalho?) (?).

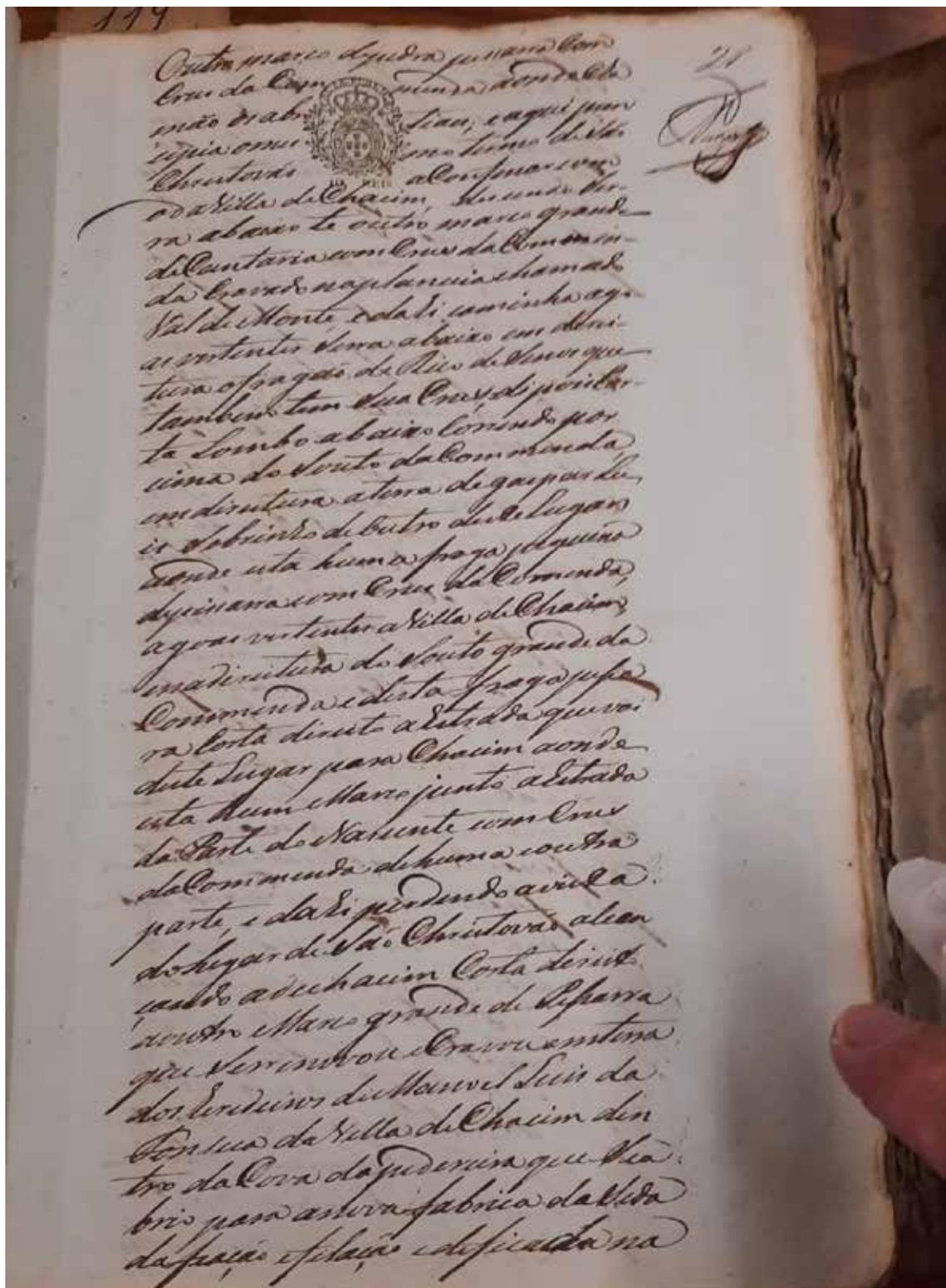


Este livro é o Tombo  
Tombo da Comenda de Algosó,  
principado pelo D. Ant.  
Moraes Pr. Mont.º Juiz de  
o dany ma v. a p. uerim.  
Do venerando Comendador  
q foi de la D. Rey João  
Alm. Portugal e Continuo  
da por mim Com Provirio  
Regia a p. uerim do B. alio  
Rey Fran.º quey actual Comen  
o dador, q me toca numerar, e  
rubricar, por ver. e p. uerim.  
mo q a sing, e no fim e de si  
var outro de encerram. Al  
gosó Abril 24 de 1773

João de Algosó

Nota de abertura datada de 24 abril ano 1773

Nas suas páginas 21 e 21V da comenda de S. Cristovam, existem registos de propriedades em São Cristóvão /Malta/ Chacim.



A tradução possível deste documento é a seguinte:

“...Outro marco de pedra que (?) com cruz da comenda aonde chamão de (abro tiaes?) e aqui passa (?) no termo de São Cristóvão a confinar com o da villa de Chacim descendo serra abaixo até outro marco grande de cantaria com cruz da comenda cravado naquela meia (encosta?) chamado Vale de Monte e dali caminha agoas vertentes serra abaixo em direitura ó fragão do pico da serra que também tem sua (concessão?) depois corta lombo a baixo correndo por cima do souto da comenda em direitura à terra de Gaspar Luís sobrinho de outro deste lugar aonde está uma fraga pequena (gravada?) com cruces da comenda águas vertentes à villa de Chacim na direitura do Souto grande da comenda e desta fraga pela costa direito à estrada que vai deste lugar para Chacim aonde está um marco junto à estrada da parte do nascente com cruz da comenda de huma e outra parte e dali perdendo a vila do lugar de São Cristóvão alcançando a de Chacim corta direito a outro marco grande de (Peframa?) que deve (envrose?) e cravou em terra dos herdeiros de Manuel Luís da Fonseca da Vila de Chacim dentro da cova da pedreira (pedreira) que (?) passa a curva? fabrica da Seda da fiação e (fiação?) edificada na Vila de Chacim”...

## Conclusões

Não será “agradável” para muitos, falar-se em simultâneo das Ordens dos Templários/ /Cristo e da Ordem dos Hospitalários/Malta, sobretudo quando se possa demonstrar/ /falar em fraquezas de um lado ou de outro, sobretudo falar das disputas, chamemos-lhes “Territoriais”, (outros autores chamam-lhes sanguinolentas) ao longo dos séculos da existência dessas Ordens.

Como verificamos, a Ordem dos Templários teve uma acção militar que ajudou o nosso primeiro rei não só no povoamento do território como esteve presente em três momentos decisivos, no início da afirmação da nossa Independência/Nacionalidade: no dia 27 de julho do ano de 1139, na batalha de Ourique, em 15 de março do ano de 1147 na tomada da cidade de Santarém e no mesmo ano, em 1 de julho, na tomada da cidade de Lisboa. Não nos podemos esquecer que Fernão Mendes, o Braganção, (casado com Sancha Sr<sup>a</sup> de Bragança, irmã do Rei D. Afonso Henriques) com os seus irmãos, todos também estiveram presentes ao lado do nosso primeiro Rei nestas três importantes datas fundacionais.

Como sabemos, será já no reinado de D. Sancho I que este autoriza a militarização da Ordem do Hospital, contudo, não nos podemos esquecer da ajuda assistencial que esta Ordem, entretanto, prestou no início da nacionalidade e na sua construção.

Como verificamos no quadro cronológico, a primeira ordem a perder a sua denominação inicial foi a Ordem dos Templários, tendo-se verificado no ano de 1319. Por vontade de D. Dinis e para respeitar a, vontade papel de 1313, a bem dizer somente lhe alterou o nome da Ordem dos Templários para a Ordem de Cristo.

Por outro lado, a *Ordem do Hospital de São João Batista de Jerusalém*, fundada por bula Papal no ano de 1113, será pelo ano de 1310 que localizam sede na Ilha de Rodes, acrescentando esse nome à sua designação inicial, por fim a sua designação estabiliza quando no ano de 1530 passam a sua sede para a ilha de Malta.

O ano de 1834 é um ano fatídico para todas as ordens monásticas existentes em Portugal. No contexto da guerra civil 1828-1834, na convenção de Évora Monte, por iniciativa de Joaquim António de Aguiar (que lhe valeu a alcunha do mata-Frades) e assinado pelo Rei D. Pedro IV de Portugal, datado de 28 de maio e publicado a 30 do mesmo mês o decreto que veio extinguir todas as ordens religiosas masculinas, preservando as ordens monásticas femininas, mas proibidas de admitir novo noviciado. Eram assim extintos, conventos, Mosteiros, colégios e hospícios pertencentes a qualquer confissão religiosa. Esta iniciativa visava destruir o excessivo poder económico, social e influência política do clero.

No caso da Ordem do Templo, a rainha D. Maria II reconverte-a, de imediato, de Ordem Monástica para Ordem Honorífica, como ainda é hoje. No caso da Ordem dos Hospitalários de Malta, que em 1798 viram as tropas de Napoleão tomar-lhes a ilha de Malta, andando de “Anás para Caifás” até ao ano de 1834, ano em que se estabelecem na cidade do Vaticano, todavia, segundo [Pinho, p33], a Ordem de Malta poderia considerar-se extinta, sendo recriada em Portugal no ano de 1899. Não estamos totalmente de acordo com esta data (1899), pois, pelo menos, damos conta de muitas movimentações e sinais da sua existência, mormente pelos anos cinquenta do século XIX, no concelho de Macedo de Cavaleiros.

Com respeito à sua simbólica identitária, a confusão é enorme. Se quiséssemos abreviar caminho, limitávamos a transcrever, como já o fizemos atrás, como autores em tempos mais recuados descreveram as cruzes de uma e outra Ordem. Para a Ordem dos Hospitalários uma cruz de oito pontas – sendo que nas pontas das quatro pétalas apresentam ângulos agudos para dentro.

A Cruz dos Templários, por ordem emanada pelo Papa Eugénio III, também se prestava a alguma confusão, sendo que as pontas das suas quatro pétalas eram ligeiramente ovalizadas, prestando-se a alguma confusão com a cruz de Malta. Todavia ao longo do tempo e também por mais habilidade ou inabilidade dos canteiros dos exemplos que nos chegaram até hoje, houve de tudo, com figuração mais aproximadas, ou mais distantes, sendo que a cruz apresentada no óculo da Igreja de São Braz em Lisboa, pertencente à Ordem de Malta, como aquela com que se apresentam, os Malteses, hoje, nas suas capas, são bem elucidativas da sua ideia inicial, ou com a iconografia que apresenta a cruz cimeira da igreja velha de Leça do Bailio.



A cruz Templária e temos registos iconográfico do tempo da sua existência como o óculo da igreja de Pitões das Júnias.



Atentemo-nos nos dois marcos, que constam na base de dados da Associação Terras Quentes dos quais dispomos a descrição e temos fotografias disponíveis, um marco encontrado e pensamos o relatado na comenda de São Cristóvão do século XIX – o que encontrámos no caminho da freguesia dos Olmos para a aldeia de Malta, se bem que na descrição da comenda fale também de um marco a caminho de Chacim. Poderão existir outros?



Marco situado no caminho dos Olmos para Malta, nº inv. 109

Mas com os trabalhos de prospeção da instalação das torres eólicas na serra de Bornes.

Com acessos: a partir de Macedo de Cavaleiros pela EN 216 e depois por estradão e caminhos florestais pela Serra de Bornes. Com contexto Geográfico: No exterior da povoação, a Sul de Vilar do Monte, na Serra de Bornes. Sendo os técnicos responsáveis, os arqueólogos; João Carlos Pires Caninas, Alexandre Jorge Florêncio e Caniço Cordeiro Canha, encontrando-se o estudo publicado na Base de dados Base de Dados Endovélico; Projecto EIA dos Parques Eólicos na Serra de Bornes-Bornes I e II: Estudo de Impacto Ambiental, dão-nos conta ter encontrado dois marcos a que chamaram Marco Negro nº 1 e Marco Negro nº 2, e que se encontram no local.



Marco Negro nº 1, nº inv. ATQ 232

Sabemos que a aldeia de Malta pertenceu, em primeira mão, à Ordem dos Templários, (não falamos em períodos pré-históricos, mas somente no pré e início da nacionalidade) seguiu-se a Ordens dos Hospitalários, depois voltou à pertença da Ordem de Cristo e por fim (provavelmente) já no século XIX retornou à ordem de Malta, em ambos os casos diremos que os marcos tanto pertenceram a uma ordem como à outra é necessária muita fé “clubística” para poder fazer uma afirmação perentória. Um aspecto nos parece importante de referir, e necessário ter em conta, é a patine e os líquenes que se encontram a revestir todos os quatro monólitos. Podemos afirmar com alguma segurança, que terão muito mais de 250 anos. Segundo um estudo que fizemos à patine de uma pedra com inscrições, encontrada no Cabeço da Anta em Salselas, os técnicos do Laboratório

Nacional de Energia e Tecnologia Industrial, as conclusões a que chegaram, foi de que aquelas gravações daquele monólito, teria entre os 700 e os 1.000 anos, pela patine que apresentava. Temos que ter em conta que os marcos se apresentam em pedra de granito e as pedras das gravuras de Salselas em Xisto Grauvaque, o granito na escala de mohs apresenta uma dureza entre os 6/7. Semelhantes números se aplicam ao xisto grauvaque se bem que este apresente menor desgastes às intempéries. (Saint e Cristina p7).



Monólito  
de Salselas



Marco na estrada/  
/Olmos-Malta



Marco Negro nº 1 de  
V. Monte

Com já dissemos atrás, não nos atrevemos a conclusões definitivas, dificilmente alguém que trabalhe a história, honestamente e sem fé clubística, o fará, sobretudo quando estamos a lidar com pouco mais de 300 documentos originais que nos chegaram do início da nacionalidade. Por outro lado, as Ordens, sobretudo dos Templários, poucos registos nos deixaram, já que as suas preocupações eram militares.

Neste artigo, poucas reflexões nossas oferecemos, limitámo-nos a transcrever o que outros respeitadas autores nos deixaram, talvez sirva para outros laboriosos trabalhadores de “história” tenham a possibilidade de aproveitar alguma sugestão, dúvida ou questão que possa trazer mais luz a este assunto tão apaixonante, ainda hoje.

## Cronologia dos acontecimentos a reter

- 1096** – Génese da Ordem dos Templários em Jerusalém, no rescaldo da 1ª cruzada.
- 1099** – Génese da Ordem dos Hospitalários em Jerusalém, na génese da 1ª cruzada.
- 1112-1128** – D. Teresa atribui à Ordem dos Hospitalários o Mosteiro de Leça do Balio, onde fixa a sua sede.
- 1113** – É reconhecida oficialmente pela Bula do Papa Pascoal II “Piae Postulatio Voluntatis” a Ordem dos Hospitalários.
- 1122** – Primeira data que nos aparece numa transação de propriedade a favor da Ordem dos Templários.
- 1129** – 13 de janeiro realiza-se Concílio de Troyes onde é instituída por Bernardo Claraval as Regra a serem adoptadas pela Ordem do Templo.
- 1137** – O Papa Inocêncio II, acrescenta às funções da Ordem dos Hospitalários a função militar.
- 1139** – Agnição por Bula do papa Inocêncio II da Ordem dos Templários.
- 1139** – Batalha de Ourique.
- 1143** – 5 de outubro, celebração do tratado de Zamora, reconhecimento das fronteiras, muitos historiadores consideram-no o tratado fundacional do país.
- 1179** – 23 de maio, é emitida a bula “Manifestis Probatum est”, que confirmou D. Afonso Henriques como rei de Portugal e colocou o novo reino sob proteção direta do Papa Alexandre III.
- 1213** – Por “Breve” (Decretal, direcionado a um único assunto) do Papa Inocêncio III, é atribuído à Ordem dos Templários o Castelo de Balsemão e as terras de Ledra e Lapaças.
- 1309** – Neste ano a ordem Hospitalários estabelece a sua sede em Rodes e acrescenta esse nome à sua organização, passando-se a chamar “**Ordem Soberana e Militar Hospitalária de São João de Jerusalém e de Rodes**”.
- 1312** – Extinção da Ordem dos Templários em França.
- 1319** – Extinção da Ordem dos Templários em Portugal.
- 1319** – Criação da Ordem de Cristo em Portugal.
- 1530** – A Ordem dos Hospitalários estabelece-se em Malta e, a partir dessa data, acrescenta mais o nome dessa ilha nome à sua designação, ficando “**Ordem Soberana e Militar Hospitalária de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta**”, sendo hoje mais conhecida por “Ordem de Malta”.

- 1798** – Derrotada pelas tropas de Napoleão na sua sede em Malta, a Ordem de Malta fixa a sua sede (até hoje) em Roma, mais concretamente na cidade do Vaticano. Actualmente, pela sua carta constitucional e regra, datada de 27 de junho de 1961 e revista em 28-30 de abril de 1997, utiliza a denominação oficial de; Of the Sovereign Military Hospitaller Order of St. John of Jerusalém of Rhodes and of Malta. Ou seja; **Ordem Soberana Militar do Hospital de S. João de Jerusalém de Rodes e de Malta.**
- 1834** – Extinção das ordens religiosas em Portugal – A Ordem de Cristo é extinta como ordem Eclesiástica/Monástica, mas a Rainha D. Maria II decidiu no seu reinado converte-la em Ordem Honorífica. Hoje o seu Grão-Mestre é o Presidente da República.
- 1838** – A aldeia de São Cristóvão aparece nos documentos como anexa à aldeia dos Olmos, Comarca de Moncorvo.
- 1838-1853** – A aldeia de São Cristóvão, anexa da aldeia dos Olmos, Comarca de Chacim.
- 1853** – Reforma Administrativa: Macedo de Cavaleiros é elevado à Categoria de Concelho e integra o de Chacim.
- 1853** – Data provável da passagem de nome da Aldeia de São Cristóvão, para Malta.

## Bibliografia consultada e utilizada

**Alves, Francisco Manuel, Abade de Baçal;** Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança, Tomo I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII. Edição Câmara Municipal de Bragança, 2000, Bragança.

**Andrade, Amélia Aguiar;** Luís Krus e as inquirições régias medievais: percurso através de uma reflexão inovadora. Comunicação apresentada em 2007 no colóquio internacional “Inquirir na Idade Média”, espaços e protagonistas e poderes, séculos XII-XIV – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 14 e 15 de dezembro, 2007, Lisboa.

**Argote, D. Jerónimo Contador de;** Memórias para a história eclesiástica do arcebispado de Braga. Tomo segundo, Officina de Joseph António da Sylva, 1734, Lisboa.

**Baêna, Miguel Sanches e Loução, Paulo Alexandre;** (Coord) Grandes enigmas da história de Portugal, Vol.1 – da pré-história ao século XV. Edições Esquilo, Lda, 2009, Lisboa.

**Costa, Frei Bernardo da;** História Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo; Officina de Pedro Ginioux, mercador de livros, Coimbra 1771.

**Frade, Bárbara;** Il papato e il processo al templari: l'inedita assoluzione de Chinon alla luce della diplomatica pontificia. Le edizioni del Mulino. 2004.

**Barbosa, Pedro Gomes;** A Fronteira na Idade Média. O caso de Trás-os-Montes, Notas para um estudo em preparação, Caderno Terras Quentes, nº 1, Associação Terras Quentes, 2004, Macedo de Cavaleiros. Pág. 109 a 127.

**Barbosa, Pedro Gomes;** Reconquista Cristã – nas origens de Portugal séculos IX a XII, Esquilo edições multimédia, 2008, Lisboa.

**Barros, Henrique da Gama;** História da Administração Pública em Portugal, nos séculos, XII a XV, tomo I, Imprensa Nacional, 1885, Lisboa.

**Barros, Henrique da Gama;** História da Administração Pública em Portugal, nos séculos, XII a XV, tomo II, Imprensa Nacional, 1896, Lisboa.

**Branco, Maria João Violante;** Poder Real e Eclesiásticos. A Evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II, Volume I Tese de doutoramento em História Medieval, Universidade Aberta, 1999, Lisboa.

**Brandão, Doutor Frei António;** (cronista mor de Portugal) Monarchia Lusitana, Terceira parte, de D. Henrique ao fim do reinado de D. Afonso Henriques, impressa no Mosteiro de S. Bernardo, 1631, Lisboa.

**Brandão, Frei António;** Crónica de D. Afonso Henriques, edição actualizada por A. De Magalhães Bastos, Biblioteca Histórica – Série Régia, Livraria Civilização, Porto, 1945.

**Brandão, Doutor Fr. Francisco;** Quinta parte da Monarchia Lusitana; Primeiros 23 anos del Rei D. Dinis, Officina de Paulo Crasesbeeck, 1650, Lisboa.

**Brandão, Doutor Fr. Francisco;** Quinta parte da Monarchia Lusitana; Últimos 23 anos del Rei D. Dinis, Officina de loam da Costa, 1672, Lisboa.

**Capêlo, José Manuel;** Portugal Templário, a presença templária em Portugal. Edições Zéfiro, Sintra, 2008, Portugal.

**Cardoso, Pd. Luiz;** Dicionário Geographico ou noticia histórica. Tomo II, Officina Sylviana, 1751, Lisboa.

**Costa; Paula Maria de Carvalho Pinto;** A Ordem Militar do Hospital em Portugal: Dos Finais da Idade Média à Modernidade, Universidade do Porto, 1999/2000.

**Costa, Paula Pinto;** Templários no Condado Portucalense antes do reconhecimento formal da ordem; O caso de Braga no início do século XII, Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património, Volume XII, pp231-243, Porto, 2013.

**Costa, P. António Carvalho;** Corografia Portuguesa e Descrição Topografica do famoso reino de Portugal, Tomo Primeiro, Impresso na oficina Valentim da Costa Deslandes, 1706, Lisboa.

**Costa, P. António Carvalho;** Corografia Portuguesa e Descrição Topografica do famoso reino de Portugal, Tomo Segundo, Impresso na oficina Valentim da Costa Deslandes, 1708, Lisboa.

**Costa, Avelino de Jesus;** Os mais antigos documentos escritos em Português: revisão de um problema histórico-linguístico, In estudos da cronologia Diplomática; Transcrição do testamento de D. Afonso II. 1214-06-27; Torre do tomo, Mitra Arquiepiscopal de Braga, maço 1 nº 48, 2014, Coimbra.

**Cristo, Ordem;** Deffiniçoens & Estatutos dos Cavalleyros, e Freires da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, com a História da Origem & Princípio della – Oferecidos ao muy alto e poderoso Rey D. João V. Impresso Officina Pascoal da Silva, 1717, Lisboa.

**Fernandes, Maria Cristina Ribeiro de Sousa Fernandes;** A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção), tese de doutoramento, FLUP, Porto 2009.

**Fernandes, Paulo Almeida;** Uma nova arte para um novo reino *in*: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp91 a 123 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017, Porto.

**Ferreira, Alexandre;** Memórias e noticias da celebre Ordem dos Templários, para a história da admirável Ordem de Cristo, Tomo I, Officina de Joseph António da Sylva, Lisboa Occidental 1735.

**Figueiredo, José Anastácio;** Nova História da Militar Ordem de Malta e dos Senhores Grão-Priores Della em Portugal, Volumes I-II e III, refundida sobre a edição de 1793, cópia da Bibliothek München – Lisboa, 1800.

**Frale, Barbara;** La Corte dei Papi, Il Papato e il processo ai Templari, l’inedita assoluzione di Chinon alla luce della diplomatica pontificia; Viella Libreria editrice, via delle Alpi, 32 Roma Prima ristampa marzo 2008 – Prima edizione (ebook), 2011.

**Gradíssimo, António Elias;** Macedo de Cavaleiros na Idade Média: A Região, as famílias e os homens (Século XIII a 1325), Cadernos Terras Quentes, nº 12, Associação Terras Quentes, 2015, Macedo de Cavaleiros, Pág 57 a 186.

**Guimarães, José Vieira;** A Ordem de Cristo, Empreza da História de Portugal, Lisboa, 1901.

**Herculano, Alexandre;** História de Portugal, Tomo I, História de Portugal, Casa da Viúva Bertrand & Filhos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1853.

**Herculano, Alexandre;** História de Portugal, Tomo II, História de Portugal, Casa da Viúva Bertrand & Filhos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1854.

**Herculano, Alexandre;** História de Portugal, Tomo III, História de Portugal, Casa da Viúva Bertrand & Filhos, Imprensa Nacional, Lisboa, 1858.

**Herculano, Alexandre;** História de Portugal IV-Livro 1185-1211, Ulmeiro, Livraria e Distribuidora, 1983, Lisboa.

**Leão, Duarte Nunes;** Descrição do reino de Portugal, impresso com licença de Iorge Rodriguez, 1619, Lisboa.

**Lord, Evelyn;** (Diretora do curso de Estudos de História Regional e Local na Universidade de Cambridge) – A Maldição dos Templários, 1ª edição, Cafilesa, Porto Salvo, março, 2023.

**Marques, André Evangelista;** A Organização do espaço rural no tempo de D. Afonso Henriques: A morfologia do casal entre os textos e as materialidades, in: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp195 a 227 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.

**Marques, Daniel Filipe da Costa;** Usurpação de direitos, foros e outras formas das Inquirições de 1258. Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019, Porto.

**Marques, José;** A Igreja no Tempo de Afonso Henriques; Alguns aspectos, in: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp27 a 69 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017, Porto.

**Mattoso, José,** Entre Oriente e Ocidente. Contactos de Portugal com o Mundo nas origens da Nacionalidade, *in*: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp11 a 25 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017, Porto.

**Mattoso, José;** Identificação de um País, ensaio sobre as origens de Portugal – 1096-1325 – I-Oposição, 5ª edição, Editorial Estampa, 1995, Lisboa.

**Mendes, Carlos Alberto Santos;** Macedo de Cavaleiros, cultura património e Turismo, contributos para um programa integrado, edição Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, 2005, Macedo de Cavaleiros.

**Mendes, Carlos Alberto Santos;** Carta arqueológica do Concelho de Macedo de Cavaleiros, Caderno Terras Quentes, nº 2, pp 5 a 52 Associação Terras Quentes, 2005, Macedo de Cavaleiros.

**Mendes, Carlos Alberto Santos;** Traçado da estrada romana [Via XVII, Braga- Astorga] existente no concelho de Macedo de Cavaleiros, Caderno Terras Quentes, nº 2 –, Associação Terras Quentes, 2006, Macedo de Cavaleiros.

**Moraes, Fr. Fernando de;** (Prior Geral); Deffiniçoens, & Estatutos dos Cavalleyros, e Freires da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo, com a história da origem & princípios della oferecidos ao muyto alto, e poderoso rey D. João V, nosso senhor – Officina de Pascoal da Sylva, impressor de sua Magestade, 1717.

**Peres, Damião;** Como nasceu Portugal, Vertente, 1992, Porto.

**Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor;** O Regime Senhorial na Fronteira do Nordeste Português, Alto Douro e Riba Cõa. (Séculos XI a XIII) Revista Hispânia (Revista espanhola de História), 2007, vol. LXVII, número 227, Porto, 2007.

**Reportório Toponímico de Portugal;** 03-Continente, Volume II F-P – Ministério do Exército, Serviços Cartográficos do Exército, cartas 1/25.000, fevereiro , 1967.

**Santos, Maria José Azevedo;** O papel da escrita no tempo de D. Afonso Henriques, *in*: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp229 a 246 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017, Porto.

**Sant’Ovaia, H; Carvalho, Cristina, et al;** The Schists of “Complexo Xisto-Grauváquico – Grupo do Douro – Eucísia, Nozelos, Tanha e Poio. RGAOT,11, Utad, Vila Real, S.d.

**Vaz, Maria Máxima;** Por terras de El Rei D. Dinis, Chiado Books, edição 2016, Lisboa.

**Ventura, Leontina;** Chancelaria de D. Afonso III – UC-FLUC, Coimbra, 2011, Coimbra.

**Vicente, António Balcão;** Macedo de Cavaleiros, Da Terra de Lampaças ao Concelho; Os forais e a sua época. Editora Âncora, novembro de 2004, Lisboa.

**Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de;** Elucidário, Livraria Civilização, impresso na editora do Minho, Barcelos, 1993, Porto.

## Outras fontes

Bases de dados da Associação Terras Quentes.

## Eletrónicas

<http://www.inrebus.com/blog/chinon>

τφ



**D. Nuno Martins  
de Chacim**

**Uma grande figura de  
Macedo de Cavaleiros  
na História Medieval  
Portuguesa**

## D. Nuno Martins de Chacim

\*Dr. Augusto Ferreira do Amaral

### Uma grande figura de Macedo de Cavaleiros na História Medieval Portuguesa

#### 1 – O seu enquadramento familiar como chave explicativa dos acontecimentos no reinado de D. Afonso III

A base prosopográfica que tem sido utilizada pela historiografia para a reconstituição e interpretação dos factos históricos do tempo de Nuno Martins de Chacim está, quanto a ele, prejudicada por alguns erros importantes.

Foi comum, até há pouco, afirmar: que Nuno Martins de Chacim era Braganção apenas pela mãe, bastarda de Nuno Peres Braganção; que o pai fora de modesto nascimento; que Nuno ascendera à cúria régia não tanto pela sua prosápia, mas pelo apoio de Fernão Fernandes Cogominho; e que o casamento do pai, Martim Peres de Chacim, com a filha bastarda dum Braganção fora uma aliança desigual por esta ser dum nível social superior ao de Martim.

Se, relativamente a este assunto, tivessem sido lidas com minúcia as Inquirições de D. Afonso III e de D. Dinis, haveria de ter-se concluído que Nuno Martins de Chacim era legítimo neto paterno de um Braganção (D. Pedro Fernandes), aliás único irmão do chefe da linhagem D. Fernando Fernandes.

\* Licenciado em Direito pela faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1964. Em 1978/9, Secretário de Estado da Estruturação Agrária no III Governo Constitucional, 1979/1983 Ministro da Qualidade de Vida no VII Governo Constitucional 1981; Deputado da Assembleia da República pela Aliança Democrática 1979/1983; Presidente do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados; Vogal do Conselho de Nobreza, Presidente da Associação Portuguesa para o Direito do Ambiente; Presidente do Círculo de Amizade Portugal-Marrocos; Presidente do Partido Popular Monárquico; Presidente da Causa Real; Sócio correspondente da Academia Portuguesa de História; Investigador e sócio efectivo do Instituto Português de Heráldica. 39 obras publicadas na área da história e Ciências Históricas.

Haveria de ter sido observado que ao referido avô paterno de Nuno foi dado, mais do que uma vez, o tratamento de “*Dom*” e que ele teve mesmo a terra de Bragança, isto é, foi em certa altura *tenens* (portanto rico-homem) dela, em tempos de D. Afonso II e D. Sancho II<sup>1</sup>.

E haveria de ter-se reparado que os dois irmãos Peres de Chacim – Martim (pai de Nuno) e João – eram filhos desse D. Pedro Fernandes Braganção e que eles e os filhos (netos de Pedro) tinham possuído de avoenga imóveis importantes e honrados<sup>2</sup>.

Não é pois verdade que Nuno Martins de Chacim fosse, por seu pai, de modesta origem. Seu avô paterno foi rico-homem e teve a terra de Bragança, no reinado de D. Afonso II.

Importa corrigir tal erro, para que não afecte por mais tempo os progressos realizados nas últimas décadas, na nossa história medieval, pela pléiade dos nossos medievalistas. Além do mais, porque acertar no *status* social do pai e do avô paterno de D. Nuno implicará porventura a revisão de alguma matéria histórica relativa ao reinado do Bolonhês e à revolução centralizadora que conduziu ao triunfo do Estado, com D. Dinis. Nomeadamente no que toca ao papel das inquirições e das mudanças introduzidas nas instituições.

D. Nuno Martins de Chacim – de novo o afirmo agora - era, não apenas pela mãe mas também pelo pai, da linhagem dos Braganções.

Cabe, portanto, antes de mais, uma síntese desta ao longo das duas centúrias que decorreram entre os inícios do séc. XII e finais do séc. XIII.

## 2 – A linhagem dos Braganções<sup>3</sup>

A dita linhagem é conhecida desde meados do séc. XI. Mas, contrariamente ao que vulgarmente se pensa, só uma parte dela – a que veio a alinhar com a independência

1 Ver, nomeadamente, *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, Academia das Ciências de Lisboa, vol. I, parte II, 1917, pp. 1268<sup>a</sup>, 1275a, 1292b, 1308<sup>a</sup>, 1315b, e 265.

2 *Ibidem*, pp. 1304b, 1305<sup>a</sup>, 1308<sup>a</sup>, 1349b e 1352b.

3 O que segue é fundamentalmente tirado do meu trabalho AMARAL, Augusto Ferreira do, “A linhagem dos Braganções”, *Armas e Troféus*, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, IX série, tomo XVIII (2016), pp. 259-318, e tomo 19 (2017), pp. 247-274.

portuguesa – é que pode verdadeiramente denominar-se de *Braganções*, por relativa às terras de Bragança.

O mais antigo ascendente conhecido (embora sem completa segurança), terá sido um tal Mendo Alão. Segundo uma lenda tardia e muito pouco credível, teria raptado uma filha do rei da Arménia, que ao ocidente da península Ibérica se teria deslocado em peregrinação a Santiago.

O que está solidamente documentado, sim, é que um Fernando Mendes, provável filho desse Mendo Alão, foi *princeps* de Chaves e prócere da corte de Afonso VI de Leão.

Igualmente entendo que casou com uma filha dos condes de Carrión.

Deles foram filhos: um Fernando Fernandes I que terá ficado por terras leonesas e que solidamente julgo (nisso divergindo da *communis opinio* espanhola), ter sido o segundo marido da viúva condessa de Toulouse, filha de Afonso VI, com geração; e um Mendo Fernandes, menos conspícuo, que se terá orientado para o território transmontano.

Este Mendo Fernandes, ao que dizem os nobiliários, parece que casou com uma senhora da importante linhagem dos de Baião, e teve pelo menos quatro filhos varões: Fernão Mendes de Bragança, Rodrigo Mendes, Nuno Mendes de Caria, e Mem de Bragança. Os três primeiros foram dos fidalgos que acompanharam na vanguarda D. Afonso Henriques na batalha de Ourique, os que começam a lista dos 21 nomes apontados na respectiva lista elaborada ainda no séc. XII. O último foi alferes-mor do nosso primeiro rei, mas passou depois para o serviço, no mesmo cargo, do rei de Leão.

Fernão Mendes (mais tarde conhecido por o “Bravo”) e Nuno Mendes tiveram descendência, ao que parece, portuguesa na sua maior parte, que chegou aos nossos dias.

Todos aqueles irmãos Mendes fizeram portanto a opção portuguesa em tempo da batalha de Ourique, ou mesmo antes, provavelmente a seguir à de S. Mamede.

Dessa opção, que decerto foi procurada e acalentada por D. Afonso Henriques, resultou que quase metade do território, que é hoje português, acima do Douro, acrescido duma

fatia da Beira Alta mais oriental, passou, nessa altura, para a obediência ao infante, futuro 1º rei de Portugal, juntando-se ao primitivo condado Portucalense. D. Afonso Henriques veio a selar esta aliança com os Bragançãos, casando sua irmã (a mesma que era viúva de um filho do Conde de Celanova, magnate do território galego do Limia), com o dito D. Fernão Mendes de Bragança, o “Bravo”.

E é provável que os três irmãos Mendes que estiveram na batalha de Ourique tenham sido dos fidalgos que, nessa lide, alçaram D. Afonso Henriques como rei, na sequência da vitória sobre o exército muçulmano. Aclamaram o rei e, nessa medida, fundaram o reino.

Tradicionalmente se tem seguido, sem crítica, a indicação dada pelo *Livro Velho de Linhagens* de que houve no primeiro século português cinco linhagens superiores da nobreza portuguesa, os *que andaram a filhar o reino de Portugal*. Entendo porém, com base nos documentos, que tal afirmação é parcialmente incorrecta. O dito nobiliário foi elaborado cerca de 1290, século e meio depois de iniciado o reino de Portugal. Este havia entretanto evoluído na sua estrutura sócio-política, como é natural. Aquela informação desconhece parte da realidade social em meados do séc. XII, visto como é condicionada pelo *statu quo* vigente quando o autor do nobiliário o escreveu. Foi muito influenciada por ascensões e oblívios já ocorridos no séc. XIII. Omitiu as famílias condaís, que as havia na *entourage* de D. Afonso Henriques, e acrescentou uma família de infanções – os Sosas – que só ascendeu ao patamar social cimeiro quase duas décadas depois de Ourique.

As chamadas “cinco linhagens fundadoras” são pois uma visão serôdia, em parte já divergente da realidade portuguesa dos tempos da formação do reino.

O que não pode esquecer-se é que, mesmo nessa visão, os *Bragançãos* eram, desde antes da afirmação do reino português, uma das linhagens mais prestigiadas e poderosas do ocidente peninsular. Só assim se compreende que hajam contribuído para a citada batalha de Ourique com uma forte mesnada – provavelmente, e uma vez que os três irmãos figuram nos primeiros três lugares da lista, a mais importante a seguir à hoste do infante portucalense.

Ao chefe desta linhagem, em Portugal, cabia, por via de regra, a tenência de Bragança. Entenda-se: não da actual cidade, mas sim das *terras* de Bragança, ou seja, *grosso modo*, o nordeste transmontano.

Foi-o, até morrer, o mencionado D. Fernão Mendes, o “Bravo”.

Sucedeu-lhe, como chefe da linhagem e, por isso, como *tenens* de Bragança, seu filho D. Pedro Fernandes de Bragança I, que foi mordomo-mor de D. Sancho I, desde quando este era regente do reino.

Do casamento deste Pedro com uma *comitissa* D. Froilhe Sanches<sup>4</sup>, filha de sua madrasta infanta D. Sancha Henriques e do 1º marido desta, Sancho Nunes de Celanova, nasceram, pelo menos, 4 filhos e 3 filhas: Fernando Peres, D. Garcia Peres, o “Ledrão” (por ser senhor de terras em *Laedra*, Mirandela), Nuno Peres, o “Candarim”, D. Vasco Peres, o “Veirão”, D. Maior Peres, D. Sancha Peres, casada com um Ribadouro, e D. Teresa Peres, casada com um Baião.

Quando morreu D. Pedro Fernandes de Bragança I, em fins de 1194, não lhe sucedeu na chefia o seu filho mais velho – o aludido Fernando Peres - provavelmente por ter morrido antes. Aliás, a tenência de Bragança havia já sido entregue, pelo menos a partir de 1191, a seu neto, filho mais velho deste Fernando Peres, ou seja, D. Fernando Fernandes II, o mesmo que chefou a linhagem a partir da morte de seu avô, o que é respaldado pelo teor de um documento de 1199<sup>5</sup>.

D. Fernando Fernandes II afirmou-se como uma personagem notável, tanto em Portugal como em Leão<sup>6</sup>. Em Portugal foi, desde 1191, *tenens* de Bragança e de Panoias (Vila Real). Passou, porém, em 1204, para o serviço do rei Afonso IX de Leão, de quem chegou a ser mordomo-mor, ali tendo ocupado as tenências de Sanabria, Benavente, Astorga, Extremadura, Transierra, Limia, Alba de Liste, Castro Torafe, Cabrera e Ribera. Esteve ao serviço do rei de Portugal, D. Afonso II, na 2ª metade de 1215. Voltou, no entanto, para Leão em 1216, após o que, entre maio de 1217 e fevereiro de 1219, de novo participou na cúria do rei português. Mas, depois, uma vez mais se colocou sob obediência ao monarca leonês. Só em 1225 retornou definitivamente para o serviço do rei de Portugal,

---

4 Ver *Inquisitiones*, cit., p. 1268b.

5 Copiado entre 1721 e 1724 por José Cardoso Dias, *Memórias de Bragança*, manuscrito na B.N.L., Coleção Pombalina, nº 248, fls. 84-85v, publicado por BAÇAL, Francisco Manuel Alves, Abade de, *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, tomo III, reedição, Bragança, tomo III, 1982, pp. 266-267, inteligentemente aproveitado por MACHADO, José Carlos, Soares, *Os Bragançãos*, Lisboa, Associação Portuguesa de Genealogia, 2004, pp. 145-148 e 161.

6 Para uma síntese interpretativa da sua posição nos dois reinos, ver FERNANDES, Hermenegildo, *D. Sancho II, Série Reis de Portugal*, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2016, pp. 52-53.

agora D. Sancho II. E voltou a ser *tenens* de Bragança, até morrer, em 1232. Não obstante, mesmo quando oscilava na obediência aos monarcas dos dois reinos, exerceu por vezes a dita tenência: como tal se intitula, p. ex., num documento particular de 1217.

Embora haja casado, não deixou filhos.

E sabe-se, porque o revelou Soares Machado<sup>7</sup>, que tinha um irmão, inteiro ao que tudo indica, chamado *Pedro Fernandes*, várias vezes mencionado nas Inquirições, onde aparece denominado de *D. Pedro Fernandes Braganção*. Foi, portanto, o segundo com esse nome.

Quando D. Fernando Fernandes II morreu, não foi este seu irmão quem o substituiu. Porquê? Uma hipótese compatível com os dados fornecidos pelos documentos é que tivesse já morrido.

Não obstante, aparentemente, pelo que consta das Inquirições de 1258, D. Pedro Fernandes de Bragança II, fora *tenens* desta terra, durante algum tempo, tal como seu avô homónimo. É possível que isso tenha sido durante o período em que seu irmão esteve ao serviço do rei de Leão. De vários testemunhos resulta o relato de actos que praticou «quando tinha a terra»<sup>8</sup>.

Ora este segundo Pedro Braganção teve, de mulher cujo nome desconheço, pelo menos, dois filhos; Martim Peres de Chacim e João Peres de Chacim.

Com efeito, não pode haver dúvidas de que Nuno Martins de Chacim era filho de Martim Peres de Chacim e neto paterno de D. Pedro Fernandes de Bragança, como tive ocasião de demonstrar em estudo anterior.

A informação é dada nas Inquirições de 1258, além do mais, pelo seguinte modo.

O rei D. Afonso II deu a D. Pedro Fernandes a vila e a igreja de Sambade, por troca com as de Vimioso.

---

<sup>7</sup> MACHADO, José Carlos Soares, ob. cit. p. 161.

<sup>8</sup> *Inquisitiones*, cit., pp. 1268a, 1292b, e 1315b.

O mesmo D. Pedro Fernandes, quando esta vila de Sambade era sua, deu aos homens dela os termos de Chacim.

Martim Peres de Chacim e João Peres de Chacim eram filhos deste D. Pedro Fernandes.

Nuno Martins de Chacim era filho de Martim, e Fernando Anes era filho de João. Ambos, portanto, netos paternos de D. Pedro Fernandes.

Esse D. Pedro Fernandes “Braganciano”, ou “de Bragança”, não pode ter sido o primeiro do nome, que morrera em 1194, muito antes do reinado de D. Afonso II, o rei que doou, a D. Pedro Fernandes Braganção, Sambade por troca com Vimioso. Só pode tratar-se do referido irmão de D. Fernando Fernandes de Bragança II, pois nenhum outro Pedro Fernandes, com tratamento de “*Dom*”, desta ou doutra linhagem, é conhecido na região por toda aquela época.

Este Pedro Fernandes estava em 1199 em idade de rebora. Teria, até, muito mais do que o mínimo requerido para esta. Pode ter nascido algum tempo antes de 1184, já que, provavelmente, seu avô nascera cerca de 1125, seu pai (Fernando Peres), em 1150 ou pouco antes, e seu irmão Fernando cerca de 1170.

Sabe-se, por outro lado, que D. Fernando Fernandes, em atenção aos serviços prestados a D. Sancho I, recebeu deste rei em 1196, as vilas de Vimioso e de Sezulfé. É perfeitamente aceitável que ele tenha cedido a seu irmão D. Pedro Fernandes a de Vimioso, nomeadamente depois que passou, já no séc. XIII, para o serviço de Afonso IX.

Pedro Fernandes, mais tarde *D. Pedro Fernandes Braganção*, o que cambiou com D. Afonso II Vimioso por Sambade, e que foi pai de Martim e João Peres de Chacim, era assim neto paterno do outro D. Pedro Fernandes que fora mordomo-mor de D. Sancho I.

Os irmãos Peres de Chacim foram senhores de vilas e terras transmontanas, sobretudo no actual concelho de Macedo de Cavaleiros.

E deram, por suas almas, no tempo de D. Sancho II, à Ordem do Hospital, um terço da vila de Banreses<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> *Inquisitiones*, cit., p. 1315b.

Sobre Martim, certamente o mais velho, há notícia de D. Sancho I lhe ter doado a vila de Vale de Asnes, sendo provável que o tenha feito em fins do reinado, pois o documento da doação não se acha publicado e se sabe que a sua chancelaria passou a funcionar muito irregularmente a partir de meados de 1209<sup>10</sup>. Há notícia também, de que, no tempo de D. Sancho II, filhou pela força, a homens foreiros, um terço da vila de Agrochão<sup>11</sup>.

Foi casado com uma parente, D. Froilhe Nunes (filha bastarda de Nuno Peres e neta paterna de D. Pedro Fernandes de Bragança I), num casamento *desaguisado*, como diz um nobiliário medieval. E deles foi filho varão sucessor D. Nuno Martins de Chacim.

De João Peres de Chacim que foi tratado por “*Dom*” (*donnus Johanes*) nas Inquirições de 1258<sup>12</sup> e que, além do mais, possuiu pelo menos um terço de Travanca, nasceu Fernando Anes de Chacim e, provavelmente, também Estêvão Anes de Bragança.

Presumo que este Estêvão Anes haja sido o mesmo que foi cavaleiro, comprou um casal em Conlelas, Bragança, honrado por ele mas mandado devassar por sentença de D. Dinis<sup>13</sup>, e que era um dos principais dessa cidade, documentado em fins do séc. XIII, inícios do XIV e sepultado no mosteiro de Castro de Avelãs, panteão dos Bragançãos.

Foi seu filho Fernando Esteves, possuidor de bens na zona de Macedo e de Bragança e pai de três irmãos: Rui, Aires e Gonçalo Fernandes de Macedo.

Rui Fernandes de Macedo instituiu em 1353 o morgado de Macedo<sup>14</sup>, dos mais antigos de Portugal, cuja sede era na área do actual concelho de Macedo de Cavaleiros, o qual veio a caber sucessivamente aos chefes da linhagem dos Macedos, sendo de assinalar especialmente o fidalgo João de Macedo, que recebeu carta de armas em 15 de abril de 1518, na qual é qualificado como chefe do nome e armas de Macedo<sup>15</sup>, e deixou abundante geração.

10 Vejam-se AZEVEDO, Rui de / COSTA, Avelino de Jesus da / e PEREIRA, Marcelino Rodrigues, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, Universidade de Coimbra, 1979, e BRANCO, Maria João Violante, *D. Sancho I, Série Reis de Portugal*, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2006, p. 224.

11 *Inquisitiones*, cit., p. 1328a.

12 *Ibidem*, cit., p. 1305b.

13 *Portugaliae Monumenta Historica, Nova Série, Inquisitiones*, vol. IV/2, *Inquirições Gerais de D. Diniz de 1288 Sentenças de 1290 e Execuções de 1290*, editado por PIZARRO, José Augusto de Sottomayor, Academia das Ciências de Lisboa, 2018, p. 238

14 BORGES, José Cardoso, mss. cit., fl. 96v, publicada por vários (coord. SOUSA, Fernando Alberto Pereira de), *Memórias de Bragança*, Câmara Municipal de Bragança, 2012, pp. 188-189.

15 Torre do Tombo, Chancelaria de D. Manuel I, Leitura Nova, livro 6 de Místicos, fl 158v.

E Gonçalo Fernandes de Macedo foi pai do herói de Aljubarrota, Martim Gonçalves de Macedo, que assim julgo fosse, por varonia, um Braganção, embora não chefe da linhagem.

### **3 – Descendência e representação genealógica de D. Nuno Martins de Chacim**

D. Nuno Martins de Chacim, como creio ter demonstrado, era chefe da linhagem dos Braganções. Será interessante saber por quem seguiu essa chefia, isto é, quem representa esta linhagem fundadora do reino de Portugal.

Como acima disse, creio que o tronco dos Macedos proviesse, por varonia, dos de Bragança. E, até prova em contrário, presumo que haja hoje descendência desses Macedos pela linha varonil<sup>16</sup>. Contudo intermedeiam essa linha, ao que sei, pelo menos, duas bastardias (João Gonçalves de Macedo, filho do prior de Santo Estêvão de Vilela Gonçalo Gonçalves; e Gaspar de Macedo, filho do abade de S. Clemente de Basto João de Macedo).

Por outro lado, os Macedos, embora Braganções, não descendem por varonia de D. Nuno Martins de Chacim.

Por isso não são eles quem representa a chefia da linhagem.

A representação desta deve por isso ser procurada na descendência de D. Nuno Martins de Chacim.

É plausível, posto que insegura, a tese de genealógicos seiscentistas, de que os Meireles descendem por varonia de D. Nuno, através de um bisneto (Nuno de Meireles, filho ilegítimo de um comendador da Ordem de Cristo, solteiro (D. João de Chacim), filho de um Rui Nunes de Chacim, por sua vez legitimado por carta régia. Por causa dessas ilegitimidades, não serão, portanto, os Meireles quem representa aquele chefe da linhagem dos Braganções.

Mas pela informação disponível segura, magistralmente recolhida e tratada por José Augusto Pizarro<sup>17</sup>, relativa à descendência de D. Nuno, até meados do séc. XIV (que

---

16 Como creio ter evidenciado na minha obra *Macedos – Subsídios Genealógicos*, Lisboa, 2014.

17 PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens ... etc. cit.*, vol. I, pp. 243-252.

adiante seguirei, salvo se assinalar outra fonte em nota de pé de página), é de concluir que nenhum dos filhos legítimos varões deste prócere, deixou descendência legítima continuada.

A chefia deverá ter seguido, assim, por uma das filhas legítimas – que as teve.

A mais velha, D. Maria Nunes de Chacim, casou com Fernão Esteves Pintalho. Não houve filhos varões desse casamento, tão só duas filhas.

Destas, a mais velha, D. Sancha Fernandes, veio a casar com Afonso Vasques Pimentel<sup>18</sup>, e o único filho destes que deixou descendência foi João Afonso Pimentel, casado com D. Constança Rodrigues, filha do importante fidalgo da região de Bragança Rui Martins de Morais, alcaide de Bragança e senhor de Sanceriz.

De João Afonso Pimentel e Constança Rodrigues nasceu, único com descendência, Rodrigo Afonso Pimentel.

Este foi pai de João Afonso Pimentel, também alcaide de Bragança, que aparenta ter sido na época considerado chefe da linhagem Bragançana. Porém, mais tarde, veio a ser feito Conde de Benavente pelo rei de Castela a quem serviu, após ter saído de Portugal. E em Castela permaneceu, assim desnaturalizada, a sua descendência, aliás das mais ilustres do reino vizinho. Por esse motivo, não pode entender-se que a chefia da linhagem portuguesa dos Braganços houvesse seguido pelos Pimentéis dos Condes de Benavente.

Tal chefia teria porventura prosseguido, sim, pela descendência do outro filho de Rodrigo Afonso Pimentel – Martim Afonso Pimentel – que, com sua mulher D. Inês Vasques de Melo, foram tronco da notável família transmontana dos Morais Pimentéis<sup>19</sup>. Mas também esse ramo passou algumas gerações desnaturalizado. Acresce que é difícil apurar quem hoje chefia os Morais Pimentéis.

---

18 Sobre a família deste, ver a notável obra de SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, *Os Pimentéis*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

19 Para estas linhas, baseei-me no consciencioso genealógico seiscentista MORAIS, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana*, 2ª edição, Braga, Carvalhos de Basto, vol. I, 1997, pp. 355-357, vol. IV, 1998, pp. 199-214, e vol. VI, 1998, pp. 238-242

Em conclusão: não se me afigura possível dar uma resposta com um mínimo de segurança sobre a actual chefia da linhagem dos Bragançãos. O mais que por mim avanço é que ela cabe ao representante genealógico, por linha portuguesa, de D. Nuno Martins de Chacim.

#### **4 – A tenência de Bragança**

Para se compreender a natureza das aparentes malfeitorias praticadas, segundo as Inquirições, por Nuno Martins de Chacim, bem como o papel dele na centralização e consolidação do Estado levadas a efeito por D. Afonso III e D. Dinis, é conveniente recapitular o que aconteceu com a tenência de Bragança até o reinado deste último rei.

Ela pertenceu desde 1191, como se disse, a D. Fernando Fernandes de Bragança, mas certamente com intermitências provenientes do facto de ele ter servido o rei de Leão. Na fase final da sua vida, como retornou para a obediência ao rei de Portugal, e até morrer (provavelmente em março ou abril de 1232), retomou-a. Contudo, como parece comprovado, ele não deixou descendência.

Caberia, então, a tenência a seu irmão Pedro Fernandes de Bragança II. Mas é muito possível que este já houvesse morrido. Ou então que tivesse sido ele quem matara seu primo Rui Nunes, o “Coldre”<sup>20</sup>, pelo que andaria homiziado.

Se já tivesse morrido, caberia a tenência ao seu filho primogénito varão.

Mas tal não aconteceu. Nenhum dos filhos varões que se sabe terem existido, Martim Peres de Chacim nem João Peres de Chacim, sucederam nela.

A tenência passou então, transtoriamente, por várias mãos. E em 1237 e 1238 era tenente de Bragança D. Fernando Garcia, filho de D. Garcia Peres, o “Ledrão”. Isso faz supor que o filho mais velho de Pedro Fernandes de Bragança II, Martim Peres de Chacim, havia já morrido, deixando filho menor varão. Este era Nuno Martins de Chacim, que pelo referido seu parente Fernando Garcia terá sido armado cavaleiro, significando, talvez, que, por ter atingido a maioridade, por ele seguiria a chefia da linhagem e, com isso, a legítima expectativa da tenência de Bragança.

---

20 “Livro Velho”, in *Portugaliae Monumenta Historica, Nova Série*, vol, I, *Livros Velhos de Linhagens*, ed. crítica por PIEL, Joseph / MATTOSO, José, Academia das Ciências de Lisboa, 1980, p. 59.

Deste modo, é lícita a presunção de que, depois de ter atingido a idade adulta, Nuno era visto como chefe da linhagem dos Bragançons e, por isso, o natural *tenens* da terra de Bragança.

A sua actuação, antes de ser chamado por D. Afonso III, terá de ser entendida a essa luz.

## 5 – Dados biográficos

O que se sabe, então, da vida de D. Nuno Martins de Chacim?

Socorro-me, além de tudo o mais de estudos recentes, feitos com critério, erudição e objectividade, que arrancaram das trevas boa parte dos factos relevantes, que importam para a reconstituição desta personagem.

Deles me permito apontar os contributos de José Mattoso<sup>21</sup>, Leontina Ventura<sup>22</sup>, José Augusto de Sotto Mayor Pizarro<sup>23</sup>, José Carlos Soares Machado<sup>24</sup>, Maria Fernanda Maurício<sup>25</sup>, António Elias Gradíssimo<sup>26</sup>, Carlos Santos Mendes<sup>27</sup>, e Alexandre Alves de Sousa<sup>28</sup> e Rui Sousa<sup>29</sup>.

Nasceu, provavelmente, cerca de 1218. Sugere-o Leontina Ventura, partindo de premissas bem fundamentadas<sup>30</sup>.

- 
- 21 MATTOSO, José, “O triunfo da monarquia portuguesa: 1258-1264. Ensaio de história política”, *Naquele Tempo. Ensaios de História Medieval*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2009, pp. 515-545.
- 22 VENTURA, Leontina, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1992, 2 volumes.
- 23 PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*, Porto, Universidade Moderna do Porto, 1999, e “O regime senhorial na fronteira do Nordeste português”, *Hispania, Revista Española de Historia*, Madrid, vol. LXVII, nº 227 (2007), pp. 849-880.
- 24 MACHADO, José Carlos Soares, *Os Bragançons*, Lisboa, Associação Portuguesa de Genealogia, 2004.
- 25 MAURÍCIO, Maria Fernanda, *Entre Douro e Tâmega e as Inquirições Afonsinas e Dionisinas*, Lisboa, Edições Colibri, 1997.
- 26 GRADÍSSIMO, António Elias, “Macedo de Cavaleiros na Idade Média: a região, as famílias e os homens (Séc. XIII a 1325)”, in *Cadernos Terras Quentes*, nº 12, Macedo de Cavaleiros, 2015.
- 27 MENDES, Carlos Santos, “Retratos do quotidiano no Concelho, hoje, Macedo de Cavaleiros «De Nuno Martins de Chacim a Martim Gonçlaves de Macedo»”, in *Cadernos Terras Quentes*, nº 7, Macedo de Cavaleiros, 2010.
- 28 SOUSA, Alexandre Alves de, “O Poder Senhorial Transmontano no séc. XIII: O Concelho de Macedo de Cavaleiros nas Inquirições de 1258”, dissertação do Seminário de História Medieval, Universidade de Coimbra.
- 29 SOUSA, Rui, “De Meirinho-Mor de D. Afonso III ao esquecimento, com passagem pela tenência de Bragança, pela Rico-Homia e por Mordomo-Mor de D. Dinis. D. Nuno Martins de Chacim – Um Macedense como caso singular na História Medieval Portuguesa”, in *Cadernos Terras Quentes*, nº 7, Macedo de Cavaleiros, 2010, pp. 79-88.
- 30 VENTURA, Leontina, *A Nobreza de Corte ... etc.*, cit., vol. II, p. 626, nota 1. Esta obra e várias outras da ilustre professora, como “A Nobreza – da guerra à corte”, in *Nova História de Portugal* (dir. SERRÃO, Joel / MARQUES, A. H. de Oliveira), Lisboa, Editorial Presença, vol. III, (coord. COELHO, Maria Helena da Cruz / HOMEM Armando Luís de Carvalho), pp. 206-224, e *D. Afonso III, Série Reis de Portugal*, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, 2006, são marcos incontornáveis no conhecimento da época do Chacim.

Os nobiliários medievais quase nada aduzem para a sua biografia.

Segundo o *Livro Velho*, D. Nuno Candarim (filho de D. Pedro Fernandes de Bragança) teve, de sua barregã Maria Fisca, uma filha, D. Froilhe Nunes, que casou com Martim Pires de Chacim, e tiveram um filho, Nuno Martins de Chacim, casado e com filhos<sup>31</sup>. E mais nada diz sobre este, pessoalmente.

O *Livro do Deão* trata com mais pormenor dos filhos de Nuno Martins de Chacim mas, sobre ele, dá duas informações importantes: que Nuno Pires (filho de D. Pedro Fernandes de Bragança) houve barregã Maria Fogaça e nela fez D. Froilhe Nunes, que «foi casada com Martim Pires de Chacim, casamento desaguisado, e fege em ela Nuno Martins e Alvaro Martins»<sup>32</sup>; e que Fernão Garcia, filho de D. Garcia Peres “*Ladrom*”, «fez cavaleiro Nuno Martins de Chacim»<sup>33</sup>.

Esta última notícia consta também do chamado *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*<sup>34</sup>, que contém igualmente a informação de que D. Froilhe Nunes, filha de Nuno Pires de Bragança, foi casada com Martim Pires de Chacim, mas acrescenta que o filho de ambos, D. Nuno Martins de Chacim, «foi homem muito honrado e privado d’el-rei dom Dinis e Portugal e seu adeantado Antre Doiro e Minho e na Beira»<sup>35</sup>. Além do que noticia casamentos e filhos dele.

Ignorando estes dados as crónicas medievais omitem as referências ao de Chacim. Apenas a notícia de que foi aio de D. Dinis veio a ser balbuciada algures.

E o mesmo se passou com histórias de Portugal modernas e contemporâneas.

O grande historiador seiscentista frei António Brandão, na sua *Terceira Parte da Monarquia Lusitana*, tão interessado e versado sempre nas figuras e famílias mais destacadas de cada época, passa ao lado dele, apesar de ter dado basta atenção à família dos Braganços.

---

31 “Livro Velho”, cit. pp. 59-60.

32 “Livro do Deão”, in *Portugaliae Monumenta Historica, Nova Série*, vol. I, *Livros Velhos de Linhagens*, ed. crítica por PIEL, Joseph / MATTOSO, José, Academia das Ciências de Lisboa, 1980, p. 164.

33 *Ibidem*, p. 163.

34 *Portugaliae Monumenta Historica, Nova Série, Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, edição crítica de José Mattoso, vol. II/1, p. 441.

35 *Ibidem*, p. 445.

Herculano, tão conhecedor dos acervos de documentos medievais e impulsionador da publicação das Inquirições, silencia a personagem na sua *História de Portugal*, que ainda abrangeu o reinado de D. Afonso III, decerto porque se não apercebeu da importância do papel de Chacim para a caminhada da monarquia centralizadora. E Gonzaga de Azevedo, que escreveu a sua história na marcação cerrada à daquele romântico, naturalmente também não dá por ele.

O próprio sarcófago armorejado de D. Nuno subsistente no mosteiro de Castro de Avelãs permaneceu até os nossos dias por identificar, tendo sido necessário o enorme saber epigráfico e histórico de Mário Barroca, para, no fim do passada centúria, ter procedido a essa luminosa identificação<sup>36</sup>, pois o mais que fora dito sobre tão raro monumento funerário do séc. XIII, era que pertenceria a um fantasioso *Conde de Ariães* imaginado pela grande dose de ignorância em que jazia o medievalismo português antes do último quartel do séc. XX.

Perdera-se há muito a memória dos primeiros dois séculos do reino de Portugal e do decisivo protagonismo que neles havia tido Trás-os-Montes.

Muitos e variados factores decerto concorreram para essa obliteração ao longo dos séculos. Mas julgo de destacar, entre os cronologicamente primeiros, três que, interagindo entre si, não serão despiciendos:

- o *esfarelamento*<sup>37</sup> patrimonial da linhagem que senhoriara o território;
- a extinção deliberada dos resquícios das instituições feudais levada a efeito pelos reis D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV;
- e o apagamento da memória dessa linhagem.

## 6 – As Inquirições e o regime antigo do domínio e da propriedade

A visão que hoje têm os grandes historiadores medievalistas sobre o papel das Inquirições nesta construção do Estado levado a cabo a meio da 1ª dinastia é diferente da que anteriormente prevalecia.

---

36 BARROCA, Mário Jorge, “O túmulo de D. Nuno Martins de Chacim, no mosteiro de Castro de Avelãs”, in *Revista da Faculdade de Letras; História*, Porto, nº 13 (1996), pp. 595-614, e *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, vol. II, tomo I, pp. 897-903.

37 O termo, estranho mas sugestivo, importei-o de SÃO PAYO, Marquês de, “Fronteiros do sudeste transmontano ... etc.”, cit., p. 253.

Com a historiografia romântica, jacobina, nacionalista e marxista, até porque os documentos das Inquirições só parcialmente estavam publicados, a ideia triunfante era de que a luta que elas reflectem seria sobretudo a da Coroa contra o clero, e da nobreza contra o povo ou os concelhos. E dava-se pleno crédito de imparcialidade aos funcionários que inquiriam e às testemunhas que depunham.

Hoje sabe-se que não era inocente, por parte do rei, nem objectivo nem o guião dessa Inquirições<sup>38</sup>.

As testemunhas ouvidas eram de preferência favoráveis ao poder régio, talvez em muitos casos por serem dele dependentes. Grande parte delas não compreendia já factos nem instituições do século anterior, nem tinha memória da reconquista, que passara a ser tema sulista, distante e acessório para muitos. Além do que o norte senhorial passara pelo transe perturbador da anarquia e da guerra civil no reinado de D. Sancho II.

Estava-se na aurora da legiferação como instrumento do poder; da força da documentação, das chancelarias e da escrita sobre a tradição oral; do ascendente de juristas e letrados; da substituição do costume pela lei escrita; da preponderância duma ordem racionalizante sobre a natureza bruta e variegada; da valorização dos que produziam, com a correspondente desvalorização dos que combatiam; da incubação duma futura mentalidade nacional.

Os dias estavam contados para o fraccionamento da soberania e para os poderes intermédios. O que aí vinha era, dum lado, os súbditos que, embora de estatutos e hierarquias diferentes, se igualavam nessa condição de súbditos e, do outro lado o poder, personalizado no rei e concentrado no palácio e nos funcionários delegados que ele escolhia a seu alvedrio.

As Inquirições mandadas fazer por D. Afonso III, mais ambiciosas do que as ordenadas por seu pai, partiam duma concepção jurídica inovadora na época e que se contrapunha à tradicional, no território ibérico da Reconquista. O seu ponto de partida é que o rei possuía originariamente o exclusivo da soberania e que nesse exclusivo se continha

---

38 Ver KRUS, Luís, "Escrita e poder: as Inquirições de Afonso III", in *Estudos Medievais*, nº 1 (1981), pp. 57-79 e PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, "As inquirições medievais portuguesas (séculos XIII-XIV) Fonte para o estudo da nobreza e memória arqueológica", in *Ciências e Técnicas do Património*, Revista da Faculdade de Letras, Porto, vol. XII (2013), pp. 275-292.

também o direito de propriedade, não apenas a pessoal, mas também a do domínio público.

Na 4ª Alçada das Inquirições, que abrangeu o território entre Douro e Tâmega, Bragança e seus termos, destinada primordialmente a levantar as usurpações da propriedade régia, os inquiridores pressupunham que se existiam imóveis honrados, com imunidade e com direitos senhoriais, seria porque haveriam de ter sido doados, cedidos ou, pelo menos, consentidos por rei.

Ora, na realidade histórica, a propriedade imune, naquelas terras de Bragança, teria tido provavelmente uma origem diferente daquele modelo. É verosímil que a sua base primordial tivesse sido a presúria. E uma presúria espontânea, aquilo a que Sánchez Albornoz chamava *privada*<sup>39</sup>.

Os presores privados, quer fossem pessoas singulares quer colectivas, comandando uma força armada e/ou pacífica que ocupava os territórios apesados, adquiriam o senhorio destes por direito próprio.

No caso das terras de Bragança e das confinantes do lado leonês, Fernando Mendes, o velho, que no 3º quartel do séc. XI *imperava* em Chaves, parece estar-se perante uma espécie de feudo, possivelmente originário da presúria que algum seu ascendente haja liderado. Almeida Fernandes sugeriu que esse ascendente tivesse sido Odoário, o conhecido presor de Chaves<sup>40</sup>, mas julgo improvável que assim fosse, sobretudo tendo em conta as substanciais vicissitudes da soberania sobre aquele território que decorreram entre 872 (presúria de Chaves por Odoário<sup>41</sup>) e 1076 (data do documento que menciona Fernando Mendes como *princeps* de Chaves<sup>42</sup>).

39 SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio, *Viejos y Nuevos Estudios sobre las Instituciones Medievales Españolas*, 2ª edição, Madrid, Espasa Calpe, 1976, vol. II, pp.591-597, e CONCHA Y MARTÍNEZ, Ignacio de la, *La "Presura"*, Madrid, Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, 1946, pp. 55-64.

40 FERNANDES, A. de Almeida, "Território e política portugalenses (séculos VI-XII)", in O Tripeiro, Porto, 4ª série, ano XII (1972), pp. 229-254. Ver parte da posteridade desta presúria na curiosa história do monge do séc. X Odoino, publicada e estudada por RODRÍGUEZ BAIXERAS, Antonio, *A historia de Odyño. A primeira novela galega*, Noia, Editorial Toxosoutos, 2015. Mas é de levar em conta, também, o que se passou na região de Zamora, no repovoamento operado a partir de inícios do séc. X, estudado por BUENO DOMÍNGUEZ, María Luisa, *Historia de Zamora. Zamora en el siglo X*, Zamora, Fundación "Ramos de Castro", 1983, pp. 113-136, e sobretudo os acontecimentos próximos das terras *algazúas*, expedições militares de Almansor, abundantemente tratadas pela historiografia, de que é exemplo a obra de ECHEVARRIA ARSUAGA, Ana, *Almansor. Un califa en la sombra*, Madrid, Sílex Ediciones, 2011, maxime pp. 151-161.

41 SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio, ob. cit., p. 615.

42 *Liber Fidei*, publicado por COSTA, Avelino de Jesus da, reedição por MARQUES, José, Arquidiocese de Braga, tomo I, p. 514.

O certo é que Fernão Mendes Braganção dispunha de poder, em 1130, para dar carta de foral a uma sua terra, como foi Numão<sup>43</sup>, sem intervenção régia, só confirmado mais tarde, já no séc. XIII, por D. Afonso II. E o rei usava o seu consentimento para emitir carta do couto de Agostém, e foral a Trevões e a Freixo de Espada à Cinta<sup>44</sup>.

Este Fernão Mendes foi aliás, em 1139, o primeiro dos elencados fidalgos que, na batalha de Ourique, acompanhavam na vanguarda D. Afonso Henriques (de quem veio a ser cunhado), e o alçaram por rei.

Há pois muito de associativo (e, quem sabe?, contratual no que respeita às terras de Bragança), no nascimento do reino e do poder régio, em Portugal. A associação foi basicamente com os magnates e próceres mais fiéis.

O filho sucessor de Fernando Mendes, D. Pedro Fernandes de Bragança I, que foi mordomo-mor e casou com uma filha de sua madrasta e do 1º marido dela (que era duma família condal), não pediu ao rei nem dele obteve, que se saiba, terras nem vilas em Bragança. Não obstante, usufruiu-as e dispôs de muitas, uma vez que era *tenens* da região (por direito consuetudinário da própria estirpe, segundo entendo).

E o mesmo se terá passado no início da tenência pelo seu sucessor, o seu neto D. Fernando Fernandes de Bragança. Só que este, cerca de 1204, deixou a obediência ao rei de Portugal e foi servir o de Leão, Afonso IX.

Mais tarde, como acima disse, voltou a submeter-se à obediência ao rei português. Mas entretanto a tenência das terras de Bragança tivera de passar por outras mãos, quase todas elas, no entanto, ocupando posição de relevo, embora por via feminina, na estirpe Briganciana.

Decerto grande parte dos imóveis que são mencionados nas Inquirições como reguengos, isto é, propriedade pessoal do rei, não o eram<sup>45</sup>. Isso confirma-se especificamente em alguns casos, e é legítimo um raciocínio que considere estes casos detectados, não uma excepção, mas sim uma amostra.

---

43 *Portugalise Monumenta Historica, Leges et Consuetudines*, Academia das Ciências de Lisboa, vol. I, 1868, pp. 368-370.

44 *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios*, publicados por AZEVEDO, Rui de, Lisboa, Academia Portuguesa da História, vol. I, 1958, pp. 272 e 309, e vol. II, 1962, p. 528.

45 MATTOSO, José, *Identificação de um país*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985, vol. I, p. 72, evidenciou que os inquiridores uniram numa só – nas dos reguengos - as duas espécies de prestações devidas ao rei

O depoimento das testemunhas, assim como a própria forma de serem inquiridas, revelam que os inquiridores e elas tendiam a pressupor que o regime de propriedade fundacional e supletivo dos bens imóveis seria o de se incluírem no domínio régio. Pelo contrário, penso que, antes do séc. XIII, os imóveis transmontanos não reguengos nem especificamente provados como propriedade imune nem alodial, não pertenciam ao rei. Eram uma espécie de *res nullius*. Podiam ser ocupados e povoados pelos presores e seus sucessores e também pelo *tenens* que tinha poder militar e civil para defender a terra. Este podia fazê-lo, quer para si, quer para quaisquer beneficiários a quem os cedesse.

Porém, este regime jurídico era meramente consuetudinário. Era uma espécie de prática consensual, seguida desde várias gerações atrás, dentro do quadro fortemente feudalista que ocorria na Europa, mesmo na mais ocidental. Legitimava-se mais pela força militar efectiva (em homens, equipamento e fortificações), sobretudo inicialmente numa região fronteiriça sempre na iminência de guerra contra o anterior ocupante muçulmano.

Quando a situação militar se estabilizou, no norte, e quando os reis passaram a dispor (praticamente em exclusivo, salvo instituições eclesiásticas e ordens militares) de uma chancelaria e de funcionários letrados em número e ilustração muito superiores aos súbditos, mesmo dos mais poderosos, as premissas alteraram-se. As exigências, o rigor e as justificações passaram a ser levadas a ónus dos súbditos. O rei passou a ter o monopólio da soberania, da propriedade subsidiária e do poder de aceitar ou de exigir prova.

Era o Estado a impor-se como tal, ao caduco feudalismo.

É neste quadro que devem ser interpretados os chamados “abusos” dos poderosos, visados pelas Inquirições de D. Afonso III e de D. Dinis. É nele que terá de valorar-se a actuação de D. Nuno Martins de Chacim.

Os abusos largamente predominantes daquelas Inquirições, na 4ª Alçada, não são dos nobres contra o povo. São dos nobres contra o rei. O povo e os concelhos pouco mais são do que testemunhas. Só raramente são vítimas. Tanto quanto se percebe, os foreiros não ficavam privados da posse útil das terras que exploravam. O que tinham é de passar a pagar o foro ou quaisquer outros direitos ou prestações a D. Nuno Martins de Chacim, que ficaria na posição de senhor directo desses bens. Quem perdia era o rei,

no pressuposto de que antes da ação de D. Nuno os foreiros cumpriam efectivamente as prestações devidas ao soberano (o que nem sequer é seguro que sempre tivesse feito).

## 7 – Os abusos do de Chacim

Por parte de Nuno Martins de Chacim, que abusos eram esses?

Foram fundamentalmente dos seguintes tipos:

- a) –apropriação indevida de bens ou direitos – 34; dos quais,
  - por força, por ameaça ou por filhada:
    - 18 (em Agrochão (2/3), Azibeiro, Banreses, Bouzende, Bragada (uma parte), Brito, Caravelas, Cedães, Coelhooso, Edrosa, Golfeiras, Macedo do Mato, Prado de Ribas, Serzedo, Valdrez, Vale da Porca, Vilar de Bragança, Vilarelhos);
  - por meio desconhecido:
    - 16 (em Ala, Alvites, Avarenta, Calvelhe, Carçãozinho, Cernadela, Cigarrosa, Frechas, Moimenta, Paradinhas, Pena de Amigo, Peredo, Prado, Quintela, Rio Torto, Talhas);
- b) –impedimento a foreiros de povoamento ou de pagamento de foro ao rei:
  - 4 (em Lamas de Orelhão, Pena de Amigo, Valdrez, Vilar);
- c) –cedência indevida a favor de terceiros:
  - 5 (em Bragada, Coelhooso, Filmir, Talhas, Valdrez);
- d) - apropriação legítima, mas não pagamento de foro ao rei
  - por compra:
    - 6 (em Bragada (em parte), Cabeça Boa, Crespos, Franco, Moredo, Vilarinho);
  - por sucessão:
    - 5 (em Agrochão (1/3), Chacim, Grijó, Vale de Asnes, Vilarinho).

Como se explica, então, que Nuno Martins de Chacim, sendo em 1258, um dos maiores “usurpadores de terras de Portugal”, para mais, em prejuízo dos interesses do rei e, notoriamente, o maior de todo o território transmontano, apareça, cerca de três anos depois, como meirinho-mor do mesmo rei, *tenens* de Bragança e rico-homem?

Os historiadores contemporâneos não conseguiram até agora encontrar uma explicação plausível para este caso bizarro.

E que, em geral, até tornam mais bizarro, quando afirmam (erradamente) a hipotética modéstia da origem social de Nuno Martins de Chacim, e chegam a especular que o seu acesso à cúria régia tivesse sido fruto do apoio de seu primo co-irmão Fernão Fernandes Cogominho, homem cujo patamar na escala social nunca conseguiu chegar ao de Chacim.

A explicação, a meu ver, passa por duas operações indispensáveis: a rectificação da prosopografia destas personagens, nomeadamente dos erros genealógicos sobre a linhagem dos Braganças; e a correcção, em sede da história do direito português, da visão hodierna de algumas instituições medievais, como a tenência de terras e mesmo o direito de propriedade de imóveis.

### **8 – A chamada para altas funções – meirinho-mor de D. Afonso III, amo e mordomo-mor de D. Dinis**

Quando se esperava que estas malfeitorias que, como disse, teriam prejudicado sobretudo o património e os rendimentos do rei, levassem a que Nuno Martins de Chacim respondesse por elas e fosse punido e forçado a restituir tudo quanto aparentemente usurpara, é o próprio monarca quem o escolhe para o ofício curial chave da sua política, difícil e decerto muito contrariada pelos poderosos, de centralização na coroa de terras, rendimentos e direitos – o de meirinho-mor.

Tal ocorreu em 1261<sup>46</sup>, escassos três anos após as ditas Inquirições.

E nada fica a saber-se sobre o que aconteceu aos bens e direitos que, segundo testemunhas ouvidas nas Inquirições, haviam sido usurpados pelo de Chacim. Foram devolvidos ou entregues ao rei? Não há notícia de que tal haja acontecido em vida de D. Nuno, quer no reinado de D. Afonso III quer no de D. Dinis.

---

46 Ver MATTOSO, José, “O triunfo da monarquia portuguesa ... etc.”, cit., p. 533 e nota 31

Mais. O *Bolonhês* veio a incumbi-lo do cargo de maior confiança do palácio antigo – o de aio e mordomo-mor do príncipe herdeiro, D. Dinis. E este, quando lhe sucedeu no trono, manteve D. Nuno no cargo de mordomo-mor, que era o topo dos da cúria régia, até o fim da vida.

Qual a explicação para tudo isto?

Há várias hipóteses.

Ou D. Afonso III quis evitar a todo o transe, a abertura de uma guerra intestina contra o dominante de um território distante do controlo régio;

Ou D. Afonso III preferiu esquecer o passado e aliar-se com o infractor para contar com o poderio da força militar que o de Chacim comandava a fim de levar a cabo a tarefa de se apoderar de grande parte dos bens imunes do clero, da nobreza e das ordens;

Ou grande parte dos actos do Chacim, aparentemente abusivos e em proveito dele e da sua família, tinham sido na verdade, reservadamente autorizados ou mesmo encomendados pelo rei;

Ou o rei e o magnate chegaram a um entendimento, em que o estatuto dos cargos deste último passava a ser mais regular e controlado pelo monarca, a troco de se passar uma esponja sobre o passado;

Ou D. Afonso III reconhecia justiça na causa do Chacim, como chefe da linhagem Bragançana, já que, embora consuetuniário, o direito aplicável antes das providências legislativas tomadas pelo Bolonhês, apontava para que o senhorio das terras de Bragança pertencesse, subsidiariamente, àquela linhagem, desde tempos anteriores ao reino português.

Admito que todas estas motivações contribuíssem para explicar a tão estranha orientação seguida pelo Bolonhês. Mas a última não terá sido das menos influentes.

Se assim foi, o tema do papel desempenhado pelo de Chacim na evolução da organização interna e do sistema social, político, financeiro e, até, económico, desencadeada por D. Afonso III e efectuada por D. Dinis, terá feito da tenência de Bragança o canto do cisne dos resquícios feudais da Idade Média portuguesa.

## **9 - Bens imóveis de D. Nuno Martins de Chacim**

Faz-se, de seguida, uma lista dos bens que, segundo as Inquirições de D. Afonso III e as Inquirições, Sentenças e Execuções de D. Dinis, foram objecto da posse em nome próprio, ainda que transitória, quer exclusiva quer partilhada, de Nuno Martins de Chacim. O elenco que segue não será certamente exaustivo, uma vez que podem ter ficado de fora herdades que este possuísse legítima e pacificamente e cuja imunidade e legitimidade de aquisição não suscitasse problema aos inquiridos.

Encontrei-os nos seguintes locais:

- Agrochão;
- Ala;
- Azibeiro;
- Banreses;
- Bornes;
- Bousende;
- Bragada;
- Bragança;
- Brito;
- Cabeça Boa;
- Cadouço;
- Calvelhe;
- Caravelas;
- Carçãozinho;
- Carrazedo de Montenegro;
- Castelãos;
- Cedães;
- Chacim;
- Cigarrosa;
- Cobro;

- Coelhoso;
- Crespos;
- Deilão;
- Emeres;
- Formil;
- Franco;
- Frechas;
- Gebelim;
- Golfeiras;
- Gondesende;
- Grijó;
- Izedá;
- Lamas de Podence;
- Lampaças;
- Macedo de Cavaleiros;
- Mirandela;
- Moimenta;
- Morais;
- Moredo;
- Ousilhão;
- Parada;
- Paradinha;
- Pena de Amigo;
- Peredo;
- Prados de Riba;
- Quintela;
- Rendufe;
- Rio Torto;
- Saldonha;
- Salselas;
- Sancerizv
- Sanhoane ou São Joanico;
- Santa Comba de Rossas;
- São Pedro de Lila;
- Sarzedá;

- Serapicos;
- Serracenos;
- Talhas;
- Valdrez;
- Vale Benfeito;
- Vale da Porca;
- Vale de Asnes;
- Vale de Cortiços;
- Vale de Espinho;
- Vale de Prados;
- Veiga de Lila;
- Vilarelhos;
- Vilares de Vilariça;
- Vilarinho;
- Vimioso.

– 69

Eram distribuídos pelos actuais distritos de Bragança e Vila Real e, nestes, pelos actuais concelhos de:

- Alfândega da Fé (Gebelim, Saldonha, Vilarelhos, Vilares da Vilariça) – 4
- Bragança (Bragada, Bragança, Caravelas, Carçãozinho, Coelhooso, Deilão, Formil, Gondesende, Izeda, Lampaças, Moredo, Parada, Paradinha, Quintela, Sanceriz, Santa Comba de Rossas, Sarzeda, Serapicos, Serracenos, Vilarinho) – 20
- Macedo de Cavaleiros (Ala, Azibeiro, Banreses, Bornes, Bousende, Calvelhe, Castelãos, Chacim, Grijó, Lamas de Podence, Macedo, Morais, Peredo, Salselas, Talhas, Valdrez, Vale Benfeito, Vale da Porca, Vale de Cortiços, Vale de Prados) – 20
- Miranda do Douro (Sanhoane ou São Joanico) – 1
- Mirandela (Cedães, Franco, Frechas, Golfeiras, Mirandela, Vale de Asnes) – 6
- Torre de Moncorvo (Cabeça Boa) – 1
- Valpaços (Cadouço, Carrazedo de Montenegro, Emeres, Rendufe, Rio Torto, São Pedro de Lila, Veiga de Lila) – 7
- Vila Flor (Prado de Riba, Vale de Espinho) – 2
- Vila Real (Cigarrosa, Pena de Amigo) – 2
- Vimioso (Vimioso) – 1
- Vinhais (Agrochão, Brito, Crespos, Moimenta, Ousilhão) – 5

## 10 – Descendência de D. Nuno Martins de Chacim

A decadência da linhagem começou logo com a sua morte.

Os seus filhos nem foram capazes de completar a inscrição do túmulo desse grande vulto, mandado fazer, com toda a probabilidade, por si próprio, uma vez que deixou por preencher a data da sua morte.

E a documentação revela que, desaparecido o mais próximo prócero de D. Dinis, o rei já não revelou prestar especial atenção à sua posteridade, que era abundante, mas que enfrentou um destino desfavorável, a começar pelo tratamento que o monarca deu aos seus direitos.

Ora D. Nuno deixou numerosos filhos e filhas, dos dois casamentos e ainda, pelo menos, um bastardo.

Mas nenhum, que se saiba, foi chamado para cargo ou dignidade régia, assim como nenhum foi excepcionado à rigorosa centralização do poder régio, que envolveu a extinção das tenências e de numerosos direitos tradicionais, além da imunidade e da presunção dela, de que haviam gozado grandes linhagens até D. Afonso III. Um dos filhos, aparentemente o primogénito varão, perdeu mesmo um litígio judicial que teve com o rei, sobre a posse de certos bens imóveis.

O reforço irreversível da monarquia, com a inerente centralização de bens e poderes centrais, que tinham tido o forte e empenhado contributo de D. Nuno, foram fatais para a prosperidade da sua estirpe. Acresce que esta não acompanhou, em geral, a tendência de deslocação para o centro e sul do País, remetendo-se a uma passividade fechada no norte transmontano e minhoto, perdendo dessa forma o comboio do desenvolvimento português, que veio a florescer na dinastia de Avis.

Resta apresentar uma síntese genealógica dessa descendência.

I – D. NUNO MARTINS DE CHACIM

Casou duas vezes: a 1ª com SANCHIA PIRES CORREIA; a 2ª com TERESA NUNES QUEIXADA.

Filhos do 1º casamento:

1(II) – MARIA NUNES DE CHACIM

Casou com FERNANDO ESTEVES PINTALHO. Com geração, nomeadamente Pimentéis.

2(II) – Fulana NUNES DE CHACIM

Casou com GONÇALO ANES DE REBOREDO. Com geração.

3(II) – GOMES NUNES DE CHACIM

Foi clérigo muito bom e muito honrado.

Filhos do 2º casamento:

4(II) – HEITOR NUNES DE CHACIM

Era meirinho-mor de Entre-Douro-e-Minho em 1299.

Casou com MARQUESA GIL DE SOVEROSA, sem geração.

De uma MARIA FERNANDES teve,

Filho ilegítimo:

III – DIOGO NUNES DE CHACIM

Foi legitimado por carta régia de 1320-04-10.

5(II) – ÁLVARO NUNES DE CHACIM

Em 1278 fazia parte da casa do infante D. Dinis.

Mataram-no, por sandeu.

Casou, sem geração.

6(II) – GIL NUNES DE CHACIM

Em 1278 fazia parte da casa do infante D. Dinis. Morreu antes de 1297.

Casou com MARIA MARTINS ZOTE.

Filhas:

1(III) – SANCHIA GIL DE CHACIM

Casou com PEDRO FERNANDES PONCE, das Astúrias. Com geração.

2(III) – GUIOMAR GIL DE CHACIM

Casou com LOPO AFONSO DE MELO. Com geração, extinta.

7(II) – SANCHO NUNES DE CHACIM

Morreu antes de 1302.

Casou, em 1284 ou antes, com TERESA VASQUES ZAGOMBA

Filha:

III – URRACA SANCHES DE CHACIM

Não casou, mas parece ter tido uma vida dissoluta. Sem geração.

8(II) – SANCHA NUNES DE CHACIM

Casou com LOURENÇO SOARES DE VALADARES. Com geração.

9(II) – URRACA NUNES DE CHACIM

Casou com MARTIM ANES DO VINHAL. Com geração.

Depois de enviuar, foi comendadeira do mosteiro de Santos entre 1314 e 1319.

10(II) – TERESA NUNES DE CHACIM

Casou com FERNÃO PIRES DE BARBOSA. Sem geração.

11(II) – PEDRO NUNES DE BAIÃO

Filha:

III – SANCHA PIRES DE CHACIM

Casou com um MARTIM, como se vê do patronímico do filho documentado. Foi já sugerido que este Martim seria “de São Paio” e dos “de Riba de Vizela”, o que não sigo<sup>47</sup>.

Filho:

1(IV) – VASCO MARTINS

Foi prior do mosteiro de Ancede, pelo menos entre 1354 e 1364.

?2(IV) – [PEDRO MARTINS]

Segundo alguns, teria sido avô materno de VASCO PIRES DE SÃO PAIO, progenitor da ilustre Casa de São Paio, hipótese não desprovida de verosimilhança, mas que se não acha abonada em documentos<sup>48</sup>.

12(II) – BERENGÁRIA NUNES DE CHACIM

13(II) – BRANCA NUNES DE CHACIM

14(II) – MARTIM NUNES DE CHACIM

Foi freire da Ordem de Santiago, nela comendador de Parada (1288), de Além-Douro (1293) e de Santos (1301-1324).

Parece ter sido ele quem teve,

Filho ilegítimo:

III – NUNO MARTINS DE CHACIM

---

47 SÃO PAYO, Luiz de Mello Vaz de, *Apostilhas à obra Linhagens Medievais Portuguesas ... etc.*, Lisboa, Associação Portuguesa de Genealogia, 2016, pp. 67-69 e 145-146, sugere esta hipótese. Sem embargo do grande respeito e consideração que guardo pela memória desse sábio professor e genealogista, não creio que haja suficiente consistência documental para basear tal hipótese.

48 Foi suscitada pelos grandes eruditos SÃO PAIO, Marquês de, “A problemática de um brasão de armas (São Payo)”, in *Armas e Troféus*, 2ª série, IX (1968) pp. 162-182, e X (1969), *maxime* pp. 5-18; e “Fronteiros do sudeste transmontano” in *Papel das Áreas Regionais na Formação Histórica de Portugal, Actas do Colóquio*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1975, pp. 251-257, e SÃO PAYO, Luiz de Mello Vaz de São Payo, ob. cit., pp. 67-69.

Era cavaleiro, dos principais, de Bragança, onde, em 1305-05-19, outorgou com outros uma procuração a favor de mandatários em pleitos com o rei sobre bens imóveis e direitos naquelas terras.

15(II) – FRUILHE NUNES DE CHACIM

Filho ilegítimo de D. Nuno Martins de Chacim, havido em MARIA GOMES DE BRITEIROS:

16(II) – RUI NUNES DE CHACIM

Casou com sua parente ALDONÇA MARTINS TAVAIA.

Filhos:

1(III) – NUNO RODRIGUES BOCARRO

Casou com MARIA MIGUÉIS DE LISBOA. Sem geração.

?2(III) – JOÃO DE CHACIM

Felgueiras Gaio considera-o filho do casamento daqueles Rui Nunes de Chacim e de Aldonça Martins Tavaia<sup>49</sup>. Mas sabemos quão falível é o nobiliário deste genealógico, mormente relativo a épocas medievais. Alão de Moraes, que é mais seguro e criterioso, não lhe dá a filiação, tal como a não dá Manso de Lima. Chama-lhe “D. João de Chacim” e diz que «foi um fidalgo muito honrado, Sr. de Chacim donde tinham apelido, e foi Comendador da Ordem de Cristo»<sup>50</sup>.

Podemos assim presumir que Alão de Moraes o considerava possuidor de bens imóveis em Chacim e, com toda a probabilidade, também em Meireles, que é o seu apelido. Ora Meireles é aldeia a norte de Vila Flor, na estrada para Mirandela. Em linha recta, distará de Chacim pouco mais de duas dezenas de quilómetros. Isso torna plausível a hipótese de que o fundador e tronco dos Meireles fosse neto de D. Nuno Martins de Chacim.

Teria sido comendador da Ordem de Cristo, se aceitarmos a informação de Alão de Moraes. E isso nada tem de inverosímil, uma vez que, na primeira dinastia, houve duas comendas desta Ordem em Trás-os-Montes, a saber, Mogadouro e Penas Róias, os nomes de cujos comendadores se desconhecem.

Filhos ilegítimos:

1(IV) – NUNO DE MEIRELES

Segundo os mencionados genealógicos seiscentista e setecentista, este Nuno de Meireles terá sido o tronco dos Meireles, com abundante geração até os nossos

49 GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, edição de Agostinho de Azevedo Meireles e Domingos de Araujo Affonso, Braga, 1939, tomo 18º, p. 113.

50 MORAES, Cristóvão Alão de, *Pedatura Lusitana*, 2ª edição, Braga, Carvalhos de Basto, 1999, vol. I, p. 355.

dias. Conhecem-se descendentes por varonia a qual, a ser certa a filiação apontada a este Nuno e a João de Chacim, será a mesma de Nuno Martins de Chacim e dos Braganças. É o caso, por exemplo, dos Peixotos da Silva, Peixotos Alarcões e Peixotos Bourbons (do Marquês de Lindoso).

#### 2(IV) – ALDA DE MEIRELES

Ainda segundo Alão de Morais, terá casado com ESTÊVÃO PIRES DE MESQUITA e este casal veio a ser o tronco da família Mesquita, do qual deriva certamente muita gente que chegou aos nossos dias.

#### 3(III) – MARIA RODRIGUES DE CHACIM

Foi amante do rei D. Dinis.

Casou depois com MARTIM FERNANDES BARRETO.

Deste casal proveio muita gente ilustre, nomeadamente o tronco dos Barretos, base da estirpe dos alcaides-mores de Faro, cujo representante julgo ser o Duque de Loulé.

Filho ilegítimo de D. Nuno Martins de Chacim, havido em MARIA MENDES.

#### 17(II) – GIL NUNES

Legitimado por carta régia de 1323-09-28, foi escudeiro<sup>51</sup>.

---

51 Torre do Tombo, Chancelaria de D. Dinis, Livro 3 de Doações, fl. 155.

τφ



**Armamento  
Medieval  
em Portugal  
– Defesa de Cabeça**

## Armamento Medieval em Portugal



Foto.1 – Gravura nº 1 – p64 [Abrantes] – Selo equestre do Rei D. Dinis, com coroa real sobre Saucepan fechado

## Tema Defesas de Cabeça



Fernão Mendes II "O Bravo"  
Inícios Séc. XII  
Capelo com nasal



Cavaleiro templário  
1ª metade do Séc. XIII  
*Elmo Saucepan*

## Defesas de cabeça do Cavaleiro Medieval (séculos XII-XIV)

\*Miguel Sanches de Baêna

\*\*Carlos Santos Mendes

Quando nos foi solicitado um artigo para publicação no Caderno Terras Quentes nº 19 da Associação Terras Quentes, ficámos um pouco apreensivos, na escolha, pelo pouco tempo que se dispunha.

Logo surgiu a ideia de dar notícia de dois, chamemos-lhes por agora, “guarda cabeça”, originais, modelos que se desconhecem a presença física de algum análogo, no nosso país, sendo também, raríssima, a sua presença no estrangeiro. Pela aridez dos estudos disponíveis (tivemos que nos socorrer, sobretudo, à estatuária jacente e às iluminuras da época) assim, entendemos apresentar um artigo, mais curto, e ir trabalhando numa obra de maior folgo a apresentar oportunamente.

\* Doutoramento em História, Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa e investigador e Vice-Presidente da Associação Terras Quentes. Perito em História militar.

Membro do Observatório de Segurança, criminalidade organizada e terrorismo. Diplomata de carreira na disponibilidade de serviço. Conselheiro técnico para a parte histórica de vários filmes notáveis; a exemplo “Non, ou A Vã Glória de Mandar” de Manuel de Oliveira, 1990; Braveheart realizado por Mel Gibson, 1995, Linhas de Wellington 2012 produção Franco/Portuguesa de Raoul Ruiz. Autor de vasta obra publicada.

\*\* ORCID -0000-0002-1248-6461 – Mestre em História Regional e Local pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a classificação de Muito Bom. – Licenciado em História variante de Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Membro da Uniarq (Unidade de Arqueologia da Universidade de Lisboa). Curso de PERT – Program Evolution Research Task. Curso de CPM – Programação e Controle de Custos, realizado na Cegoc. – PdG da empresa multinacional “Seforlu”. – Responsável pela arquitetura, montagem e gestão da sala-museu de arqueologia de Macedo de Cavaleiros. (Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros), 2003-2006 – Responsável pela arquitetura, montagem e gestão da sala-museu de arqueologia de Macedo de Cavaleiros Núcleo Central da PPAA. 2006-2011 – Responsável perante a tutela de todo o espólio arqueológico proveniente das campanhas arqueológicas do PNTA – Evolução crono-cultural do Concelho de Macedo de Cavaleiros “Terras Quentes” – Responsável pela arquitetura, e montagem do Museu Municipal de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros. – Responsável pela conceção da gestão dos fundos museológicos do Museu de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros. – Comissário Científico da Exposição “Arqueologia 2003” realizada entre dezembro de 2003 e maio de 2004 em Macedo de Cavaleiros. – Responsável pela equipa que realizou os pré-estudos museológicos para a implantação do museu Municipal de Arqueologia. Responsável pela equipa que realizou os pré-estudos museológicos para a implantação do Museu Martim Gonçalves de Macedo em Macedo de Cavaleiros. – Responsável pelo Museu Martim Gonçalves de Macedo inaugurado em 12 de dezembro de 2015. – Responsável pela Concepção e Montagem do Museu Municipal de Arqueologia “Coronel Albino Pereira Lopo” inaugurado no dia 3 de setembro 2016. – Responsável pela exposição de armamento medieval na sede da Associação Shotokai de Portugal, (Lisboa) visita do embaixador do Japão em 11 de maio de 2019.

Com alguma informação retirada de pequeno um artigo já publicado por um dos articulistas nos anos 90 do século passado, sobre o assunto, iremos proceder a um pequeno enquadramento, para se entender a importância e o valor das duas peças que irão fazer parte do novo espaço museológico a criar em Macedo de Cavaleiros sobre o armamento utilizados durante período da existência da Ordem dos Templários ou seja, entre o século XII e o século XIV.

Foi enorme a variedade dos modelos de protecção para a cabeça fabricadas e utilizadas, no período temporal referido. Tanta variedade obrigou-nos a criar uma metodologia, para cada um dos exemplares tipo, e os correlacionássemos com todos os outros.

Assim, entendemos, considerar as protecções para a cabeça, divididas em III grupos:

- **Grupo I** – Capelo que evolui para os elmos fechados;
- **Grupo II** – Protecções com aba: Capelina como sub-variedade do chapéu de ferro;
- **Grupo III** – Cervilheira que evolui para o bacinete.

Examinemos cada um desses grupos.

### **I Grupo: Capelo**

Foi a mais divulgada protecção para a cabeça durante o século XII e a primeira metade do século XIII. Na sua fase mais primitiva, que ainda apanha parte do reinado do Rei D. Afonso Henriques, o capelo era um casco cónico feito de uma só peça forjada, ou construído por vários segmentos rebitados uns aos outros, tendo à frente uma barra chamada nasal, destinada a proteger o nariz. Ao capelo feito em segmentos deu-se o nome, recente, de Spangenhelm. Dos Spangenhelm mais primitivos só se conhecem dois exemplares em todo o mundo. O primeiro encontra-se na catedral de Praga e diz-se ter pertencido a S. Wenceslau, enquanto o segundo foi encontrado na Morávia e está agora na Armaria Imperial em Viena. Em Portugal existe um exemplar em magnífico estado de conservação encontrado no Castelo de Torres Novas o qual embora tenha todas as características do século XII, é, contudo, do século XIII.



Desenho 1 – Capelo de nasal do tipo Spangenhelm feito em chapéu de ferro, unido por segmentos de aço caldeado e rebitado dos inícios do século XII



Foto 3 – Réplica do capelo de nasal encontrado no Castelo de Torres Novas e pertencente ao espólio a expor no novo museu Municipal de Macedo de Cavaleiros

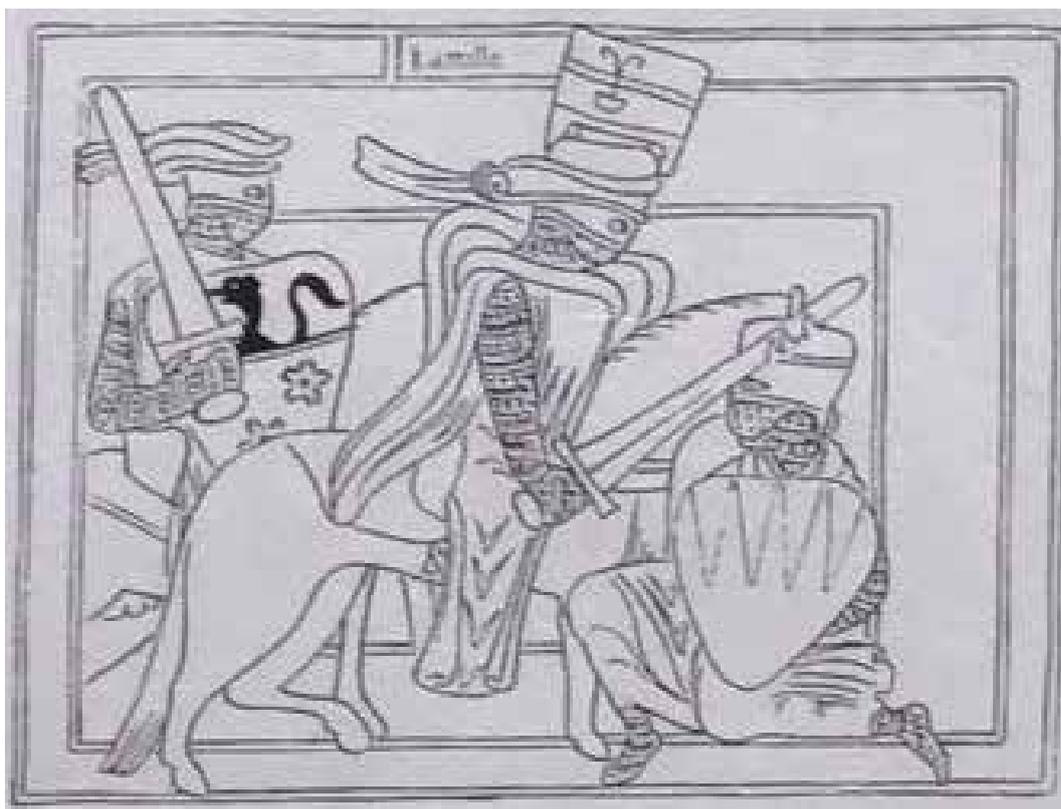
Seja como for, o capelo esteve em uso durante muito tempo em Portugal. Um dos exemplares mais antigos de que tivemos referência vem mencionado no testamento de Monius Fromariguiz (1087), que legou a S. Salvador do Paço de Sousa, “*um mensorium de prata pura de 80 soldos e um elmo lavrado*” (Sousa Viterbo, *in Artes e Artistas em Portugal*).

Também na Pragmática de D. Afonso III (26 de dezembro de 1253), em que se taxam os preços de muitos géneros mercadorias e artefactos, vêm regulado entre outras armas, os preços dos capelos (12 libras cada), o que bem prova a quantidade de tempo que essas peças estiveram em uso entre nós.

Este tipo de Capelo cónico faz parte do equipamento dos nossos homens de guerra até cerca de 1255/60.

Depois de 1150, o capelo começa a ficar com o topo mais redondo podendo ou não estar equipado com nasal. Esse topo foi ficando cada vez mais achatado até cerca de 1180, altura em que apareceu um tipo de capelo cilíndrico, denominado Soucepan, que além de ser mais barato e mais simples na sua manufacturação, era altamente eficaz.

O Soucepan, a despeito da sua forma bizarra, tinha uma razão para ser em função das armas ofensivas então existentes. Conseguia parar perfeitamente os golpes das armas ofensivas então existentes. Conseguia parar perfeitamente os golpes de lança que resvalavam sob a sua superfície circular e protegia dos golpes de espada, ou de facha bem melhor que o capelo cónico ou esférico.



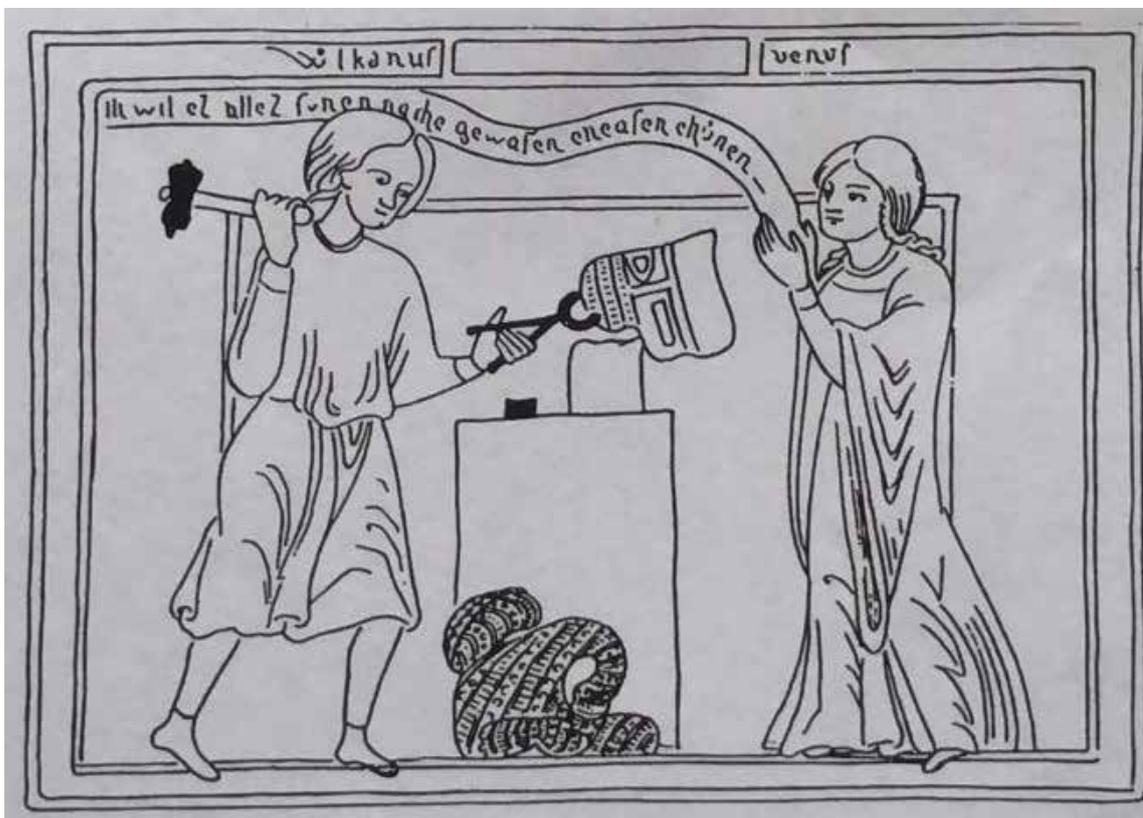
Desenho 2 – Desenho executado sob um pormenor do manuscrito “Eneida” (Séc. XIII) da Biblioteca de Berlim. Trata-se de uma das raras representações iconográficas dos primeiros modelos de elmos fechados e de elmos de “búcula”

Estes golpes não podiam ser dirigidos senão obliquamente. Em vez de encontrar uma superfície normal na sua direcção, deparavam-se com um ângulo que oferecia uma enorme resistência. Para que um cavaleiro pudesse golpear o seu adversário com o machado ou maça, tornava-se necessário atingi-lo no topo do Saucepan, a sua parte mais vulnerável. Para isso, era preciso que ele se encontrasse numa posição mais elevada do que o seu inimigo. A fim de o conseguir, tinha de se pôr de pé sobre os estribos o que era muito difícil para um homem pesadamente equipado.

Depois de 1180, todos os três tipos de capelos – cónicos, ovoide e Saucepan – coexistiram equipados com nasal ou sem ele.

A partir dessa altura, começou-se a substituir o nasal por uma chapa de ferro, com dois rasgos para a visão, que cobria a totalidade da face, à qual, em Portugal, foi dado o nome de búcula.

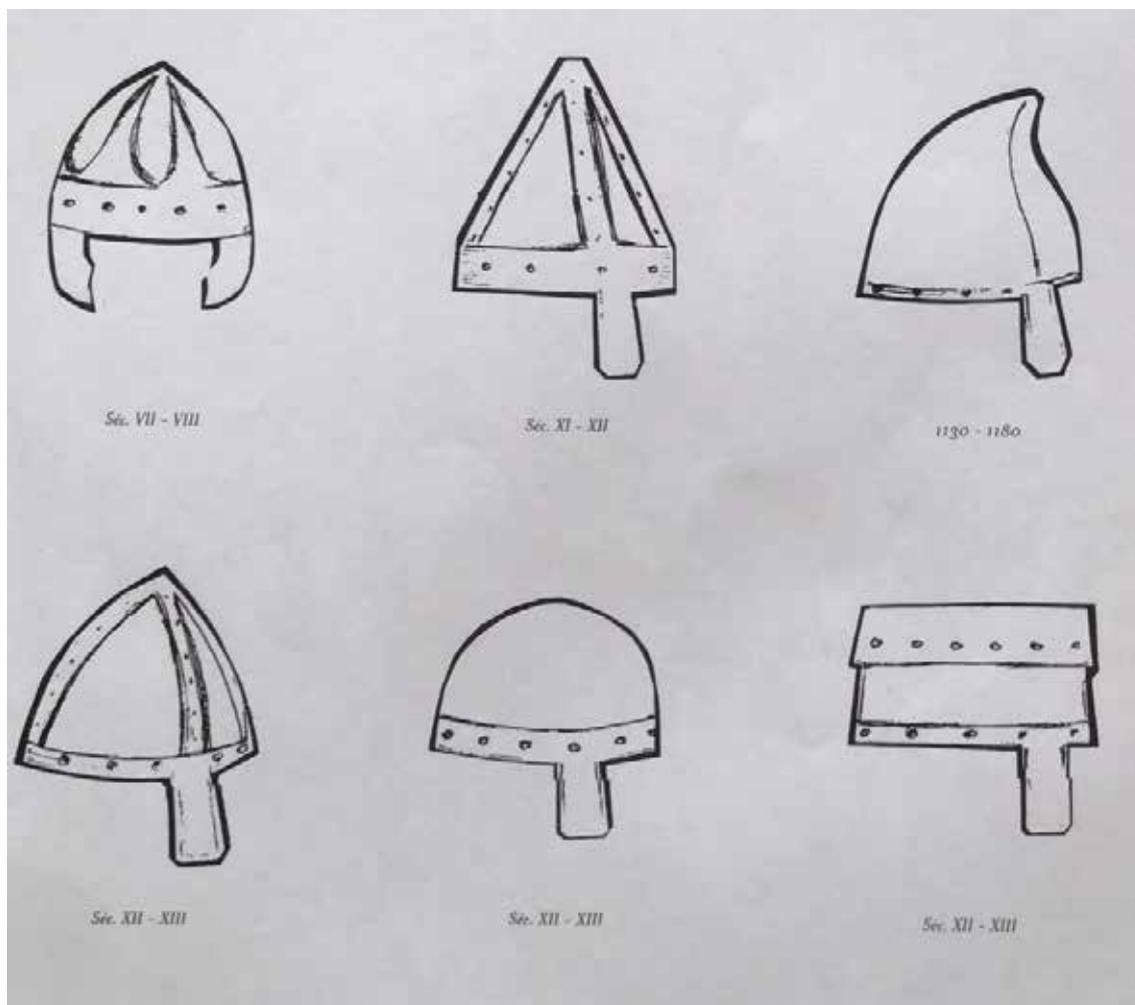
É muito provável que fosse este tipo de elmo que se refere o já aludido Codicilo d’El-Rei, D. Sancho I, ao partir para a conquista do Algarve (1189), em que é mencionado, para além de outras armas: “*loriga & lorigone, genoleiras & elmo & spata*”.



Desenho 3 – Desenho executado sob um pormenor do manuscrito “Eneida” (Séc. XIII) da Biblioteca de Berlim, mostrando um fabricante de elmos forjando um elmo de “búcula”, transição já para o elmo fechado

Resumindo:

### Capelos do século VII ao século XIII



Desenho 4 – Desenhos de capelos desde o século VII ao século XIII

### O Elmo Fechado

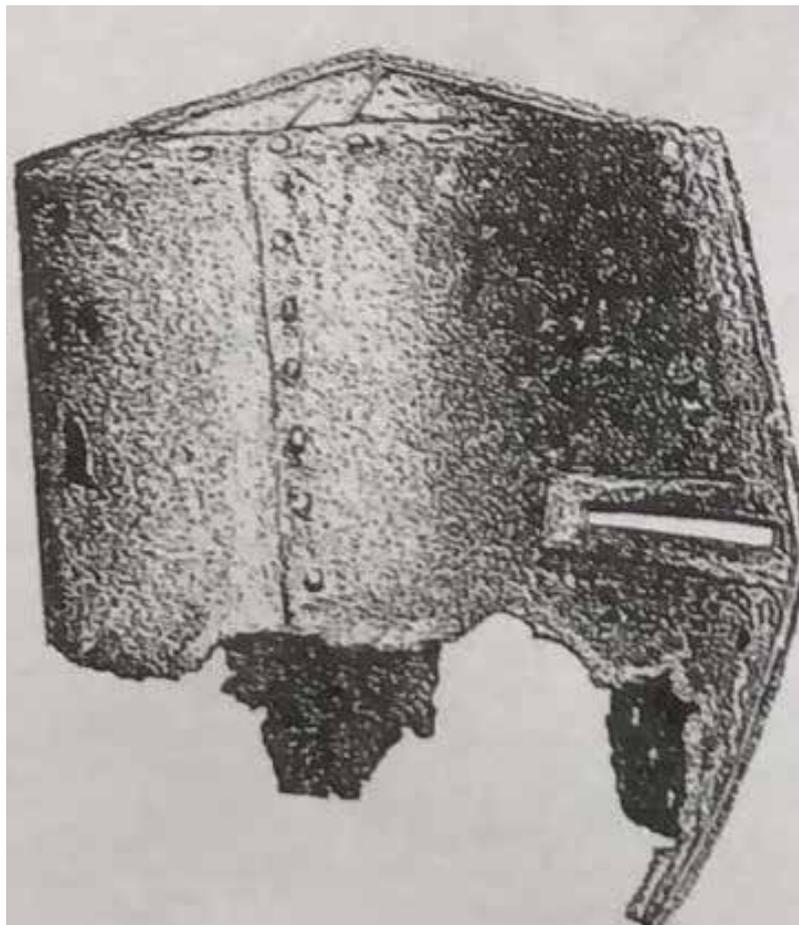
O primeiro passo para esta evolução foi a adição ao capelo de uma protecção para a nuca. Cerca de 1220, essa placa contornava a cabeça e juntou-se à búcula, dando origem ao cimo cilíndrico totalmente fechado que no nosso país ficou conhecido por “Baul”. Este Elmo permaneceu com o topo chato até cerca de 1260/80. Por vezes a búcula era reforçada por duas tiras em forma de cruz, sobre as quais eram abertos os orifícios oculares, embora nem sempre isso acontecesse.

O Elmo era usado sobre o chamado “arming cap”, isto é, uma tira de tecido enrolado que os cavaleiros colocavam sob a cabeça para suportar o peso do elmo. Um destes elmos podia pesar cerca de 6kg, aos quais se devia acrescentar a cimeira completa.

Os primeiros elmos eram geralmente feitos de 5 chapas rebitadas umas às outras: a calote, a testeira, a face, a banda superior occipital e a cobre-nuca. Cada uma dessas chapas tinha uma espessura – para poderem aguentar os mais violentos golpes, enquanto as restantes não tinham mais de 2mm. O seu peso era imenso.

O emprego de pesadas maças de armas, em meados do século XIII, tornou os topos planos extremamente vulneráveis. Assim depois de 1250, começamos a ver esses topos a projectarem-se para cima, para permitirem que os golpes resvassem, até que, nos finais desse século, a parte superior do elmo tornou-se completamente cónica.

Com a cabeça toda coberta, o nobre tornava-se irreconhecível para os seus homens de guerra. Começou então a desenvolver a moda de colocar sobre o elmo ornamentos bem visíveis que o identificassem. Nos primeiros elmos de cara dos finais do século XII, inícios do século XIII, os timbres eram muito visíveis.



Elmo fechado da segunda metade do século XIII em uso até ao século XIV, trata-se de um elmo de combate, típico de todas as terras da cristandade desde os finais do século XIII até aos inícios do século XIV. – Museu de Artilharia, Paris, *Waffen: Ein Beitrag Zue Historischen, Waftenkunde* por Meinrich Keller, 1903

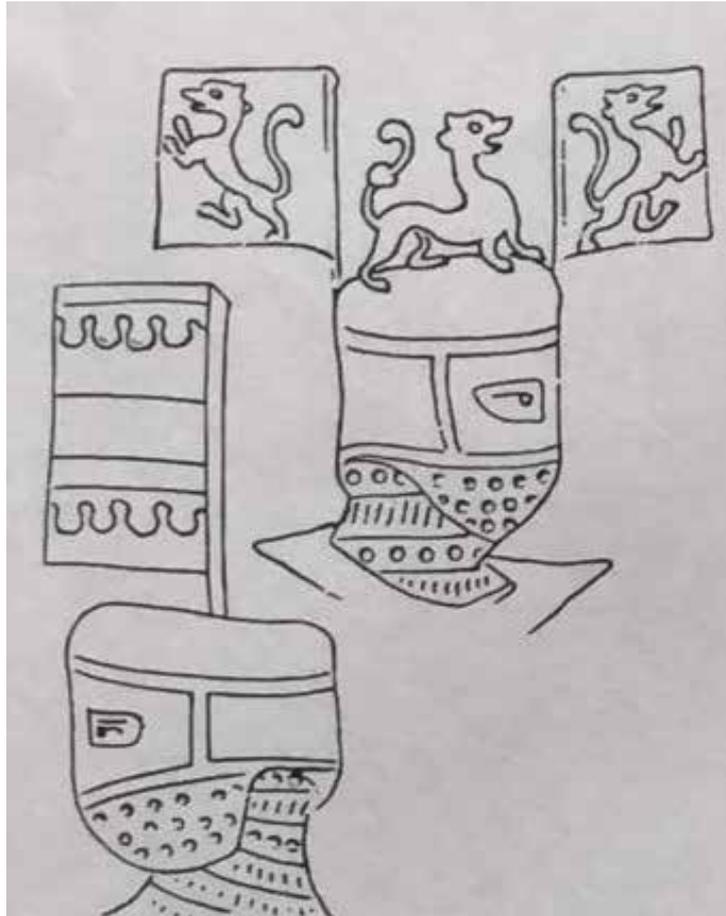


Foto 4 – Cavaleiro Oliveira do Hospital

Juan Domingos, cavaleiro da Capela dos Ferreiros, Oliveira do Hospital. É uma das poucas representações escultóricas existentes no nosso país de um cavaleiro armado de “ponto em branco” de meados do século XIV. O grande elmo pontiagudo com cara pertencente a um modelo de certa forma comum naquela época destinado a albergar por baixo um bacinete de idêntica forma. No topo do elmo o timbre heráldico era substituído por uma crista de crinas de cavalo com as cores da família, sempre que cavaleiro entrava em Combate – Museu Machado Castro, Coimbra.

Mas nos finais do século XIII começaram a tomar forma, adquirindo uma enorme importância. Esses timbres ou cimeiras eram geralmente feitos de cuir Builli, papier maché, madeira ou outros materiais leves. Eram fixos com tinos de encaixe, de forma a que facilmente pudessem ser móveis.

Essas cimeiras, que na maior parte das vezes tinham formas bizarras e enormes, eram um incómodo, pouco práticas, pelo que acabaram por ser quase exclusivamente utilizadas em torneios. Em caso de guerra, a cimeira era quase sempre substituída por plumas (ou prumões, – mais tarde, citados por Fernão Lopes na crónica de D. João I) ou por uma crista de cores variadas feita de crinas de cavalo em forma de leque. Para além disso. Os elmos podiam ser pintados de uma ou mais cores vivas.



Desenho 5 – Elmos fechados equipados com timbres

Os elmos fechados impediam que o cavaleiro fosse reconhecido em batalha. É nessa ocasião (inícios do Séc. XIII) que nascem os primeiros símbolos pessoais na forma de timbre, que se colocavam sob os elmos. Esses timbres tinham de início grandes dimensões. Com o tempo, foram desaparecendo em combate, ficando só restritos às justas e torneios. – Desenho de um pormenor do manuscrito “Eneida” – Biblioteca de Berlim – Waffen: Ein Beitrag Zur Historischen Waffenkunde por Henrich Keller, 1903.

A partir dos finais do século XIII, o elmo foi descendo em profundidade até se apoiar completamente sobre os ombros. Desenvolveram-se também elmos de topo arredondado nos séculos XIII e XIV, mas eram menos comuns que o elmo cónico. Temos dois bons exemplares de elmos cónicos retratados na escultura tumular de Cristo morto e no Cavaleiros de Oliveira do Hospital ambos no museu Machado de Castro em Coimbra. Para além destas representações, não se conhece nenhum exemplar em Portugal.

O Elmo ostentado pelo cavaleiro de Oliveira do Hospital, Juan Domingos, no Museu Machado de Castro (figura acima) tem um interesse muito particular por ter uma viseira móvel. Tivemos a ocasião de apreciar um documento datado de 1298 com as contas de Odo de Roussillir, onde vem mencionado um “Heaume e Visere”. Havia, realmente,

neste período (1300-1340) grandes elmos com viseira. Ilustrações desses elmos não são invulgares.

Como era muito pesado, o elmo era transportado na sela ou nos carros dos nobres.

Na altura do combate era preso a uma corrente que estava fixa, inicialmente, ao cinto, e mais tarde, com o advento das coiraças, ao peito do cavaleiro, na extremidade da qual havia uma cruzeta. Essa cruzeta enganchava numa cruz rasgada na parte inferior da face do elmo, permitindo que este fosse transportado e suspenso às costas do cavaleiro.

O peso de um bom elmo era tal que na Alemanha e na Grã-Bretanha começaram a fabricar-se como alternativas, elmos de cuir builli, isto é, de coiro moldado em óleo e revestido com cera quente, bem mais leves, embora com uma enorme dimensão destinados a serem colocados sobre o bacinete. Estes grandes elmos, apesar de terem sido também usados na guerra, eram, contudo, pouco práticos pelo que o seu uso acabou por se restringir quase só às justas e torneios.

O Golpe de uma facha ou de um chicote de armas era violentíssimo, e por isso os armeiros começaram a forjar elmos de uma só peça, quase sem rebites. O facto de serem feitos com placas rebitadas de várias espessuras podia dar origem a que se deslocassem com uma pancada violenta. Mas, feitos de uma só peça, isso não acontecia. Os mais afamados fabricantes de elmos foram armeiros do Norte de Itália e Alemanha, que se notabilizaram pela sua excelência de fabrico, embora também fossem feitas magníficas peças em França, Inglaterra, Espanha e Países Nórdicos.

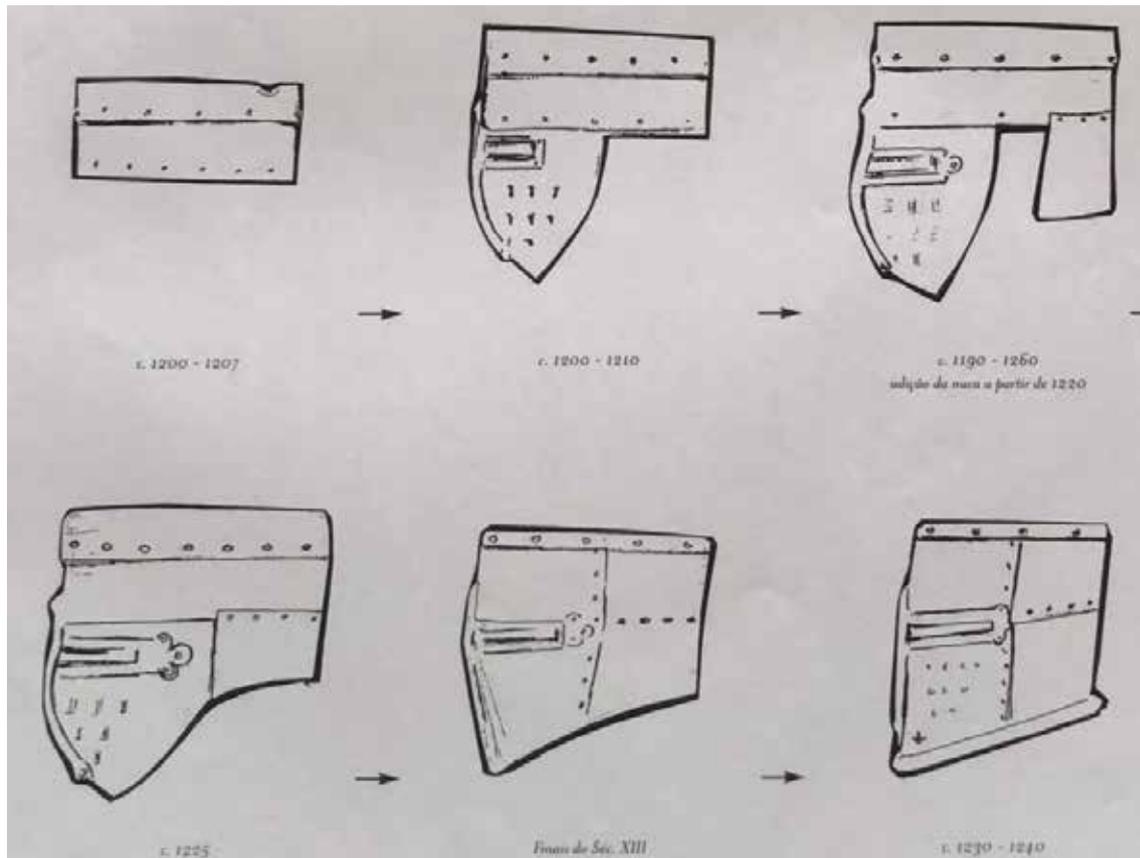
Cerca de 1370, embora o bacinete, como iremos ver, estivesse já generalizado entre a nobreza o grande elmo ou baul, também conhecido por elmo de pote, continuou em uso por ser mais resistente. Nessa altura começou a aparecer um outro modelo que se disseminou já nos finais desse século: o elmo cabeça de sapo.

Este modelo de elmo que acabou por se generalizar nos finais do século XIV, era feito de três ou de duas peças. A sua forja era complicada, e por isso era um elmo caro. No entanto, foi muito adoptado pela sua extrema eficácia, principalmente nos campos de justas e torneios.



Desenho 6 – Estátua jacente de Heinrich Von Sein Hein (c. 1360) que se encontra na Catedral de Domes. Na iminência do combate, o grande elmo era fixo ao peitoral ou quando não existiam ainda peitorais, ao cinto, através de uma corrente, de modo que na altura da acção o cavaleiro o pudesse colocar de imediato na cabeça. In *Waffen Ein Beitrag Zue Historischen – Waffenkunde* por Henrich Keller, 1903.

## Do Capelo ao Elmo Fechado – Análise evolutiva – 1ª Fase

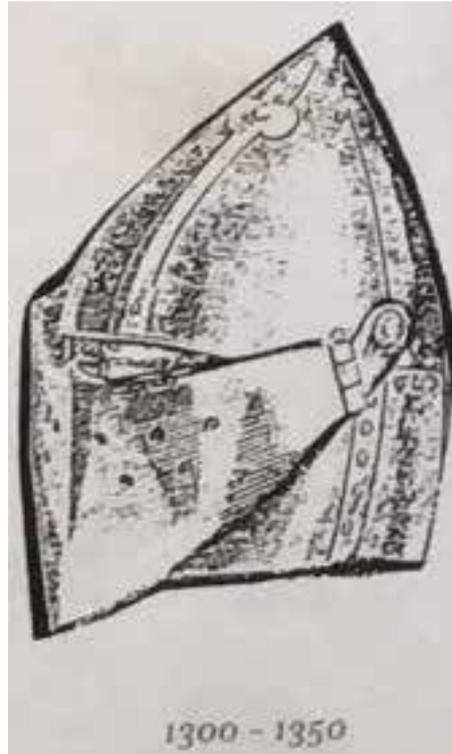


Desenho 7 – Do capelo ao elmo fechado

## Elmo Fechado ou Grande Elmo – 2ª fase



Desenho 8 – Elmos fechados finais do Séc. XIII e início do Séc. XIV



Desenho 9

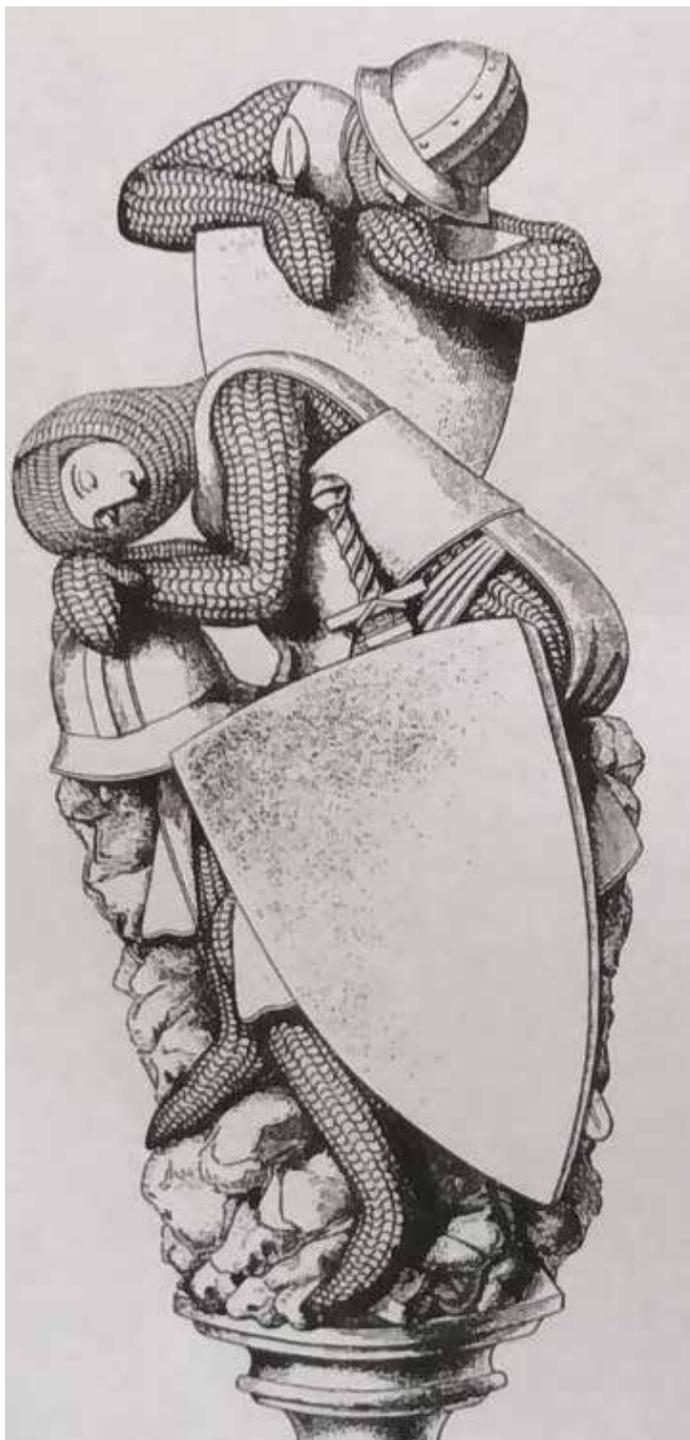
## II Grupo: Chapéu de Ferro e Capelina

Trata-se de um grupo de protecção para a cabeça caracterizada por ter abas. O seu nome provém do Francês Chapel e Chapeline.

Este tipo de protecção era já comum no tempo dos Gregos e dos Romanos e parece ter permanecido em uso de forma mais ou menos ininterrupta.

Durante o século XII utilizou-se muito este tipo de chapéu de ferro de copa muito baixa e abas muito largas. Às primeiras vagas de assalto chamados honepier para se protegerem dos projecteis lançados por cima. Esses chapéus eram verdadeiros paveses que faziam desviar os projecteis.

A verdadeira capelina não deve ter sido introduzida senão nos finais do século XII com a adopção do elmo fechado. Quando o calor apertava, muitos cavaleiros optaram por substituir os seus pesados elmos pela capelina, mais ligeira e arejada. Pierre de Dreux morreu de uma espadadeira na cara durante a batalha de Monsourah porque trocou o seu elmo fechado por uma capelina. E Sieur de Joinville faz-nos referências várias à utilização de capelinas nessa batalha. Ainda hoje existem alguns exemplares recuperados em escavações nos países nórdicos. Todos eles são do modelo spangen, isto é, feitos em gomes reforçados por tiras de ferro.

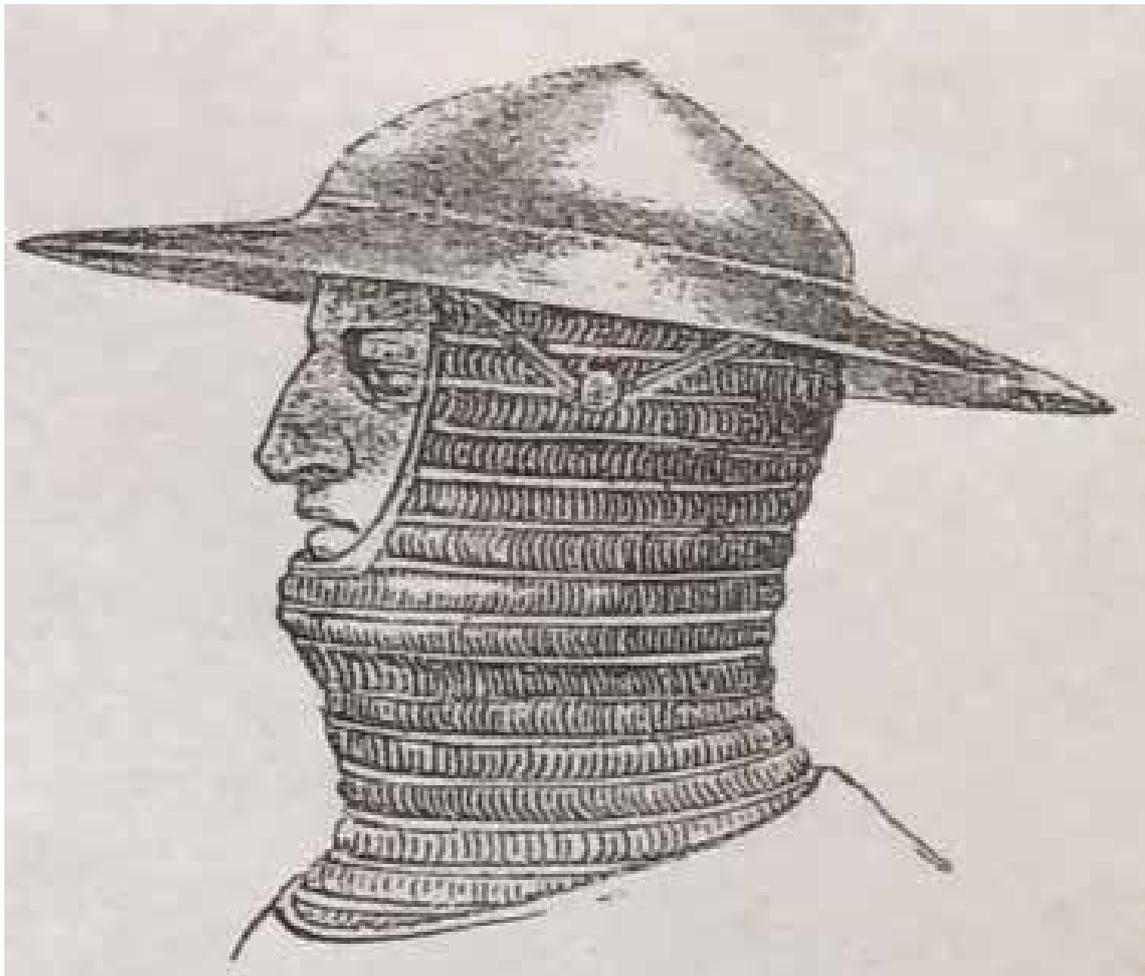


Desenho 10 – Cavaleiros templários equipados com capelin  
Escultura existente na Capela de St. Moritz, na catedral de Konstanz (1240-1300)  
– Waffen: Ein Beitrag Zur Historischen Waffenkunde por Heinrich Keller, 1903.

A capelina foi durante muito tempo a defesa da cabeça da peonagem, por ser barata e fácil de se fazer em quantidade. Mas a nobreza também a usava. Pierre de Dreux morreu por ter usado capelina, e, na Vida de S. Luís, Joinville descreveu o episódio durante o qual, em Jerusalém, conseguiu persuadir o Rei Luiz, que, devido ao calor, queria *avoir le vent*, a não substituir o elmo pela capelina.

Em Portugal, a capelina foi bastante usada e na Casa de D. Dinis (1278-1282) há referência a “*huua capelina que fõe de dõ Jhõa Rodrigit*”.

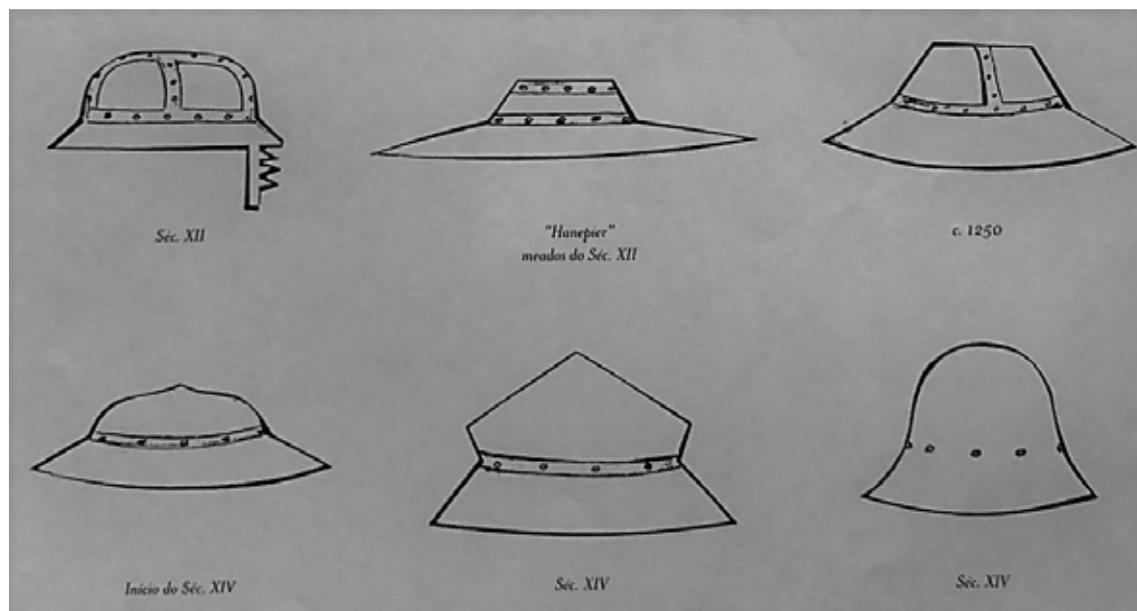
Também nas ordenações para a mudança de armamento (Fernão Lopes, Crónica de D. Fernando, Cap. LXXXVII) se refere que da capelina se deveria fazer *barvuda com camalhão*, o que indica que a capelina esteve muito generalizada no nosso país e foi usada até muito tarde.



Desenho 11 – Hanepier Séc. XII

“Hanepier” do século XII ou grande chapéu de abas, usadas pelas primeiras vagas de assalto ou pelos sapadores quando procediam às minagens. As suas enormes abas protegiam os assaltantes dos projecteis e funcionavam como autênticos paveses. Geralmente, esses chapéus de ferro eram fixos lateralmente por tirantes de cabedal apoiados em ganchos no almafre de malha.

## Capelines e Chapéus de Ferro séculos XII-XV



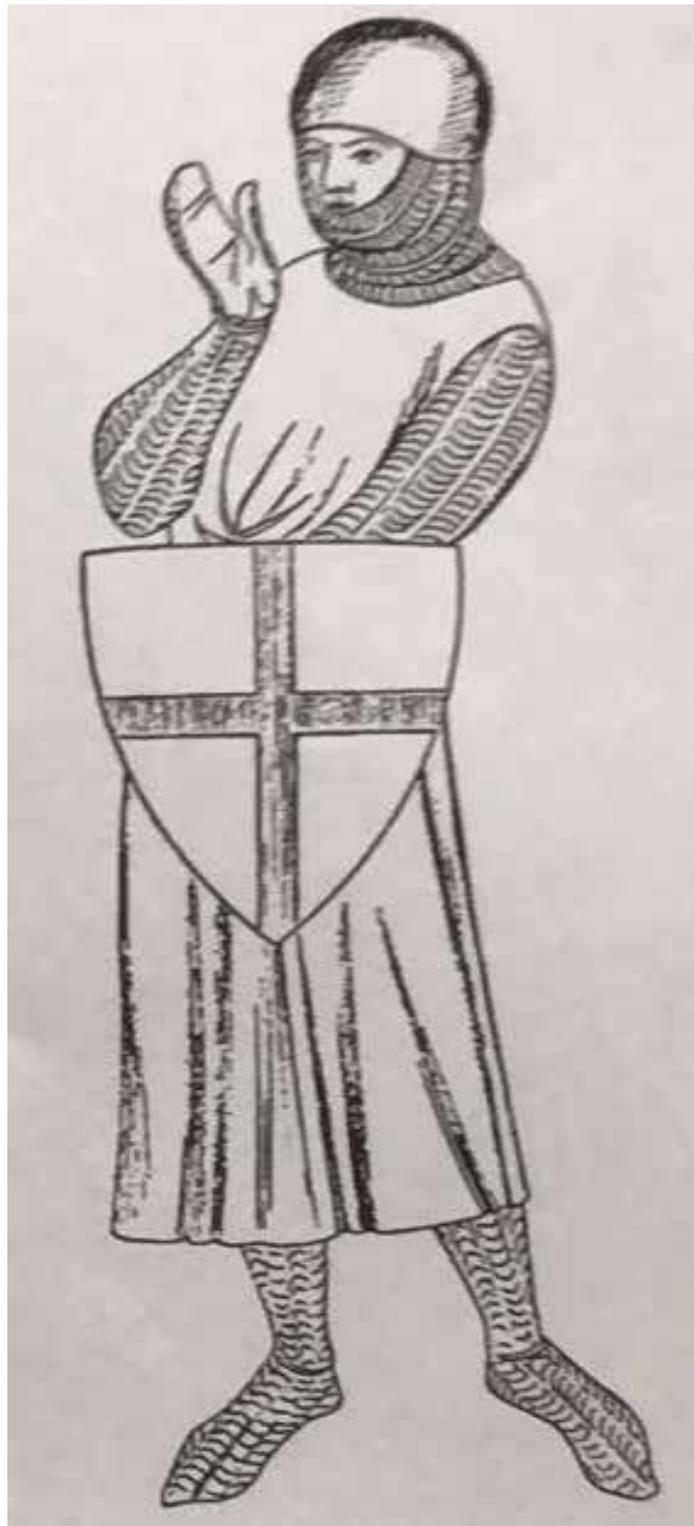
Desenho 12 – Capelines e chapéus de ferro Séc. XII – Séc. XIV

### III Grupo: Cervilheira/Bacinete

Vimos que no início do século XIII se disseminou por toda a Europa o aparecimento de uma protecção para a cabeça, que ficou conhecida por grande elmo, elmo de cano ou Baul. Tratava-se como já se referiu, de um enorme e pesadíssimo capacete de forma cilíndrica (daí o nome de elmo de cano ou Baul), que numa primeira fase assentava totalmente sobre a cabeça e mais tarde, já nos finais do século XIII, passou a assentar sobre os ombros.

Por debaixo desse elmo começaram os cavaleiros a usar um pequeno casco feito em cabedal ou em ferro colocado entre o coiro cabeludo e o almofre de malha, destinado a evitar o contacto directo do grande elmo com a cabeça. Esse grande casco, também conhecido em Portugal por Cervilheira, era anterior ao século XIII. Sabe-se que, durante o século XII, já a cervilheira era usada por debaixo ou por cima da malha de almofre.

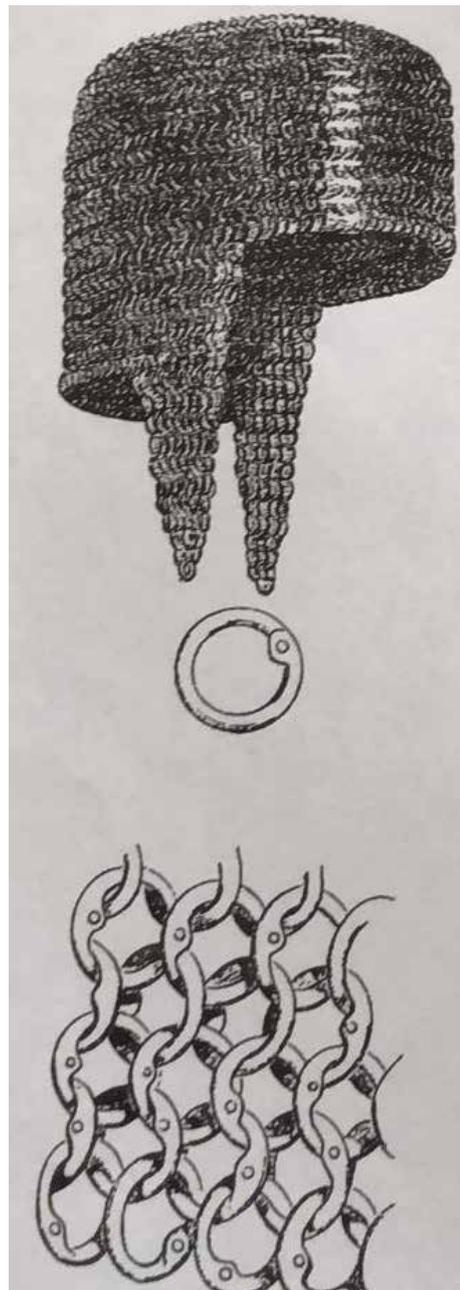
Neste último caso e afim de evitar o contacto directo com a cota de malha com o coiro cabeludo, enrolavam os combatentes um capuz – a coifa – geralmente feito de um material forte ou acolchoado à volta da cabeça atada sob o queixo o qual assentava a cota.



Desenho 13 – Cavaleiro equipado com bacinete  
Finais do século XIII, inícios do século XIV. – Le Mobilier Français por Viollet-Le-Duc. 1875.

A cabeça, como o ponto mais vulnerável do corpo humano, foi sempre aquele que mais atenções despertou aos ferreiros e fabricantes de armaduras daquela época, e por isso houve sempre o cuidado de se efectuarem sucessivos aperfeiçoamentos, tendo em conta não só o factor defesa, mas também a comodidade e mobilidade do cavaleiro.

O grande elmo não permitia qualquer espécie de mobilidade ao combatente, além de que o seu peso o tonava extremamente incómodo. Assim, era sempre transportado no arção da sela ou às costas do cavaleiro, só sendo envergado no momento do combate. Durante esse tempo, a cabeça do cavaleiro ficava protegida apenas pela cervilheira e pelo almofre. Começou então, já na segunda metade do século XIII, a reconhecer-se a necessidade de uma maior e melhor utilização para essa protecção interior, até porque o grande elmo era muitas vezes abandonado em combate devido aos incómodos que provocava, deixando dessa forma a sua cabeça descoberta.



Desenho 14 – Cervilheira de malha

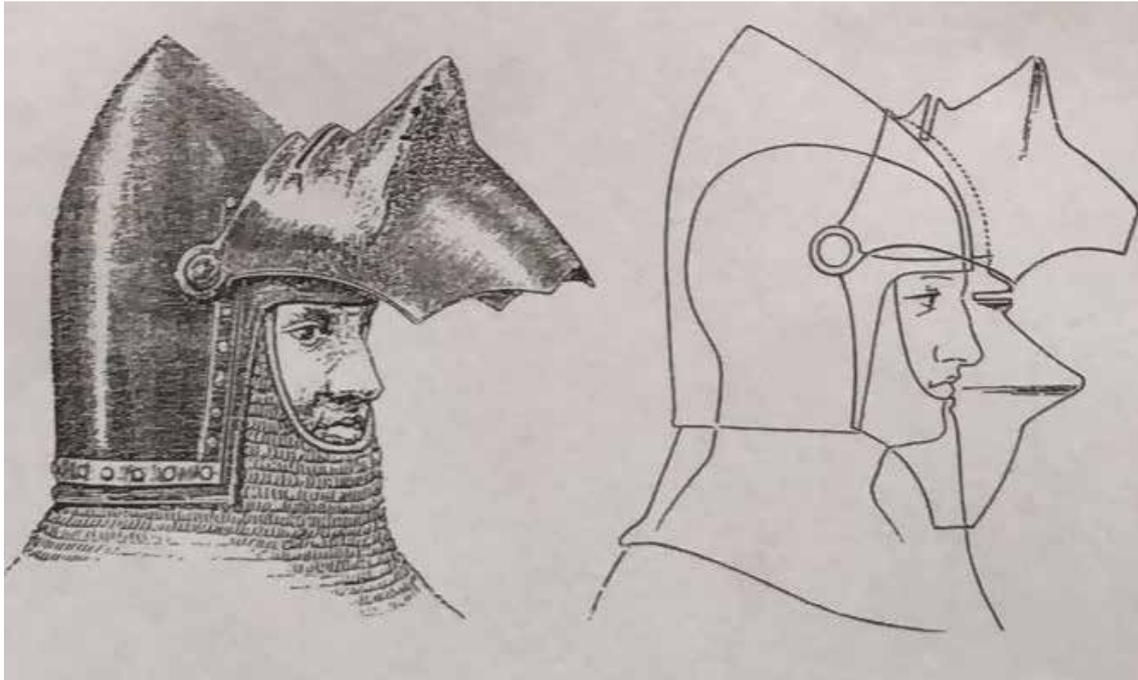
Apesar da cervilheira de malha ser geralmente um pequeno casco metálico ovoide, podia, contudo, revestir outras formas e ser feito de outros materiais como malha de ferro, pequenas chapas de ferro “cuir-builli” e até mesmo tecido embastado e endurecido com sal e vinagre.

Nasceu então, já nos finais do século XIII, um novo tipo de protecção, que ficou conhecido por bacinete. A sua forma era semelhante à cervilheira, mas projectava-se mais para baixo. Na sua fase inicial, o topo do bacinete era redondo tal como a cervilheira, simplesmente possuía uma grande diferença em relação a esta última: não se destinava a ser colocada por debaixo ou por cima da cota de malha, mas assentar directamente sobre a cabeça, sendo a cota de malha fixa aos seus bordos inferiores.

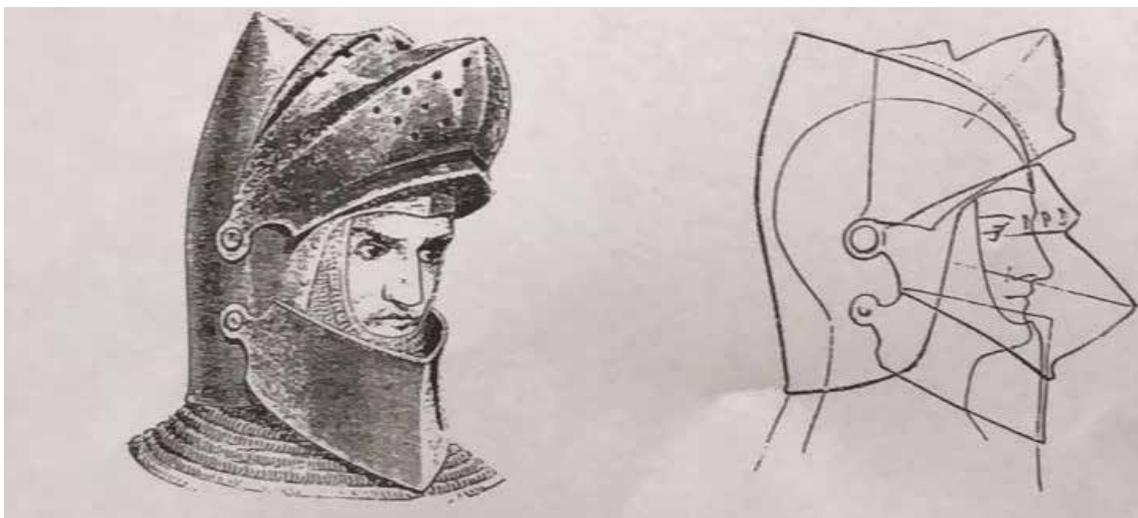
Nessa época, o almofre já não estava fixo à restante loriga pelo que não se tornava fácil coloca-la com o bacinete no topo. Começou a usar-se um novo sistema, que consistia numa porção de cota – a camalha – suficiente para se cobrir os ombros, costas e peito dos combatentes a qual era fixa ao bacinete. Este tipo de bacinete começou a ser conhecido por bacinete de camalha (do Inglês *Cap mail*).

A partir de 1300 começou a ajustar-se à cervilheira, que estava então fixa ao camal de malha, uma cara, ou, como os Franceses de então diziam, *un viaire*, ou seja, uma peça móvel que cobria a face, podendo facilmente levantar ou baixar. Os primeiros ensaios deste suplemento de armadura de cabeça são estranhos, mas indicam claramente a natureza dos golpes que importava parar.

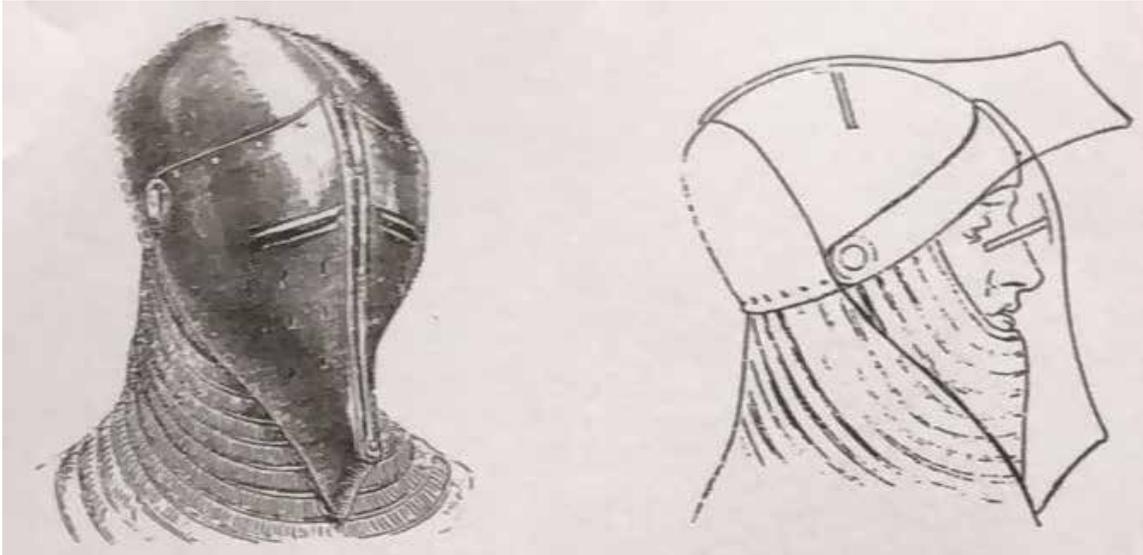
Estamos num período em que o combatente começou a tomar consciência dos efeitos devastadores das novas armas que então começaram a proliferar nos campos de batalha. A necessidade do combate corpo-a-corpo à arma branca obrigou cada um procurar os meios próprios e a cobrir-se da forma mais segura e mais prática.



Desenho 15 – As primeiras protecções para a face – no século XIV denominada cara – acrescentada ao bacinete, tinham, contudo, o grave inconveniente de poderem causar graves danos ao pescoço do combatente, mercê de uma forte pancada na sua extremidade.  
Le Mobilier Français por Viollet-Le-Duc (1874)



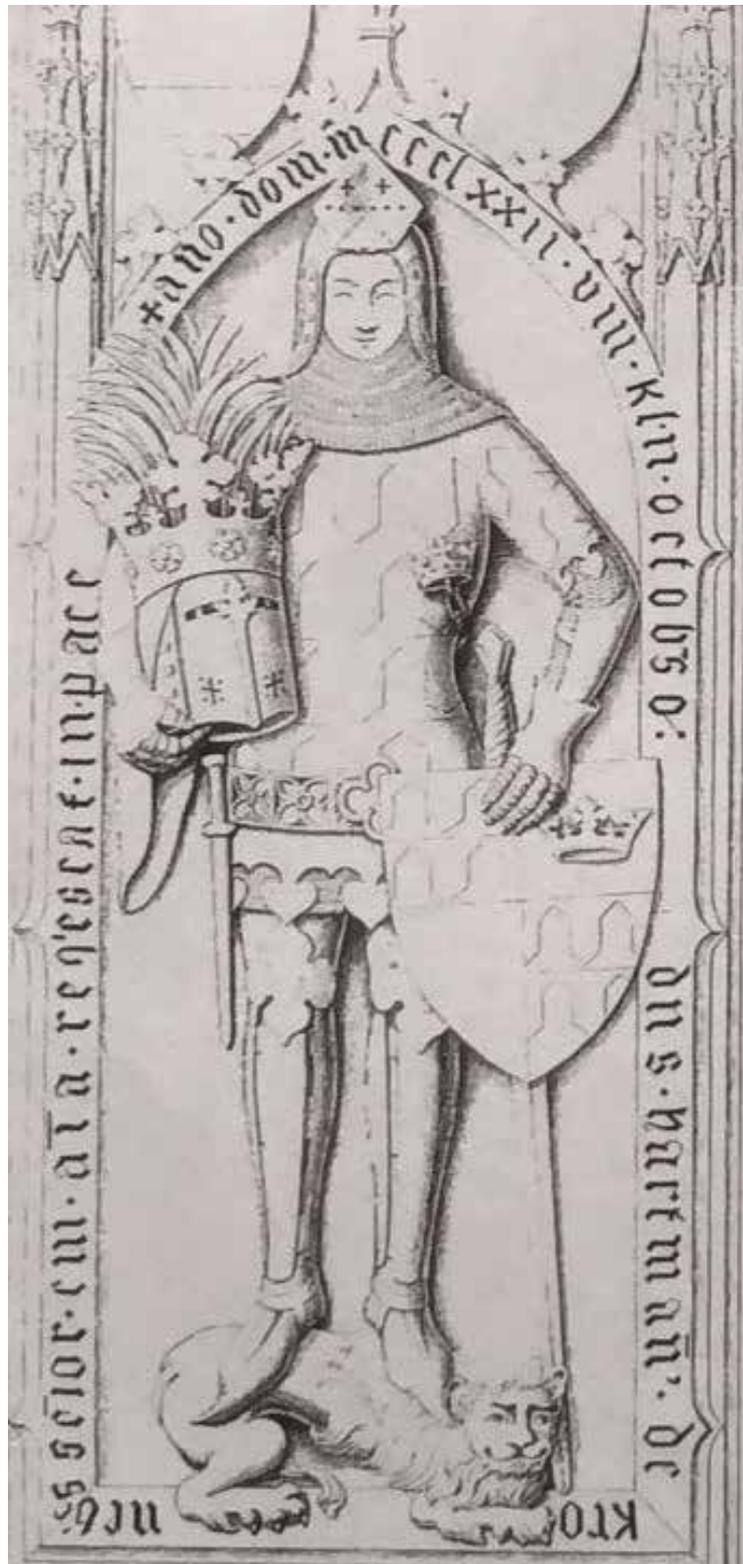
Desenho 16 – Para evitar os inconvenientes do bacinete apresentado na gravura anterior, os franceses começaram a adicionar à base do bacinete uma peça – a baveira – que suportava e apoiava a cara dando a resistência necessária a golpes violentos.  
Reconstituição da autoria de Viollet-Le-Duc- em Le Mobilier Français (1874)



Desenho 17 – Ao contrário dos Franceses, os Italianos optaram por avançar as faces do bacinete, que passaram a servir de apoio para a cara a golpes violentos.  
Reconstituição da autoria de Viollet-Le-Duc em Mobilier Français (1874)

Nos finais do século XIII, uma vez quebradas as lanças, as gentes de armas serviram-se sobretudo de espada larga e da maça. Dos golpes destas armas, os mais perigosos eram os oblíquos ou horizontais. Os golpes de ponta não eram utilizados senão no combate a pé. A cavalo os golpes de talha sobre escudo à altura do pescoço ou da cara, quer fossem dados pela espada ou pela maça d'armas, eram violentamente sentidos através da camalha – isto é, a partir da cota de malha que pendia do bacinete sobre os ombros – ou podiam atingir o nariz ou os maxilares.

Desatando a cervelheira bem fixa ao crânio nasceu a ideia de proteger a face com um apêndice proeminente e bem ajustado ao capacete, para não alterar por efeito de um golpe vigorosamente aplicado.



Desenho 18 – Estátua jacente de Hartmann Von Kronberg (c. 1372) na capela do castelo de Cromberg, em Taunus. O bacinete do tipo “Klapvisier” tem a cara articulada em cima, e o grande elmo que o cavaleiro ostentava no braço direito destinava-se a ser colocado sob o bacinete, uma vez, retirada a cara.

In; Waffen; Ein Beitrag Zur Historischen Waffenkund por Heinrich Keller. 1903

As primeiras viseiras formavam um apêndice pontiagudo que se projectava sobre o pescoço e que permitia ser facilmente levantado para o combatente respirar. Para além disso preservava o cavaleiro dos golpes de talha sobre a cara ou sobre o pescoço. Mas um golpe oblíquo sobre esta viseira podia causar sérios traumatismos, por isso, é muito raro vermos este tipo de cara em iluminuras ou esculturas, tendo desaparecido nos primeiros anos do século XIV. Cerca de 1310, aquela viseira foi substituída por uma outra mais bem concebida que envolvia o pescoço e a camalha. Apesar de tudo, qualquer destas viseiras tinha um defeito: a parte inferior apoiava sobre o peito e não sobre a armadura regida pelo que ficava sempre vulnerável a qualquer golpe violento. Para solucionar este problema, começou-se a adoptar a partir de 1350 uma baveira sobre a qual, assentava a cara, concedendo uma resistência mais eficaz aos golpes.

Por essa época, a grande moda nos bacinetes era ditada pela França, mas sobretudo pela Itália do Norte, que desde há muito conservava um quase monopólio do fabrico de armas defensivas. Os elmos de Pavia e Milão eram mencionados desde o século XI. Os bacinetes italianos eram diferentes dos franceses. Enquanto se nos primeiros, como já vimos, os bordos inferiores da cara apoiam sobre uma peça de ferro chamada baveira, nos bacinetes italianos não existia essa baveira. Os lados da cara apoiavam-se firmemente sobre os bordos inferiores do bacinete, o que impedia a viseira de ferir a face sob o impacto de um golpe. Para além disso, a parte inferior da cara descia até muito baixo de forma a ocupar o lugar da baveira.

Por volta de 1380, os Franceses começaram a inclinar o topo do bacinete bastante mais à rectguarda do que os Italianos, a fim de oferecer uma maior resistência aos golpes. Para além disso, abriram no bico da cara pequenos orifícios para arejamento e respiração, mas somente do lado direito, a fim de não diminuir a resistência do aço por efeito da pancada da lança contrária, feita geralmente a partir do lado esquerdo.

Enquanto Franceses e Ingleses disputavam a supremacia dos bacinetes nos campos de batalha, os Alemães criaram um estilo muito próprio. A cara para os seus bacinetes limitava-se a ser arredondada ou levemente pontiaguda e movia-se somente para cima, através de um ponto fixo onde se articulava. Podia também ser amovível. A este tipo de bacinete deram os Alemães o nome de *Klappvisier*. Muitas vezes, a cara era substituída por uma peça metálica, que estava fixa à malha do camalho e que encachava no frontal do bacinete. Este modelo era conhecido por bacinete à “*breteche*” e parece ser de proveniência mais antiga que o *Klappvisier*.

Todos estes bacinetes tiveram existência em Portugal.



Desenho 19



Desenho 20

Bacinetes à “Breteche” muito utilizado nos países germânicos e raramente usados na Europa Ocidental.  
Reconstituição da autoria de Viollet-Le-Duc em Le Mobilier Français (1875)

Quando D. Dinis morre, no segundo quartel do século XIV, o país encontrava-se em plena prosperidade económica. D. Afonso IV vai, pois, herdar um Portugal estabilizado.

Que começara a acompanhar a Europa nas técnicas mais avançadas.

### Protecções de cabeça; síntese metodológica e evolutiva – Séculos XII-XIV

#### 3 Modelos Base

Modelo I	Modelo II	Modelo III
Capelo – do Francês Chapel e do Inglês “Cap”	Capeline – do Francês Chapeline	Cervilheira – do Francês Cerveliere
Deu origem ao <b>Saucepan</b> Que deu origem ao <b>Elmo Fechado</b>	Deu origem ao <b>Kettle-hat</b> Que deu origem ao <b>Chapéu de ferro</b>	Deu origem ao <b>Bacinete</b>

Quadro 1 – Síntese metodológica

**Modelo I – Capelo – (do Inglês “Cap”)**

	<b>Composição</b>		<b>Manutenção</b>	
<b>Cónico</b>				
<b>Frígio</b>				
<b>Ovoide</b>				
<b>Redondo</b>				
<b>Em Dedal</b>				
<b>Saucepan/ /Caçarola</b>				

Quadro 2 – Modelo 1 – Capelo

Nota:

- Nos finais do Séc. XII, quaisquer destes modelos podiam ser equipados com búcula (cara).

**Construção de um capelo de nasal (I e II) e o seu interior (III) composto de 6 tiras de cabedal atados no topo. Estes capelos foram muito utilizados em Portugal até ao reinado de D. Afonso III**



1 – Spangenhelm

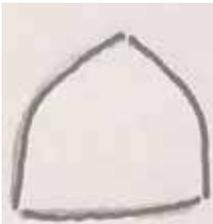
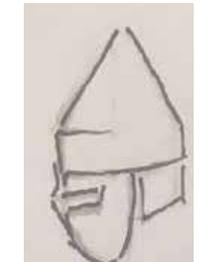
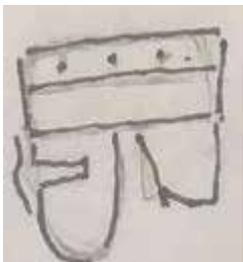


2 – Elmo de peças compostas



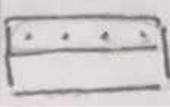
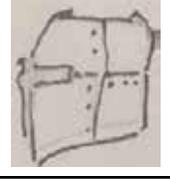
3 – Interior feito em tiras de cabedal

**Búcula ou cara – Base – Capelo/Saucepan**

A	 1150 Este modelo de capelo já era pouco usado na 2ª metade do Séc. XII – pelo que se duvida que tenha tido búcula	 1180		Três tipos base que utilizaram o nasal ou cara ou a búcula
B				Aparecem com cara (búcula) nos finais do século XII. A búcula generaliza-se a partir da 1ª década do século XII
C				1220 – Adição da Nuca – Pescoceira
D				1225 – União da Pescoceira com búcula

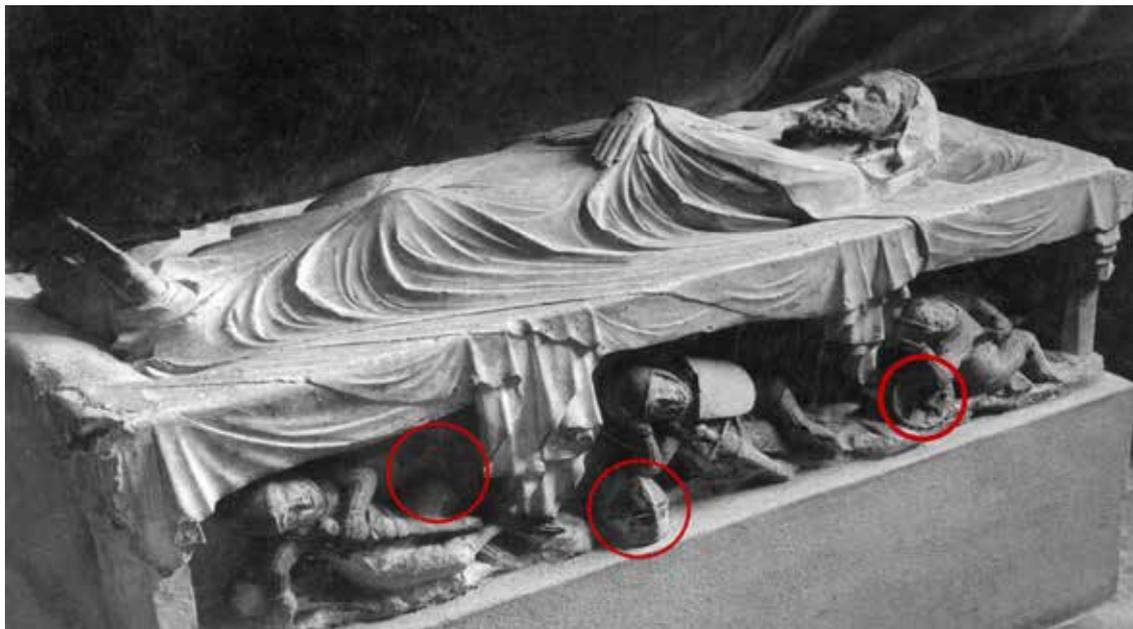
Quadro 3 – Búcula ou cara Capelo/Saucepan

**Da Búcula (cara) ao Elmo Fechado ou Grande Elmo  
(súmula das páginas anteriores)**

		<b>1ª Fase</b>
1		Saucepan – 1200/1207 – Catedral Treasury Raken
2		Saucepan com búcula – 1200/1216
3		Adição da pescoceira – A partir de 1220
4		Búcula une-se à pescoceira – cerca de 1229 – Já é um grande Elmo
5		Grande Elmo cilíndrico. O peso total assentava sob a cabeça – 1230-1240
6		Grande Elmo – Finais do século XIII
		<b>2ª Fase</b>
A		Elmo cilíndrico com topo cónico/plano – 1280-1300
B		Elmo cilíndrico que se apoia sobre os ombros – 3º quartel do século XIII

Quadro 4 – Da búcula ao elmo fechado

## O Elmo e o seu interior



Cristo jacente, guardado por cavaleiros dois séculos XIII/XIV, totalmente equipados. Podemos observar com nitidez os elmos, sendo que no último (à direita) pode ver-se a forma como era feito a sustentação interior.

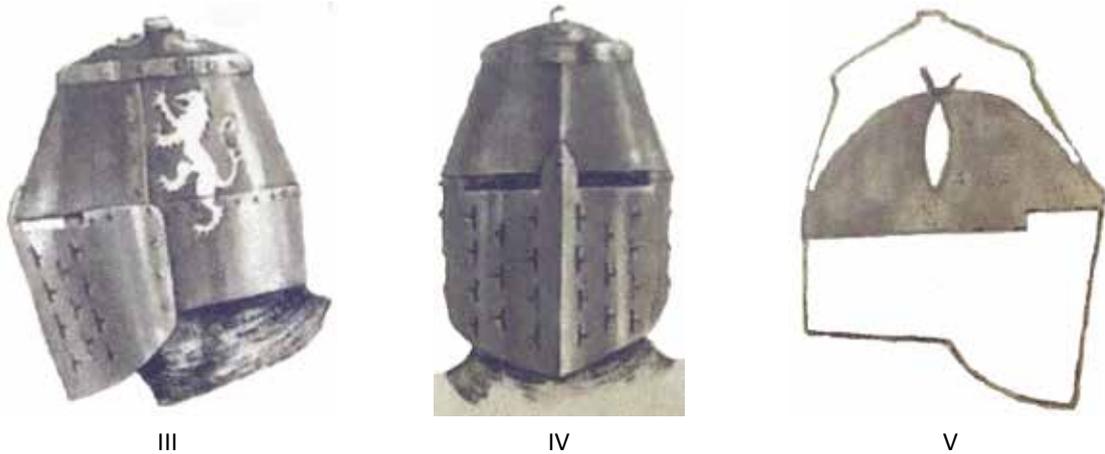
*In*, Museu Machado de Castro, Coimbra: [www.museumachadocastro.pt](http://www.museumachadocastro.pt)



I – Cavaleiro com coifa de atilho e virol



II – Cavaleiro com “Arming cap”



III/IV e V – Elmo fechado Século XIII vendo-se o interior feito de 3 ou 4 tiras de cabedal do qual enchiam com crinas de cavalo. Para se precaver contra a ferrugem o elmo era pintado com as cores do seu “senhor”, com tintas à base de óleos. É este o interior do elmo que podemos apreciar no terceiro quadro do “Cristo Morto”.

#### **Em conclusão:**

Pensamos ter dado uma ténue informação da evolução dos apetrechos protetores de cabeça dos cavaleiros medievais, tendo-nos centrado sobretudo na sua evolução desde o século XII até ao século XIV. Este artigo tinha em vista a apresentação das duas peças pertencentes ao nosso espólio e que, pensamos ter a oportunidade de fazer, a sua apresentação pública, não só na próxima edição das Jornadas da Primavera da Associação Terras Quentes deste ano de 2023 prevista para os finais do mês de maio, como também integrá-los na exposição do Museu Municipal da Ordem dos Templários de Macedo de Cavaleiros.

As peças em questão são as seguintes:

- A História da recuperação destas duas peças, não sendo rocambolesca tem algo de curioso e de original, a principal de questão é que são peças originais encontradas no espaço, hoje, Portugal.

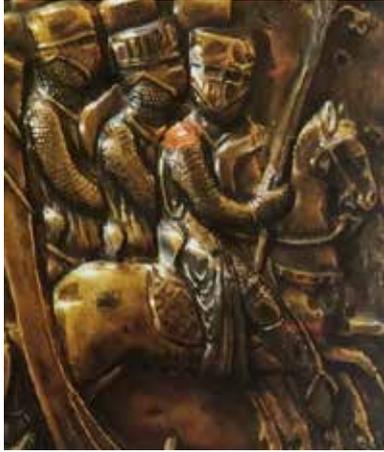


Foto 5 – Parte Painél em prata existente na Catedral de Aaken



Iluminura da Biblia de Maciejowski



Foto 6 e 7 – Saucepan fechado, da Associação Terras Quentes

Este Saucepan fechado foi encontrado no Minho na zona do Geres, na propriedade de um amigo e estava a servir de caçoula para alimentação de gado. Observamos as iluminuras datadas do século XII, onde claramente se mostra os cavaleiros a utilizar o mesmo modelo (saucepan fechado) para protecção de cabeça.

O segundo modelo, “Saucepan com nasal”, expresso também nos painéis da Catedral de Aken:



Foto 8 – Parte do Painél em prata existente na Catedral de Aken



Foto 9 – Saucepan com nasal da Associação Terras Quentes

Esta peça foi encontrada quando um grupo de amigos que fazia (de forma lúdica) uma prospecção pelo antigo leito do rio Tejo, que bordejava o Castelo da Cardiga, na Golegã – encontraram um amontoado de ferro, imprecívvel aos seus olhos. Entregue aos cuidados dos nossos serviços de conservação e restauro, a fogo lento e muita paciência foi recuperando a sua forma original conforme podemos ver na fotografia. São duas peças únicas em Portugal e raríssimas em todo o mundo, não conhecemos nenhum paralelo, mas...

### Pequeno Glossário

**Almofar** – O mesmo que Almoface. Palavra de origem Árabe para designar a parte da Loriga que se punha sobre a cabeça debaixo do elmo. Na Catalunha era conhecida por bavit ou bahut de malha de ferro, muito vulgar nos séculos XII e XIII.

**Armado “de ponto em branco”** – Nome que se dava ao cavaleiro que envergava a armadura completa. Como esta era geralmente muito brunida, brilhava ao sol dando a sensação de ser branca. Daí o nome (ver Barbuda com camalhão).

**Arming cap** – Termo utilizado nos séculos XII a XIV para designar uma espécie de toca feita de tecido grosseiro e embebido em vinagre e sal, que terminava num virol onde assentava o capacete, permitindo uma maior flexibilidade ao cavaleiro pela distribuição de peso que assentava sobre a cabeça. O Arming cap começa-se a divulgar nos finais do século XII, ou até mesmo antes com a divulgação do “Saucepan”.

**Bacinete** – Pequeno casco de ferro que estava fixo á malha destinado a reforçar a protecção da calote craniana. O Bacinete foi sendo reforçado de forma a proteger as partes mais sensíveis da cabeça. E no século XIV foi adicionado uma viseira que em Portugal ficou conhecido como cara. Essa viseira foi assumindo várias formas que nos permitem assumir uma metodologia classificativa que deu o nome aos vários tipos de Bacinete. Assim temos:

- Bacinete á “breteche” de malha – c.1319;
- Bacinete á “breteche” – c. 1349;
- Bacinete á “Klappvisier – c. 1370.

**Baul** – Armadura de cabeça de formato cilíndrico e enorme peso poucas vezes usados em combate, mas muito adoptado nas justas e Torneios pela sua forte resistência.

**Barbuda com camalhão** – Fernão Lopes: Crónica de El-Rei D. João I.

... “Quando El-Rei D. Fernão começou a guerra com El-Rei dom Henrique, ... vejheram a Castela com elle muita gente de Franceses a que chamavam companha branca (ver Armado “de ponto em branco”); e vinham armados a esta guisa: Tragiam bacinetes com estofos e camal de malha com cara posta e chamavam-lhe barvuda. Essas barvuda estavam fixas na sua base a uma malha de ferro que descaía sobre os ombros, a qual podia ser dupla pelo que era conhecida por camalhão.

**Breteche** – Protecção da face feito em ferro de formato oblongo cuja base estava presa à cota de malha e o topo, podia ser fixo a um gancho saliente no bacinete. Assim, o cavaleiro andava com a “breteche” suspensa na malha de ferro que cobria o queixo e, caso necessitasse prendia-a ao capacete, protegendo desta forma o nariz e parte da cara.

Este tipo de protecção foi muito utilizado nos países germânicos, mas raramente usado na Europa Ocidental.

**Búcua** – Peça de ferro que na 2ª metade do século XII substituiu o nasal do capelo. Equipada com dois rasgos para a visão que cobria a totalidade da face. Em Portugal e alguns reinos de Espanha foi-lhe dado o nome de “búcua” e mais tarde de “cara”.

**Camalha ou Camal** – Peça de malha de ferro destinada a defender o pescoço e os ombros do combatente. Podia fazer parte da coifa que cobria a cabeça ou estar ligada à base do bacinete. Nas crónicas de D. João I (vol. II) Fernão Lopes relata-nos... E os portugueses iam equipados desta guisa – “Bacinete de Camal deles sem cara e deles com ella”.

**Capelina** – Pequeno casco com abas que cobria a parte superior da cabeça. Na crónica de Afonso XI é relatado: y mande dar um caballo y una loriga y una capelina...

Em Portugal a capelina foi bastante usada. Nos inventários e contas da casa de D. Dinis (1278-1282) há referência a “huma capelina que fõe de dõ jhõa Rodrigit”.

**Capelo** – Pequeno casco de ferro destinado á protecção da cabeça, cujo nome derivou de uma peça de vestuário destinada a cobrir a cabeça, muito em voga nos séculos XII á 2ª metade do século XIII.

**Cervilheira** – Também conhecida por secreta, era um pequeno casco de ferro liso sem abas destinado á protecção da cabeça.

**Cuir Builli** – Peça da armadura feita em couro espesso moldado em óleo e revestido com cera quente. Divulgados a partir da Alemanha e da Grã-Bretanha, esta técnica generalizou-se por parte da Europa. Não há notícia de ter chegado a Portugal.

**Hanepier (Séc. XII)** – Chapéu de ferro com grandes abas usado pelas primeiras vagas de assalto quando procediam á menagem.

**Justas** – Combate individual entre dois combatentes. Se fossem mais do que um de cada lado estaremos perante um Torneio.

As Justas podiam ser combates de morte (à l’entrance) ou de prazer (exibições) – á plaisance.

**Klappvisier** – Cara de bacinete de camal muito em voga na Alemanha durante os séculos XIV e XV, arredondada ou ligeiramente pontiaguda e movia-se somente para cima através de um ponto fixo onde se articulava, ao contrário das Francesas e Inglesas que se articulavam lateralmente e tinham o formato de bico de pássaro.

**Pescoceira** – Peça metálica ou em malha de ferro destinada a proteger o pescoço. Essa peça podia estar ou não unida bacinete (século XIV).

**Prumões** – Ornamentos ou plumas usadas sobre os elmos durante a Idade Média. Fernão Lopes na crónica de D. João I refere ao aludir a Aljubarrota (crónicas, Vol. II) ... “e outros muito senhores e fidalgos armados em boas e esplandecentes armas e todos prumões nos bacinetes que lhes dava mui grande fremosfera e vista”.

**Saucepan** – Tipo de elmo, caracterizado por ter o topo achatado, muito em voga nos finais do século XII e até ao segundo quartel do Séc. XIII. Não há registos de Saucepan a partir de meados do Séc. XIII.

**Spangenhelm** – Tipo de capelo manufacturado geralmente em 4 peças reforçadas com laminas de aço rebitadas e caldeadas.

**Virol** – Rolo espesso de tecido (semelhante aos utilizados pelas peixeiras) que era fixo a uma touca de tecido atada por baixo do queixo, destinado a suportar o peso do elmo sob a cabeça.

### Bibliografia usada e/ou consultada

- Abrantes, Marquês de;** O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa; 1ª edição, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, Lisboa, 1983.
- Alterneck-Hefner, Dr. J. H. von;** Waffen, Ein Beitrag zur Historischen Waffenkund, vom Beginn Mittelalters Bis Gegen Ende Des Siebzehnten Jahrhunderts, Hundert Tafeln Nacj Gleichzeitigen Originalen – Frankfurt Am Main, Verlagh Von Heinrich Keller, 1903.
- Baêna, Miguel Sanches e Loução, Paulo Alexandre** (Coord) – Grandes enigmas da história de Portugal, Vol.1 – da pré-história ao século XV. Edições Esquilo, Lda, 2009, Lisboa.
- Barbosa, Pedro Gomes;** Reconquista Cristã – nas origens de Portugal séculos IX a XII, Esquilo edições multimédia, 2008, Lisboa.
- Barbosa, Pedro Gomes;** – Sistemas Defensivos de Fronteira, na “Reconquista” (Séculos IX – Início do XII) – Separata das actas do VIII Colóquio “Preparação e Formação Militar em Portugal, 1997. s/l.
- Brandão, Doutor Frei António** (cronista mor de Portugal) Monarchia Lusitana, Terceira parte, de D. Henrique ao fim do reinado de D. Afonso Henriques, impressa no Mosteiro de S. Bernardo, 1631, Lisboa.
- Brandão, Doutor Frei António** (cronista mor de Portugal) – Quarta Parte Monarchia Lusitana, que contem a história de Portugal desde o tempo d’el-rei d. Sancho I até todo o reinado de D. Afonso III; impressa no Mosteiro de S. Bernardo, 1632, Lisboa.
- Brandão, Doutor Fr. Francisco,** Quinta parte da Monarchia Lusitana; Primeiros 23 anos del Rei D. Dinis, Officina de Paulo Crasesbeeck, 1650, Lisboa.
- Brandão, Doutor Fr. Francisco,** Quinta parte da Monarchia Lusitana; Últimos 23 anos del Rei D. Dinis, Officina de Ioam da Costa, 1672, Lisboa.
- Comnena, Anna** – The Alexiad, Traanslated by Elizabeth A. A. Dawes, Byzantine Series, Cambridge, 2000, Ontario.
- Capêlo, José Manuel** – Portugal Templário, a presença templária em Portugal. Edições Zéfiro, Sintra, 2008 Portugal.
- Carvalho, Sérgio Luís de** – Portugal na Idade Média – Uma viagem pelos primeiros 400 anos da nossa História – Clube do autor, outubro de 2020, Lisboa .
- Costa, Avelino de Jesus** – Os mais antigos documentos escritos em Português: revisão de um problema histórico-linguístico, In estudos da cronologia Diplomática; Transcrição do testamento de D. Afonso II. 1214-06-27; Torre do tomo, Mitra Arquiepiscopal de Braga, maço 1 nº 48, 2014, Coimbra.
- Costa, Paula Pinto** – Templários no Condado Portucalense antes do reconhecimento formal da ordem; O caso de Braga no início do século XII, Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património, Volume XII, pp231-243, Porto, 2013.
- Cristo, Ordem;** – Deffiniçoens & Estatutos dos Cavalleyros, e Freires da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, com a História da Origem & Princípio della – Oferecidos ao muy alto e poderoso Rey D. João V. Impresso Officina Pascoal da Silva, 1717, Lisboa.
- Duc, Viollet-le M;** – Dictionnaire Raisonné du Mobilier Francais de l’époque Caroloingienne e a Renaissance, Tome V e VI; armes offensives et défensives; Vve A. Morel & C, Éditeurs, Paris, 1874 .
- Faure, Francisco G.C. Líbano Monteiro,** Viajar no tempo de D. Afonso Henriques, vias e pontes no território Vimaranense, in: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017, Porto.
- Fernandes, Maria Cristina Ribeiro de Sousa;** A Ordem do Templo em Portugal (das origens à extinção) Edição Policopiada da tese de doutoramento apresentada à FLUP, Porto, 2009.
- Fernandes, Paulo Almeida,** Uma nova arte para um novo reino in: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp91 a 123 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017, Porto.
- Ferreira, Sérgio Carlos,** Preços e salários em Portugal na Baixa Idade Média; Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, Porto.
- Lobo, António da Costa** – História da Sociedade em Portugal no século XV (população, aspecto geral do se estado social, pesos e medidas, moeda os haveres individuais), Imprensa Nacional, 1903, Lisboa.

**Mattoso, José**, Entre Oriente e Ocidente. Contactos de Portugal com o Mundo nas origens da Nacionalidade, *in*: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp11 a 25 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.

**Moraes, Fr. Fernando de** (Prior Geral); Deffiniçoens, & Estatutos dos Cavalleyros, e Freyres da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo, com a história da origem & princípios della oferecidos ao muyto alto, e poderoso rey D. João V, nosso senhor – Officina de Pascoal da Sylva, impressor de sua Magestade 1717 –

**Pina, Ruy de**; Chronica de El-Rei D. Sancho I, Lisboa 1906.

**Santos, Maria José Azevedo**, O papel da escrita no tempo de D. Afonso Henriques, *in*: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp229 a 246 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.

**Sousa, Fr. João de**; Documentos Arábicos, para a história Portugueza; Officina da Academia Real da Sciencias, 1790.

**Sousa, Manuel Faria Y**; Epitome de las Histórias Portuguesas, dividida em quatro partes, impressor y Mercador de Libros, Brusselas, 1677.

**Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de**; Elucidário, Livraria Civilização, impresso na editora do Minho, Barcelos, 1993, Porto.

## Manuscritos

Manuscrito “Eneida” Staatsbibliothek zu Berlin; (Biblioteca Estatal de Berlim); Século XIII.

Pina, Ruy de; Chronica de El-Rei D. Sancho I, Lisboa 1906.

## Eletrónicos

[https://www.wikiwand.com/ca/B%C3%ADblia\\_Maciejowski](https://www.wikiwand.com/ca/B%C3%ADblia_Maciejowski)

<http://arcacomhistorias.blogspot.com/2014/11/o-meu-avo-domingos-joanes-o-cavaleiro.html>

Livro das Aves – Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DigitArq (arquivos.pt)

[www.auditoresgallaecia.com](http://www.auditoresgallaecia.com).

E-book Matoso, José. Livro de Linhagens do Dião, LL37B2, edições Wook, s/d Porto

<https://www.aachenerdom.de/en>

τφ



Uma Espora  
para a  
História de Portugal

# Uma Espora para a História de Portugal

\*Miguel Sanches de Baêna

\*Carlos Santos Mendes

Há coisas na vida que dificilmente se esquecem. Os anos passam, mas “essas coisas” perduram. E esta foi uma delas. Mas vamos começar pelo princípio.

Em 1949, o Generalíssimo Franco encetou uma viagem oficial a Portugal. Poucos dias antes da sua partida mostrou interesse em deslocar-se aos campos de Aljubarrota e inteirar-se de como se travara aquela batalha.

Ao tomarem conhecimento de tal pretensão as competentes autoridades portuguesas meteram as “mãos à cabeça”. E o caso não era para menos. Quinhentos e sessenta e quatro anos depois de travada a mais importante batalha de nossa história ninguém sabia ao certo que se passara naquele dia 14 de agosto de 1385 nos campos de S. Jorge, naquela tarde de 26 de outubro de 1949, sabe-se que o generalíssimo Franco almoçou no Castelo de Leiria e esteve presente num jantar de gala na embaixada Espanhola às 21h30h. Entretanto, provavelmente, passou pelo campo de S. Jorge em Aljubarrota.

\* Doutorado em História, Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa e investigador e Vice-Presidente da Associação Terras Quentes. Perito em História militar. Membro do Observatório de Segurança, criminalidade organizada e terrorismo. Diplomata de carreira na disponibilidade de serviço. Conselheiro técnico para a parte histórica de vários filmes notáveis; a exemplo “Non, ou A Vã Glória de Mandar” de Manuel de Oliveira, 1990; Braveheart realizado por Mel Gibson, 1995, Linhas de Wellington 2012 produção Franco/Portuguesa de Raoul Ruiz. Autor de vasta obra publicada.

\*\* ORCID -0000-0002-1248-6461 – Mestre em História Regional e Local pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a classificação de Muito Bom. – Licenciado em História variante de Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Membro da Uniarq (Unidade de Arqueologia da Universidade de Lisboa). Curso de PERT – Program Evolution Research Task. Curso de CPM – Programação e Controle de Custos, realizado na Cegoc. – PdG da empresa multinacional “Seforlu”. – Responsável pela arquitetura, montagem e gestão da sala-museu de arqueologia de Macedo de Cavaleiros. (Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros), 2003-2006 – Responsável pela arquitetura, montagem e gestão da sala-museu de arqueologia de Macedo de Cavaleiros Núcleo Central da PPAA. 2006-2011 – Responsável perante a tutela de todo o espólio arqueológico proveniente das campanhas arqueológicas do PNTA – Evolução crono-cultural do Concelho de Macedo de Cavaleiros “Terras Quentes” – Responsável pela arquitetura, e montagem do Museu Municipal de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros. – Responsável pela conceção da gestão dos fundos museológicos do Museu de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros. – Comissário Científico da Exposição “Arqueologia 2003” realizada entre dezembro de 2003 e maio de 2004 em Macedo de Cavaleiros. – Responsável pela equipa que realizou os pré-estudos museológicos para a implantação do museu Municipal de Arqueologia. Responsável pela equipa que realizou os pré-estudos museológicos para a implantação do Museu Martim Gonçalves de Macedo em Macedo de Cavaleiros. – Responsável pelo Museu Martim Gonçalves de Macedo inaugurado em 12 de dezembro de 2015. – Responsável pela Concepção e Montagem do Museu Municipal de Arqueologia “Coronel Albino Pereira Lopo” inaugurado no dia 3 de setembro de 2016. – Responsável pela exposição de armamento medieval na sede da Associação Shotokai de Portugal, (Lisboa) visita do embaixador do Japão em 11 de maio de 2019.

Havia uma ideia muito ténue através das crónicas de Fernão Lopes. Mas era pouco. A bem dizer muito pouco.

Perante esta situação os “Mestres” portugueses não tiveram outro remédio senão arranjar uma versão mais ou menos estereotipada, que o generalíssimo Franco não teve outro remédio senão “engoli-la”. E pouco mais se sabe dessa tão famosa visita aos campos de S. Jorge.

Mas esta “aventura” não acaba por aqui.

Até porque as próprias autoridades portuguesas puseram seriamente em dúvida as explicações dadas. Mas era o que na altura se sabia, o que mesmo, no parecer da época, era manifestamente pouco.

Ciente daquela “brecha” existente na nossa história, o então Subsecretário de Educação Nacional, após abordar o assunto com o Dr. Oliveira Salazar, entendeu-se criar uma versão mais de acordo com a verdade histórica, que não se limitasse às crónicas de Fernão Lopes, mas que fosse muito para além disso. Nunca se tinha desenvolvido campanha alguma arqueológica naquele campo de batalha e a versão que havia limitava-se, como já dissemos, às crónicas de Fernão Lopes. Mas Fernão Lopes tinha na altura da batalha cinco anos e, as crónicas, foram escritas muitas décadas mais tarde. Aliás ele é objectivo quando diz *“...Oo! com quanto cuidado e deligençia vimos gramdes volumes de livros de desvairadas limguagees e terras; e isso mesmo publicar escprituras de muitos cartórios e outros logares nos quaaes depois de longas vigílias e gramdes trabalhos, mais çeretidom aver não podemos dar conteudo em esta obra”*.

Se por um lado as crónicas de Fernão Lopes (no que toca à batalha) se basearam em escritos, de testemunhos, alguns deles provavelmente presenciais, e por outro, nunca ter sido feito (até aquela data), nenhum levantamento arqueológico nos campos de São Jorge, como seria possível chegar à verdade daquilo que se passou na inesquecível tarde de 14 de agosto de 1385.

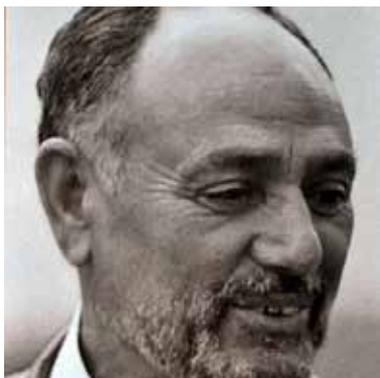
Foi esta dúvida que norteou as autoridades portuguesas, após a visita do Generalíssimo Franco, a desenvolverem uma versão, com bases científicas que desse a conhecer a verdade histórica da forma como se havia travado a batalha de Aljubarrota.

Para o efeito, o governo português nomeou por despacho (era subsecretário de Estado da Educação Nacional, de 1955 a 1961, Baltazar Rebelo de Sousa), em 1958 três arqueólogos, todos eles ex-militares e com nome feito nestas “lides”, para se encarregarem de tal tarefa. Eram homens notáveis já amplamente consagrados, cujos trabalhos efectuados eram garantia de uma idoneidade científica (para a época) já amplamente reconhecidas.

Chefiado pelo Tenente-Coronel Afonso do Paço, cujos trabalhos no castro da Vila Nova de São Pedro, o projetaram internacionalmente e colocaram o seu nome na lista dos melhores arqueólogos de campo do seu tempo. Acompanharam-no Octávio Veiga Ferreira, geólogo, cartografo e paleontólogo de renome na nossa praça e finalmente Carlos Selvagem, nome literário porque era conhecido, Carlos Tavares de Andrade Afonso dos Santos, ilustre militar, jornalista, escritor, autor dramático e historiador.



Tenente-Coronel Afonso do Paço



Octávio Veiga Ferreira



Carlos Selvagem

Foram este três homem que, por indicação e despacho do subsecretário de Estado da Educação se propuseram a determinar aquilo que se passou nos campos de S. Jorge na tarde de 14 de agosto de 1385 dando luz a uma das mais ignoradas quão brilhantes páginas da nossa história.

Em 1960, era um dos articulistas um jovem aluno do liceu de Oeiras altamente interessado por tudo quanto dissesse respeito à nossa história, quando teve conhecimento dos trabalhos projectado para Aljubarrota.

Já lá vão 63 anos, mas recordamos de tudo isto, como se tivesse passado ontem. E desde então não descansámos um minuto enquanto não nos levassem a Aljubarrota “quem porfia sempre alcança” como diz o ditado popular e nós tanto “porfiámos”. Que

acabámos mesmo por alcançar. E um belo dia, lá fomos a caminho de S. Jorge. Ficou-nos na memória a longa viagem em estradas bem más com um Morris “Ten”, na altura uma boa viatura que mais parecia um pagode chinês que um automóvel. Mas lá chegamos sãos e salvos.

Ficou-nos na retina uma quantidade de trabalhadores com enxadas picaretas, carrinhos de mão, tudo num movimento constante. E ao fundo um homem alto, de chapéu (estava um grande calor) camisa e gravata e aspecto distinto. No meio de tanta gente achámos que aquele devia ser o “manda chuva”. E fomos ter com ele. Dissemos-lhes quem eramos e ao que vínhamos. Estabeleceu-se desde logo uma amizade e um respeito muito grande da nossa parte.

Era o Tenente-Coronel Afonso do Paço, de quem já tínhamos ouvido falar e conhecíamos algumas das suas obras. E ali mesmo “metralhamo-lo” (lembramo-nos muito bem) com as mais variadas perguntas quase sem lhe dar tempo a respostas condizentes. Por fim ele sorriu e disse-nos -venham cá comigo, meus amigos, vou apresentar-vos a dois dos meus colegas arqueólogos que vão gostar com certeza. E minutos depois junto à capelinha de S. Jorge apresentava-nos ao Eng.º Veiga Ferreira e ao Coronel Carlos Selvagem. A alegria que tivemos foi imensa já que aqueles nomes nos eram bastante familiares. E depois de uma sessão interminável de perguntas, ficámos com desgosto de nos aperceber que tínhamos que voltar de novo para Lisboa.

Mas aquele cenário ficou-nos na cabeça. E cerca de um mês mais tarde lá estávamos de novo, nos campos de Aljubarrota.

E é aqui que começa a história da famosa espora que deu origem a este “memorial”.



Eram cerca das 11h00 da manhã. Estava já um calor brutal. À sombra da capelinha de S. Jorge o Tenente-Coronel Afonso do Paço conversava serenamente connosco quando vindo não se sabe donde um homem de baixa estatura, mas forte, com um boné à ribatejana e mangas bem arregaçadas se aproximou de nós e, com a maior naturalidade dirigiu-se ao Tenente-Coronel Afonso do Paço e entabulou conversa com ele. Instintivamente afastámo-nos um pouco até às obras que decorriam junto do grande “fosso” quando ouvimos o coronel chamar por nós. Apresentou-nos ao seu interlocutor, o Sr. António Domingos e em tom de desafio retorquiu: - Olhem lá meus rapazes. Aqui o Sr. António Domingos é um conhecido lavrador desta zona. Ontem, na faina da lavoura, deparou-se com este objecto que trouxe para me oferecer. O que é que acham disto? Ficámos estupefactos. O grande Afonso do Paço a pedir opinião a quem mal conhecia?... Mas reagimos de pronto e tomámos nas mãos o pedaço de ferro que o arqueólogo nos estendeu. Olhamos para ele atentamente viramo-lo e reviramo-lo e não tivemos dúvidas. Era uma espora dos finais do século XIV. E se alguma dúvida houvesse o simples facto de ter sido encontrado na zona da batalha era para nós largamente elucidativo.

O Tenente-Coronel Afonso do Paço e o Senhor Domingos olhavam para mim com uns olhares que ainda hoje perduram nas nossas memórias num misto de espanto e incredibilidade. Como é que alguém com pouco mais de 13 anos sabe destas coisas.

Mas eles sabiam que nada daquilo era novidade para nós. Apesar de infantês já tínhamos lido muito sobre cavalos e cavaleiros da Idade Média.

Ficámos os três à conversa durante um bom bocado debaixo da sombra da capelinha quando o Sr. António Domingos se despediu não antes de ter prometido se que encontrasse mais alguma “preciosidade” nos traria. E durante um bom bocado, o coronel, nós, o Eng.<sup>o</sup> Veiga Ferreira e o Coronel Carlos Selvagem, que, entretanto, se aproximaram, ficamos ali em amena cavaqueira, conjecturando sobre aquela preciosidade.

Ao fim do dia, já mais pela fresca, quando os trabalhadores começaram a dar por findo a sua faina regressando a casa, o Tenente-Coronel Afonso do Paço, aproximou-se de nós, estendeu-nos a espora e com um sorriso sereno disse estas palavras que jamais esqueceremos: - tomem, fiquem com ela. Bem a merecem.

Estudem-na e apresentem-me as vossas conclusões.

Mas, ... o destino traz-nos coisas más, mas por vezes, também, coisas muito boas. Não sabíamos desta peça há anos. Perdeu-se, ela esteve em várias exposições, deu-se a alguém que, entretanto, a colocou à venda etc., só o destino nos poderá dizer, e disse. No dia 10 do mês de março de 2023 quando andávamos à procura de outras informações sobre peças medievais deparámos com esta peça. Ela iria ser leiloadada no dia 23 do dito mês, numa casa de leilões em Lisboa – Não se podia perder tal preciosidade. E não se perdeu.

### **Ao tempo da Cavalaria Medieval.**

Agora, 63 anos depois, chegou a altura de se cumprir os desejos de Afonso do Paço. Mais, chegou a altura de pôr a espora a falar.

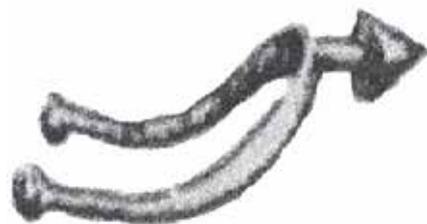
Mas vamos começar pelo princípio.

A Península Ibérica foi palco de confrontações das duas escolas hípicas mais relevantes de época medievalista: A monta à “Gineta”, introduzida no Al-Andaluz a partir da vinda dos Berberes para o exército Califal e a monta à “Brida” identificada com o exército cristão Nortenho. Cada tipo de Monta exigia diferentes apetrechos para o cavalo, protecções específicas para o cavaleiro e, naturalmente, também diferentes táticas de combate.

Na monta há gineta, o cavaleiro estribava curto com losos reduzidos e, até à primeira metade do século XIV, acicates que depois foram substituídos por esporas de roseta com pequenas “puas”.



Acicate c:1000 encontrada em Walbrook



Acicate Séc. XIII encontrado em Londres em 1209



Espora de roseta encontrada em Londres 1290



Espora der roseta c.1340 encontrada em Londres

Os aparelhos de boca eram os bridões ou, em certos casos os freios de pequenas cambas. Isto permitia uma enorme mobilidade sem ser necessários “castigar” a montada. Aliás os cavalos utilizados na monta à Gineta eram animais morfológicamente adaptados a uma enorme mobilidade oriundos geralmente da Península Ibérica, e do Norte de África ou de raças Árabes. Possuindo enorme mobilidade e rapidez não tinham, todavia, como iremos ver o poder de choque dos cavalos da Europa Central.

No que toca à monta à brida, (ver estátua de Can Grande della Scalla, Verona) a situação era completamente diferente. Aqui, os cavalos de grande envergadura e possantes operavam como verdadeiras traves de Ariete pelo que, naturalmente, difíceis de controlar. As suas cargas eram temíveis e de grande eficácia bélica. Por isso, o armamento do cavaleiro bem como a sua tática de combate, tinham de estar adaptadas a esse enorme poder de choque.

O Controle de um cavalo “dextrier” (ver mais à frente) era muito difícil. Sendo um animal de grande envergadura e força os aparelhos de boca, freios tinham de ter cambas enormes e os estribos lançados para a frente com loros muito compridos obrigando o cavaleiro, equipado com armadura, a estribar com as pernas esticadas. Sendo que as pernas estavam esticadas a única forma de fazer chegar as esporas à barriga do cavalo era dotá-las com uma “pua” comprida que terminava em roseta de diferentes tamanhos, como iremos ver.

E Embora o cavalo estivesse protegido por uma “Gualdrapa” ou “cobertura” a zona abaixo da sela era aberta pelo que permitia a utilização de qualquer tipo de espora independentemente do tamanho da sua “pua”.

Temos assim que cada nobre utilizava geralmente em campanha 4 cavalos: dois de guerra “destriers” um cavalo de transporte (palafrém) ou mula e um cavalo para transportar os seus bens. Apesar desta quantidade de cavalos, a carga e o combate eram feitos com o grande “destrier” na altura verdadeiros tanques de guerra.



Estátua equestre de Can Grande della Scalla, Verona,  
Montado à Brida, com gualdrapa a revestir a montada e com esporas de “pua” comprida

Durantes as grandes batalhas da guerra dos 100 anos a infantaria, organizada em esquadrões empunhando longos piques e apoiados por covas e abatisses por armadilhas diversas fez frente a uma cavalaria pesada, ainda equipada e mentalizada pelas já tradicionais e ultrapassadas táticas de combate.

Perante as novas táticas e em face às armadilhas feitas em redor dessas novas formações apoiados pelos esquadrões de mortíferos archeiros, os cavaleiros foram obrigados a aperar-se, e a combater a pé.

Mas o peso das armaduras bem como as enormes esporas com as compridas “puas”, impediram-nos de se movimentarem apeados. Por isso tiveram que as tirar o que no decorrer de uma batalha era um processo difícil. (Chandor Herald) (Rei d’Armas Inglês) recorda que durante a batalha de Poitiers, a infantaria Francesa foi obrigada a combater a pé, tendo para o efeito quebrado as lanças, que eram muito compridas, e tirado as esporas. (Froissart, ed. Luce ver. P.24).

Na verdade, as enormes “puas” das esporas da cavalaria pesada impossibilitava totalmente um cavaleiro de combater apeado. O mesmo se passou na batalha de Aljubarrota, quando os cavaleiros Franceses e Castelhanos já desbaratados se *“descarregavam das armas que vestidas tinham para mais ligeiramente poder fogir; deles fogindo a pee hiamse desarmando por correr mais leve pera poder escapar”* – Crónica D. João I, Fernão Lopes II Vol. P.114, ed. livraria Civilização editora).



Ferradura de um cavalo” Destrier” c.600kg



Ferradura cavalo c.300kg

Na sua fuga desenfreada muitos desses cavaleiros... *“com grande medo sahiamse das estradas e metiãose por esses maatos” ... e a gente da terra que em outro dia acoodio muito faziaõ em eles gramde matança...”* (op cit pag. 114). Torna-se, pois, muito provável que dos milhares das esporas abandonadas e espalhadas pelos campos de batalha de Aljubarrota, esta fosse uma delas.

Uma coisa é, no entanto, indiscutível: trata-se de uma espora encontrada nos campos de Aljubarrota que assistiu à batalha e que nos ajuda a compreender aqueles momentos históricos.

Assim nasceu esta espora.

Muitas vezes e nas mais diversas ocasiões nos perguntaram, como eram as esporas da altura de Aljubarrota.

Trata-se de um tema muito pouco estudado. Os poucos exemplares existentes, no nosso país, são de pua curta e a falta de documentação impedem-nos de ter uma visão nítida de como eram as esporas naquela época, principalmente as utilizadas em Portugal.

Estudos recentes, por nós levados a cabo, trouxeram à luz um manancial de informação do mais elevado interesse histórico. Mas, para entendermos bem a realidade da espora encontrada em Aljubarrota temos que recuar alguns anos na história de Portugal.

Até praticamente aos finais do século XII as esporas preferidas tinham um perfil recto a todo o seu comprimento. Mas a partir dessa centúria os braços que encaixavam no calcanhar começaram a assumir uma ligeira curvatura que se tornou comum por quase toda a Europa.

Até aos finais do século XIII as esporas encaixavam no calcanhar e tinham uma “pua” curta que terminava em bico. Eram os “acicates”. A roseta só começou a entrar em uso no século XIII, mas até ao segundo quartel do século XIV o velho “acicate” continuou a ser mais popular que as esporas de roseta. Na sua forma inicial a roseta era muito pequena geralmente dotada de seis pontas, mas, a partir de 1320 – provavelmente originárias da Grã-Bretanha, começaram a popularizar-se esporas com rosetas muito maiores que chegavam a ter vinte e quatro ou mais pontas, cada qual com o feitio de uma pétala, pelo que o seu aspecto era o de uma margarida (flor que acabou por dar o nome à espora).



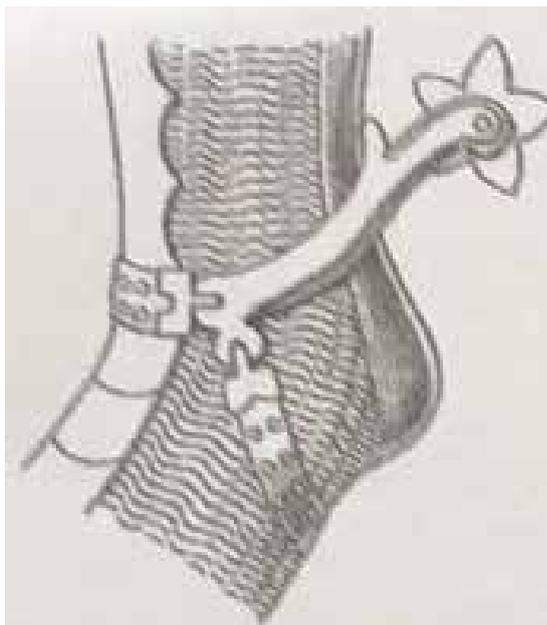
Ruddph V. Sachsenhausen, 1370.  
– Esporas rosetas seis pontas



Ludwig Der Bayer, 1347.  
– Esporas margarida

Com o incremento das peças de armadura da adoção dos “destriers” e das novas formas de montura as esporas tiveram que ser alteradas, passando a ter uma comprida “pua”, com as mais variadas formas de roseta na extremidade.

A espora de Aljubarrota que ora vos apresentamos possui essa “pua” e estaria equipada com uma pequena roseta de seis pontas. Encaixava-se não no calcanhar, mas no tornozelo e possuía nas pontas laterais aberturas para duas tiras de cabedal – uma que passava por baixo da sola e outra por cima da bota ou da malha fixando-a uma fivela simples.



Gott Fried Graf von Avensburg, 1370.  
– Estátua Jacente

Modo de ajustar a espora, por cima do tornozelo passando uma tira de cabedal pela sola do sapato.

## Bibliografia consultada e utilizada

**Abrantes, Marquês de;** O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa; 1ª edição, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, Lisboa, 1983.

**Alterneck-Hefner;** Dr. J. H. von; Waffen, Ein Beitrag zur Historischen Waffenkund, vom Beginn Mittelalters Bis Gegen Ende Des Siebzehnten Jahrhunderts, Hundert Tafeln Nach Gleichzeitigen Originalen – Frankfurt Am Main, Verlag Von Heinrich Keller, 1903.

**Baêna, Miguel Sanches e Loução, Paulo Alexandre;** (Coord) – Grandes enigmas da história de Portugal, Vol.1 – da pré-história ao século XV. Edições Esquilo, Lda, 2009, Lisboa.

**Barbosa, Pedro Gomes;** Reconquista Cristã – nas origens de Portugal séculos IX a XII, Esquilo edições multimédia, 2008, Lisboa.

**Brandão, Doutor Frei António;** (cronista mor de Portugal) Monarchia Lusitana, Terceira parte, de D. Henrique ao fim do reinado de D. Afonso Henriques, impressa no Mosteiro de S. Bernardo, 1631, Lisboa.

**Brandão, Doutor Frei António;** (cronista mor de Portugal) Quarta Parte Monarchia Lusitana, que contem a história de Portugal desde o tempo d'el-rei d. Sancho I até todo o reinado de D. Afonso III; impressa no Mosteiro de S. Bernardo, 1632, Lisboa.

**Comnena, Anna;** The Alexiad, Translated by Elizabeth A. A. Dawes, Byzantine Series, Cambridge, 2000, Ontario.

**Costa, Paula Pinto;** Templários no Condado Portucalense antes do reconhecimento formal da ordem; O caso de Braga no início do século XII, Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património, Volume XII, pp231-243, Porto, 2013.

**Cristo, Ordem;** Deffiniçoens & Estatutos dos Cavalleyros, e Freires da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, com a História da Origem & Princípio della – Oferecidos ao muy alto e poderoso Rey D. João V. Impresso Officina Pascoal da Silva, 1717, Lisboa.

**D' Alcobaça, D. Pedro;** Grandezas de Lisboa, Lisboa, 1620.

**Duc, Viollet-le M;** Dictionnaire Raisonné du Mobilier Francais de l' époque Carolovingienne e a Renaissance, Tome V e VI; armes offensives et défensives; Vve A. Morel & C, Éditeurs, Paris, 1874.

**Cognot, Fabrice;** L'armement médiéval: les armes blanches dans les collections bourguignonnes. Xe-XVe siècles., Université Panthéon – Sorbonne, Paris, 2013.

**Faure, Francisco G.C. Líbano Monteiro;** Viajar no tempo de D. Afonso Henriques, vias e pontes no território Vimaranesense, in: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017, Porto.

**Fernandes, Paulo Almeida;** Uma nova arte para um novo reino in: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp91 a 123 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017 Porto.

**Ferreira, Sérgio Carlos;** Preços e salários em Portugal na Baixa Idade Média; Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, Porto.

**Lobo, António da Costa;** História da Sociedade em Portugal no século XV (população, aspecto geral do estado social, pesos e medidas, moeda os haveres individuais), imprensa nacional, 1903, Lisboa.

**Moraes, Fr. Fernando de** (Prior Geral); Deffiniçoens, & Estatutos dos Cavalleyros, e Freyres da Ordem de Nosso Senhor Jesu Christo, com a história da origem & princípios della oferecidos ao muyto alto, e poderoso rey D. João V, nosso senhor- Officina de Pascoal da Sylva, impressor de sua Magestade 1717.

**Oakeshott, R. Ewart;** The Archaeology of Weapons, Arms and Armour from Prehistory to the age of chivalry; the Boydell Press, London, 1960.

**Pina, Ruy de;** Chronica de El-Rei D. Sancho I, Lisboa, 1906.

**Santos, Maria José Azevedo;** O papel da escrita no tempo de D. Afonso Henriques, in: No tempo de D. Afonso Henriques, reflexões sobre o primeiro século Português pp229 a 246 – Coord. Mário Barroca, Edições CITCEM, 2017, Porto.

**Serra, Abade José Corrêa da;** Collecção de livros Ineditos de História Portuguesa, Tomo III, Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1793.

**Sousa, Fr. João de;** Documentos Árabicos, para a história Portuguesa; Officina da Academia Real da Ciências, 1790.

**Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de;** Elucidário, Livraria Civilização, impresso na editora do Minho, Barcelos, 1993, Porto.

### **Manuscritos**

Manuscrito “Eneida” Staatsbibliothek zu Berlin; (Biblioteca Estatal de Berlim); Século XIII.

### **Eletrónicos**

<http://worksofchivalry.com/tag/cangrande-della-scala>

[https://www.wikiwand.com/ca/B%C3%ADblia\\_Maciejowski](https://www.wikiwand.com/ca/B%C3%ADblia_Maciejowski)

[https://www.researchgate.net/publication/328697668\\_Manuel\\_Afonso\\_do\\_Paco\\_1895-1968](https://www.researchgate.net/publication/328697668_Manuel_Afonso_do_Paco_1895-1968)

<https://lusodinos.blogspot.com/2017/04/>

<http://aspartesdotodo.blogspot.com/2013/04/carlos-selvagem>.



τφ



Chave à procura de  
Fechadura ou a  
Fechadura que perdeu a  
Chave

## Chave à procura de Fechadura ou a Fechadura que perdeu a Chave

\*Carlos Santos Mendes

Apesar se ter começado com trabalhos sobre o estudo da dispersão de materiais arqueológicos, no verão do ano de 2001, acompanhado dos irmãos Bernardo e Alexandre e o Pai Luís Patrício, (que infelizmente já não está entre nós) fazendo a georreferenciação a todos os locais de maior concentração de materiais numa área de quase dois hectares no povoado do Caramanchão, na Freguesia dos Cortiços, só no ano seguinte, final do ano de 2002 é que se formalizou oficialmente a criação da Associação Terras Quentes, com sede em Macedo de Cavaleiros.

\* ORCID -0000-0002-1248-6461 – Mestre em História Regional e Local pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a classificação de Muito Bom. – Licenciado em História variante de Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Membro da Uniarq (Unidade de Arqueologia da Universidade de Lisboa). Curso de PERT – Program Evolution Research Task. Curso de CPM – Programação e Controle de Custos, realizado na Cegoc. – PdG da empresa multinacional “Seforlu”. – Responsável pela arquitetura, montagem e gestão da sala-museu de arqueologia de Macedo de Cavaleiros. (Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros), 2003-2006 – Responsável pela arquitetura, montagem e gestão da sala-museu de arqueologia de Macedo de Cavaleiros Núcleo Central da PPA. 2006-2011 – Responsável perante a tutela de todo o espólio arqueológico proveniente das campanhas arqueológicas do PNTA – Evolução crono-cultural do Concelho de Macedo de Cavaleiros “Terras Quentes” – Responsável pela arquitetura, e montagem do Museu Municipal de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros. – Responsável pela conceção da gestão dos fundos museológicos do Museu de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros. – Comissário Científico da Exposição “Arqueologia 2003” realizada entre dezembro de 2003 e maio de 2004 em Macedo de Cavaleiros. – Responsável pela equipa que realizou os pré-estudos museológicos para a implantação do museu Municipal de Arqueologia. Responsável pela equipa que realizou os pré-estudos museológicos para a implantação do Museu Martim Gonçalves de Macedo em Macedo de Cavaleiros. – Responsável pelo Museu Martim Gonçalves de Macedo inaugurado em 12 de dezembro de 2015. – Responsável pela Concepção e Montagem do Museu Municipal de Arqueologia “Coronel Albino Pereira Lopo” inaugurado no dia 3 de setembro 2016. – Responsável pela exposição de armamento medieval na sede da Associação Shotokai de Portugal, (Lisboa) visita do embaixador do Japão em 11 de maio de 2019.

Reunida a logística necessária, protocolada a actividade com a UNIARQ – Unidade de Arqueologia da Universidade de Lisboa, deu-se início oficialmente às intervenções arqueológicas por todo o Concelho Macedense, sendo que, até ao momento, os técnicos da instituição já intervencionaram 21 arqueossítios efetuando 51 campanhas arqueológicas desde o ano de 2003 até ao ano de 2019, ao que se soma a prospeção a centenas de arqueossítios aquando da feitura da carta arqueológica do Concelho de Macedo de Cavaleiros. Aconteceu, entretanto, ter havido uma redução de actividade, por questões políticas, financeiras, por motivos de segurança por causa das vagas de incêndios a partir do ano de 2017 e pandémicas, sendo que, no ano de 2021 ainda se efectuou intervenções de carácter técnico, esperando-se retomar a actividade normal de arqueológica no ano de 2024.

Dessas intervenções reuniu-se (exumou-se) largas dezenas de milhares de peças arqueológicas delas provenientes, estando todo esse espólio devidamente inventariado, etiquetado, acondicionado e em ambiente climático adequado.

Aproveitando todas as oportunidades e momentos livres, os nossos técnicos, responsáveis pelos arqueossítios, fazem releituras ao seu espólio, e por outro lado, enviam para a nossa oficina de restauro todas aquelas peças que necessitam de ajuda na sua conservação.

Dessas releituras vai surgindo, aqui e ali, uma identificação mais fina ou acertada de determinada peça.

O objectivo deste artigo vai nesse sentido. De facto, aquilo que na altura da sua exumação, não se conseguiu identificar, ou somente classificar como um “fragmento de ferro indeterminado” pensamos que hoje, podemos ficar mais satisfeitos com a nova proposta de identificação.

Mas já voltaremos aquilo que denominamos como “um fragmento de ferro indeterminado”.

No ano de 2004, intervencionou-se o sítio arqueológico a que já nos referimos, o povoado romano (ou romanizado) do Caramanchão, onde se recuperou no sector “C” na unidade estratigráfica número 02, ficando com número de inventário 1619, uma soleira de porta com rasgos de escorrência de água e saliência de batente, sendo que na extremidade direita estava bem evidenciado um sulco onde girava o prumo da aduela ou pinos que sustentavam e faziam girar a porta.



Área de escavação do sector “C” do “Povoado do Caramanchão” onde se encontrava ainda “in sito”, a meio da frontaria da área de habitação e que se encontra actualmente no museu de arqueologia “Coronel Albino Pereira Lopo”



Foto com maior pormenor da soleira

No ano seguinte, 2005, voltamos a uma área de trabalho a cerca de 50 metros, a noroeste do sector “C”, a qual era denominada por sector “B”.

Ali se encontrou não “in situ”, mas, ligeiramente deslocada do que seria a sua posição original, mais uma soleira de porta semelhante á anterior, do sector “C”, todavia, ligeiramente fragmentada e que se encontrava na Unidade Estratigráfica número 03 a que se deu o número de inventário 2651.



Área de escavação do sector “B” do “Povoado do Caramanchão” onde ainda se encontra “in situ”, mas, devidamente protegida

Esta segunda soleira de porta está num estado menos conservado que a soleira do sector “C”, notando-se, todavia, uma grande similitude entre as duas peças.

Com respeito à soleira do Sector “C” entendeu-se, no momento em que se pensou na montagem do Museu Municipal de Arqueologia “Coronel Albino Pereira Lopo” em Macedo de Cavaleiros e, no planeamento da sala do período romano e medieval, recriar uma habitação, conforme planta, tanto dos modelos encontrados no povoado do Caramanchão como no Povoado Romano da Terronha de Pinhovel. E assim decidiu-se proceder ao levantamento da soleira da porta encontrada no sector “C” e musealizá-la.

Assim se fez:



Soleira encontrada "in situ" no Povoado do Caramanchão, no sector "C" colocada na entrada da réplica da casa romana que se encontra no Museu Municipal de Arqueologia, Coronel Albino Pereira Lopo

No período romano a residência urbana (sobretudo em Roma) era denominada de "Domus" normalmente pertencente às famílias mais abastadas. À entrada o visitante era conduzido pelo vestíbulo (vestibulum) que terminava geralmente no átrio (atrium), usualmente com uma abertura (parque) central, para onde se encaminhavam as águas, para uma cisterna e também, por onde se fazia a circulação de acesso às diversas áreas da Domus. A casa completava-se com os quartos (cubiculum) o triclinio (triclinium)

a sala de jantar o tablínio (tablinium) o local onde se tratavam dos negócios, (a que chamaríamos hoje o escritório), entre outros cómodos e mordomias habitacionais.

Encontramos ainda na descrição da “Domus” que a mesma, normalmente, não tinha vista para a rua, as janelas eram muito pequenas, para a proteger do frio e sobretudo dos ladrões

Mas, e os membros menos favorecidos da sociedade, como viviam? Em Roma eram nas chamadas “insulas” pequenas casas ou apartamentos normalmente situados em prédios, sobrelotados e, que se estendiam em altura.

Mas como seria a “Domus”, chamemos-lhe assim, por graça, dos povoados romanos ou romanizados na parte mais a Ocidente do Império, nos séculos II-III-IV, depois de Cristo ter nascido, na Terronha de Pinhovelo ou no povoado do Caramanchão em Macedo de Cavaleiros?

O curioso é que não se encontra mesmo na descrição da “Domus” ou nas chamadas “insulas”, como eram fabricadas as portas de entrada das casas, seriam, eventualmente, fabricadas em materiais perecíveis, em madeira ou outro, todavia poucos ou mesmo nenhum registo chegou aos nossos dias. E como seria a sua segurança, teria fechadura e a respectiva chave, era só uma tranca atrás da porta?

Aconteceu que no Povoado da Terronha de Pinhovelo, exumamos em contexto, seguro, romano; uma chave!

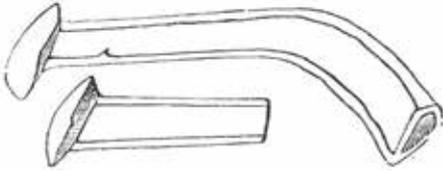
O raciocínio é simples; como (não) diria Jacques de La Palisse; se há chave, haverá fechadura, havendo ambas é provável que haja porta: é de facto um truísmo.

### **Um pouco de história da chave na antiguidade clássica/tardia**

Como chegou (proposta) ao vocabulário português a palavra chave: As fechaduras que inicialmente se usaram em Roma – independentemente haver registos anteriores em outras partes do mundo – eram fechaduras simples que consistiam em duas argolas, uma na porta e outra na aduela (supõem-se) entre as quais passava um prego (em latim, Clavus (Prego) que passou a Clavis (Chave)), para a fechar.



Prego/unha encontrado por Schliemann ed. 1884. p.93



Pregos em bronze, Schliemann, Micenas, p.44

Atribuiu-se ao século II d.C. um registo iconográfico em pedra, que retrata uma oficina de chaveiro onde se nota no canto inferior esquerdo a presença de uma fechadura, o qual se encontra no Museu Arqueológico de Aquileia em Itália.



Oficina do chaveiro encontrado em Aquileia, Itália séc. II d.C., onde se pode observar uma fechadura no canto inferior direito da imagem

Já lá iremos às fechaduras, segue-se as chaves.

Alguns paralelos de chaves encontradas:

### Primeiro Paralelo

Do mesmo período e fora de portas (de Roma) o primeiro exemplo chega-nos de Espanha mais concretamente de um exemplar encontrado numa escavação em Lugo e que se encontra no Depósito Arqueológico Municipal de Lugo, todavia, neste momento, a peça está na Escola de Conservación e Restauração de Bens da mesma cidade Espanhola para intervenção de conservação e restauro.

É uma chave igual á encontrada na Terronha de Pinhovel; Chave feita em ferro, de secção quadrada em todo o corpo, apresenta duas torções em forma de “L” (90º) projectadas, do tipo lift-slip (elevador-eskorregadura), ou seja, funcionando em fechadura por gravidade.



Chave do Período Romano atribuída ao século IV/V d.C.,  
após a intervenção de restauro e conservação

## Segundo Paralelo

É uma Chave de origem Copta que se encontra no “The Metropolitan Museum of Art, no Egípto.

Proveniente do Oásis de Kharga é uma chave Bizantina e fabricada (datada) entre os séculos IV e o século VII, d. C. Portanto um pouco mais tardia que a antecedente.



Chave de porta, encontrada no Oásis de Kharga no Egípto

## Um terceiro Paralelo

Esta chave foi exumada no assentamento galaico Romano de Castromao no termo municipal de Celanova, diz Gonzáles [2002]; *“trata-se de uma chave de ferro das denominadas «tipo lacónico» (Lacedemónia ou Lacedemônia, é uma unidade regional da Grécia, localizada na região do Peloponeso sendo que, a sua capital é a cidade histórica de Esparta) com 3 dentes dobrado formando um angulo recto com o pino alargado na extremidade superior, onde fica o anel de suspensão”*. E prossegue; *“Este tipo de chave abria fechaduras, possivelmente de madeira, pelo que nenhuma se conservou, com um mecanismo que consiste em mover um pino na horizontal, ou em levantar por meio dos*

*dentos o mesmo número de cames que caem por gravidade, em ambos os casos uma porta fica livre”.*



*“O uso da chave está vinculado ao uso da porta, e como tal os povos sedentários, em contraste com os povos nómadas que via de regra geralmente viviam em tendas ou cabanas, sem portas pesadas que dificultavam o transporte. Sua origem parece estar nas civilizações do Vale do Indo, de onde passaria para a Grécia e Roma através do Egito e Mesopotâmia”.* A peça encontra-se no Museo Arqueológico Provincial de Ourense. Esta peça (chave) foi eleita, pelos serviços técnicos do museu, como a peça do “mês” de fevereiro de 2002.

Este tipo de chave, provavelmente o modelo mais antigo, designada como “chave do Tempo” que consistia num barra de metal dobrada duas vezes em ângulo reto, terminando numa das extremidades num laço. Este tipo de chave já é aludido nos poemas Homéricos.

### **Um quarto Paralelo**

Resultante do desastre na central nuclear de Chernobil, levaram-se a efeito no ano de 2011 escavações na região, conduzidas pelos arqueólogos O.P. Motsi, V.P. Kovalenko e Y.M. Sytoy no ano de 2011, em Chernigov. Os materiais foram integrados nas colecções do Museu Histórico de Chernigov, em Chernobil na Ucrânia, edificado em homenagem a Vasil Tarnovsky. No Museu Tarnovsky, de antiguidades ucranianas, juntou colecções do Museu T.G. Shevchenko, do Museu M. I. Kostomarov, e do Museu P. O. Kulish, e é aí que se encontra a peça. Não tivemos acesso ao relatório da escavação nem a mais nenhuma informação que nos permitisse mais esclarecimentos, pois, o museu, nesta data, está desativado e desocupado. Pois colocaram a salvo todas as suas peças em virtude da invasão provocada pelas tropas da Federação Russa à Ucrânia.



Chave que faz parte da coleção do Museu Tarnovsky datada século X-XI

É um modelo de chave a que atribuíram a cronologia entre os séculos X e XI, ou seja, vem de um período cronológico, alguns séculos depois do período romano, mas com grande similitude com as atrás citadas e demos conta da existência de chaves deste tipo até ao final da Idade Moderna. Por norma eram usadas ao pescoço ou às costas pois eram um símbolo de poder.

### Quinto Paralelo

Identificada como fosse uma chave de porta, de casa romana, datada entre o século III e o século IV, não lhe atribuímos grande rigor científico pois não indicam a proveniência, todavia entendemos publicá-la porque se apresenta como conjunto, ou seja, chave e suposto mecanismo interiores de hipotética fechadura:



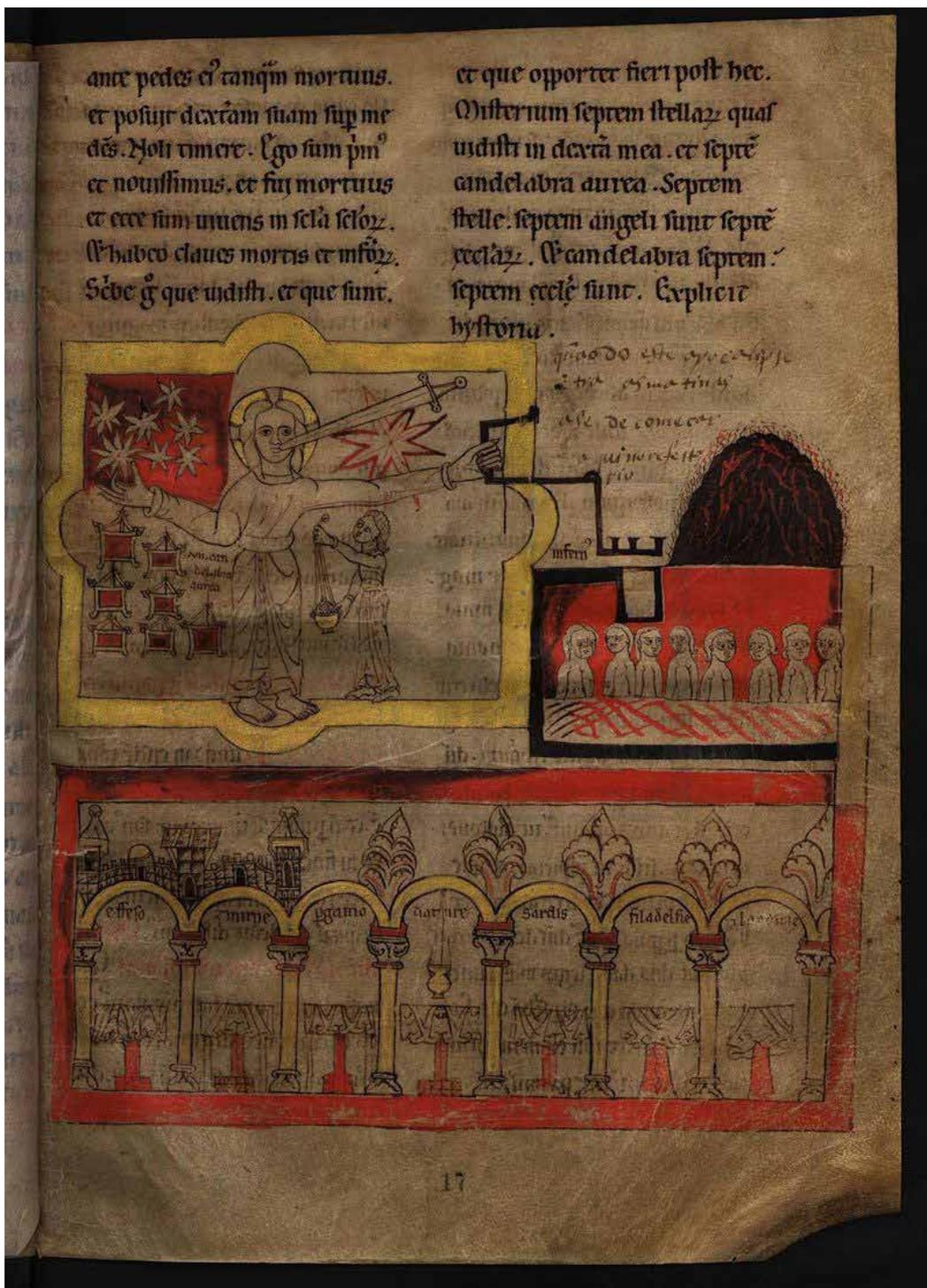
*“Na descrição dizem: chave em Ferro, 2’ 3/4” de comprimento com haste cônica e quatro postes que engendravam o mecanismo de trava. Habilmente forjado e ferramenta ajustada ao corpo da fechadura. Juntamente com um parafuso de bloqueio com chave associado”.* Este conjunto foi vendido em leilão nos Estados Unidos da América.

Encontramos em diversos lugares eletrônicos vários tipos de mecanismos de bloqueio internos de fechaduras, para este tipo de chave, fabricados tanto em ferro como em bronze, como os modelos de chave que temos vindo a apresentar:



E dizem: *“Mecanismos de bloqueio em bronze romano C.100-300 AD; 2 3/8 “a 3” cada um compreendendo um retângulo chaveado com orifícios que combinam exclusivamente com a chave que engataria e deslizaria o parafuso de projeção para travar ou destravar. Incrustação superficial do enterro”*. Mas ficamos com a ideia que estas peças se destinam a outro tipo de fechadura, não o que atua por queda gravítica, como a que está a ser alvo de estudo.

Ainda sobre paralelos, mas num plano mais espiritual e menos material, vamos encontrar a “chave”, também na liturgia da religião cristã, como apetrecho fundamental para se abrir as “portas do Céu” é exatamente isso que está plasmado em duas iluminuras do livro do Apocalipse do Lorvão do ano de 1189, uma primeira iluminura, na página 17 e, uma segunda, na página 32. Reinava D. Sancho I e o mais curioso é que o modelo de chave da primeira iluminura (7 estrelas) é igual aos modelos atrás apresentados.



Chave do céu- – estrelas, iluminura do apocalipse do Lorvão página 17



Chave do céu, iluminura do apocalipse do Lorrvão página 32

Na eucaristia cristã tem acesso à Chave do Céu (*Claves regni caelorum*); se: partilhar o pão com o faminto; o copo de água oferecido a quem tem sede; o agasalho doado a quem tem frio; os bons conselhos; a visita aos enfermos e presos; a acolhida aos peregrinos; a oração pelos vivos e falecidos. São obras (as bem-aventuranças) de misericórdia que modelam a chave que nos dará acesso ao céu. É o que nos quer transmitir toda a simbologia da iluminura, dos finais do século XII. Essas chaves são modeladas com as obras de misericórdia junto daqueles que vivem connosco. (Mateus 6:19-21 e Lucas 12:33-34).

Pegando nas palavras do profeta de Isaías (Is 22:22), Jesus promete a Pedro as chaves do Reino dos Céus. Se as chaves do reino de Deus dão acesso às riquezas espirituais, outras chaves fecham os bens mais materiais, estas representam a avareza, um dos sete pecados capitais.

Vem este artigo a propósito de se ter exumado uma chave em tudo igual aos modelos mais precoces, e em contexto “seguro, de período romano”.

A Chave da Terronha de Pinhovel, foi exumada na intervenção arqueológica, realizada no ano de 2004, no sector “C” na unidade estratigráfica número 02 à qual foi atribuído o número de inventário número 319.



Estado de conservação em que foi encontrada a chave em contexto romano no ano de 2004

Pela relevância dos trabalhos (intervenções arqueológicas) desenvolvidos na Terronha de Pinhovel, (considerado pela tutela um arqueossítios de Interesse Nacional) e que se situa na Freguesia da Amendoeira, no Concelho de Macedo de Cavaleiros, leva-nos a outorgar-lhe, um estatuto de núcleo de centralidade no distrito de Bragança a este povoado, assim o dizem outras peças de extrema importância e raridade que se encontram em exposição no Museu Municipal de Arqueologia, “Coronel Albino Lopo”, em Macedo de Cavaleiros; a exemplo caixas de selos de correios, provindas, obrigatoriamente, do Imperador romano, que Imperava à época. Foram também exumados entre outros; vários os apetrechos de cavalos, moedas várias, entre elas a moeda lembrando a fundação de Roma com o Rémulo e Rómulo a mamarem nas tetas da Loba, um Sestércio – Caetra (moeda em que no anverso tem um pequeno escudo usado pelos guerreiros galácticos (Caetra), do noroeste da Península Ibérica) e que corria entre os elementos militares romanos (lembremo-nos que os legionários da Sétima Gemina se passearam por esta região transmontana) e também uma enorme quantidade de cerâmica itálica e hispânica tardia etc.

Como dissemos, não é despiciente pensar que poderemos estar perante um povoado que se trataria de, pelo menos, um “Vicus” (Unidade territorial menor) ou mesmo um “Pagus”, cabeça de “Vici” (várias unidades territoriais pequenas).

Após a intervenção de consolidação da estrutura a que a peça (chave) foi sujeita na oficina de restauro da Instituição, ficou com outra visibilidade, se bem que não muito pronunciada, mormente na ponta terminar, que poderá ter algum furo para ser pendurada. Dando-nos, porém, a possibilidade de verificar, através de lupa binocular, o género de fracturas que a peça sofreu e considerar as suas continuidades, assim como certificar mais corretamente as suas medidas.



Fotos após a consolidação estrutural da chave

### A Porta

No panteão Romano, em latim “Janus”, era o Deus das portas e como sempre, a porta tem duas virtudes, entrar e sair, dai a representação da figura de Janus ser uma cara com duas faces e segurando uma chave. Mas Janus era também o Deus dos inícios e das transições.



Uma das representações de Janus in; <https://www.andersonlock.com/blog/>

Como já dissemos, as casas romanas as “Domus” eram habitações das pessoas mais abastadas, ou não tinham ou tinham janelas pequenas para o exterior, por duas razões; primeira por causas climáticas, e a segunda por questões de segurança. Mas a Interrogação permanece? Como seriam, as portas nas casas dos nossos povoados a que se lhes atribui uma cronologia entre o século I a.C. ao século IV d.C. (Bovinho, Terronha de Pinhovelo e Caramanchão, todos no concelho de Macedo de Cavaleiros) povoados numa região geograficamente tão longe de Roma e ocupados por gente romana, mas também, por certo, pelo indigenato local.

Magalhães, na sua tese de mestrado, apresentada no ano de 2010, sobre a arquitectura doméstica em Bracara Augusta afirma na página 22; *“Todo o conjunto habitacional foi profundamente remodelado nos finais do século III e inícios do século IV. Esta reforma perturbou essencialmente os pórticos, as ruas que viram diminuir o seu espaço e a área em redor do peristilo que poderá ter sido convertida em lojas, o que provocou o fechamento desses compartimentos com pesadas portadas, atestadas pela presença de poderosas soleiras em granito, que revelam rasgos para os encaixes de portas de madeira”*. Por outro lado, na página 33 quando se refere à Villae de Tongobriga diz: *“Os núcleos habitacionais são constituídos por várias salas ligadas por passagens interiores articuladas funcionalmente entre si. Todas as salas tinham pavimentos em terra batida e comunicavam entre si, possuindo portas com soleiras em granito”*, citando Dias L.A.T. (1996).

Aceita-se naturalmente, como aliás atrás referimos, a existência de portas nas casas em tempo romano, mas estando porventura dependendo do “extrato social” a que pertenceria a habitação. Claro que Bracara Augusta, capital da província romana da Gallaecia e Tongobriga uma cidade (civitas) no seu extremo, não se poderá de forma alguma (no actual estado de conhecimento) comparar com o arqueossítio Terronha de Pinhovelo do Caramanchão ou do Bovinho, no concelho de Macedo de Cavaleiros.

Mas o que faz ali (na Terronha de Pinhovelo) uma chave de porta? exumada em contexto, de período romano seguro, e as soleiras de porta no povoado do Caramanchão?

Portanto vamos aceitar que as portas das estruturas habitacionais da Terronha de Pinhovelo, pelo menos algumas, eram em madeira.

Mas se temos porta em madeira e a chave quer dizer que teríamos um sistema de segurança da habitação, a que normalmente chamamos “Fechadura”, mas que fechadura? Se a chave é em ferro, partimos do raciocínio que a fechadura em grande medida só poderia ser em “ferro” (material muito caro á época e haveria por certo, poucos artesões habilitados a fabricá-las) ou seriam a também a fechadura fabricada em madeira? O ferro e a madeira não convivem lá muito bem, mas...

Fechaduras em madeira, conhecem-se há séculos e ainda hoje são fabricadas em Portugal, como por exemplo na ilha Açoreana do Corvo.



Fases de fabrico de uma fechadura em madeira, com chave direita, com dois dentes da ilha Açoreana do Corvo

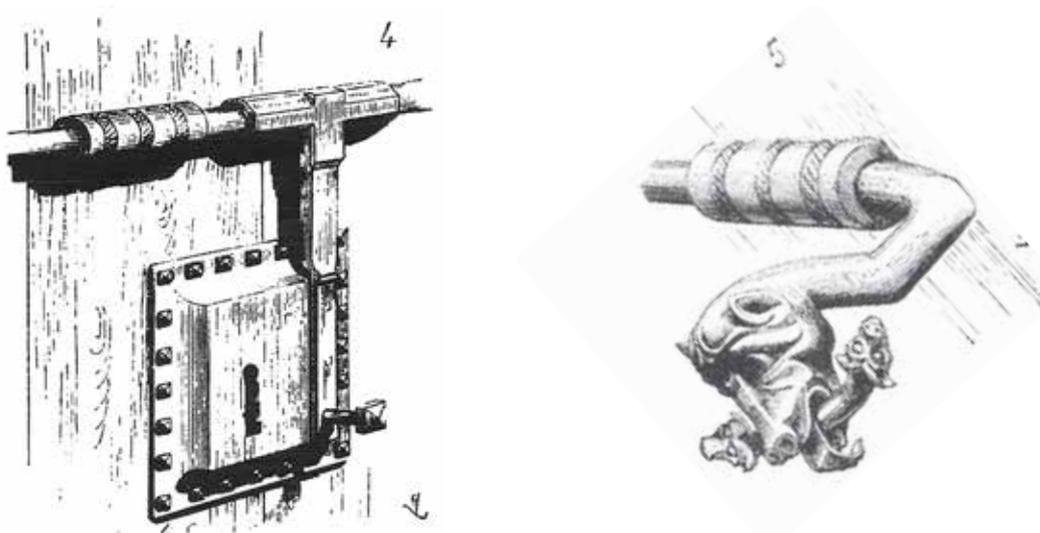
Pensamos que no caso do fabrico de fechaduras em madeira na ilha do Corvo, colocava-se por questões de dificuldades de abastecimento, mas, provavelmente, também por causa do baixo poder económico da população e sobretudo, sendo uma comunidade pequena, onde todos se conhecem, não haveria grandes preocupações com a falta de segurança das casas ou outros locais, onde se guardasse gado ou outros haveres? Quem se habilitasse a transgredir a harmonia social que imperava não tinham muito por onde fugir.

Mas, há outro local onde ainda se fabricam fechaduras em madeira, mas, neste momento, com caracter, pensamos, mais artesanal/turístico; é em Rio Maior, onde as encontramos à venda perto das suas salinas. A razão era obvia, num ambiente tão salgado, em redor da área das salinas o ferro envelhecia (enferrujava) rapidamente dai ir-se para a solução do fabrico da fechadura em madeira, que em ambos os casos funcionam por gravidade.



Modelo muito semelhante ao fabricado na Ilha do Corvo, também com chave direita e com três dentes

Na obra de Viollet-Le-Duc. M.; “Dictionnaire Raisoné de l’Architecture Française du XI Au XVI Siécle”, na página 6, diz-nos que, ainda existe na Catedral de Bayeux, na sua sala de tesouro, um armário datado do século XIII munido de fechadura (aparentemente dizemos nós) fabricada em ferro.



Pelo desenho da fechadura pressupõem a utilização de uma chave. Para além desta, tinha o reforço de uma tranca.

Antes desta data não encontramos na bibliografia disponível e referida o registo da existência de, em território Português, nenhuma porta com fechadura e a respectiva chave em ferro ou em qualquer outro material.

No século XIV, encontramos já um trabalho de maior pormenor e sensibilidade e, por certo com outras funcionalidades e objetivos, fechadura e chave, aplicada a uma solução de cinto de castidade.



Descrição Cowrie shell de uma cena erótica: Coleção Henry Wellcome Séc. XIV.

Depois de tudo isto a interrogação e dúvida mantém-se: como seria a fechadura para este modelo de chave?

## Noticia de última hora

Finalmente foi descoberta a fechadura, que a nossa chave tinha perdido. Por mistério ou força do destino, foi encontrada na porção de terra Portuguesa mais longínqua, a bela e pacata Ilha do Corvo, no Arquipélago dos Açores. Seria assim que os “média” dos tempos Romanos dariam a notícia?

Passemos à realidade e ao rigor científico da questão. Muito já se especulou (entre nós, foram várias as cogitações) de como seria o funcionamento da fechadura que a chave encontrada, em contexto Romano do povoado romano da Terronha de Pinhovelo, em Macedo de Cavaleiros, para as quais, encontramos meia dúzia de análogos.

Após termos uma equipa de vários especialistas e associados da Associação Terras Quentes a pensar de como seria o funcionamento da chave e a engrenagem da fechadura, quis o destino que contacta-se-mos um artesão residente e com oficina de Carpintaria na Ilha do Corvo, o Sr. David. Depois de trocarmos vária informação e pensamentos recebemos um trabalho acabado que nos enche a todos nós de satisfação e orgulho.

Disse o Sr. David Tibor Posch no último e-mail recebido.

*Gostaria de vos informar que a vossa fechadura ficou concluída.*



Foto da fechadura com o encaixe da tranca encostada e recolhido

E continua o Sr. David T.P.; *“Foi feita inteiramente de madeira de cedro do mato (Juniperos Brevifoliada); madeira que foi doada por um corvino: o Sr. José Maria Fraga e fazia parte de uma peça antiga, de um antigo equipamento agrícola: a peça chama-se cabeçalho (canga) do Carro de Bois, junta de bois, que pertenceu ao pai dele e tem aproximadamente 120 anos”*. (a peça de madeira com a qual fechadura e chave foram construídas, entenda-se.)

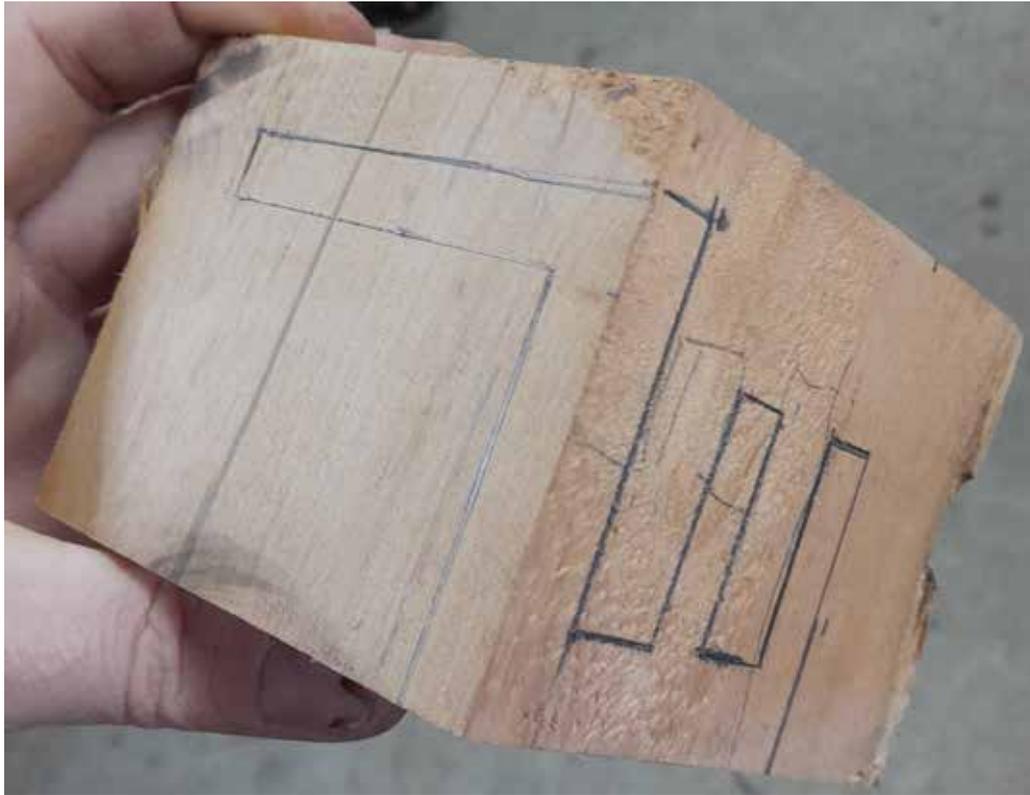


Canga de bois oferecida pelo Sr. José Maria Fraga



Pedaço cortado para início dos trabalhos

E continua; *“a fechadura foi feita totalmente manual, artesanal, não usei parafusos nem buchas”*.



Bloco de madeira donde foi feita a chave numa única peça



Fase mais adiantada onde da fase de fabrico, se nota a cama das tranquetas que funcionam mais rebaixadas

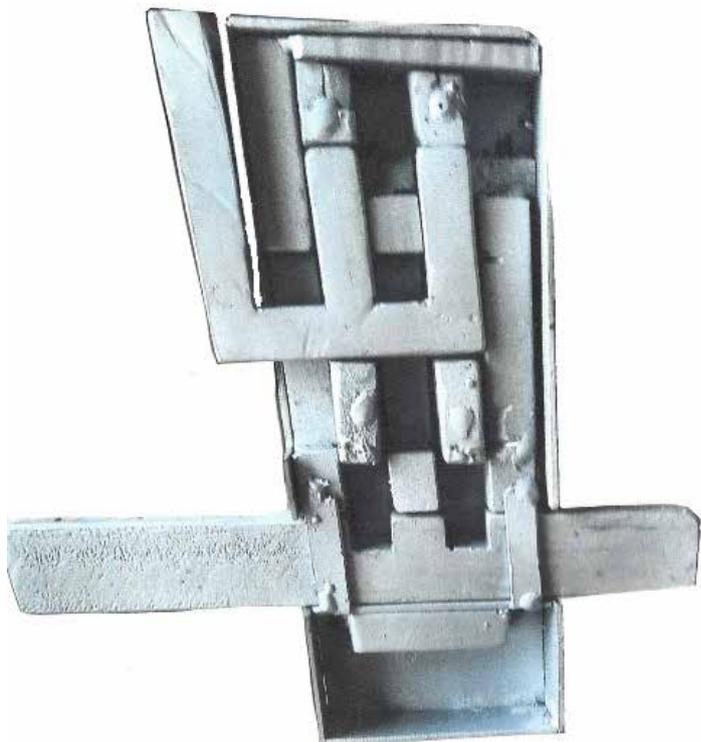
*“Para fixar o acrílico na parte de trás, apenas usei cola transparente. Originalmente, as fechaduras não precisavam ser tratadas, mas apliquei uma leve camada de cera natural que fornece proteção extra na madeira”.*



Conjunto fechadura/chave/guarda tranca, trabalho terminado.  
Está na posição de chave livre e a porta fica fechada

Em conclusão:

Encontrado que foi o sistema de funcionamento por gravidade de fechadura para a chave original encontrada na Terronha de Pinhovel, tendo sido executado o modelo pelo Artesão da Ilha do Corvo “David” pensamos tratar-se do primeiro sistema de fechadura, pela sua simplicidade (funcionamento por gravidade) e havendo a possibilidade de colocar em funcionamento, na casa romana que se encontra musealizado no museu de arqueologia, Coronel Albino Pereira Lopo, porque não “meditar” num modelo de porta e colocar o sistema em funcionamento. Nesse sentido solicitámos aos nossos serviços técnicos que a partir da fechadura da Ilha do Corvo se fizesse uma fechadura com chave mas aplicando o material original “ferro” para se colocar na porta e a fizessemos funcionar para que o visitante a pudesse apreciar. E assim nasceu – chave e fechadura em ferro – que se encontra numa fase de acabamento:



Fechadura com tranquetas, chave e tranca em ferro já funcional



Foto da chave em ferro

Mas como informamos atrás haveria outro sistema mais elaborado, que estamos a estudar. Agora o importante é mostrar ao publico. Dá muito que pensar, uma casa “romana” na Terronha de Pinhovel vem dar uma responsabilidade acrescida a este arqueossítio – no meio do nada aqui está a primeira chave e fechadura em território Nacional. Por certo se os meus colegas derem voltas às suas colecções poderão encontrar uma outra chave. Neste momento como já dissemos está uma no museu de Arqueologia de Orense, outra no museu de Lugo, outra no museu do Cairo no Egipto e outra em Chernobil na Ucrânia (está, infelizmente, desmusealizada, por motivos óbvios). E, foi assim, que a chave da Terronha de Pinhovel encontrou o sistema como funcionava ou a fechadura é que encontrou a chave? Seja como for foi um final feliz.

### Bibliografia usada e consultada

- Aldazabal, José;** Dicionário Elementar de Liturgia, prefácio de D. António Maria Bessa Taipa, Bispo Auxiliar do Porto, Edições Paulinas, Prior Velho, Lisboa, 2007.
- Barroca, Mário Jorge;** A arquitectura militar portuguesa no tempo de D. Afonso Henriques; S.L. e S.D.
- Caylus;** Recueil d'Antiquités Egyptiennes, Etrusques, Grecques et Romaines, Tome Premier, Planche XXXII, Chez Desainte & Saillante, rue S. Jean de Beauvais, Paris, 1761.
- Encarnação, José d';** Lopes, M. Conceição; Carvalho, Pedro C.; A Lusitânia entre Romanos e Bárbaros, Instituto de Arqueologia da faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Gráfica Sersilito, Coimbra, 2016.
- Estaço, Gaspar;** Várias antiguidades de Portvgal, Pedro Crasbeeck Impressor del Rei, 1625.
- Fabião, Carlos;** Mundo Indígena, romanos e sociedade provincial romana; sobre a perceção arqueológica da mudança. Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Fabião, Carlos e Guerra Amílcar;** Viriato, em torno da iconografia de um mito, A primeira elaboração mítica. As fontes clássicas; Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais de 7 a 12 de julho de 1997 Câmara Municipal de Cascais, Vol. 3 pp a79, Cascais, 1998.
- Faria, Eduardo de;** Novo dicionário da língua Portuguesa; Volume III, Typographia Lisbonense, Lisboa, 1849.
- Feuillet, Michel;** Léxico dos símbolos Cristãos, Editor, Tito Lyon de Castro, Publicações Europa-América, Mem Martins, 2005.
- González, Xulio Rodriguez;** Pieza del mês, fevereiro 2002, Museo Arqueoloxico Provincial de Ourense.
- Gozalo, Ana Miriam Arranz e Mendes, Carlos Alberto Santos;** O resultado da Campanha de 2006 e algumas reflexões sobre o povoado do caramanchão, freguesia dos Cortiços, Cadernos Terras Quentes, nº 4, pp 65-73 Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2004.
- Gozalo, Ana Miriam Arranz;** El Poblado de Caramanchão, Campanha 2005. Cadernos Terras Quentes, nº 2, pp 39-45 Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2005.
- Lourenço, Frederico;** Bíblia novo evangelho, vol. 1, Os Quatros Evangelhos, Editorial Quartezal, Lisboa – PP 78 e 269, 2016.
- M. VITRVVII;** M. de Archi; *Assitis frontini de aqueducts*, Manuscrito, 1523.
- M. VITRVVII;** POLLIONIS de Architectura (*libri decem*); Daniel Barbarvs Electvu Aqvileiensis S.P.D. – 1567.
- Magalhães, Fernanda Eugénia Puga de;** Arquitectura doméstica em Bracara Augusta; Tese Mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2010.
- Pimentel, Luiz Serrão,** Engenheiro Mor; Desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares, Impresso António Craesbeeck, Lisboa, 1680
- Resende, André de;** De Antiquitatibv Lusitaniae, Libri Qvattvor. Apud Bernardum Bafam. Municipij Eborensis; 1595
- Rodrigues, José Albertino;** Ecologia urbana de Lisboa na segunda metade do século XVI; sobre o livro do Lançamento e serviços de 1565. s.l. e s.d.
- Sarmento, Guilherme Soares;** O povoamento trado-romano na localidade de Casais Velhos, Areia, S.L., 2007.
- Scheliemann, Henrich;** Excavation (Archaeology) Turkey – Troy (Extinct City) – Dortmund Harenberg – The Arcadia; Reprint Originally: Leipzig – F. A. Brockhaus, 1884.
- Scheliemann, Dr. Henry;** Narrative of Researchés and Discoveries at Mycenae and Tiryns, Scribner, Armstrong & Company, 1878.
- Silva, António de Moraes;** Diccionario da Língua Portuguesa, Quarta edição, Tomo II – F-Z, impressão régia, Lisboa, 1831.
- Tereso, João, Barranhão, Helena, Gomes, Joana;** O povoado do Caramanchão, Cortiços, Macedo de Cavaleiros, Resultados e reflexões, após 1ª Campanha (2003), Cadernos Terras Quentes nº 2, pp 99-107, Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2005.

**Tereso, João. Barranhão, Helena;** A Terronha de Pinhovel na civitas Zoelarum, primeira síntese, Cadernos Terras Quentes nº, pp 7-26, Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2006.

**Tereso, João;** Estudo Paleobotânico das estruturas arqueológicas do povoado romano da Terronha de Pinhovel, Cadernos Terras Quentes nº 6, pp 81-90 Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2009.

**Viollet-Le-Duc. M.;** Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI Au XVI Siécle, Tome sixième, B. Bance Éditeur, Rue Bonaparte, 13, Paris, 1863.

**Wolfram, Mélanie;** A Cristianização do Mundo Rural no sul da Lusitânia, Tese Doutorado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

**Viterbo, Fr.** Joaquim de Santa Rosa de; Elucidário das Palavras, Termos, e Frases que em Portugal antigamente se usarão, Tomo primeiro A=F, Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1798.

### **Locais eletrónicos usados e consultados**

[https://www.metmuseum.org/art/collection/search/475432-Key Coptic The Metropolitam Museum of Art](https://www.metmuseum.org/art/collection/search/475432-Key-Coptic-The-Metropolitam-Museum-of-Art)

<https://escolaconservacion.gal/project/chave-romana> – Chave romana – Escola de Conservación e Restauración de Bens de Lugo.

Xeneral Martitegui s/nPontevedra [escola.conservacion.galicia@edu.xunta.gal](mailto:escola.conservacion.galicia@edu.xunta.gal)

[http://www.choim.org/% - Teu. Korovel, aldeia Shestovytsia, região de Chernihiv](http://www.choim.org/%-Teu.Korovel,aldeiaShestovytsia,regiãodeChernihiv)

<https://www.verzamelaars.nl/index.ph>

<https://www.greelane.com/pt/humanidades/hist%C3%B3ria--cultura/history-of-locks>

<https://acores-quiosques-turismo-artazores.blogspot.com/2015/02/fechaduras-de-madeira-da-ilha-do-corvo.html>

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cowrie\\_shell\\_with\\_an\\_e](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cowrie_shell_with_an_e)

<https://www.faganarms.com/products/roman-door-key-3rd-4th-century-ad>

[http://www.musarquourense.xunta.es/es/peza\\_mes/chave-romana-de-castromao](http://www.musarquourense.xunta.es/es/peza_mes/chave-romana-de-castromao)

<http://storiaromana.blogspot.com/2011/07/bassorilievo-romano-raffigurante-una.html>

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Jano#/media/Ficheiro:Young\\_Folks'\\_History\\_of\\_Rome](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jano#/media/Ficheiro:Young_Folks'_History_of_Rome)

[http://www.Aquileia, Friuli-Venezia Giulia, Itália](http://www.Aquileia,Friuli-VeneziaGiulia,Itália)

τφ



Vinte Anos  
da  
Associação  
Terras Quentes

# Vinte Anos da Associação Terras Quentes

*Texto escrito por Carlos Mendes; alinhado e apresentado num evento da DGPC/Réguia em 23 de setembro de 2022 por Manuel Cardoso.*

\*Carlos Mendes

\*Manuel Cardoso

A «Terras Quentes», Associação de Defesa do Património, foi fundada por escritura pública no dia 20 de dezembro de 2002, reunindo, logo à partida, vontades locais e outras, oriundas da Academia de Lisboa.

\* ORCID -0000-0002-1248-6461 – Mestre em História Regional e Local pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com a classificação de Muito Bom. – Licenciado em História variante de Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Membro da Uniarq (Unidade de Arqueologia da Universidade de Lisboa). Curso de PERT – Program Evolution Research Task. Curso de CPM – Programação e Controle de Custos, realizado na Cegoc. – PdG da empresa multinacional “Seforlu”. – Responsável pela arquitetura, montagem e gestão da sala-museu de arqueologia de Macedo de Cavaleiros. (Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros), 2003-2006 – Responsável pela arquitetura, montagem e gestão da sala-museu de arqueologia de Macedo de Cavaleiros Núcleo Central da PPA. 2006-2011 – Responsável perante a tutela de todo o espólio arqueológico proveniente das campanhas arqueológicas do PNTA – Evolução crono-cultural do Concelho de Macedo de Cavaleiros “Terras Quentes” – Responsável pela arquitetura, e montagem do Museu Municipal de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros. – Responsável pela conceção da gestão dos fundos museológicos do Museu de Arte Sacra de Macedo de Cavaleiros. – Comissário Científico da Exposição “Arqueologia 2003” realizada entre dezembro de 2003 e maio de 2004 em Macedo de Cavaleiros. – Responsável pela equipa que realizou os pré-estudos museológicos para a implantação do museu Municipal de Arqueologia. Responsável pela equipa que realizou os pré-estudos museológicos para a implantação do Museu Martim Gonçalves de Macedo em Macedo de Cavaleiros. – Responsável pelo Museu Martim Gonçalves de Macedo inaugurado em 12 de dezembro de 2015. – Responsável pela Concepção e Montagem do Museu Municipal de Arqueologia “Coronel Albino Pereira Lopo” inaugurado no dia 3 de setembro 2016. – Responsável pela exposição de armamento medieval na sede da Associação Shotokai de Portugal, (Lisboa) visita do embaixador do Japão em 11 de maio de 2019..

\*\* Sócio fundador e actual Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação de Defesa do Património do Concelho de Macedo de Cavaleiros; Médico Veterinário (1986) pela Universidade Técnica de Lisboa, Pós-Graduado em Gestão e Conservação da Natureza (2004) pela Universidade dos Açores e em Ciências Agrárias (2000) pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Também da sua formação: CAGEP – Curso Avançado de Gestão Pública, INA, 2012. Curso Breve de Direito Rural, Faculdade de Direito da Universidade do Porto, 2013. Curso Breve sobre o Novo Código de Procedimento Administrativo, Faculdade de Direito da Universidade do Porto, 2015. Exerceu profissionalmente medicina veterinária em regime liberal desde a sua licenciatura até 30 de novembro de 2011. Foi Médico Veterinário Responsável -Coordenador do ADS – Agrupamento de Defesa Sanitária da Associação de Criadores de Gado, ACRIGA, Macedo de Cavaleiros, desde 1988 até março de 2003. Foi assessor na gestão de empresas agrícolas. Docente não vinculado no Instituto Politécnico de Bragança, desde 1997 até novembro de 2011. Responsável pela área da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo desde janeiro de 2006, como vereador da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. Colaborou em diversos projetos de investigação, sendo autor e coautor de numerosos artigos científicos, posters, participações e comunicações em congressos e conferências, nomeadamente no âmbito da medicina veterinária e no da gestão e conservação da natureza. Autor de Glossário de Equídeos, Ed. Quarteto, Coimbra 1999. Escritor, sendo autor dos seguintes títulos, entre outros: Um Tiro na Bruma, Editora Sopa de Letras (Principia), Cascais, 2007 (duas edições). Quartzo – Vidas de um Veterinário, Editora Quarteto, Coimbra 2000, Macedo Rua a Rua, Ed. Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, 2005, O Segredo da Fonte Queimada, Editora Sopa de Letras (Principia), Parede, 2009.; José Carlos Ary dos Santos – As outras faces de um poeta, in Tellus, Revista de cultura trasmontana e duriense, 29 -47, n.º 54, 2011. Foi dirigente e é membro de diversas associações de produtores e associações profissionais, científicas, artísticas, culturais e de solidariedade social, exercendo funções de cidadania de carácter social e político. Nomeado para o cargo de Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Norte, iniciando funções em 2 de dezembro de 2011. Reconduzido em regime de substituição para o cargo de Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Norte em 1 de maio de 2012. Nomeado em regime de comissão de serviço pelo período de cinco anos em 3 de março de 2013. Durante o mesmo período de funções e por inerência fez e faz parte das Comissões de Gestão do PRODER, PDR2020, PROMAR e MAR2020. Nomeado em 2018, para Vice-presidência do Instituto da Vinha e do Vinho.

Vontades que definiram como seus objetivos, entre outros, promover o estudo, preservação, defesa e divulgação do património cultural, mormente arqueológico, paisagístico, artístico, etnográfico, industrial e ambiental. Em agosto do ano de 2005, foi aprovado por unanimidade em Sessão de Câmara de Macedo de Cavaleiros, o interesse Municipal da Associação Terras Quentes.

No mês de setembro de 2005 solicitou-se à Presidência do Conselho de Ministros o reconhecimento da Utilidade Pública, reconhecimento que, em dezembro desse mesmo ano, chegou através do Ministério da Cultura e pela Presidência do Conselho de Ministros, tendo sido outorgada como Instituição de Utilidade Pública ao abrigo do decreto-lei 460/77.

Mas, antes desses reconhecimentos, as mangas já tinham sido arregaçadas, com intervenções arqueológicas, no verão de 2003, que nos possibilitaram fazer, nesse mesmo ano (6 de dezembro), a primeira mostra de peças exumadas nessas intervenções, na pré-inauguração do Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros.

Hoje já somamos 56 campanhas em 20 arqueossítios, tudo neste concelho, tendo-se promovido a aceitação de voluntários em diversas Universidades do país e do Estrangeiro: de Lisboa, Porto, Coimbra, Trás-os-Montes, Minho, U. Nova de Lisboa, Évora, Vigo, Valladolid, Madrid, S. Paulo, Louisville, na sua maioria alunos pertencentes às licenciaturas em Arqueologia. Assim como estudantes da escola Secundária de Macedo de Cavaleiros, entre outras, movimentando-se cerca de 1.598 alunos.

Uma das nossas preocupações sempre foi atrair a comunidade escolar e juvenil ao nosso projecto, sendo que nos anos de 2006 e 2007, com o apoio dos formandos, percorreu-se nesses dois anos todas as escolas, desde o pré-primário ao 12º ano, em acções de sensibilização para as questões do Património, sempre muito participadas.



Aspecto de trabalhos com a comunidade escolar de Macedo de Cavaleiros

Quadro dos arqueossítios intervenionados pela Associação Terras Quentes entre 2003 e 2020.

**Sítios arqueológicos intervenionado pela Ass. "Terras Quentes" 2003-2020**  
20 arqueossítios – 56 campanhas

ANO/SÍTIO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011/2020
1. Erige Surro (Vilar Mosto) Serra-Martinez, Elia Luis, Jéssica Represas	X	X	X	X	X	X	X	X	10
2. Fraga Elreigo (Vilar do Mosto) José Ventura, Hélder Carvalho	X	X	X	X	X				
3. Arrocha Pichelo (Pichelo) C. Mendes, J. Teresa, H. Barranhão, Lúcia Miguel		X	X	X					
4. Olanhadas (Cortice) C. Mendes, Miriam Arranz, J. Teresa, Helena Barranhão	X	X		X					
5. Fraga de Fregada (1º Camboia) Carlos Mendes, Sofia Figueiredo, Fátima Bento				X					
6. Manteo do Andarim (V. Porca) Hélder Carvalho	X	X	X						
7. Bencim (Educo) Carlos Mendes, J. Teresa, Helena Barranhão, Miriam Arranz	X		X						
8. Alameda Soterrada (Esmofofo) Carlos Mendes, Nathalie Ferreira	X	X		X					
9. A. João Campa (Lamas) Carlos Mendes, Serra-Martinez	X								
10. Sentei Barmes (Salvata) Carlos Mendes	X								
11. Colégio de Arca (Salvata) Carlos Mendes	X	X							
12. Sentei (Tallas) José Ventura, Hélder Carvalho, Patricia Pichelo						X	X	X	
13. Forno Pichelo (Salvata) Carlos Mendes	X								
14. Forno Cavaleiros (M Cavaleiros) Carlos Mendes, Lúcia Pereira					X				
15. Real Forno (Chacón) João Teresa, Helena Barranhão, Lúcia Miguel				X					
16. Vila Riquelme (Lamaçonga) Carlos Mendes				X					
17. Castro Perano (Castelão) C. Mendes, Hélder, João, Raquel					X	X	X		
18. Alentejo da Moura (Forno Leão) Carlos Mendes				X					
19. Forno de Gal (V. Pousa e Salvata) Carlos Mendes			X	X					
20. Forno do Vento (Lagoa) Hélder, Ventura				X					
<b>20 Sítios 56 Campanhas</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>10</b>

Arqueossítios intervenionados e campanhas realizadas

No ano de 2007, foram preparados, com justificação técnica e científica, dez dossiers de arqueossítios existentes no Concelho de Macedo de Cavaleiros, com o intuito de serem remetidos à tutela a fim de serem habilitados ao processo de classificação/proteção. Assim, foram propostos: A Terronha de Pinhovelo (povoado romanizado) sito em Pinhovelo, Freguesia da Amendoeira; povoado romanizado do Cramanchão, Freguesia dos Cortiços; Forno Romano e Forno de Telha do Pradinho Freguesia de Salselas; Necrópole do Sobreirinho, Comunhas, Freguesia de Ferreira; Fornos da Cal de Vale da Porca, Freguesia de Vale da Porca; Povoado da primeira Idade do Bronze da Fraga dos Corvos, Freguesia de Vilar do Monte e Fraga da Pegada (arte rupestre) sito na Freguesia de Santa Combinha. Destes dez arqueossítios, cinco foram considerados com valor para serem classificados.

Foram as seguintes as classificações atribuídas:

- Arqueossítio classificado de Interesse Público – Povoado romano da Terronha de Pinhovelo.
- Arqueossítios classificados de Interesse Municipal: Forno Romano de Salselas; Povoado romanizado do Caramanchão; Povoado da 1ª Idade do Bronze da Fraga dos Corvos e Fraga da Pegada, na praia da Albufeira do Azibo.

A partir do ano seguinte (2004), a actividade da Instituição progrediu noutros sentidos, tendo-se iniciado nesse ano o inventário de arte sacra de todos os locais de culto do Concelho de Macedo, e dois anos depois partido para o inventário de toda a Diocese de Bragança, sendo a Terras Quentes a primeira instituição privada a fazer um inventário de uma Diocese no país. Esse trabalho, que teve o apoio, para além da Diocese, da Polícia Judiciária, das Câmaras Municipais do distrito, do Departamento de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (sendo do seu Corpo Docente o Coordenador-Geral do Inventário, Professor Doutor Vítor Serrão) e a Escola das Artes da Universidade Católica do Porto. Foram inventariadas 11.265 peças nos concelhos em que operámos: Alfândega da Fé, 1.673 peças; Carrazeda de Ansiães; 126 peças; Freixo de Espada à Cinta 848 peças; Macedo de Cavaleiros; 5.195 peças; Torre de Moncorvo, 1.401 peças; Vila Flor, 1.814 peças e Vimioso, 208 peças. A partir da apresentação de resultados, a Diocese assumiu fazer o restante dos concelhos que faltavam.

Entretanto, formalizou-se um protocolo entre a nossa Instituição e a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e as comissões fabriqueiras das paróquias do concelho, o que permitiu à nossa oficina de restauro proceder à recuperação de cerca de 350 peças de arte sacra (os itens mais significativos e valiosos) provenientes das igrejas, capelas e outro locais de culto do concelho de Macedo.

Assim nasceu na vertente museológica tendo-se inaugurado o Museu Municipal de Arte Sacra no ano de 2009. Com carácter inovador, isto é, todos os anos houve uma rotação de cerca de 60 a 70 peças que passavam pela nossa oficina de restauro, após o que eram colocadas em exposição.



Alguns trabalhos de restauro efectuados na nossa Oficina

Nos anos de 2006 e 2007, estiveram a estagiar na oficina de restauro da Associação Terras Quentes, os alunos finalistas do curso de Restauro da Escola das Artes da Universidade Católica do Porto.

Outras acções se foram desenvolvendo, como a promoção de estágios profissionais aos recém-licenciados que connosco colaboravam. Realizaram-se até ao momento 21 estágios profissionais nas áreas de Arqueologia, História de Arte, Antropologia e Conservação e Restauro, tendo a instituição investido 98.039,76€ nessas acções de formação profissional. É um orgulho para a Terras Quentes que nenhum dos elementos alvos de acção profissional se encontre neste momento em situação de desemprego, sendo que 85,7% foram formandos do nível V.

Nº	Nº Estágio	Nível	Nome	Área	Valor investido ATQ
1	25/05/Mac	V	Dr. João Tereso	Arqueologia	2.247,87
2	31/05/Mac	V	Drª Helena Barranhão	Arqueologia	2.255,26
3	34/05/Mac	V	Drª Lília Silva	História Arte	9.080,16
4	34/05/Mac	V	Dr. Lécio Leal	História Arte	9.080,16
5	34/05/Mac	V	Drª Ana Gaspar	Antropologia	9.080,16
6	34/05/Mac	V	Drª. Mafalda Jorge	Restauro	9.080,16
7	12/EP/06	V	Drª. Sofia Figueiredo	Arqueologia	4.584,82
8	12/EP/06	V	Drª. Fátima Bento	Arqueologia	4.584,82
9	063/EP/06	V	Drª. Liliana Pereira	Arqueologia	3.438,39
10	063/EP/06	III	Liliana Rio	Restauro	3.438,39
11	032/EP/07	V	Drª Bárbara Maia	Restauro	4.584,82
12	032/EP/07	V	Drª Raquel Henriques	Arqueologia	4.584,82
13	002/EP/08	V	Dr. Tiago Oliveira	Restauro	4.787,64
14	002/EP/08	V	Dr. Ricardo Naito	História Arte	4.787,64
15	80/POC/08	III	Liliana Rio	Restauro	800,00
16	048/EP/08	III	Drª Cátia Carvalho	Arqueologia	2.508,03
17	04/EPR/09	V	Drª Filipa Leite	História Arte	4.024,56
18	12/EPR/09	V	Drª Fátima Santos	História Arte	4.024,56
19	024/EP/09	V	Dr. Frederico Matos	Restauro	4.024,56
20	006/EP/10	V	Drª Raquel Seixas	História de Arte	4.024,56
21	1029/EP/10	V	Drª Joana Domingos	Restauro	3.018,38
					98.039,76

Quadro dos participantes em acções de formação profissional

Os trabalhos de Arqueologia iam prosseguindo e isso também nos permitiu, não só, efectuar logo no ano 2003 a primeira mostra, assim como dois anos depois inaugurarmos a sala-museu de arqueologia no Núcleo Central da Albufeira do Azibo, e as centenas de milhares de peças exumadas, algumas pela sua qualidade e raridade, permitiram que no ano de 2016 fosse inaugurado o Museu Municipal de Arqueologia “Coronel Albino Pereira Lopo”, estando presentes na cerimónia, para além das entidades locais, o Senhor Presidente do ICOM- Europa, Prof. Doutor Luís Raposo, tendo sido o primeiro acto público enquanto presidente daquele prestigiosa organização europeia de museus, sendo também associado da Associação Terras Quentes.



Aspecto do Museu Municipal de Arqueologia

Um dos grandes orgulhos da nossa Instituição é o portefólio dos seus associados. Um dos membros dos nossos órgãos sociais possuía uma grande coleção de armamento medieval presente na “mãe de todas as batalhas” Portuguesas, no desfecho da crise de 1383/1385, a batalha de Aljubarrota, que de imediato o doou à Terras Quentes. Assim, disponibilizado o espaço e os apoios necessários por parte da Câmara Municipal, no ano de 2015 foi possível inaugurar o Museu Municipal Martim Gonçalves de Macedo. Este espaço museológico, sendo único no país nesta temática, in memoriam dum dos heróis da batalha, apresenta a mais recente tese de como decorreram os acontecimentos dessa tarde de 14 de agosto de 1385.



Alguns aspectos do museu Martim Gonçalves de Macedo

Quando iniciamos a nossa actividade, e consultada a base de dados do então IPA- Instituto Português de Arqueologia, em 2003, existiam registados na sua base de dados 67 sítios arqueológicos no Concelho de Macedo de Cavaleiros. Hoje, na nossa base de dados, existem registados 181 arqueossítios. No PDM de Macedo de Cavaleiros tinham sido considerados 87 referências Patrimoniais: com a acção da Terras Quentes estão hoje referenciados 667 registos de património edificado e etnográfico.

Todos os anos são realizadas as Jornadas da Primavera da Associação, que têm como objectivo mostrar ao público os trabalhos do ano transato da Terras Quentes. Em 2023 será realizada a 19ª edição. Nesse momento será apresentado o nosso Caderno Terras Quentes que já está na edição número dezanovec. É feita uma pequena edição em papel e em simultâneo é disponibilizado no nosso site [www.terrasquentes.pt](http://www.terrasquentes.pt).

Mas pergunta-se: como é possível num concelho tão pequeno levar-se tão longe o desenterrar da sua história? Só foi possível até agora pelo voluntariado tanto dos técnicos seniores como juniores, assim como dos associados que têm participado nos diversos trabalhos.

Anos	Verbas aprovadas e disponibilizadas
2003	34.850
2004	100.000
2005	94.000
2006	65.701
2007	54.249
2008	50.000
2009	40.750
2010	43.000
2011	29.200
2012	33.580
2013	18.000
2014	15.300
2015	28.500
2016	33.451
2017	10.830
2018	24.975
2019	0,00
2020	0,00
Média anual	37.577
	Total recebido, da Edilidade em 18 anos 676 386,00€

Nota: nestas verbas não estão incluídas as verbas de apoio à montagem de duas salas do museu de arqueologia e três dos museus Municipais; Arte Sacra, Arqueologia e História. São somente as verbas destinadas ao apoio das actividades da Associação Terras Quentes, como por exemplo; despesas de instalações; escavações arqueológicas, apoio à Oficina de Conservação e Restauro, Carta Arqueológica do Concelho; Jornadas da Primavera; Noites com o Património; 18 edições dos Cadernos Terras Quentes, apoios às acções de Formação Profissional, despesas correntes, impostos, serviços de contabilidade, compra e manutenção de viaturas etc.

Por fim, a comunicação dos nossos trabalhos entre o ano de 2002 e 2022 – As Jornadas da Primavera, na sua 17ª edição, teve até hoje 139 comunicações e a presença de 211 conferencistas – a apresentação dos resultados do Inventário da Diocese de Bragança, dois eventos com 18 comunicações e a presença de 22 conferencistas; as noites com o património, 4 edições com 11 comunicações e 16 conferencistas. No total, 22 eventos onde foram apresentadas 168 comunicações por 259 conferencistas.

É de elementar justiça relevar o carinho e empenhamento que a autarquia de Macedo de Cavaleiros sempre mostrou, por parte dos seus eleitos, para com as actividades propostas e desenvolvidas pela Associação. Pela nossa parte, sempre tivemos no nosso horizonte, fazer o melhor que podíamos e sabíamos no sentido de retribuir ao concelho o conhecimento de todo o seu vasto património e cultura, a fim de que a edilidade pudesse, a partir dos dados colocados à disposição, elaborar planos de desenvolvimento culturais e turísticos. Macedo de Cavaleiros é dos poucos municípios, no País, que tem todo o seu património inventariado e grande parte estudado e conservado, como lhes demos conta.





**Testemunhos de  
Associados e Amigos  
sobre os 20 anos da  
Associação Terras  
Quentes**

## Testemunhos de Associados e Amigos sobre os 20 anos da Associação Terras Quentes

Tendo em conta a comemoração dos vinte anos de existência da Associação Terras Quentes, solicitámos a alguns associados e amigos que testemunhassem a sua opinião sobre o caminho efectuado pela instituição. Teria valido a pena? Não será melhor ficar por aqui?

Conforme referimos no solicitado dos testemunhos, publicamos todos, sem excepção os que nos chegaram até a data e hora do fecho da edição do caderno Terras Quentes nº 19.

Eis então os testemunhos, “opiniões”, sobre a Associação Terras Quentes que nos chegaram:

Publicados por ordem de chegada à nossa redacção:

### Testemunho: de Ana Miriam Arranz Gozalo

#### Obrigada

*Llegué a Macedo de Cavaleiros en el verano de 2004 para participar como voluntaria en la campaña de excavaciones arqueológicas de la Terronha do Pinhovel. Era aún una estudiante universitaria que había cursado una beca Erasmus en la Universidad de Lisboa y que el verano anterior ya había participado en campañas arqueológicas del Algarve y del Alentejo.*

*No tengo ningún reparo en reconocer que esas experiencias en excavaciones en Portugal no habían sido muy positivas... Motivo por el cual, cuando un amigo de Lisboa me llamó para convencerme de que nos apuntáramos a una campaña en un sitio llamado Macedo de Cavaleiros accedí sin mucho “entusiasmo” y con la idea de estar solo un mes en ese sitio que ni siquiera sabía ubicar en el mapa...*

*Y de esa manera me planté en julio de 2004 en ese rincón de Trás-os-Montes sin ser consciente de que, ese mismo instante, iba a marcar un antes y un*

*después en mi vida. Comencé a excavar en la Terronha do Pinhovelo y, nada más comenzar, me percaté de que esa excavación no era como el resto. Las personas responsables estaban preocupadas de formar verdaderamente a los estudiantes y les hacían partícipes de todo el proceso de la excavación. Esto, que parece lo obvio, no era lo que había vivido en la mayoría de excavaciones en las que había participado en mi formación universitaria (tanto en España como en Portugal) por lo que, desde el primer día, intenté esforzarme al máximo en aprender todo lo posible. En cuanto a la convivencia, al contrario de las otras experiencias ya mencionadas en otras partes del territorio lusitano, desde el primer instante me sentí integrada en el grupo a pesar de ser la única extranjera. Nunca sufrí una muestra de discriminación o rechazo, absolutamente todo lo contrario. En todo momento sentí ser una más y, poco a poco, Macedo de Cavaleiros fue ganándose mi “frío” corazón castellano...*

*Terminó el mes de julio pero, ante lo positivo de la experiencia, decidí prolongar mi estancia para participar en agosto en la campaña arqueológica del Povoado do Cramanchão. Así que el verano del 2004 le pasé entero en Trás-os-Montes terminando mi formación como arqueóloga, aprendiendo intensamente cómo desarrolla el trabajo de campo y viviendo una experiencia general maravillosa de la que puedo decir, tanto años después, que aún conservó buenas amistades.*

*Volví a Valladolid y comencé a cursar mi Máster en Patrimonio Cultural después de obtener mi Licenciatura en Historia... A los pocos meses recibí una llamada de Carlos Mendes invitándome a dirigir la siguiente campaña del Povoado do Cramanchão junto a él y, obviamente, muy emocionada, mi respuesta fue afirmativa. De esa manera, el verano del 2005 volví a Macedo de Cavaleiros para asumir mi primera dirección conjunta de una excavación. En ella intenté poner en práctica todo lo aprendido en tantos años de formación pero, también, procuré crear un clima de positivo de convivencia entre el grupo de voluntarios a mi cargo para llevar a la par su aprendizaje y su correcta integración. Esa primera dirección fue una experiencia que nunca olvidaré y siempre estaré agradecida a Carlos Mendes y a la Associação de Defesa do Património Arqueológico “Terras Quentes” por haberme dejado ser partícipe de ella.*

*Cuando terminó ese verano, nuevamente volví a mi ciudad natal para seguir cursando mi Máster de especialidad y, al mismo tiempo, comencé a trabajar en una de las empresas de Arqueología más relevantes de Castilla y León. Mi etapa como arqueóloga profesional estaba comenzando pero, ese siguiente verano de 2006, dediqué mis vacaciones para volver a Macedo de Cavaleiros a volver a dirigir, nuevamente junto con Carlos Mendes, otra campaña del Povoado do Cramanchão en lo que sería otra exitosa y productiva experiencia en todos los niveles.*

*Y después del 2006 llegaron unos años de absoluta dedicación a la Arqueología tanto en mi horario laboral (en diferentes proyectos y empresas españolas) como en mi tiempo libre (dedicada a la exhumación de fosas comunes del período de la Guerra Civil y Dictadura dentro del movimiento de la Memoria Histórica).*

*Pero siempre, cuando me preguntaban por mi formación, mi respuesta era la misma: “Mi mayor formación la obtuve en Portugal, gracias a la Associação de Defesa do Património Arqueológico “Terras Quentes” de Macedo de Cavaleiros”. Considero que en esta vida hay que ser agradecida y yo debo gran parte de lo que soy a este proyecto de investigación desarrollado en Trás-os-Montes. Pero no solo me formé como arqueóloga sino también como persona y gran parte de la mujer que soy ahora la forjé en esos veranos de absoluta felicidad.*

*Me gusta viajar mucho por Portugal y, en cada sitio que visito siempre me preguntan cuál es mi lugar preferido de este país y mi respuesta es siempre la misma: “Macedo de Cavaleiros”. Normalmente se extrañan ante esta afirmación rotunda pero siempre les argumento que “si les resulta sorprendente es porque aún no conocen todos los encantos que ofrece ese lugar”.*

*Por motivos puramente nostálgicos hacía tiempo que no volvía... Pero el año pasado regresé a Macedo de Cavaleiros a las Jornadas de Primavera de la Associação y confieso que fue un viaje muy emotivo... Al pasar Bragança y comenzar a observar los rótulos en la carretera indicando “Macedo de Cavaleiros” algo en mí se removió y sentí como si nunca hubiera abandonado*

*este lugar. Volví a recorrer esa ciudad, a admirar esos paisajes, a sentarme al pie del Barragem do Azibo, a recordar tantos buenos momentos... Está claro que es mi lugar favorito de Portugal y mi corazón castellano ya tiene una parte ocupada por Trás-os-Montes para siempre.*

*Y ahora la pregunta ¿qué es para mí la Associação de Defesa do Património Arqueológico “Terras Quentes”? Pues es un proyecto absolutamente necesario para el desarrollo de Macedo de Cavaleiros que está sirviendo para descubrir su pasado y poder desarrollar un turismo patrimonial fundamental en el porvenir de la zona. Pero esta asociación también ha sido responsable de la formación como arqueólogos y como personas de muchos estudiantes, lo cual es algo suma relevancia.*

*Yo siempre estaré agradecida a la Associação de Defesa do Património Arqueológico “Terras Quentes” por haberme dado tanto, por haber confiado en mí y por haberme otorgado la posibilidad de aportar mi granito de arena dentro del proyecto.*

*Diciendo OBRIGADA es la mejor forma que tengo para definir todo lo que Associação de Defesa do Património Arqueológico “Terras Quentes” ha sido y es para mí.*

*En especial, quiero dar las gracias a Carlos Mendes: Serei eternamente grata por todos os teus ensinamentos e pela confiança que sempre depositaste em mim.*

*Igualmente, son muchos nombres los que se me vienen a la cabeza para dar las gracias y no quiero terminar sin mostrar mi gratitud a personas que me ayudaron tanto: Belmira Mendes, Manuel Cardoso, Ana Veríssimo y Vanda Ramalho. Tampoco me quiero olvidar de dos arqueólogos que contribuyeron también a mi formación: el querido Profesor, que ya no está con nosotros, João Senna Martinez y João Tereso. Y tampoco puedo dejar de mencionar a mi querido niño, ya adulto, Vasco (o meu “Vasquinho”) que siempre me sacaba una sonrisa.*

OBRIGADA.

## **Testemunho Pedro Fragoso**

*Do pouco que conheço sobre a Associação Terras Quentes, só posso falar bem da sua existência.*

*Posso dizer que foi nos últimos 20 anos que ouvi falar no meu concelho, sobre Arqueologia e Arte Sacra, e foi a ATQ que, com o seu trabalho e desenvolvimento trouxe a Macedo de Cavaleiros, o relembrar da nossa história, na arqueologia e na arte sacra, de onde se realça a abertura dos museus da nossa cidade.*

*Bem hajam pelo vosso trabalho e desejos de que continuem a ajudar a desenvolver o nosso concelho.*

*Cumprimentos*

**Pedro Fragoso**

\*\*\*\*\*

## **Alêtheia Editores**

*Muito nos honra o pedido feito e deixamos umas breves palavras sobre o meritório trabalho desenvolvido pela Associação Terras Quentes:*

*“A Associação Terras Quentes é um exemplo de perseverança na defesa do património histórico e arqueológico do concelho de Macedo de Cavaleiros, cujos passos devem ser replicados pelo país fora e cujo trabalho académico felicitamos.”*

*Obrigada,*

**Alexandra Louro | Alêtheia Editores | Alêtheia XXI**

## Testemunho – Carlos Mendes

Como a história da génese da Associação Terras Quentes começou, foi contada com pormenor pelo nosso sócio fundador Jaime António Gonçalves, mais conhecido pelo acrónimo “António Cravo” na sua obra “História da Vida dum Zorro”. Narra o António Cravo na sua obra nas páginas 415 e 416: ....

*“No dia 30 de março de 1999, tive a oportunidade de conhecer e contactar o arqueólogo Carlos Alberto Santos Mendes, em Vale da Porca. Naquele dia quase ao anoitecer, passava em Vale da Porca a caminho de Salselas, com a minha esposa e a sua prima Maria Domingues, que era ela que nos levava no seu carro e ao passarmos por Vale da Porca, ela lembrou-se de uma colega de enfermagem que trabalharam juntas no Hospital Militar de Lisboa e que era natural desta aldeia transmontana; e chamava-se D. Ondina e era irmã da esposa daquele arqueólogo... e lá fomos até à casa onde morava. Naquele momento, também lá estava a sua irmã D. Belmira e o marido desta senhora Dr. Carlos Mendes.... Então, naquela visita, apresentámo-nos: ele como arqueólogo e eu como sociólogo e dinamizador do Museu Rural de Salselas. Naquela minha apresentação também o informei que nos estatutos da Associação os Amigos do Museu Rural derem Salselas, estava previsto fazermos a recuperação dois fornos da cal e da telha de Salselas, assim como pesquisar o Cabeço da Anta e o Cabeço do Calvário...*

*O Dr. Carlos Mendes, depois, empenhou-se muito para que estas ideias se tornassem realidade. Por isso, criou a Associação de Defesa do Património do Concelho de Macedo de Cavaleiros designada “Terras Quentes”, convidou-me para eu também ser sócio. Eu aceitei e fiquei com o número 11; e fui durante algum tempo, 2º secretário”.*

*E foi assim que, embrionariamente, germinou a ideia da nossa Instituição.*

*Acrescenta-se que todos os seus desejos das intervenções em Salselas foram realizados pela Associação Terras Quentes.*

*Mas faltavam ainda mais nove “amigos que comungassem das mesmas ideias” para se poder formalizar legalmente a Associação. Não foi difícil.*

*Homens chave para levar a ideia em diante eram e foram: Manuel Cardoso, irmãos Alexandre e Bernardo Patrício e João Senna Martinez.*

*A Legislação obrigava-nos a reunir onze subscritores para nos sentarmos à mesa com a Dr<sup>a</sup> Ana Maria Gomes dos Santos Reis, (notária de Macedo) o que aconteceu no dia 20 de Dezembro do ano de 2002, afim de subscrevermos a legalização da Associação Terras Quentes: A equipa de onze, que não necessitou de treinador, pois todos nós assumimos a função de jogador/ /treinador, (desculpem o linguajar futebolístico) foi constituída por: Carlos Alberto Santos Mendes; Jaime António Gonçalves; João Carlos de Freitas de Senna-Martinez; Henrique da Costa Ferreira; Maria Belmira Cordeiro Santos Mendes; Bernardo Luís de Sá Miranda Patrício; Luís Pedro Patrício; Paulo Alexandre de Sá Miranda Patrício; Manuel José Serra de Sousa Cardoso; Alexandre Augusto Figueiredo de Carvalho Neto e Miguel Castelo Branco Peixoto e Bourbon. Estava a equipa formada; à partida foram discutidas as regras do jogo - a cartilha era somente património e cultura – não iríamos defrontar nenhuma equipa de cartilheiros políticos, o que até hoje aconteceu, sendo este o grande segredo da nossa coesão e longevidade.*

*Mas não posso continuar sem primeiro vincar o meu grande pesar, mágoa, tristeza e todos os outros sinónimos que possam existir (sem ter uma única dúvida, que são estes os sentimentos, dos outros sete elementos fundadores da Associação) por três grandes amigos que já partiram da nossa companhia: Luís Pedro Patrício (2010); Alexandre Augusto Figueiredo de Carvalho Neto (2017) e o João Carlos de Freitas de Senna-Martinez (2022), que estejam em paz, onde estiverem. Tenho a certeza que estarão sempre connosco, e nos nossos corações. Foram amigos, companheiros de jornada, que sempre deram tudo, em troca de nada, à nossa Instituição. Bem hajam para todo o sempre. Um dia haveremos de nos encontrar não sei onde, talvez onde haja necessidade de alguma intervenção no património ou na cultura, material ou imaterial e lá estaremos.*

*Quem ler o artigo acima referido, dos 20 anos da Associação já ficará com uma ideia do caminho que percorremos até chegar ao dia de hoje. Todavia, ainda mais esmiuçado, encontra todo o currículo da Instituição no nosso site: [www.terrasquentes.pt](http://www.terrasquentes.pt) onde em cerca de uma centena de páginas poderá*

*ao pormenor saber, não só as realizações feitas ao longo destes 20 anos de existência, como também encontrará o nome de mais de 1.500, pessoas, a maioria alunos das escolas de Macedo de Cavaleiros, assim como da grande parte dos alunos da variante de arqueologia de todas as Universidades Portuguesas e algumas estrangeiras que colaboraram nas nossas actividades em mais de 90% de forma voluntária.*

*Será muito difícil replicar-se no País, ou melhor, noutra autarquia, com o mesmo potencial económico e financeiro da edilidade Macedense (que tem feito, a maior parte das vezes, o que as suas possibilidades permitem) um projecto como o nosso. Espero estar enganado. Nunca a nossa instituição teve nenhuma mordomia, reconhecimento ou galardão, pelos trabalhos desenvolvidos por parte dos poderes, locais, regionais ou nacionais – o que para nós é sinónimo de estarmos no bom caminho, que é, caminhando.*

\*\*\*\*\*

### **Testemunho Henrique da Costa Ferreira, sócio fundador e Presidente do Conselho Fiscal da ATQ desde 2002**

#### **Os sedimentos culturais e afetivos estão consolidados.**

*A Associação Terras Quentes nasceu de um conluio entre um conjunto de Macedenses e/ou «amacedados» cultural e/ou afetivamente, interessados pelo estudo do património arqueológico, cultural, social, educacional, económico e ambiental do Concelho de Macedo de Cavaleiros, com extensão à Terra Quente e à Terra Fria Transmontana. Dado que um dos «amacedados» é especialista e ex-aluno do curso de Arqueologia da Faculdade de Letras de Universidade de Lisboa (Carlos Alberto Mendes), depressa esta Faculdade apadrinou, desde a primeira hora, as iniciativas da Associação, dando-lhe suporte científico e técnico.*

*Ao mesmo tempo, os líderes da Associação cuidaram de arregimentar os melhores técnicos e especialistas regionais e nacionais possíveis.*

*Em 2005, a dimensão do trabalho da Associação já contava com 77 especialistas e a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros fez-se co-*

*-financiadora do Projeto a par dos fundos comunitários a que a Associação se foi candidatando. Nesta área, a Administração da Cultura, em Portugal, soçobrou nos últimos 10 anos e a Associação também se ressentiu disso tendo a Câmara Municipal de assumir a parte de leão do financiamento a par de vários mecenas e carolas.*

*O trabalho da Associação é notável nos domínios da Arqueologia (21 arqueossítios escavados, preservados e divulgados e 500.000 peças inventariadas); da História da Arte (12.750 peças inventariadas, e cerca de 350 peças recuperadas e devolvidas às igrejas da Diocese de Bragança); da História da região de Bragança, já com dezenas artigos publicados e, em geral, de toda a cultura nordestina, com apoio ao Geopark de Macedo de Cavaleiros e à gestão da Albufeira do Azibo. Além disso, os arqueólogos da Associação inventariaram todo o património na área da Albufeira do Baixo Sabor, e disponibilizaram-no às autarquias.*

*Ao longo da sua existência, a Associação publicou os estudos que foi realizando os quais estão acessíveis na página eletrónica <https://www.terrasquentes.pt> e ainda nos Cadernos Terras Quentes, já na 18ª edição e com 124 artigos publicados.*

*Além disso, a Associação já criou três museus (Arqueologia, Museu Albino Pereira Lopo; de Aljubarrota, Martim Gonçalves de Macedo, o aio de Dom João I, natural de Macedo de Cavaleiros e que salvou o Rei na Batalha), museu único em Portugal; e o de Arte Sacra, gerido pela Câmara Municipal); e está em vias de inaugurar um quarto, o Museu dos Templários, único em Portugal, em homenagem à grande obra dos Templários na região e à sua importância para a consolidação da nação portuguesa, bem vincada nas jornadas da Primavera da Associação, no passado dia 14, de maio de 2022 e correspondentes ao Caderno Terras Quentes nº 17.*

*Os estudos relativos à Batalha de Aljubarrota dão ainda ênfase ao papel do Nordeste, sobretudo de Macedo de Cavaleiros, e de Dom Nuno Álvares Pereira na preparação da Batalha, com destaque para a organização do Exército no Lugar do Pereiro, em Castelões/Vilar do Monte e na Vilariga,*

*onde foram encontrados elementos dessa presença e da devoção a Santa Maria e a Miguel Arcanjo, patrono do Exército Português.*

*Destaque ainda para os estudos académicos a que os trabalhos da Associação já deram origem: 52 monografias de Licenciatura, 32 dissertações de Mestrado, três teses de Doutoramento.*

*Um exemplo a seguir.*

*Porém, 20 anos é uma efeméride crítica. Serve para consolidar o élan fundador ou para passar o testemunho a quem revele melhorar o élan e a obra. Nada é eterno na vida, mas a obra realizada merece ser continuada e melhorada. Macedo de Cavaleiros merece.*

### **Testemunho de Dr<sup>a</sup> Antónia Reis Morais associada nº 70 e de Frederico Carlos Reis Morais Vice-presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Associação Terras Quentes**

*As várias referências que o Dr. Carlos Mendes fez nos seus últimos mails aos 20 anos de existência da Associação Terras Quentes (ATQ), fizeram-nos relembrar a nossa viagem a Vale da Porca no ano de 2008, quando fomos visitar a nossa querida e saudosa prima e amiga Ondina.*

*Foi nessa visita que tivemos oportunidade de conhecer a realidade da ATQ. Começámos por conhecer as instalações da Barragem do Azibo onde para além de instalações para os arqueólogos estagiários dormirem e um refeitório havia também um pequeno museu muito interessante. O ambiente humano era excelente e fomos recebidos com enorme entusiasmo e carinho por todos (portugueses e espanhóis) que contactámos.*

*Posteriormente, visitámos o Museu de Arte Sacra em Macedo de Cavaleiros, que era gerido pela ATQ, onde mais uma vez ficámos maravilhados com o trabalho que tinha sido realizado em termos museológicos e de restauro.*

*Por fim e não menos interessante fomos à oficina de restauro em Vale da Porca, onde de novo fomos surpreendidos com a qualidade dos técnicos que lá trabalhavam e vimos autênticos milagres de restauro.*

*Fomos igualmente visitar a frente de trabalho arqueológico ativa na “Fraga dos Corvos”.*

*Por isso, foi com muita satisfação que no ano de 2009 passámos a ser sócios da ATQ.*

*No entanto, alguns anos depois voltámos a Vale da Porca e verificámos que a realidade era bem diferente, embora o entusiasmo da ATQ se mantivesse para continuar a trabalhar.*

*Com efeito, as instalações da Barragem do Azibo tiveram de ser devolvidas à Câmara Municipal porque eram necessárias para instalar uma organização supostamente muito “mais importante” e necessária, mas a verdade é que depois da ATQ sair pouco ou nada foi feito até hoje, encontrando-se o local praticamente abandonado, o que nos causou bastante tristeza dado o que tínhamos observado uns anos antes, em que o local fervilhava com o trabalho e entusiasmo de todos os que participavam nas escavações no sentido da valorização do património arqueológico e cultural de Macedo de Cavaleiros.*

*Entretanto, a gestão do Museu de Arte Sacra tinha sido entregue ao Município de Macedo de Cavaleiros.*

*Para além disso, as instalações onde funcionava a oficina de restauro tiveram de ser entregues à Junta de Freguesia de Vale da Porca porque o candidato vencedor das eleições autárquicas achou por bem transformar o espaço da oficina em salão de baile. Pela quantidade de habitantes residente em Vale da Porca duvido que tenham sido organizadas muitas festas. Ou seja, pelos vistos, ganhou-se uma sala que estará vazia a maior parte do ano e perdeu-se uma oficina que mantinha 4 postos de trabalho especializado, que poderia ter evoluído para qualquer outra ou outras atividades que enriquecessem o património cultural do concelho. Perdeu-se algo importante para Vale da Porca, mas parece evidente que nada se ganhou.*

*A ATQ com muito esforço renasceu e alguns anos depois, em colaboração com a Camara Municipal, instalou O Museu Municipal de Arqueologia Coronel Albino Pereira Lopo e o Museu Martim Gonçalves de Macedo, em antigas escolas primárias, sendo inaugurados em 2015 e 2016 respetivamente. A maioria do espólio que os guarnece é propriedade da ATQ.*

*A oficina de conservação e restauro passou a funcionar, e bastante bem, nas traseiras do museu de arqueologia e no primeiro andar do mesmo está instalada a sede da ATQ.*

*Tudo parecia ir de vento em pôpa mas, a certa altura, desenvolveu-se um conflito entre a Camara e a ATQ que levou ao fecho dos museus devido à falta de apoio do Município.*

*Este desentendimento foi muito grave, de tal forma que pôs em causa, inclusivamente, a existência da ATQ.*

*Nunca percebemos bem as razões que estiveram por detrás das divergências apresentadas pelo Município, mas a verdade é que é lamentável que tal tenha acontecido sem razões aparentes que pudessem pôr em causa o trabalho meritório até então desenvolvido pela ATQ.*

*Finalmente em 2021, a verdade veio ao de cima felizmente, as partes arrepriaram caminho e voltaram a trabalhar em conjunto tendo em vista a cidade de Macedo de Cavaleiros.*

*E assim chegamos a 2023 com a perspetiva da montagem e inauguração em Macedo de Cavaleiros do único Museu dos Templários existente no País em que estarão expostas peças da época relacionadas com aquela ordem religiosa.*

*Congratulamo-nos com tal expectativa e fazemos votos para que tudo chegue a bom termo em prole de Macedo de Cavaleiros e de toda a região transmontana.*

\*\*\*\*\*

## **Testemunho de Maria Belmira Mendes: Secretária da Mesa da Assembleia-Geral e sócia fundadora da Associação Terras Quentes**

*Há 27 anos, acompanhei e participei com o meu marido na realização de um filme sobre os despojos da guerra colonial 1961/1974. Enquanto ele ia fazendo as entrevistas aos deficientes das Forças Armadas, eu ficava na sala do lado a falar com os familiares desses militares deficientes. Era outro filme, talvez ainda mais duro. Perguntarão, mas, o que é que isto tem a ver com um testemunho do que foram os vinte anos da Associação Terras Quentes? Bom, quando ele (o Carlos Mendes) foi ferido a 11.000km de casa eu estava grávida e as notícias que me iam chegando, é que ele era dado como morto. Mas...Depois chegou no ano de 1999 a “doença” da Associação Terras Quentes, sabendo a sua tempera, era mais uma batalha para ganhar, custe o que custar e os custos tem sido, elevados não só, de tempo roubado à família, como económicos e financeiros, mas a batalha era para ser ganha. Sobre essa questão, outros que se renunciem, se valeu a pena ou não.*

*Somente uma Transmontana de Vale da Porca, moldada, como diz o Torga, dum fraguado é que consegue aguentar, gente como esta, (passe a grossaria da expressão). De facto, como se costuma dizer, estive sentada na poltrona da primeira fila do “espectáculo, com várias visitas aos bastidores” e poucas pessoas, haverá, que poderão testemunhar todos os momentos de dor e prazer que a associação Terras Quentes, fez passar cá por casa, uma coisa tenho que dizer, financeiramente estamos um pouco mais pobres do que quando começou esta aventura chamada Terras Quentes.*

*Mas, para o ano já serão 50 anos de casados, uns dias melhores outros nem tanto, mas conseguimos resistir até às agruras da Associação Terras Quentes, tantas vezes, tão pouco ajudada e compreendida, talvez o futuro venha a fazer justiça aos milhares de pessoas que muitas delas, vindas de longe, a troco de um prato de sopa, e tanto tem feito pela Arqueologia pela História e pela Cultura da minha terra.*

*Um valor inestimável retirei de todos estes 20 anos da existência da Terras Quentes, as dezenas e dezenas de amizades que amealhei, umas já vinham de*

*muito antes e que se consolidaram ainda mais; as outras, com o nascimento da Terras Quentes, são difíceis de enumerar: Desde Valhadolid, Orense, Madrid, Algarve, Alentejo, Lisboa, Porto, Coimbra etc., eles saberão de quem estou a falar. Para eles um beijo e um abraço muito querido.*

*Bem-haja a todos esses, com muita saúde e carinho.*

\*\*\*\*\*

### **Testemunho Dr. Manuel Cardoso, actual Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Associação Terras Quentes.**

*De repente, nessa Primavera e Verão de há vinte anos, passou a fazer parte do nosso círculo familiar um precioso grupo, original e exótico, improvável de acontecer em Macedo de Cavaleiros, que acompanhávamos (ou lhes aparecíamos sempre que podíamos) a pegar nas picaretas, colheres de pedreiro, baldes de terra para o crivo, a esticar a fita métrica ou a segurar na régua de medição de cotas, a fazer fotos, a partilhar piadas e histórias, a comer almoços colectivos de campanha em curso! A arqueologia entrou na vida dos nossos filhos, entrou em nossa casa, abriu horizontes e fez amizades para a vida. Tal como a história de arte, suscitando perplexidades de encontrarmos tal arte diante dos nossos olhos – onde sempre estivera, mas que não víamos! A admiração pelo trabalho da Terras Quentes nos vinte anos que se passaram ficará para sempre em todos aqueles a quem aprouver tirar partido para o futuro, que o podem fazer, porque onde nada, ou quase, havia, de conhecimento científico sobre o nosso passado e o nosso património, aí estão os museus abertos ao público, o espólio recolhido, os cadernos publicados, as colaborações prestadas a entidades e os trabalhos académicos que têm vindo à luz. Impossível de avaliar a amplitude do bem que nos fez todo o extraordinário trabalho que houve e que fica. Na dimensão do conhecimento, do relacionamento humano, da excepcionalidade das experiências vividas. Houve cultura e fez-se cultura de elevado nível. Há uma palavra que resume bem estes incríveis vinte anos: inesquecíveis. Muito obrigado a todos!*

**Publicada por Cavaleiro Andante – 30 maio 2012 – 1h17 –**

**Etiquetas: Associação Terras Quentes,**

### **História, figuras e génese**

*É destemido ler nas pedras. Penetrar-lhes nas entranhas, sugar-lhes o endógeno, vulgarizar-lhes a seiva, num sistema de excelência. Ocasionalmente, revelam-se as leituras. Na intimidade, recatados momentos, senso anestesiado pelo anseio do “que tudo corra bem”. E corre, na eloquência de uns seixos rolados bafejados pelo abraço do Azibo, pelo afago do Sabor ou, simplesmente, pelas suaves carícias de um qualquer regato que desbrava montes e descansa em vales. Por vezes, sublimam-se distantes cronologias, incisivas decorações, penteadas o sejam, lá para o tempo de metalurgias primeiras, seriam corvídeos donos da Fraga, o Vilar no sopé do Monte. Já por lá se andou, ao sabor do estio, encantos na sapiência dos que no pó lêem, partilhas que movem os genes, ancestralidade feita culto, ressuma a génese. Sobra espaço para ouvir os que estocadas dão à nossa ignorância. Sentinelas do tempo, resgatado ao som da protecção do “Monte Mellis”, dorso de Bornes a clamam modernos tempos. De modernos o são pinceladas da excelência...*

*Há oficinas que restauro dão à negligência, à excelência, ocasiões outras, sacros rumores na Casa Falcão, ex-libris de um centro inúmeras vezes pouco central. É ali ao lado, na esquina da passagem, ignorâncias de pedras da calçada, fugas de compromissos outros, ou seja, o conformismo de mirar, causais fenómenos da interioridade, para museus outros ao alcance de uma qualquer incongruência de definhar o que autóctone é. Mas mora a igualdade, ou supremacia da herança das pedras, lá para os recantos de um Museu de Arte Sacra pintado a querer, simbioses mal entendidas por heróis do escárnio (será?), ou a impureza do desinteresse (será também?). Ou uma qualquer outra coisa estacionada para lá de visível entendimento...*

*Excitam-se os genes da pertença, figuras muitas de elevação, ganham-se prémios de Academias, Pedro Hispano uma, lá para as bandas de Corujas, grandezas da humildade, imita-se o ilustre de Grijó, raras elevações em duo de anos, fica Frei Francolino registado nas memórias dos conterrâneos,*

*temos um Macedense a dar cartas na exégesis bíblica, Pontifícias Comissões, e o Profeta Isaías decodificado pela herança da terra. Figuras outras, idas, ressequidas por cronológico bafo, releituras do cronista, intensas, envolventes, Fernão revisitado, temporais regressões aos tempos do Sandoval, terá prostrado o Mestre, rótulas em desespero, auxílio do de Macedo, o Martim toponimicamente omissis, Aljubarrota revisitada e revista. Para quem quer, para quem pode, para quem sorve...*

*E fala-se de um linguajar, requiem pelas almas, salvem-se fonológicos processos do purgatório, exalte-se a ancestralidade absorpta em cumprida penitência, louvem-se os que incentivam. Dizem que o Dialecto Trasmontano é raro caso, híbrido o alcunham, influências do que a artificialidade criou. São as Histórias de Macedo, reveladas pelas bibliotecas do pó, ilustradas pela excelência da recuperação de sacro património, motivadas pela distinção de humildes seres, regadas a envolventes ressuscitações da causa do de Avis, emolduradas a imaterial património da oralidade. Foram as Jornadas da Primavera, antítese do Inverno do esquecimento, prenúncio do fulgor do estio. É a Terra, é a Gente, é o Património... São as histórias com História... São os resultados... É Macedo na estranha e invulgar distinção que tem para dar... Um “bô cibucibo” está aqui...*

**Publicada por Cavaleiro Andante à(s) 01:31 – Terça-feira, 22 de setembro de 2020.**

*“Associação Terras Quentes. Uma entidade constituída por nomes incontornáveis da Arqueologia, da História, da História de Arte e que, espantem-se os deuses, até tem ou teve veterinários, filósofos, antropólogos, gestores e bioquímicos na imensa lista de contribuidores para o desenterrar da incomparável História Macedense... reconhecer, não deixo, o magnífico trabalho que fizeram em prol da História do MEU concelho. **Na imensidão do que este não licenciado em História sabe sobre o território, há uma dívida de gratidão enorme aos Carlos Mendes, aos Senna Martinez, às Elsa Luís, aos Hélder Ventura, aos Sanches Baena, aos Manuel Cardoso e a tantos outros que têm o seu nome gravado a letras de ouro nos anais da história macedense.**”*

## **Testemunho do Dr. Benjamim Nascimento Rodrigues – Presidente da Câmara Municipal der Macedo de Cavaleiros**

*Quero enaltecer a importância da existência desta Associação científico-cultural que em muito contribuiu para o conhecimento e divulgação do património histórico identitário arqueológico e registos ancestrais deste território outrora das tribos zoelae.*

*Somos um concelho vasto de cerca de 700 km<sup>2</sup> que alberga uma série de vestígios de povoados pré-históricos desde o período calcolítico ao período romano, e não só, que revelam provas de existências civilizacionais enriquecedoras no nosso concelho e que ajudaram a escrever a história.*

*Estes só foram tornados públicos devido ao empenho de pessoas como os Dr Carlos Mendes, Professor Senna Martinez e Dr Manuel Cardoso entre outros.*

*Com grande pesar de todos nós perdemos recentemente o Professor que enorme contributo deu ao espólio arqueológico do nosso município, que ostenta três marcas com o selo UNESCO, prova do reconhecimento internacional da riqueza ambiental, etnocultural e tradicional deste canto do Nordeste ibérico.*

*Embora nem sempre a realidade financeira do município tenha permitido assumir os compromissos desejados, apraz-nos constatar e realçar que, as parcerias tidas na gestão dos espaços museológicos Martin Gonçalves de Macedo e Coronel Albino Pereira Lopo (Arqueologia), foram dando frutos e foram constituindo espaços públicos integrantes dos programas educativos da nossa divisão cultural.*

*Tal parceria permite a visitação de público de todo o país e todas as idades e recuperação de algumas peças valiosas executadas pela equipa técnica da ATQ e que testemunham a nossa história. Em simultâneo decorreram projetos de investigação envolvendo a parceria de departamentos universitários diversos comprovando a importância académica do nosso território para o contributo do enriquecimento patrimonial da história do concelho e do país.*

*Entre as atividades desenvolvidas pela Associação destaco as Jornadas da Primavera que todos os anos permitiu organizar colóquios e fóruns*

*de discussão e partilha, exceptuando os anos em tempo de pandemia e que constituirão este ano as XVIII. Simultaneamente eram publicados os Cadernos das Terras Quentes, com artigos científicos de vários e credenciados investigadores com temáticas diversas envolvendo períodos distintos da nossa história e com elevado valor dos conteúdos.*

*Não poderia deixar de evidenciar o último projeto da ATQ para o Território, o Museu Templário, com concepção e patrocínio dos ilustres Dr. Carlos Mendes e Professor Sanches Baena.*

*Com o seu especial empenho poderemos avançar com esta instalação inédita no Norte, permitindo tornar visível e visitável um testemunho espaciotemporal de tão agitado período da nossa história.*

*Resta-me fazer um agradecimento público à ATQ pelo relevante trabalho ao longo dos últimos 20 anos que muito ajudou a valorizar o nosso património e a nossa história.*

*Bem hajam*

*Longa vida à ATQ!*

\*\*\*\*\*

### **Testemunho Dr. Augusto Ferreira do Amaral**

*Sobre a Associação Terras Quentes e os seus Cadernos, sugere-se-me o seguinte comentário, muito breve:*

*«A Associação Terras Quentes e a sua publicação Cadernos são hoje já um marco indispensável da cultura histórica e arqueológica do concelho de Macedo de Cavaleiros. Honram a terra, prestam e decerto continuarão a prestar, um notável serviço ao estudo e à defesa do património cultural antigo e medieval da região, para cujo levantamento muito se lhe deve já.»*

*Um abraço amigo*

**Augusto Ferreira do Amaral**

## Testemunho de Dr. Rui Vaz

*Serei certamente um entre muitos macedenses que nunca deu muita importância à história do seu concelho e da sua hoje cidade, Macedo de Cavaleiros. Confesso-o e sinceramente sinto por isso algum constrangimento.*

*Sinto-o porque afinal eu e os tantos outros, não poderíamos imaginar quão rica é a nossa história! Não fosse o constituir-se e instalar-se no nosso concelho a Associação Terras Quentes (ATQ) e sinceramente tenho que admitir que, no que concerne à história do meu concelho, permaneceria como muitos, numa distraída ignorância.*

*Desenterrar cinquenta séculos de história é obra... É obra termos cinquenta séculos de história!*

*Em cerca de 20 anos, a ATQ desenvolveu um trabalho fantástico. Um trabalho que, pelo seu resultado, nos encheu a todos os macedenses de um orgulho imenso. Assumiu-se como a guardiã do nosso património, dedicando-se e desenvolvendo um exaustivo trabalho em áreas como a Arqueologia, a História, a História de Arte, a Antropologia, a Conservação e Restauro, com ela a Museologia, as Publicações e as Comunicações.*

*Participaram em todo este trabalho, verdadeiros experts das diversas áreas presentes, mestres, doutores e professores doutores que lhe dedicaram tempos preciosos das suas vidas para que a história de Macedo possa ter chegado aquilo que hoje é. Uma grande palavra de apreço e reconhecimento aos sócios fundadores da ATQ. Uma particular palavra de louvor para o saudoso Professor Doutor João Carlos Senna Martinez, e claro um especial destaque para aquele que foi e é, o grande obreiro desta empreitada, o Dr. Carlos Mendes!*

*A muitas entidades é atribuído o estatuto de “Utilidade Pública”. A poucas lhe assenta o estatuto como à ATQ. Uma utilidade que se consolida, mostrando ao mundo os ricos cinquenta séculos de história do extraordinário concelho e gentes de Macedo de Cavaleiros.*

*Quem imaginaria que o concelho de Macedo de Cavaleiros, fruto do trabalho de menos de vinte anos da ATQ, viria um dia a ter mais de cento e oitenta*

*sítios arqueológicos registados? Cerca de cinco mil e duzentas peças religiosas inventariadas? Pois eu pertenço seguramente ao grupo daqueles que não imaginariam que isso um dia viesse a acontecer!*

*Com o desenterrar da sua história e com a mesma posta aos olhos de todos, hoje Macedo de Cavaleiros pode contar, fruto do trabalho da ATQ, com três pequenos, mas fantásticos museus que a todos nos devem encher de orgulho, o Museu Municipal de Arte Sacra, o Museu Municipal de Arqueologia, Coronel Albino Pereira Lopo e o Museu Municipal Martim Gonçalves de Macedo.*

*Foi muito trabalho, é muito trabalho, e todos nós nos devemos regozijar com o seu resultado. A todos quantos, de forma mais direta ou indireta, deram o seu contributo para aqui chegar: PARABÉNS!*

\*\*\*\*\*

**Testemunho do Exm<sup>o</sup> Sr.**

**Professor Doutor Vítor Manuel Veríssimo Serrão**

#### **UM HISTORIAL DE BOAS PRÁTICAS**

*O trabalho realizado pela **Associação Cultural Terras Quentes** ao longo de duas dezenas de anos em prol da salvaguarda e revalorização do património histórico-artístico e arqueológico de Trás-os-Montes só pode mesmo merecer o maior encómio da parte de quem segue com atenção os esforços desenvolvidos nesse sentido num país tão rico como é o nosso. O muito que pôde ser descoberto, inventariado, cartografado, divulgado e, por essa via, salvo da ruína, do furto e do desconhecimento, assume-se como um legado de inestimável importância cultural -- e justifica o peso de uma cidadania democrática comprometida com a defesa dos valores primordiais do tecido cultural de uma região!*

*Criada em 2003, com sede no concelho de Macedo de Cavaleiros, por iniciativa do arqueólogo e historiador Dr. Carlos Mendes e de um número apertado de militantes da causa patrimonial que o seguiram nessa aposta, a associação teve desde o seu início uma linha vocacionada de trabalho com acento na*

*Arqueologia, a qual permitiu cartografar, em poucos anos, as existências pré- e proto-históricas, romanas, islâmicas e medievais dos sete Concelhos das chamadas Terras Quentes (Alfândega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Torre de Moncorvo, Valpaços e Vila Flor). Estas preexistências arqueológicas eram, na sua maioria, desconhecidas. Os trabalhos, coordenados cientificamente pelo saudoso João Carlos Senna-Martinez, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, permitiram que essa Carta Arqueológica se concretizasse, fruto também de regulares campanhas de campo com a presença de alunos universitários, e tornaram-se verdadeiros laboratórios de formação para futuros arqueólogos e investigadores. A importância da Fraga dos Corvos impõe-se, entre centenas de outros casos de estudo, dada a sua valia excepcional, como uma das páginas mais relevantes, em termos de internacionalização, de todo o trabalho desenvolvido pela Associação Terras Quentes.*

*Mas também no domínio da História da Arte o esforço da Associação se mostrou especialmente pioneiro, já que, salvo os estudos monográficos do Abade de Baçal, e alguns trabalhos pontuais, pouco se sabia sobre as existências artísticas -- arquitectura, escultura e imaginária, pintura de cavalete e a fresco, azulejaria, paramentos, móveis, ourivesaria, manuscritos, etc. -- existentes nestes concelhos, sobretudo nas igrejas e capelas. O primeiro concelho a ser inventariado, segundo as novas metodologias da História da Arte, foi naturalmente o de Macedo de Cavaleiros. Por acordo estabelecido pela Associação Cultural Terras Quentes com o Instituto de História da Arte (ARTIS) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em Abril de 2006, foi possível agilizar e coordenar um vasto trabalho de registo, estudo, investigação e inventário global das existências artísticas, que envolveu em diversas campanhas de campo (sobretudo nos meses de férias escolares) muitos alunos universitários (recordo, sem exaustividade, os nomes dos Drs. Lécio Leal, Lília Silva, Cláudia Cláudio, Isabel Lopes, Carlos Morgado, Sérgio Abelha, entre muitos outros), e também técnicos de conservação e restauro (caso do Doutor Joaquim Inácio Caetano, que a todos surpreendeu pela descoberta de dezenas de testemunhos de pintura a fresco, dos séculos XVI e XVII, até então ignorados e, aos nossos olhos, invisíveis !).*

*Nas páginas da revista Cadernos Terras Quentes, boletim de grande projecção cultural e científica, publicado com regularidade desde 2004 e já com dezoito números publicados, foram revelados muitos dos resultados destas pesquisas, a que se juntou também o espelho de apostas noutras dimensões: a de conservação e restauro, a partir de um polo de salvaguarda que a associação criou, e outro de museologia, a partir de um museu de arte sacra nascido na cidade de Macedo de Cavaleiros.*

*Foi sempre inestimável, neste grande esforço de revalorização de bens arqueológicos, históricos, artísticos e etnográficos maioritariamente desconhecidos, o apoio dos senhores Drs. Carlos Mendes e Manuel Cardoso, e demais membros da ATQ, e a compreensão e aberturas das estruturas locais, fossem municipais, da Igreja ou de entidades privadas, quase sempre abertas para apoiar estas iniciativas. Histórias felizes, por exemplo, foram as que permitiram resgatar patrimónios furtados e devolvê-los à procedência, como sucedeu com uma valiosa escultura setecentista de uma igreja de Macedo localizada num antiquário de Lisboa e adquirida após uma bem-sucedida campanha de sensibilização pública...*

*Após se firmar um protocolo com o Bispado de Bragança-Miranda, em Dezembro de 2007, o âmbito deste inventário histórico-artístico de alta especialização passou a estender-se a outros concelhos das Terras Quentes, num projecto então coordenado pelos Drs. Lília Silva e Lécio Leal que se alargou à Arte Sacra do Distrito de Bragança e que, embora tenha ficado incompleto, devido a factores vários e a limitações de meios que conduziram à sua interrupção, teve avanços muito relevantes para o conhecimento das matérias da História das Arte na região. Géneros como a pintura mural quinhentista, a talha barroca ou a ourivesaria sacra, por exemplo, ganharam nova dimensão em termos de saberes, tanto mais que, sempre que possível, o esforço da inventariação se alargou à pesquisa documental e o facto de muitas igrejas transmontanas ainda conservarem manuscritos com contabilidade (receitas e despesas e inventários, incluindo referências a obras de arte, sobretudo do século XVIII) ajudou e muito, a identificar autores e campanhas artísticas...*

*Temos, em suma, os traços de uma história feliz, que prossegue, vinte anos após o seu tímido surgimento, e após tempos gloriosos em que algumas*

*metas julgadas impossíveis foram atingidas: bases informatizadas de resultados de pesquisa, muitos milhares de peças recenseadas, lugares patrimoniais protegidos e sinalizados, divulgação regular de resultados com âmbito internacional e, sobretudo, novos saberes, muitos novos saberes.... É obra! Augura-se à ATQ, assim sendo, os melhores sucessos no historial que tem vindo a trilhar.*

**Vítor Serrão**

**Historiador de Arte**

**Prof. Catedrático Emérito da Universidade de Lisboa**

### **Testemunho Dr. Luís Miranda Pereira**

*Há uns dezassete anos, reformado, voltei para a terra dos meus antepassados, reconstruí a parte da casa, com que ficara por herança paterna, que é, atualmente, a casa mais antiga de Macedo de Cavaleiros, aproximei-me de familiares de quem a distância me afastara e comecei a mergulhar na vida da cidade e do concelho.*

*Foi uma grata surpresa o conhecer, pela mão do meu primo Manuel Cardoso, a ação da Associação Terras Quentes, de que me tornei associado, naturalmente, dados os meus gostos e inclinações, dirigida com mão segura, como ainda é, pelo Dr. Carlos Mendes.*

*O meu testemunho, aqui, não teria, a meus olhos, nem relevo nem lugar, não fora a decisão de ter sido dado o nome do meu Bisavô materno, Coronel Albino dos Santos Pereira Lopo, ao Museu de Arqueologia, que a Associação criou como resultado dos notáveis trabalhos arqueológicos que levou e leva a cabo no Concelho.*

*A figura do meu Bisavô não carece, neste testemunho, mais encómios, por ser, hoje, muito graças à ATQ, suficientemente conhecida e reconhecida, no seu valor de ser a de um dos pioneiros da arqueologia nacional, em especial relativamente ao Distrito de Bragança.*

*Marcado, desde pequeno, pela figura de minha Avó Clarisse de Miranda Lopo, Mulher de grande cultura, ativista e animadora social, apoio dos mais fracos*

*em hora de necessidade, professora que tantos marcou e ajudou, figura de destaque na vida social, cultural, religiosa e política do Distrito de Bragança, sempre lhe vi uma enorme admiração pela figura do Pai, que defendia e considerava não ter tido, durante a vida e por muito tempo, o tratamento justo que merecia – que alegria teria tido minha Avó se pudesse ter assistido à inauguração do Museu de Arqueologia com o nome de seu Pai...*

*Foi, pois, com enorme satisfação e gratidão que recebi a notícia da escolha do nome do meu Bisavô para o novo museu, nome aceite pela Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, e patrocinado, em especial, pelo Professor Doutor Senna Martinez e pelo Mestre Carlos Mendes, conhecedores e apreciadores da obra que meu Bisavô nos legou.*

*Foi, com tal gesto, honrada a Arqueologia, a Cultura Nacional, os nossos Concelho e Distrito, a nossa Associação e a Família do Coronel Albino Lopo.*

*Bem-haja, por isso, a Associação Terras Quentes!*

*No meio da sua meritória e profícua obra de vinte anos, este gesto não é, por certo, dos menos relevantes.*

\*\*\*\*\*

### **Testemunho do Doutor Miguel Sanches de Baena sobre os 20 anos da Associação Terras Quentes**

*Teria sido já na segunda metade da primeira década do século XXI, que num evento sobre a Batalha de Aljubarrota me encontrei com o Dr. Carlos Mendes, que estava também na companhia estava do saudoso, Alexandre Patrício Gouveia.*

*O Carlos Mendes falou sobre o projecto da Associação que tinha iniciado no início do século, e tanto eu como o Alexandre nos mostrámos interessados, voltámo-nos a encontrar numa visita ao Centro Interpretativo do Campo de S. Jorge. Eu prometi de imediato colaboração com a Associação e o Alexandre Patrício Gouveia que já trabalhava com o nosso querido amigo Pedro Gomes*

*Barbosa, prometeu uma visita a Macedo de Cavaleiros e ao Campo do Pereiro em Castelões o que veio a acontecer no ano de 2009/10?*

*No ano de 2009, desafiei o Carlos Mendes para se fazer uma exposição sobre armamento medieval em Macedo – seria a 1ª que se faria, naquela terra – Foi no dia 8 de maio de 2010 que o Centro cultural de Macedo de Cavaleiros, recebeu a exposição “Armas no Alvorecer da Nacionalidade (séculos XII/XIII). A partir daí nunca mais se parou. Havia que escavar até onde fosse possível a história daquele Concelho. Seria possível que uma região, tão estrategicamente situada e com 700km2 não teria nada a contar-nos do que se teria lá passado antes, no início e depois da Nacionalidade. Não podia ser. E metemos mão à obra.*

*A Associação Terras Quentes tem o bom hábito não só de publicar, com uma regularidade impressionante, tanto em papel, como colocando na sua página da internet, tudo o que faz, não só o Caderno Terras Quentes (com este são já 19 a que se pode acrescentar mais cinco monografias) suas Jornadas da Primavera e todos os relatórios das intervenções arqueológicas e outras notícias sobre intervenções da sua oficina de Restauro etc.*

*Pela minha parte, nas jornadas da Primavera nº IX, em 28 de maio de 2011 apresentei “Comemorar a República e outra comunicação sobre “Algumas notas sobre a armaria do século XIV. Nas Jornadas X a comunicação “Releituras da crónica de D. João I, de Fernão Lopes”. No dia 25 de maio do Ano de 2013, nas Jornadas X, apresentei duas comunicações: “NIKA” Corrida de quadrigas em Portugal” e “Santo António – Oficial do Exército Português e Herói Nacional 1640-1814, comunicações publicadas no caderno no X.*

*Como as comunicações a apresentar nas Jornadas da Primavera será menos fastidioso irmos pelos Cadernos Terras Quentes; Assim no Caderno nº IX (2012) publicou-se 3 artigos meus “O armamento Lusitano no tempo de Viriato”; “O armamento ligeiro das legiões Romanas” e “Uma visão sobre o Islamismo na Idade Média”. No Caderno no XII do ano de 2015 mais dois artigos “25 de rabil de 1974 – 40 anos depois, Contributos para a História de Portugal – debate em mesa redonda” e, “Sobre a abertura do Túmulo de D. Afonso Henriques. Seria o nosso primeiro Rei de progénie Alemã?”. No Caderno nº 15*

*do ano de 2019, o artigo “Do mito à realidade – A Batalha de Aljubarrota – 14 de agosto de 1385 – A História que não se contou”. No Caderno 16 do ano de 2020, mais dois artigos; A Ordem dos Cavaleiros do Templo no Nordeste Português – Macedo de Cavaleiros, um Concelho Templário” e “Os Filhos do Vento – A Terronha de Pinhovelo, Macedo de Cavaleiros”. No Caderno 17 do ano de 2022, “A formação de Identidade Nacional – O contributo Nordestino”. Por fim no Caderno 19, no prelo, mais dois artigos; “Armamento Medieval – artigo sobre as protecções de Cabeça” e “Uma espora para a história de Portugal”.*

*De sublinhar que não sou autor único de alguns destes artigos, tendo tido a colaboração de; Carlos Mendes, Ferreira do Amaral e Cláudio Pereira.*

*Acresce à escrita a concepção e montagem com Carlos Mendes, do Museu Municipal Martim Gonçalves de Macedo, único museu em espaço peninsular dedicado exclusivamente à Batalha de Aljubarrota.*

*Já estamos a trabalhar há quase dois anos num novo espaço museológico Municipal em Macedo de Cavaleiros, e muito gostaria de ir à sua inauguração*

*Foi, pois, este meu pequeno contributo para auxiliar a Associação Terras Quentes nesta década e meia a desbravar a história daquele imenso e riquíssimo território, fundamental para a história do nosso país e que muito nos ajudou a que hoje falássemos Português e não Castelhana. Terra que me acolheu com todo o carinho e tenho a dizer que só fiz amigos e adquiri paixão por aquela terra. Por ventura terá sido por terem apreciado o meu trabalho que depois de passar pela Mesa da Assembleia-Geral da Instituição, agora alcançaram-me para o lugar de Vice-Presidente da Direcção, lugar que não mereço, tamanho é o currículo e importância que já, há muito, saltou fronteiras pelo valor do seu trabalho.*

***Miguel Pereira Coutinho Sanches de Baêna***

\*\*\*\*\*

## Testemunho Dr<sup>a</sup> Antónia Morais

TERRASQUENTES—ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO DO CONCELHO DE MACEDO DE CAVALEIROS

*A Associação de Defesa do Património Arqueológico “Terras Quentes”, instituição de utilidade pública e sem fins lucrativos, foi fundada em 2002. Tem produzido um trabalho notável no concelho de Macedo de Cavaleiros, entre outros concelhos do Nordeste Transmontano. Tem tido como principais parceiros institucionais a Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.*

*Realizou no concelho de Macedo um importante trabalho de investigação promovendo o estudo, preservação, defesa e divulgação do património cultural, do património arqueológico, paisagístico, artístico, etnográfico, industrial e ambiental.*

*Desde a sua criação, a ATQ desenvolve atividade na vertente da Arqueologia, História, História da Arte, Antropologia, Conservação e Restauro.*

*No domínio da arqueologia escavaram 21 arqueossítios, preservando-os e divulgando-os. O arqueossítio do Povoado da Idade do Bronze da Fraga dos Corvos foi alvo de 17, das 57 campanhas desenvolvidas no Concelho. Prepararam candidaturas para as classificações como Arqueossítio de Interesse Público Nacional da Terronha de Pinhovel e como Arqueossítios de Interesse Municipal o Forno Romano de Salselas; o Povoado Romanizado dos Cortiços; Povoado da 1<sup>a</sup> Idade do Bronze, da Fraga dos Corvos e Fraga da Pegada, em Santa Combinha.*

*Ao longo dos seus 20 anos de existência, a Associação realizou as Jornadas da Primavera - Ciclo de Conferências de História Regional e Local de Trás-os-Montes e Alto Douro, com 16 eventos, 115 comunicações e 172 conferencistas, publicou os Cadernos Terras Quentes, com 18 edições e com 124 artigos publicados, entre outras obras de conteúdo relevante para o conhecimento e divulgação da importância histórica e cultural do concelho de Macedo de Cavaleiros.*

*No decorrer destes 20 anos, o Município de Macedo de Cavaleiros e as “Terras Quentes” protocolaram, para a criação dos espaços Museológicos existentes na cidade, nomeadamente:*

*A Sala museu de Arqueologia, fundada em dezembro de 2003, com espólio proveniente dos resultados das escavações que tinham terminado em agosto desse ano, foi pré-inaugurada no Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros sendo transferida, em 2006, para o Núcleo Central da Paisagem Protegida do Azibo, onde funcionava a reserva de todo o espólio arqueológico proveniente das escavações efetuadas no concelho de Macedo de Cavaleiros. No ano de 2016, a 3 de setembro, é inaugurado o Museu Municipal de Arqueologia Coronel Albino Pereira Lopo, no edifício sede da ATQ e onde funciona a oficina de Restauro da Associação. Nele se concentra o espólio obtido nas 52 campanhas arqueológicas levadas a cabo pela associação no concelho de Macedo de Cavaleiros, desde o Neolítico à Idade Média, tendo como patrono um dos mais relevantes pioneiros da arqueologia regional e nacional.*

*Em 2004 iniciaram os trabalhos de inventariação do património religioso da Diocese Bragança-Miranda. A Associação foi a primeira entidade privada do País a realizar este trabalho na Diocese, tendo inventariado 11.250 peças, considerado um dos maiores acervos Portugueses. Da inventariação feita pelos técnicos da ATQ, as paróquias do concelho de Macedo de Cavaleiros viram inventariadas 5.200 peças, conservadas e restauradas cerca de 400, pela Oficina de Restauro fundada pela Associação. Daqui emerge o Museu de Arte Sacra, que inaugurou em 2009.*

*Devido aos estudos desenvolvidos pelos técnicos da Associação sobre a Batalha de Aljubarrota e com a publicação do livro “de Macedo a Macedo de Cavaleiros, via Aljubarrota, a figura de Martim Gonçalves de Macedo” dando ênfase ao papel do Nordeste, sobretudo a Macedo de Cavaleiros, é que em dezembro de 2015, é criado o Museu Municipal Martim Gonçalves de Macedo. Sendo o primeiro Museu existente no país dedicado à Batalha de Aljubarrota, com peças originais da batalha que recria um momento fundacional da história de Portugal. Inclui informações sobre armamento e táticas militares dos finais da Idade Média.*

*Nas últimas Jornadas de Primavera a Associação lança o projeto do Museu dos Templários, em parceria e cooperação com o Município de Macedo de Cavaleiros, homenageando a grande obra da ordem na região e a sua importância para a consolidação da Nação Portuguesa.*

*Como consequência de todo o trabalho desenvolvido pela Associação o concelho de Macedo de Cavaleiros conhece 50 séculos de História.*

\*\*\*\*\*

τφ



Aditamento ao artigo do  
Caderno 17 da ATQ

– Operação Viragem histórica  
(25 abril 1974), publicado no  
Caderno Terras Quentes nº 17

## **Aditamento ao artigo do Caderno 17 da ATQ – Operação Viragem histórica (25 abril 1974), publicado no Caderno Terras Quentes nº 17**

\*Coronel Frederico Reis Morais

Passado um ano sobre a publicação do artigo que escrevi, para o caderno nº 17 da Associação Terras Quentes, sobre a Operação Viragem Histórica (25 de abril) e aproveitando um pedido de atualização do artigo no que respeita aos condecorados com a Ordem da Liberdade resolvi aproveitar para “desconstruir” o mapa principal que originalmente nele inseri, a fim de tornar mais fácil a leitura e interpretação dos vários dados do mesmo.

Assim, no anexo 1 discriminei o nome dos intervenientes, os postos respetivos, a unidade de origem, as observações e as fontes consultadas.

No anexo 2, além do nome e posto acrescentei o ramo das Forças Armadas e o quadro a que cada um pertence.

No anexo 3 além do nome e posto incluí o objetivo e desempenho de cada oficial.

Relativamente ao desempenho de cada oficial quero realçar que todo o trabalho de organização e preparação anterior ao 25 de abril foi absolutamente imprescindível. O comando e controlo da operação no dia 25 de abril, essencial. No entanto aquela organização e controlo só foram aproveitados porque houve militares que saíram armados para conquistar os objetivos atribuídos, ou seja, houve unidades que aderiram ao movimento e cumpriram a sua missão.

**Mas é importante frisar que uns sem os outros, não conseguiriam atingir o objetivo final** que era o fim do regime (entre outros falhanços, o 16 de março de 1974 que só teve militares na rua, é um bom exemplo da falta de preparação).

Mas será que o risco que correram foi igual?

Para analisar o risco que cada oficial correu, tive em conta apenas a legislação Militar uma vez que em 1974 as consequências políticas eram imprevisíveis e as penas eram arbitrárias.

\* Coronel na situação de Reforma, Licenciado em Sociologia e Vice-Presidente da Mesa de Assembleia-Geral de Associação Terras Quentes.

O Código de Justiça Militar em vigor em 1974, previa penas muitíssimo mais severas para o crime de desvio de qualquer força armada do que para os crimes de desobediência ou insubordinação.

Tendo em conta o desequilíbrio entre as penas entendi considerar que se o oficial saiu armado, era operacional **(OP)**, o que não saiu armado era de apoio **(AP)**.

Os oficiais que inicialmente se comprometeram com o movimento e que por algum motivo desistiram designei por **(DE)**.

Os que se declararam contra o movimento **(CR)**.

Do anexo quatro, constam todos os oficiais que foram, até março de 2023, agraciados com a Ordem da Liberdade.

Como se pode verificar, dos oficiais que tomaram parte na operação Viragem Histórica **66** até á data não foram agraciados com a Ordem da Liberdade, estando incluídos neste grupo **9** que não cumpriram a missão.

Os que faltam e que cumpriram a missão vão ser condecorados?

**Vamos esperar para ver.**

### Ordem de Batalha

Nome	Posto	Unidade/origem	Obs.
		<b>Comando</b>	
Nuno M. Ficher Lopes Pires	TCoronel	RE 1	(1)
Amadeu Garcia dos Santos	TCoronel	AM	(1)
Otelo Saraiva de Carvalho	Major	EPA	(1)
José E. Sanches Osório	Major	EME	(1)
Hugo Manuel R. dos Santos	Major	AM	(1)
Victor M. Trigueiro Crespo	Cap Ten.	MP	(1)
Luís E. A. Ferreira de Macedo	Capitão	RE 1	(1)
Victor Manuel Rodrigues Alves	Major	EME	(2)
		<b>Grupo RCP</b>	
João J. Sacramento Gomes	TCoronel	FAP	(3)
José Manuel Costa Neves	Major	FAP	(3)
Campos Moura	Major	FAP	(3)
Correia Pombinho	Capitão	FAP	(3)
Mendonça de Carvalho	Capitão	FAP	(3)
José Santos Coelho	Capitão	DSFOM	(3)
Nuno dos Santos Ferreira	Capitão	FAP	(3)
Nuno dos Santos Silva	Capitão	FAP	(3)
		<b>Entrega OOp.</b>	
Luís Francisco Domingos Arruda	Major	?	(66)
Moisés Carlos Correia Pedrosa Afonso	Capitão	Ral 1	(66)
António Fernando M. O. Torres	Capitão	?	(66)
Luís Lopes Francisco	Capitão	RAC	(66)
Luís Carlos Santos Veiga Vaz	Capitão	CSRT	(4)
António M. J. Rosado da Luz	Capitão	CIAAC	(4)
Silvestre António S. Porto	Capitão	Guiné	(5)
Rodrigo M. L. Sousa e Castro	Capitão	CIAAC	(6)
José A. Candeias Valente	Capitão	EPC	(7)
José Santa Clara Gomes	Capitão	DGA	(8)
		<b>Ag November</b>	
Gertrudes da Silva	Capitão	RI 14	(9)
		<b>RI 10</b>	
Rodrigo Nobre Pizarro	Capitão	RI 10 Aveiro	(10)
		<b>RI 14</b>	
Arnaldo C. da Silveira Costeira	Capitão	RI 14	(11)
Aprígio Ramalho	Capitão	RI 14	(7)
António L. Ferreira do Amaral	Capitão	RI 14	(7)
Amândio de Almeida Augusto	Capitão	RI 14	(12)
Rui F. Lucena Coutinho	Capitão	ECS	(10)
Albino L. Ferreira da Cal	Capitão	ECS	(13)
Fernando Gois Moço	Capitão	ECS	(13)
		<b>RAP 3</b>	
Eduardo Diniz L. S. Almeida	Capitão	RAP 3	(14)

Joaquim L. Rocha Santos	Capitão	CICA 2	(14)
Luís de Sousa Ferreira	Capitão	CICA 2	(14)
David Matos Martelo	Capitão	ECS	(12)
Fausto Almeida Pereira	Capitão	RAP 2	(16)
		<b>Ag Charlie</b>	
		<b>EPC</b>	
Rui Costa Ferreira	Major	EPC	(17)
Fernando J. Salgueiro Maia	Capitão	EPC	(18)
Mário Tavares de Almeida	Capitão	EPC	(19)
José António Balula Cid	Tenente	EPC	(20)
Ávilo Ramos Cadete	Tenente	EPC	(20)
Armando M. Silva Aparício	Tenente	EPC	(20)
Rui Borges Santos Silva	Tenente	EPC	(19)
Manuel Ribeiro Cardoso	Alferes	EPC	(21)
Alfredo Correia M. Assunção	Tenente	EPC	(22)
José Manuel Pinto Graça	Alferes	EPC	(22)
		<b>EPE</b>	
Eduardo A. Carneiro Teixeira	Capitão	EPE	(23)
Victor Manuel Santos Costa	Capitão	EPE	(24)
Sérgio A. M. Lima Bacelar	Capitão	EPE	(24)
Carlos Manuel Horta Coelho	Capitão	EPE	(24)
Diogo Velho de Sá Cabral	Capitão	EPE	(24)
João Maria de V. Piroto	Capitão	EPE	(25)
Anibal Jorge M. M. Silveira	Capitão	EPE	(25)
Isaías de Figueiredo Ribeiro	Tenente	EPE	(25)
Ramiro Cardeira Martins	Tenente	EPE	(25)
José Luís da Rocha Soares	Tenente	EPE	(25)
Anibal B. Carvalho Soares	Tenente	EPE	(25)
		<b>C. Caç 4241</b>	
Luís Pessoa	Capitão	C. Caç 4241	(26)
		<b>C. Caç 4246</b>	
Christian Bastos Anderssen	Tenente	C. Caç 4246	(27)
		<b>C. Caç 4216/73</b>	
Miguel Raimundo S, Amado	Capitão	C. Caç 4216/73	(28)
Leonel M. Martinho Rosário	Capitão	BEng3 CIMSM	(27)
		<b>Ag Sierra</b>	
		<b>EPA</b>	
Francisco Santos Silva	Capitão	EPA	(29)
José Martins Cabaça Ruaz	Tenente	EPA	(29)
Pedro Manuel L. Sales Grade	Tenente	EPA	(29)
Vicente Carlos Sousa Brandão	Tenente	EPA	(29)
		<b>B ART 8,8</b>	
Valdemar J. O. Patrício	Capitão	EPA	(30)
José Manuel P. M. Nave	Tenente	EPA	(30)
João A. C. Almas Imperial	Tenente	EPA	(30)
Manuel J. Ferreira de Sousa	Tenente	EPA	(30)
		<b>B ART 10,5</b>	
José H. Duarte Mendes	Capitão	EPA	(30)
Emanuel P. Gaspar Madeira	Alferes	EPA	(30)
Joaquim Formeiro Monteiro	Alferes	EPA	(30)

		<b>C. Art. Mot.</b>	
Jorge M. P. Mira Monteiro	Capitão	EPA	(30)
João António Andrade da Silva	Tenente	EPA	(30)
Henrique António Pedro	Tenente	EPA	(30)
Mário Ribeiro Batista	Tenente	EPA	(30)
Amílcar Carlos Rodrigues	Tenente	EPA	(30)
		<b>Reserva</b>	
José D. Canatário Serafim	Capitão	EPA	(30)
José F. de Jesus Duarte	Tenente	EPA	(30)
		<b>RI 3</b>	(30)
António Feijó de A. Gomes	Capitão	RI 3	(31)
António C. Ventura Lopes	Major	RI 3	(32)
		<b>RC 3</b>	
Luís Fernando Andrade Moura	Capitão	RC 3	(33)
Alberto António Ferreira	Capitão	RC 3	(33)
Germano Miquelina C. Simões	Capitão	RC 3	(33)
Gastão M. S. Correia da Silva	Capitão	RC 3	(33)
Nuno Caldas Franco Duarte	Coronel	RC 3	(33)
José M. L. Machado Faria	Major	RC 3	(33)
Lourenço C. Fernandes Tomaz	Major	RC 3	(33)
		<b>BC 1</b>	
António R. Esteves Pinto	Capitão	BC 1	(34)
		<b>CICA 5</b>	
José Rosado Castela Rio	Major	CICA 5	(35)
José Castelo Glória Alves	Capitão	CICA 5	(35)
Filipe Ferreira Lopes	Capitão	CICA 5	(35)
		<b>Ag Lima</b>	
		<b>EPI</b>	
Jasmim de Freitas	Coronel	EPI	(36)
Aurélio Trindade	Major	EPI	(36)
Octávio Cerqueira Rocha	Major	EPI	(36)
Rui Martins Rodrigues	Capitão	EPI	(37)
Aníbal Carriço de Albuquerque	Capitão	EPI	(37)
Fernando P. Santos Aguda	Capitão	EPI	(37)
Costa Martins	Capitão	FAP	(38)
Jorge Manuel Silvério	Capitão	EPI	(36)
António S. Fernandes	Tenente	EPI	(37)
Vítor M. Vicente Fernandes	Capitão	EPI	(37)
Rui Edgar Babo de Castro	Capitão	EPI	(37)
		<b>EPAM</b>	
Teófilo Bento	Capitão	EPAM	(39)
Carlos Joaquim Gaspar	Capitão	EPAM	(40)
Fernando Filipe Henriques	Capitão	2º GCAM	(41)
Manuel Carlos A. G. Cerdeira	Alferes	EPAM	(39)
Manuel António Gerales	Alferes	EPAM	(39)
José Maria Pires Martins	Alferes	EPAM	(39)
Francisco X. dos Santos Silva	Tenente	EPAM	(39)
António M. I. Matos Borges	Alferes	EPAM	(39)
Carlos Orlando C. de Jesus	Tenente	EPAM	(39)
João Francisco Félix Pereira	Tenente	EPAM	(39)

Carlos Manuel Macedo Ávila	Tenente	EPAM	(39)
		<b>BC5</b>	
José Cardoso Fontão	Major	BC5	(8)
Carlos M. C. Lopes Camilo	Capitão	BC5	(43)
José Eduardo S. Mascarenhas	Tenente	BC5	(43)
João Manuel Bicho Beatriz	Capitão	BC5	(43)
		<b>CTSC</b>	
Luís M. O. Pimentel	Capitão	CTSC	(44)
Frederico C. R. Morais	Capitão	CTSC	(44)
		<b>Grupo L</b>	
Jaime Alberto Gonçalves Neves	Major	EME	(45)
António Alves Martins	Capitão	AM	(45)
José António Ribeiro da Silva	Capitão	AM	(45)
António Carlos Morais Silva	Capitão	AM	(45)
Rui Faria de Oliveira	Capitão	AM	(45)
Américo A. G. F. Henriques	Tenente	AM	(45)
		<b>CICA 1</b>	
Manuel E. Azevedo Simões	TCoronel	CICA 1	(46)
Carlos M. Azeredo P. M. Leme	TCoronel	QG	(47)
António L. N. de Albuquerque	Major	QG	(46)
Eurico de Deus Corvacho	Major	QG	(46)
Boaventura J. M. Ferreira	Capitão	CICA 1	(48)
António Gaspar Borges	Capitão	CICA 1	(49)
José A. M. e Castro Carneiro	Capitão	CICA 1	(50)
		<b>RI 6</b>	
Manuel Passos Esmeriz	Coronel	RI 6	(46)
António Ramos da Rocha	Capitão	RI 6	(51)
Almor Alves Serra	Major	RI 6	(51)
		<b>RC 6</b>	
João L. Arriscado Nunes	TCoronel	RC 6	(52)
Manuel Martins Rodrigues	TCoronel	E.Rec	(51)
João G. Soares da Motta	Tenente	E.Rec	(46)
		<b>RAP 2</b>	
Eduardo da Conceição Santos	Capitão	RAP 2	(53)
Nuno G. Catarino Anselmo	Capitão	RAP 2	(48)
Luís Gonzaga Freire Antunes	Capitão	RAP 2	(48)
João António Heitor Alves	Capitão	CART 6252	(64)
		<b>CIOE</b>	
		<b>C Cmds 4041</b>	
Delgado da Fonseca	Capitão	CIOE	(55)
José M. L. Lopes Oliveira	Tenente	CIOE	(55)
Manuel António Apolinário	Tenente	CIOE	(55)
Francisco R.G. Freire	Capitão	CIC	(55)
Agostinho B. Saraiva da Rocha	Tenente	CIOE	(55)
Carlos N. Carronda Rodrigues	Tenente	CIOE	(55)
		<b>1ª GCAM</b>	
José L. M. Bacelar Ferreira	Capitão	1ª GCAM	(56)
José Emílio Gomes Almeida	Capitão	1ª GCAM	(57)
		<b>BC 9</b>	
Victor Manuel Oliveira Santos	Major	BC 9	(58)

F. C. Medeiros Almeida	Major	BCAÇ 5016	(60)
J. Manuel G. Piteira Santos	Capitão	BCAÇ 5016	(59)
Humberto T Bordalo Xavier	Major	BCAÇ 5016	(59)
		RI 8	
Rui Mendonça	Coronel	RI 8	(61)
Rui R. X. C. Guimarães	Capitão	RI 8	(62)
		BC 3	
Fernando Augusto Gomes	Major	BC3	(63)
Fernando M. Garcia Freixo	Capitão	BC3	(65)
		RI 13	
Carneiro de Magalhães	Coronel	RI 13	(63)

#### Fontes

25RV - 25 de Abril Roteiro da Revolução -- José Mateus, Raquel Varela, Susana Gaudêncio

CRC - Cronologia da Revolução dos Cravos -- Wikipédia

ECAC - Eu capitão de Abril me Confesso - Arnaldo Costeira

MUV - Memórias de uma vida -- António Gaspar Borges

OEMC - Origens e Evolução do Movimento dos Capitães -- Dinis de Almeida

OVH - Operação Viragem Histórica - Carlos Almada Contreiras, Otelo Saraiva de Carvalho e Vasco Lourenço

CACN - Capitão de Abril Capitão de Novembro - Coronel Sousa e Castro

(1) - 25RV pág. 14

(2) - CRC pág. 4, OVH pág 193

(3) - CRC pág. 4

(4) - OVH pág. 127 e 136 a 139

(5) - OVH pág. 129 estava de férias no Continente.

(6) - 25 RV pág. 92 e OVH pág. 128

(7) - CRC pág. 1

(8) - CRC pág. 2 Evacuado da RMM

(9) - 25 RV pág 93

(10) - 25 RV pág 92

(11) - ECAC pág 50

(12) - ECAC pág 51

(13) - OEMC pág 321 a 324 e ECAC pág 55

(14) - 25 RV pág 92

(16) - CRC pág 8

(17) - CRC pág 7

(18) - 25 RV pág 62, OVH pág 380

(19) - OVH pág 381

(20) - CRC pág 3

(21) - OVH pág 383

(22) - OVH pág 382

(23) - OVH pág 305 e 315

(24) - OVH pág 324

(25) - OVH pág 314

(26) - OVH pág. 341, OEMC pág 343

(27) - OEMC pág 343

(28) OVH pág. 337 e 338 reconhecimento da EN

(34) - OVH pág 129 e 399

(35) - OEMC pág 379 e OVH pág. 130 e págs 416 a 418

(36) - CRC pág 7 e OVH pág 423

(37) - OVH pág 423

(38) - OVH pág 137

(39) - OEMC pág 394 e 395

(40) - CRC pág 6

(41) - OEMC pág 386

(43) - OEMC pág 345 e OVH pág 450 a 458

(44) - 25 RV pág 24 e OVH pág 429

(45) - OVH pág 192, 193, 441 e 478

(46) - OVH pág 240 a 249

(47) - OVH pág 230 e 240 a 249

(48) - OVH pág 240 a 249 e OEMC 390

(49) - OVH pág 240 a 249 e OEMC pág 389

(50) - OVH pág 240 a 249

(51) - OEMC pág 389 e 390

(52) - OVH pág 238

(53) - 25 RV pág 99

(55) - OVH pág 221 a 226

(56) - OVH pág 214

(57) - OVH pág 213 e OEMC pág 390

(58) - OVH pág 204 e OEMC pág. 392

(59) - OVH pág 204

- (29) - OEMC pág 351, OVH pág 129 e 402
- (30) - OEMC pág 352, OVH pág 129 e 402
- (31) - OVH pág 130 e 399
- (32) - OVH pág 399
- (33) - OEMC pág 382 e OVH pág. 129

- (60) - OVH pág. 203
- (61) - OEMC pág 392
- (62) - OVH pág 239
- (63) - OEMC Pg393
- (65) - OVH pág 246
- (66) - CACN pág 107

**Siglas**

- FAP - Força Aérea Portuguesa
- MP - Armada Portuguesa
- EX - Exército
- PSP - Polícia de Segurança Pública
- QEO - Quadro Especial de Oficiais
- TR28 - Modelo do rádio marca Racal
- OP –Conquistou o objetivo
- AP --Apoio
- DE - Desistente
- CR - Contra
- Oop. - Ordem de Operações

### Oficiais por postos, ramos e quadro

Nome	Posto	Ramo	Quadro
Nuno Caldas Franco Duarte	Coronel	EX	QP
Jasmim de Freitas	Coronel	EX	QP
Manuel Passos Esmeriz	Coronel	EX	QP
Rui Mendonça	Coronel	EX	QP
Carneiro de Magalhães	Coronel	EX	QP
Nuno M. Ficher Lopes Pires	TCoronel	EX	QP
Amadeu Garcia dos Santos	TCoronel	EX	QP
João J. Sacramento Gomes	TCoronel	FAP	QP
Manuel E. Azevedo Simões	TCoronel	EX	QP
Carlos M. Azeredo P. M. Leme	TCoronel	EX	QP
João L. Arriscado Nunes	TCoronel	EX	QP
Manuel Martins Rodrigues	TCoronel	EX	QP
Victor M. Trigueiro Crespo	Cap Ten	MA	QP
Otelo Saraiva de Carvalho	Major	EX	QP
José E. Sanches Osório	Major	EX	QP
Hugo Manuel R. dos Santos	Major	EX	QP
Victor Manuel Rodrigues Alves	Major	EX	QP
José Manuel Costa Neves	Major	FAP	QP
Campos Moura	Major	FAP	QP
Rui Costa Ferreira	Major	EX	QP
António C. Ventura Lopes	Major	EX	QP
José M. L. Machado Faria	Major	EX	QP
Lourenço C. Fernandes Tomaz	Major	EX	QP
José Rosado Castela Rio	Major	EX	QP
Aurélio Trindade	Major	EX	QP
Octávio Cerqueira Rocha	Major	EX	QP
José Cardoso Fontão	Major	EX	QP
Jaime Alberto Gonçalves Neves	Major	EX	QP
António L. N. de Albuquerque	Major	EX	QP
Eurico de Deus Corvacho	Major	EX	QP
Almor Alves Serra	Major	EX	QP
Victor Manuel Oliveira Santos	Major	EX	QP
F. C. Medeiros Almeida	Major	EX	QEO
Humberto T Bordalo Xavier	Major	EX	QEO
Fernando Augusto Gomes	Major	EX	QP
Luís Francisco Domingos Arruda	Major	EX	QP
Luís E. A. Ferreira de Macedo	Capitão	EX	QP
Correia Pombinho	Capitão	FAP	QP
Mendonça de Carvalho	Capitão	FAP	QP
José Santos Coelho	Capitão	EX	QP
Nuno dos Santos Ferreira	Capitão	FAP	QP
Nuno dos Santos Silva	Capitão	FAP	QP
Moisés Carlos Correia Pedrosa Afonso	Capitão	EX	QP
António Fernando M. O. Torres	Capitão	EX	QP
Luís Lopes Francisco	Capitão	EX	QP
Luís Carlos Santos Veiga Vaz	Capitão	EX	QP
António M. J. Rosado da Luz	Capitão	EX	QP

Silvestre António S. Porto	Capitão	EX	QP
Rodrigo M. L. Sousa e Castro	Capitão	EX	QP
José A. Candeias Valente	Capitão	EX	QP
José Santa Clara Gomes	Capitão	EX	QP
Gertrudes da Silva	Capitão	EX	QP
Rodrigo Nobre Pizarro	Capitão	EX	QP
Arnaldo C. da Silveira Costeira	Capitão	EX	QP
Aprígio Ramalho	Capitão	EX	QP
António L. Ferreira do Amaral	Capitão	EX	QP
Amândio de Almeida Augusto	Capitão	EX	QEEO
Rui F. Lucena Coutinho	Capitão	EX	QP
Albino L. Ferreira da Cal	Capitão	EX	QP
Fernando Gois Moço	Capitão	EX	QP
Eduardo Diniz L. S. Almeida	Capitão	EX	QP
Joaquim L. Rocha Santos	Capitão	EX	QP
Luís de Sousa Ferreira	Capitão	EX	QP
David Matos Martelo	Capitão	EX	QP
Fausto Almeida Pereira	Capitão	EX	QP
Fernando J. Salgueiro Maia	Capitão	EX	QP
Mário Tavares de Almeida	Capitão	EX	QP
Eduardo A. Carneiro Teixeira	Capitão	EX	QP
Victor Manuel Santos Costa	Capitão	EX	QP
Sérgio A. M. Lima Bacelar	Capitão	EX	QP
Carlos Manuel Horta Coelho	Capitão	EX	QP
Diogo Velho de Sá Cabral	Capitão	EX	QP
João Maria de V. Pirote	Capitão	EX	QP
Aníbal Jorge M. M. Silveira	Capitão	EX	QP
Luís Pessoa	Capitão	EX	Mil
Miguel Raimundo S, Amado	Capitão	EX	Mil
Leonel M. Martinho Rosário	Capitão	EX	Mil
Francisco Santos Silva	Capitão	EX	QP
Valdemar J. O. Patrício	Capitão	EX	QP
José H. Duarte Mendes	Capitão	EX	QP
Jorge M. P. Mira Monteiro	Capitão	EX	QP
José D. Canatário Serafim	Capitão	EX	QP
António Feijó de A. Gomes	Capitão	EX	QP
Luís Fernando Andrade Moura	Capitão	EX	QP
Alberto António Ferreira	Capitão	EX	QP
Germano Miquelina C. Simões	Capitão	EX	QP
Gastão M. S. Correia da Silva	Capitão	EX	QP
António R. Esteves Pinto	Capitão	EX	QP
José Castelo Glória Alves	Capitão	EX	QP
Filipe Ferreira Lopes	Capitão	EX	QP
Rui Martins Rodrigues	Capitão	EX	QP
Aníbal Carriço de Albuquerque	Capitão	EX	QP
Fernando P. Santos Aguda	Capitão	EX	QP
Costa Martins	Capitão	EX	QP
Jorge Manuel Silvério	Capitão	EX	QP
Vítor M. Vicente Fernandes	Capitão	EX	QP
Rui Edgar Babo de Castro	Capitão	EX	QP

Teófilo Bento	Capitão	EX	QP
Carlos Joaquim Gaspar	Capitão	EX	QP
Fernando Filipe Henriques	Capitão	EX	QP
Carlos M. C. Lopes Camilo	Capitão	EX	QP
João Manuel Bicho Beatriz	Capitão	EX	QP
Luís M. O. Pimentel	Capitão	EX	QP
Frederico C. R. Morais	Capitão	EX	QP
António Alves Martins	Capitão	EX	QP
José António Ribeiro da Silva	Capitão	EX	QP
António Carlos Morais Silva	Capitão	EX	QP
Rui Faria de Oliveira	Capitão	EX	QP
Boaventura J. M. Ferreira	Capitão	EX	QP
António Gaspar Borges	Capitão	EX	QP
José A. M. e Castro Carneiro	Capitão	EX	QP
António Ramos da Rocha	Capitão	EX	QP
Eduardo da Conceição Santos	Capitão	EX	QP
Nuno G. Catarino Anselmo	Capitão	EX	QP
Luís Gonzaga Freire Antunes	Capitão	EX	QP
João António Heitor Alves	Capitão	EX	QP
Delgado da Fonseca	Capitão	EX	QP
Francisco R.G. Freire	Capitão	EX	QP
José L. M. Bacelar Ferreira	Capitão	EX	QP
José Emílio Gomes Almeida	Capitão	EX	QP
J. Manuel G. Piteira Santos	Capitão	EX	QP
Rui R. X. C. Guimarães	Capitão	EX	QP
Fernando M. Garcia Freixo	Capitão	EX	QP
José António Balula Cid	Tenente	EX	QP
Ávilo Ramos Cadete	Tenente	EX	QP
Armando M. Silva Aparício	Tenente	EX	QP
Rui Borges Santos Silva	Tenente	EX	QP
Alfredo Correia M. Assunção	Tenente	EX	QP
Isaías de Figueiredo Ribeiro	Tenente	EX	QP
Ramiro Cardeira Martins	Tenente	EX	QP
José Luís da Rocha Dores	Tenente	EX	QP
Aníbal B. Carvalho Soares	Tenente	EX	QP
Christian Bastos Anderssen	Tenente	EX	Mil
José Martins Cabaça Ruaz	Tenente	EX	QP
Pedro Manuel L. Sales Grade	Tenente	EX	QP
Vicente Carlos Sousa Brandão	Tenente	EX	QP
José Manuel P. M. Nave	Tenente	EX	QP
João A. C. Almas Imperial	Tenente	EX	QP
Manuel J. Ferreira de Sousa	Tenente	EX	QP
João António Andrade da Silva	Tenente	EX	QP
Henrique António Pedro	Tenente	EX	QP
Mário Ribeiro Batista	Tenente	EX	QP
Amílcar Carlos Rodrigues	Tenente	EX	QP
José F. de Jesus Duarte	Tenente	EX	QP
António S. Fernandes	Tenente	EX	QP
Francisco X. dos Santos Silva	Tenente	EX	QP
Carlos Orlando C. de Jesus	Tenente	EX	QP

João Francisco Félix Pereira	Tenente	EX	QP
Carlos Manuel Macedo Ávila	Tenente	EX	QP
José Eduardo S. Mascarenhas	Tenente	EX	QP
Américo A. G. F. Henriques	Tenente	EX	QP
João G. Soares da Motta	Tenente	EX	QP
José M. L. Lopes Oliveira	Tenente	EX	QP
Manuel António Apolinário	Tenente	EX	QP
Agostinho B. Saraiva da Rocha	Tenente	EX	QP
Carlos N. Carronda Rodrigues	Tenente	EX	QP
Manuel Ribeiro Cardoso	Alferes	EX	QP
José Manuel Pinto Graça	Alferes	EX	QEO
Emanuel P. Gaspar Madeira	Alferes	EX	QP
Joaquim Formeiro Monteiro	Alferes	EX	QP
Manuel Carlos A. G. Cerdeira	Alferes	EX	QP
Manuel António Geraldes	Alferes	EX	QP
José Maria Pires Martins	Alferes	EX	QP
António M. I. Matos Borges	Alferes	EX	QP

**Resumo**

Total de Coronéis		5
Total de Capitão Tenente		1
Total de Tenentes Coronel		7
Total de Majores		23
Total de oficiais superiores		36

Total de capitães		87
-------------------	--	----

Total de tenentes		33
Total de alferes		8
Total de oficiais subalternos		41

Total de oficiais		164
-------------------	--	-----

**Ramos das Forças Armadas**

Total de oficiais da Marinha		1
Total de oficiais do Exército		156
Total de oficiais da Força Aérea		7
Total de oficiais dos 3 Ramos		164

**Quadros**

Quadro permanente		156
QEO		4
Milicianos		4
Total		164

## Objetivos

Nome	Posto	Objetivo	Desempenho
		<b>Comando</b>	
Nuno M. Ficher Lopes Pires	T Coronel	Comando	AP
Amadeu Garcia dos Santos	T Coronel	Comando	AP
Otelo Saraiva de Carvalho	Major	Comando	AP
José E. Sanches Osório	Major	Comando	AP
Hugo Manuel R. dos Santos	Major	Comando	AP
Victor M. Trigueiro Crespo	Cap Ten.	Comando	AP
Luís E. A. Ferreira de Macedo	Capitão	Comando	AP
Victor Manuel Rodrigues Alves	Major	Apoio	AP
		<b>Grupo RCP</b>	
João J. Sacramento Gomes	T Coronel	México	OP
José Manuel Costa Neves	Major	México	OP
Campos Moura	Major	México	OP
Correia Pombinho	Capitão	México	OP
Mendonça de Carvalho	Capitão	México	OP
José Santos Coelho	Capitão	México	OP
Nuno dos Santos Ferreira	Capitão	México	OP
Nuno dos Santos Silva	Capitão	México	OP
		<b>Entrega OOp.</b>	
Luís Francisco Domingos Arruda	Major	Entre OOp Uni centro	AP
Moisés Carlos C. Pedrosa Afonso	Capitão	?	AP
António Fernando M. O. Torres	Capitão	?	AP
Luís Lopes Francisco	Capitão	?	AP
Luís Carlos Santos Veiga Vaz	Capitão	Entre OOp Uni Sul	AP
António M. J. Rosado da Luz	Capitão	Entre OOp Uni Sul	AP
Silvestre António S. Porto	Capitão	Ent OOp.RC3 e BC 1	AP
Rodrigo M. L. Sousa e Castro	Capitão	Entre OOp Região norte	AP
José A. Candeias Valente	Capitão	Ent da OOp.. EPC	AP
José Santa Clara Gomes	Capitão	Ent da OOp. BC5	AP
		<b>Ag November</b>	
Gertrudes da Silva	Capitão	Lisboa	OP
		<b>RI 10</b>	
Rodrigo Nobre Pizarro	Capitão	Varsóvia	OP
		<b>RI 14</b>	
Arnaldo C. da Silveira Costeira	Capitão	Lisboa	OP
Aprígio Ramalho	Capitão	Comdt RI Viseu	AP
António L. Ferreira do Amaral	Capitão	Adj Cmt Int	AP
Amândio de Almeida Augusto	Capitão	Adj Cmt Int	AP
Rui F. Lucena Coutinho	Capitão	Varsóvia	OP
Albino L. Ferreira da Cal	Capitão	Lisboa	OP
Fernando Gois Moço	Capitão	Lisboa	OP
		<b>RAP 3</b>	
Eduardo Diniz L. S. Almeida	Capitão	Lisboa	OP
Joaquim L. Rocha Santos	Capitão	Lisboa	OP
Luís de Sousa Ferreira	Capitão	Varsóvia	OP
David Matos Martelo	Capitão	Cmdt Gua Fig Foz	AP
Fausto Almeida Pereira	Capitão	Lisboa	AP

		<b>Ag Charlie</b>	
		<b>EPC</b>	
Rui Costa Ferreira	Major	Assume Cmd EPC	AP
Fernando J. Salgueiro Maia	Capitão	Toledo	OP
Mário Tavares de Almeida	Capitão	Toledo	OP
José António Balula Cid	Tenente	Toledo	OP
Ávilo Ramos Cadete	Tenente	Toledo	OP
Armando M. Silva Aparício	Tenente	Toledo	OP
Rui Borges Santos Silva	Tenente	Toledo	OP
Manuel Ribeiro Cardoso	Alferes	Toledo	OP
Alfredo Correia M. Assunção	Tenente	Toledo	OP
José Manuel Pinto Graça	Alferes	Toledo	OP
		<b>EPE</b>	
Eduardo A. Carneiro Teixeira	Capitão	Jamaica	OP
Victor Manuel Santos Costa	Capitão	Jamaica	OP
Sérgio A. M. Lima Bacelar	Capitão	Jamaica	OP
Carlos Manuel Horta Coelho	Capitão	Jamaica	OP
Diogo Velho de Sá Cabral	Capitão	Jamaica	OP
João Maria de V. Piroto	Capitão	Jamaica	OP
Aníbal Jorge M. M. Silveira	Capitão	Jamaica	OP
Isaías de Figueiredo Ribeiro	Tenente	Jamaica	OP
Ramiro Cardeira Martins	Tenente	Jamaica	OP
José Luís da Rocha Dores	Tenente	Jamaica	OP
Aníbal B. Carvalho Soares	Tenente	Jamaica	OP
		<b>C. Caç 4241</b>	
Luís Pessoa	Capitão	Jamaica	OP
		<b>C. Caç 4246</b>	
Christian Bastos Anderssen	Tenente	Berna	OP
		<b>C.Caç 4216/73</b>	
Miguel Raimundo S, Amado	Capitão		AP
Leonel M. Martinho Rosário	Capitão		AP
		<b>Ag Sierra</b>	
		<b>EPA</b>	
Francisco Santos Silva	Capitão	Londres	OP
José Martins Cabaça Ruaz	Tenente	Londres	OP
Pedro Manuel L. Sales Grade	Tenente	Londres	OP
Vicente Carlos Sousa Brandão	Tenente	Londres	OP
		<b>B ART 8,8</b>	
Valdemar J. O. Patrício	Capitão	Londres	OP
José Manuel P. M. Nave	Tenente	Londres	OP
João A. C. Almas Imperial	Tenente	Londres	OP
Manuel J. Ferreira de Sousa	Tenente	Londres	OP
		<b>B ART 10,5</b>	
José H. Duarte Mendes	Capitão	Seg. EPA	OP
Emanuel P. Gaspar Madeira	Alferes	Seg. EPA	OP
Joaquim Formeiro Monteiro	Alferes	Seg. EPA	OP
		<b>C. Art. Mot.</b>	
Jorge M. P. Mira Monteiro	Capitão	Atenas	OP
João António Andrade da Silva	Tenente	Atenas	OP
Henrique António Pedro	Tenente	Atenas	OP

Mário Ribeiro Batista	Tenente	Atenas	OP
Amílcar Carlos Rodrigues	Tenente	Atenas	OP
		<b>Reserva</b>	
José D. Canatário Serafim	Capitão	Lisboa	OP
José F. de Jesus Duarte	Tenente	Lisboa	OP
		<b>RI 3</b>	
António Feijó de A. Gomes	Capitão	Recebe TR28	AP
António C. Ventura Lopes	Major	Montemor	CR
		<b>RC 3</b>	
Luís Fernando Andrade Moura	Capitão	Atenas	OP
Alberto António Ferreira	Capitão	Atenas	OP
Germano Miquelina C. Simões	Capitão	Atenas	OP
Gastão M. S. Correia da Silva	Capitão	Atenas	OP
Nuno Caldas Franco Duarte	Coronel	Adere e Atenas	OP
José M. L. Machado Faria	Major	Adere	OP
Lourenço C. Fernandes Tomaz	Major	Adere	OP
		<b>BC 1</b>	
António R. Esteves Pinto	Capitão	Recebe OOp. BC1	AP
José Rosado Castela Rio	Major	Cmd do CICA 5	DE
José Castelo Glória Alves	Capitão	Foia	OP
Filipe Ferreira Lopes	Capitão	Foia	OP
		<b>Ag Lima</b>	
		<b>EPI</b>	
Jasmim de Freitas	Coronel	Comanda EPI	AP
Aurélio Trindade	Major	Adere	AP
Octávio Cerqueira Rocha	Major	Adere	AP
Rui Martins Rodrigues	Capitão	Nova lorque	OP
Aníbal Carriço de Albuquerque	Capitão	Nova lorque	OP
Fernando P. Santos Aguda	Capitão	Nova lorque	OP
Costa Martins	Capitão	Nova lorque	OP
Jorge Manuel Silvério	Capitão	PL. de defesa da EPI	AP
António S. Fernandes	Tenente	Controlo Acessos EPI	AP
Vítor M. Vicente Fernandes	Capitão	Controlo de Mafra	AP
Rui Edgar Babo de Castro	Capitão	Controlo de Mafra	AP
		<b>EPAM</b>	
Teófilo Bento	Capitão	Mónaco	OP
Carlos Joaquim Gaspar	Capitão	Comanda EPAM	AP
Fernando Filipe Henriques	Capitão	Oficial de Dia	AP
Manuel Carlos A. G. Cerdeira	Alferes	Mónaco	OP
Manuel António Geraldes	Alferes	Mónaco	OP
José Maria Pires Martins	Alferes	Mónaco	OP
Francisco X. dos Santos Silva	Tenente	Mónaco	OP
António M. I. Matos Borges	Alferes	Mónaco	OP
Carlos Orlando C. de Jesus	Tenente	EPAM	AP
João Francisco Félix Pereira	Tenente	EPAM	AP
Carlos Manuel Macedo Ávila	Tenente	EPAM	AP
		<b>BC5</b>	
José Cardoso Fontão	Major	Contacta. G. do RCP	OP
Carlos M. C. Lopes Camilo	Capitão	Segurança BC5	AP

José Eduardo S. Mascarenhas	Tenente	México	OP
João Manuel Bicho Beatriz	Capitão	Canadá	OP
		<b>CTSC</b>	
Luís M. O. Pimentel	Capitão	Tóquio	OP
Frederico C. R. Moraes	Capitão	Tóquio	OP
		<b>Grupo L</b>	
Jaime Alberto Gonçalves Neves	Major	Capt. Altas Entidades (O	AP
António Alves Martins	Capitão	Capt. Altas Entidades	AP
José António Ribeiro da Silva	Capitão	Capt. Altas Entidades	AP
António Carlos Moraes Silva	Capitão	Capt. Altas Entidades	AP
Rui Faria de Oliveira	Capitão	Capt. Altas Entidades	AP
Américo A. G. F. Henriques	Tenente	Capt. Altas Entidades	AP
		<b>CICA 1</b>	
Manuel E. Azevedo Simões	TCoronel		OP
Carlos M. Azeredo P. M. Leme	TCoronel	QG RMN	OP
António L. N. de Albuquerque	Major	QG RMN	OP
Eurico de Deus Corvacho	Major	QG RMN	OP
Boaventura J. M. Ferreira	Capitão	QG RMN	OP
António Gaspar Borges	Capitão		OP
José A. M. e Castro Carneiro	Capitão		OP
		<b>RI 6</b>	
Manuel Passos Esmeriz	Coronel	Não cumpre a missão	DE
António Ramos da Rocha	Capitão	Não cumpre a missão	DE
Almor Alves Serra	Major	Não cumpre a missão	DE
		<b>RC 6</b>	
João L. Arriscado Nunes	TCoronel	Cmdt RC6	AP
Manuel Martins Rodrigues	TCoronel	Av Aliados PSP e GNR	OP
João G. Soares da Motta	Tenente	Av Aliados PSP e GNR	OP
		<b>RAP 2</b>	
Eduardo da Conceição Santos	Capitão	Detém Cmdt Rap2	OP
Nuno G. Catarino Anselmo	Capitão	Ponte Arrábida	OP
Luís Gonzaga Freire Antunes	Capitão	Ponte Arrábida	OP
João António Heitor Alves	Capitão	Miramar RTP Porto	OP
		<b>CIOE</b>	
		<b>C Cmds 4041</b>	
Delgado da Fonseca	Capitão	Campo 24 de Agosto	OP
José M. L. Lopes Oliveira	Tenente	Campo 24 de Agosto	OP
Manuel António Apolinário	Tenente	Campo 24 de Agosto	OP
Francisco R.G. Freire	Capitão	Cmdt do CIC	AP
Agostinho B. Saraiva da Rocha	Tenente	Campo 24 de Agosto	OP
Carlos N. Carronda Rodrigues *	Tenente	Campo 24 de Agosto	OP
		<b>1ª GCAM</b>	
José L. M. Bacelar Ferreira	Capitão	Ponte Varzim-Porto	AP
José Emílio Gomes Almeida	Capitão	Ponte Varzim-Porto	OP
		<b>BC 9</b>	
Victor Manuel Oliveira Santos	Major	Adere e apoia	AP
F. C. Medeiros Almeida	Major	Aer Pedras Rubras	OP
J. Manuel G. Piteira Santos	Capitão	Aer Pedras Rubras	OP
Humberto T Bordalo Xavier	Major	Aer Ped Rubras	OP
		<b>BC 3</b>	

Rui Mendonça	Coronel	Não saiu	CR
Rui R. X. C. Guimarães	Capitão	Saiu C/ Comp p/ RC 6	OP
		<b>RI 8</b>	
Fernando Augusto Gomes	Major	Não Saiu	DE
Fernando M. Garcia Freixo	Capitão	Não Saiu	DE
		<b>RI 13</b>	
Carneiro de Magalhães	Coronel	Não Saiu	CR

Obs. Capt. É a abreviatura de Captura

#### Desempenho no 25 A

<b>Total de oficiais operacionais</b>	<b>OP</b>	<b>104</b>
<b>Total de oficiais apoio</b>	<b>AP</b>	<b>51</b>
<b>Total de oficiais desistentes</b>	<b>DE</b>	<b>6</b>
<b>Total de oficiais contra</b>	<b>CR</b>	<b>3</b>
<b>Total de Oficiais mencionados</b>		<b>164</b>

<b>Código</b>	<b>Objetivo/Local</b>
Atenas	Ponte Salazar
Berna	Ponte Marechal Carmona (V. F. Xira)
Canadá	Quartel-General da Região Militar de Lisboa
Jamaica	RCP – Antenas
Londres	Almada (Cristo Rei)
México	RCP – Rua Sampaio Pina
Mónaco	Rádio Televisão Portuguesa
Nova Iorque	Aeroporto da Portela
Toledo	Terreiro do Paço
Tóquio	Emissora Nacional – Rua do Quelhas
Varsóvia	Forte de Peniche

**Oficiais operacionais agraciados com a Ordem da Liberdade**

Nome	Posto	O. Lib	Data	OP/AP
José Manuel Costa Neves	Major	Sim	24/09/1983	OP
Fernando J. Salgueiro Maia	Capitão	Sim	24/09/1983	OP
Alberto António Ferreira	Capitão	Sim	24/09/1983	OP
Delgado da Fonseca	Capitão	Sim	01/01/1985	OP
Gertrudes da Silva	Capitão	Sim	01/10/1985	OP
Rui Martins Rodrigues	Capitão	Sim	01/10/1985	OP
João J. Sacramento Gomes	TCoronel	Sim	31/01/1986	OP
Nuno dos Santos Silva	Capitão	Sim	11/03/1986	OP
Germano Miquelina C. Simões	Capitão	Sim	11/03/1986	OP
Manuel António Geraldès	Alferes	Sim	11/03/1986	OP
Manuel E. Azevedo Simões	TCoronel	Sim	11/03/1986	OP
J. Manuel G. Piteira Santos	Capitão	Sim	11/03/1986	OP
Costa Martins	Capitão	Sim	18/03/1986	OP
Mário Tavares de Almeida	Capitão	Sim	30/01/2006	OP
Rui Borges Santos Silva	Tenente	Sim	30/01/2006	OP
Alfredo Correia M. Assunção	Tenente	Sim	30/01/2006	OP
Luís Pessoa	Capitão	Sim	30/01/2006	OP
Teófilo Bento	Capitão	Sim	30/01/2006	OP
José Cardoso Fontão	Major	Sim	30/01/2006	OP
João Manuel Bicho Beatriz	Capitão	Sim	30/01/2006	OP
José Santos Coelho	Capitão	Sim	25/05/2019	OP
Mendonça de Carvalho	Capitão	Sim	26/02/2021	OP
Arnaldo C. da Silveira Costeira	Capitão	Sim	26/02/2021	OP
Joaquim L. Rocha Santos	Capitão	Sim	26/02/2021	OP
Christian Bastos Anderssen	Tenente	Sim	26/02/2021	OP
Carlos M. Azeredo P. M. Leme	TCoronel	Sim	26/02/2021	OP
António L. N. de Albuquerque	Major	Sim	26/02/2021	OP
Boaventura J. M. Ferreira	Capitão	Sim	26/02/2021	OP
Rodrigo Nobre Pizarro	Capitão	Sim	19/08/2021	OP
Eduardo A. Carneiro Teixeira	Capitão	Sim	19/08/2021	OP
Francisco Santos Silva	Capitão	Sim	19/08/2021	OP
Valdemar J. O. Patrício	Capitão	Sim	19/08/2021	OP
João António Andrade da Silva	Tenente	Sim	19/08/2021	OP
Luís Fernando Andrade Moura	Capitão	Sim	19/08/2021	OP
José Castelo Glória Alves	Capitão	Sim	19/08/2021	OP
Luís M. O. Pimentel	Capitão	Sim	19/08/2021	OP
Frederico C. R. Morais	Capitão	Sim	19/08/2021	OP
José A. M. e Castro Carneiro	Capitão	Sim	19/08/2021	OP
F. C. Medeiros Almeida	Major	Sim	19/08/2021	OP
Delfim de Sousa Campos Moura	Major	Sim	23/03/2022	OP
José Augusto Correia Pombinho	Capitão	Sim	23/03/2022	OP
Nuno dos Santos Ferreira	Capitão	Sim	23/03/2022	OP
Albino L. Ferreira da Cal	Capitão	Sim	23/03/2022	OP
Fernando Gois Moço	Capitão	Sim	23/03/2022	OP
Aníbal B. Carvalho Soares	Tenente	Sim	23/03/2022	OP
Amílcar Carlos Rodrigues	Tenente	Sim	23/03/2022	OP
Aníbal Carriço de Albuquerque	Capitão	Sim	23/03/2022	OP

Fernando P. Santos Aguda	Capitão	Sim	23/03/2022	OP
Rui F. Lucena Coutinho	Capitão	Sim	08/03/2023	OP
Eduardo Diniz L. S. Almeida	Capitão	Sim	08/03/2023	OP
Luís de Sousa Ferreira	Capitão	Sim	08/03/2023	OP
Ramiro Cardeira Martins	Tenente	Sim	08/03/2023	OP
Vicente Carlos Sousa Brandão	Tenente	Sim	08/03/2023	OP
José Manuel P. M. Nave	Tenente	Sim	08/03/2023	OP
Henrique António Pedro	Tenente	sim	08/03/2023	OP
Mário Ribeiro Batista	Tenente	Sim	08/03/2023	OP
António Gaspar Borges	Capitão	Sim	08/03/2023	OP
Manuel Martins Rodrigues	TCoronel	Sim	08/03/2023	OP
Nuno G. Catarino Anselmo	Capitão	Sim	08/03/2023	OP
Humberto T Bordalo Xavier	Major	sim	08/03/2023	OP
Rui R. X. C. Guimarães	Capitão	Sim	08/03/2023	OP
José António Balula Cid	Tenente	Não		OP
Ávilo Ramos Cadete	Tenente	Não		OP
Armando M. Silva Aparício	Tenente	Não		OP
Manuel Ribeiro Cardoso	Alferes	Não		OP
José Manuel Pinto Graça	Alferes	Não		OP
Victor Manuel Santos Costa	Capitão	Não		OP
Sérgio A. M. Lima Bacelar	Capitão	Não		OP
Carlos Manuel Horta Coelho	Capitão	Não		OP
Diogo Velho de Sá Cabral	Capitão	Não		OP
João Maria de V. Piroteo	Capitão	Não		OP
Aníbal Jorge M. M. Silveira	Capitão	Não		OP
Isaías de Figueiredo Ribeiro	Tenente	Não		OP
José Luís da Rocha Dores	Tenente	Não		OP
José Martins Cabaça Ruaz	Tenente	Não		OP
Pedro Manuel L. Sales Grade	Tenente	Não		OP
João A. C. Almas Imperial	Tenente	Não		OP
Manuel J. Ferreira de Sousa	Tenente	Não		OP
José H. Duarte Mendes	Capitão	Não		OP
Emanuel P. Gaspar Madeira	Alferes	Não		OP
Joaquim Formeiro Monteiro	Alferes	Não		OP
Jorge M. P. Mira Monteiro	Capitão	Não		OP
José D. Canatário Serafim	Capitão	Não		OP
José F. de Jesus Duarte	Tenente	Não		OP
Gastão M. S. Correia da Silva	Capitão	Não		OP
Nuno Caldas Franco Duarte	Coronel	Não		OP
José M. L. Machado Faria	Major	Não		OP
Lourenço C. Fernandes Tomaz	Major	Não		OP
Filipe Ferreira Lopes	Capitão	Não		OP
Manuel Carlos A. G. Cerdeira	Alferes	Não		OP
José Maria Pires Martins	Alferes	Não		OP
Francisco X. dos Santos Silva	Tenente	Não		OP
António M. I. Matos Borges	Alferes	Não		OP
José Eduardo S. Mascarenhas	Tenente	Não		OP
Eurico de Deus Corvacho	Major	Não		OP
João G. Soares da Motta	Tenente	Não		OP
Eduardo da Conceição Santos	Capitão	Não		OP

Luís Gonzaga Freire Antunes	Capitão	Não		OP
João António Heitor Alves	Capitão	Não		OP
José M. L. Lopes Oliveira	Tenente	Não		OP
Manuel António Apolinário	Tenente	Não		OP
Agostinho B. Saraiva da Rocha	Tenente	Não		OP
Carlos N. Carronda Rodrigues	Tenente	Não		OP
José Emílio Gomes Almeida	Capitão	Não		OP

**Resumo**

Oficiais Operacionais			104
Oficiais Operacionais condecorados			61
Oficiais Operacionais não condecorados			43

**Oficiais de apoio agraciados com a Ordem da liberdade**

Amadeu Garcia dos Santos	TCoronel	Sim	24/09/1983	AP
José E. Sanches Osório	Major	Sim	24/09/1983	AP
Victor M. Trigueiro Crespo	Cap Ten.	Sim	24/09/1983	AP
Victor Manuel Rodrigues Alves	Major	Sim	24/09/1983	AP
Otelo Saraiva de Carvalho	Major	Sim	25/11/1983	AP
Nuno M. Ficher Lopes Pires	TCoronel	Sim	01/01/1985	AP
Hugo Manuel R. dos Santos	Major	Sim	01/01/1985	AP
Rodrigo M. L. Sousa e Castro	Capitão	Sim	01/01/1985	AP
Aurélio Trindade	Major	Sim	01/10/1985	AP
Jorge Manuel Silvério	Capitão	Sim	01/10/1985	AP
David Matos Martelo	Capitão	Sim	11/03/1986	AP
Carlos M. C. Lopes Camilo	Capitão	Sim	11/03/1986	AP
António Feijó de A. Gomes	Capitão	Sim	12/02/1996	AP
Aprígio Ramalho	Capitão	Sim	30/01/2006	AP
Rui Costa Ferreira	Major	Sim	30/01/2006	AP
Luís E. A. Ferreira de Macedo	Capitão	Sim	11/03/2011	AP
Miguel Raimundo S, Amado	Capitão	Sim	26/02/2021	AP
António S. Fernandes	Tenente	Sim	26/02/2021	AP
António Fernando M. O. Torres	Capitão	Sim	26/02/2021	AP
António L. Ferreira do Amaral	Capitão	Sim	26/06/2021	AP
António M. J. Rosado da Luz	Capitão	Sim	19/08/2021	AP
Fausto Almeida Pereira	Capitão	Sim	19/08/2021	AP
Leonel M. Martinho Rosário	Capitão	Sim	08/03/2023	AP
Rui Faria de Oliveira	Capitão	Sim	08/03/2023	AP
José L. M. Bacelar Ferreira	Capitão	Sim	08/03/2023	AP
Luís Carlos Santos Veiga Vaz	Capitão	Não		AP
Silvestre António S. Porto	Capitão	Não		AP
José A. Candeias Valente	Capitão	Não		AP
José Santa Clara Gomes	Capitão	Não		AP
Amândio de Almeida Augusto	Capitão	Não		AP
António R. Esteves Pinto	Capitão	Não		AP
Jasmim de Freitas	Coronel	Não		AP
Octávio Cerqueira Rocha	Major	Não		AP
Vítor M. Vicente Fernandes	Capitão	Não		AP

Rui Edgar Babo de Castro	Capitão	Não		AP
Carlos Joaquim Gaspar	Capitão	Não		AP
Fernando Filipe Henriques	Capitão	Não		AP
Carlos Orlando C. de Jesus	Tenente	Não		AP
João Francisco Félix Pereira	Tenente	Não		AP
Carlos Manuel Macedo Ávila	Tenente	Não		AP
Jaime Alberto Gonçalves Neves	Major	Não		AP
António Alves Martins	Capitão	Não		AP
José António Ribeiro da Silva	Capitão	Não		AP
António Carlos Morais Silva	Capitão	Não		AP
Américo A. G. F. Henriques	Tenente	Não		AP
João L. Arriscado Nunes	T Coronel	Não		AP
Francisco R.G. Freire	Capitão	Não		AP
Luís Francisco Domingos Arruda	Major	Não		AP
Moisés Carlos Correia Pedrosa Af	Capitão	Não		AP
Luís Lopes Francisco	Capitão	Não		AP
Victor Manuel Oliveira Santos	Major	Não		AP

#### Resumo

Oficiais de Apoio				51
Oficiais de Apoio condecorados				25
Oficiais de Apoio não condecorados				26

#### Oficiais desistentes agraciados com a Ordem da liberdade

António Ramos da Rocha	Capitão	Sim	12/02/1996	DE
Almor Alves Serra	Major	Sim	23/03/2022	DE
Fernando Augusto Gomes	Major	Sim	08/03/2023	DE
José Rosado Castela Rio	Major	Não		DE
Manuel Passos Esmeriz	Coronel	Não		DE
Fernando M. Garcia Freixo	Capitão	Não		DE

#### Resumo

Oficiais desistentes				6
Oficiais desistentes condecorados				3
Oficiais desistentes não condecorados				3

#### Oficiais que se declararam contra agraciados com a Ordem da liberdade

António C. Ventura Lopes	Major	Não	CR	
Rui Mendonça	Coronel	Não	CR	
Carneiro de Magalhães	Coronel	Não	CR	

#### Resumo

Oficiais contra				3
Oficiais contra condecorados				0
Oficiais contra não condecorados				3

Designação e localização das unidades

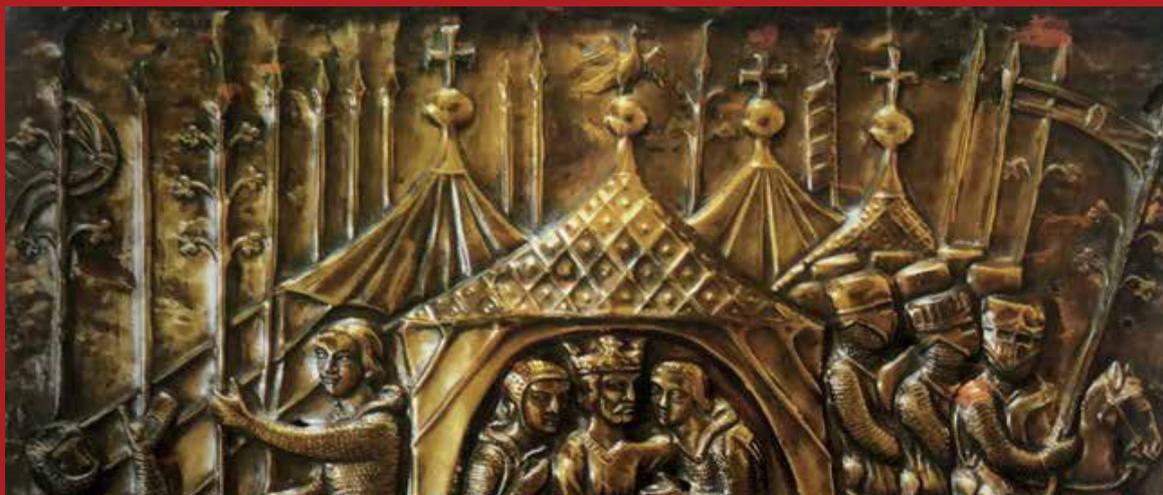
Sigla	Designação	Localização
1º GCAM	1º Grupo de Companhias de Administração Militar	Póvoa do Varzim
2º GCAM	2º Grupo de Companhias de Administração Militar	Lisboa
AM	Academia Militar	Lisboa
B ART 10,5	Batalhão de Artilharia 10.5	Vendas Novas
B ART 8,8	Batalhão de Artilharia 8.8	Vendas Novas
BC 1	Batalhão de Caçadores Nº 1	Portalegre
BC 3	Batalhão de Caçadores Nº 3	Bragança
BC 5	Batalhão de Caçadores Nº 5	Lisboa
BC 9	Batalhão de Caçadores Nº 9	Viana do Castelo
BCAÇ 5016	Batalhão de Caçadores Nº 5016	Viana do Castelo
BEng3 CIMSM	Batalhão de Engenharia Nº3	Santa Margarida
C. Art. Mot.	Companhia de Artilharia Motorizada	Vendas Novas
C. Caç 4241	Companhia de Caçadores Nº 4241	Santa Margarida
C. Caç 4246	Companhia de Caçadores Nº 4246	Santa Margarida
C. Cmds 4041	Companhia de Comandos Nº 4041	Lamego
CART 6252	Companhia de Artilharia Nº 6052	Vila Nova de Gaia (Serra do Pilar)
CCaç 4216/73	Companhia de Caçadores Nº 4246/73	Santa Margarida
CIAC	Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea e de Costa	Cascais
CICA 1	Centro de instrução de Condução Auto Nº 1	Porto
CICA 2	Centro de instrução de Condução Auto Nº 2	Figueira da Foz
CICA 5	Centro de instrução de Condução Auto Nº 5	Lagos
CIOE	Centro de Instrução de Operações Especiais	Lamego
CSRT	Chefia do Serviço de Reconhecimento de Transmissões	Lisboa
CTIG	Comando Territorial independente da Guiné	Guiné
CTSC	Campo de Tiro da Serra da Carregueira	Belas (Sintra)
DGA	Depósito Geral de Adidos	Lisboa
DSFOM	Direção do Serviço de Fortificações e Obras Militares	Lisboa
E. Rec	Esquadrão de Reconhecimento do RC 6	Porto
ECS	Escola Central de Sargentos	Águeda
EME	Estado Maior do Exército	Lisboa
EPA	Escola Prática de Artilharia	Vendas Novas
EPAM	Escola Prática de Administração Militar	Lisboa
EPC	Escola Prática de Cavalaria	Santarém
EPE	Escola Prática de Engenharia	Tancos
EPI	Escola Prática de Infantaria	Mafra
FAP	Força Aérea Portuguesa	FAP
MP	Armada Portuguesa	Armada
QG RML	Quartel-General da Região Militar de Lisboa	Lisboa
QG RMN	Quartel-General da Região Militar Norte	Porto
RAP 2	Regimento de Artilharia Pesada 2	Vila Nova de Gaia (Serra do Pilar)
RAP 3	Regimento de Artilharia Pesada 3	Figueira da Foz
RC 3	Regimento de Cavalaria Nº 3	Estremoz
RC 6	Regimento de Cavalaria Nº 6	Porto
RE 1	Regimento de Engenharia Nº 1	Lisboa
RI 10	Regimento de Infantaria Nº 10	Aveiro
RI 13	Regimento de Infantaria Nº 13	Vila Real
RI 14	Regimento de Infantaria Nº 14	Viseu
RI 3	Regimento de Infantaria Nº 3	Beja
RI 6	Regimento de Infantaria Nº 6	Porto
RI 8	Regimento de Infantaria Nº 8	Braga

**Nota da redação:**

“Muito nos honra mais este artigo, sobre o 25 de Abril de 1974, visto tratar-se de registos, não só subscrito por um operacional da “Viragem Histórica”, felizmente vivo e desejamos por muitos anos, e que ficará para “memória futura”. Apresentado com dados tratados com toda a honestidade e credibilidade.”

Ἰφ





Chave  
e fechadura  
Romana da  
Terronha  
de Pinhovel



Espora de pua comprida,  
Aljubarrota  
março 2023



Elmos Saucepan fechado  
e com nasal, este fev. 2023



4 peças inéditas em Portugal  
e raríssimas no mundo